

**WEBER E O DIREITO:
RACIONALIDADE E ÉTICA**

Katie Silene Cáceres Arguello

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA NO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COMO REQUISITO A OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO**

Orientador: Dr. Selvino José Assmann

FLORIANÓPOLIS

1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

A dissertação WEBER E O DIREITO: RACIONALIDADE E ÉTICA

elaborada por KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi julgada
adequada para obtenção do título de MESTRE EM DIREITO

Florianópolis (SC), 13 de março de 1995.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Selvino José Assmann - Presidente

Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer

Prof. Dr. Clémerson Merlin Clève

Professor Orientador:

Prof. Dr. Selvino José Assmann

Professor Co-orientador:

Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer

Coordenador do Curso:

Prof. Dr. José Alcebiades Junior

Agradecimentos

Para Edmundo, que demonstrou, nos gestos, seu espírito democrático e apaixonado, dia após dia: todo meu amor !

Para minha pequena Gabriela dedico, especialmente, este trabalho que lhe roubou muitas horas de carinho, de atenção.

Para minha mãe que não mediu esforços para educar os filhos.

Para Rosane Maçaneiro e Wilmar Pereira dos Santos (Neneco), pela amizade incondicional, partilhada em alegrias e dores profundas.

À CAPES pelo apoio financeiro.

Ao prof. Dr. Selvino Assmann, orientador sábio, criterioso e amigo, sobretudo.

Aos professores Dr. Antônio Carlos Wolkmer e Dr. Clèmerson Merlin Clève e Jessé Souza, por terem socializado mais que conhecimentos: a dimensão humana da vida!

A todos os amigos que nos acompanharam nesta caminhada, em especial, a Jeanine Philippi Nicolazzi, César Augusto Doneda Castravechi, Rafael Damasceno Silva, sem o companheirismo dos quais a finalização deste trabalho seria tarefa ainda mais árdua, em momento tão delicado ...

In memoriam:

Daniele, um sonho irrealizável: tê-la por perto agora para brincarmos, como você havia reivindicado certa vez, enquanto eu trabalhava ... Saudades, minha flor!

Ao meu pai, Sílvio, por ter me mostrado o lado lúdico e irreverente da vida.

SUMÁRIO

Resumo	06
Abstract	08
Introdução	10

Capítulo I

MAX WEBER: UM CLÁSSICO PARA LER A MODERNIDADE

1. O retorno a Weber como uma necessidade atual	18
2. Max Weber, Marxismo e Escola de Frankfurt	22
3. Weber: O homem e a sua postura política	30
3.1 Weber: o homem.....	30
3.2 A postura política	35
4. O irracionalismo dos valores	43
5. Ciência e Política	52
5.1 O campo das duas vocações.....	52
5.2 Ação política e a ética da responsabilidade	59

Capítulo II

MAX WEBER: O PROCESSO DE RACIONALIZAÇÃO

1. Tema central: a racionalização	68
1.1 A pluralidade de conceitos de racionalismo	71
1.2 Processo de racionalização e patologias da modernidade.....	80
2. Racionalidade e orientação da ação social.....	82
2.1 Racionalidade com relação a fins e racionalidade com relação a valores.....	84
3. Racionalidade e capitalismo.....	87
4. Burocracia e política.....	89
5. Weber e a racionalidade do Estado Moderno	98
6. Ascetismo e ética profissional: a ética protestante como ética capitalista de domínio	108
6.1 Uma ética moderna em Weber ?	118

Capítulo III

MAX WEBER: RACIONALIZAÇÃO DO DIREITO E RACIONALIDADE JURÍDICA MODERNA

1. O campo da sociologia do direito à luz de Max Weber: noções preliminares	128
2. Categorias jurídicas fundamentais à compreensão dos tipos ideais de direito weberianos	137
3. Weber e Marx	144
4. Weber e Kelsen	156
5. A racionalização do direito	169
5.1 A racionalização interna do direito	169
5.1.1 A revelação carismática da lei	172
5.1.2 Criação e aplicação empírica da lei pelos honoratíores jurídicos	175
5.1.2.1 A racionalização do direito como obra tanto dos teóricos quanto dos práticos do direito	178
5.1.3 A imposição do direito pelo <i>imperium</i> secular e poderes teocráticos	182
5.1.3.1 Os poderes teocráticos e racionalidade jurídica	185
5.1.3.2 O direito das autoridades seculares (os príncipes, magistrados e funcionários)	189
5.1.4 Direito sistematicamente estatuído e aplicados por juristas profissionais	194
5.2 A racionalização externa do direito	202
Considerações finais	208
Referências bibliográficas	219

Resumo

WEBER E O DIREITO: RACIONALIDADE E ÉTICA

A presente dissertação de mestrado tem por objetivo uma reapropriação crítica do pensamento de Max Weber para o âmbito do direito. Elegemos o tema central da racionalização, considerado unificante em sua obra, para mostrar que Weber rompe com a “promessa otimista” do Iluminismo. Tem consciência de que o capitalismo encontra seu “*habitat*” nesse mundo “*desencantado*” e de que tal racionalização obstaculiza a condução, autônoma e dotada de sentido, da existência humana.

Estruturada em três capítulos, a pesquisa se desenvolve da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, tratamos de resgatar a atualidade do clássico para a problematização da crise cultural vivenciada neste final de século. Destarte, situamos o homem e a obra no seu tempo; a herança deixada à Escola de Frankfurt e ao marxismo, finalizando com a retomada da distinção dos campos da ciência e da política.

No segundo capítulo, desenvolvemos a temática da especificidade do racionalismo ocidental, indicando a pluralidade dos conceitos de racionalidade, as patologias da modernidade, a racionalidade orientada a fins e a racionalidade orientada a valores, passando à específica relação entre racionalidade, capitalismo, e Estado Moderno. Finalmente, trabalhamos ascetismo e ética profissional, propiciando uma (re)leitura de Weber que aponta para a percepção da ambivalência de seu diagnóstico empírico da modernidade e da sua resposta moral ao racionalismo ocidental.

No terceiro capítulo, buscamos elementos para compreender o crescente racionalização do direito em sentido formal, analisando-os sob o ponto de vista de uma racionalização interna e externa. O contraponto feito com Kelsen e Marx serviu para pontuar dois eixos redutores da complexidade do fenômeno jurídico, na medida em que nem a racionalidade jurídica por si, nem, tampouco, sua subsunção a dados interesses, configuradores de racionalidade material, explicam-no.

Por fim, consideramos importante distinguir o diagnóstico sociológico weberiano de um libelo em defesa da racionalidade orientada a fins. Alertamos, assim, para a necessidade do conhecimento da realidade, mesmo que esta desagrade, pois apenas desta forma será possível realizar uma intervenção prática e teórica responsável e compromissada com o desafio moderno de reunir pragmática e valores, para resistir.

Abstract

WEBER AND LAW: RATIONALITY AND ETHICS

The present masters degree dissertation has the objective to re-appropriate critically the thought of Max Weber to the area of Law. We chose the unifying theme of rationalization to show that Weber breaks with the “optimistic promise” of Iluminism. He was aware of the fact that capitalism finds his “habitat” in this “desenchanted” world and that such rationalization is an obstacle to the autonomy and meaningful conduction of the human existence.

The present thesis is structured in three chapters.

In the first chapter, we tried to use the classical knowledge's contribution - which we judge as very actual - to help us to understand the present cultural crisis of this end-of-century. In this way, we contextualize the work of Weber in his time; we also analyse the heritage left to the school of Frankfurt as much as to marxism and we finish the chapter analysing the distinction between science and politics.

In the second chapter, we consider the specificity of western rationalism and we review the plurality of the concepts of rationality, the pathologies of modernity, the rationality oriented to ends and to values, and we also look closely to the relationship among rationality, capitalism and the modern state. Finally, we work with the concepts of ascetism and professional ethics, offering a new interpretation of Weber, which stresses the ambivalence of his empirical

diagnosis of the modernity as much as of his moral reply to the occidental rationalism.

In the third chapter, we search for the elements to understand the increasing rationalization of law in its formal sense, analysing them from the point of view of an internal and of an external rationalization. The works of Kelsen and Marx were considered as a means to arrive to two reducing axes to the juridical phenomenon, to explain it.

Finally, we try to characterize the weberian sociological diagnosis from other arguments in defense of rationality. This, we call attention to the necessity of getting to know reality, even if it is unpleasant, because this is the only way in which it will be possible to make a responsible intervention - either practical and theoretical - which will be committed to the modern challenge of placing pragmatics and values together in order to resist.

Introdução

Neste fim de século, em meio ao turbilhão de crises de paradigmas, há um renovado interesse pela sociologia weberiana, talvez porque estejamos diante da necessidade de explicar uma realidade política face a qual nos sentimos também “*desencantados*”.

O desencanto, signo da ilusão que existiu e se perdeu, também pode indicar o momento fértil para o resgate de um pensamento clássico, possibilitando encontrar pistas para estudar o “*mundo do possível*” que, como Weber adverte, geralmente não corresponde ao “*do desejável*”.

A aproximação da obra de Weber é operação crítica que vai muito além de levar em consideração um significativo aporte da sociologia à análise dos fenômenos políticos do nosso tempo. Entre o século XIX e XX, nenhum outro autor elaborou com tanta percuciência diagnóstica e rigor analítico os estudos sobre as transformações da sociedade e do universo político, e da própria organização da ciência.

A sua obra emerge em meio à controvérsia que marcou o desenvolvimento científico na idade em que surgem e se consolidam os dois grandes paradigmas alternativos das ciências sociais, o positivismo e o historicismo. É representativa dos problemas que seguiram a elaboração da sociologia como ciência empírica da sociedade. Ao se incumbir da tarefa ambiciosa de analisar e explicar extensamente as transformações sofridas numa sociedade industrial, seu desenvolvimento e as formas de anomia da modernização capitalista, não foi solitária; outros sociólogos clássicos como, Comte, Tönnies, Durkheim e Marx participaram desta mesma empreitada.

Weber abraça todo o campo de transformações sociais e institucionais do mundo moderno, da reforma religiosa e suas consequências no processo de secularização. No plano das ciências sociais, os seguidos fracassos teórico-metodológicos das diferentes escolas e mesmo a crise de diversas disciplinas são fatores que explicam um retorno a algumas questões provocadas pelo pensamento de Max Weber sobre a vinculação entre o pesquisador e sua realidade, a complexa relação entre ciência e política, a relação com os valores no processo de pesquisa, os problemas da “objetividade” científica nas ciências sociais. Ainda, no plano político, Weber apresenta renovadas indagações acerca da (im)possibilidade da manutenção de um espaço para a liberdade humana face à burocratização crescente.

Hoje, mais de setenta anos após sua morte, o modo como fala da racionalidade se mostra ainda provocante e sugestivo, talvez pela ambivalência de seu posicionamento em relação ao racionalismo ocidental.

Ambivalência esta, incompreendida por um certo “senso comum”, *a priori*, em torno de seu pensamento, vinculado tanto nos meios acadêmicos quanto no âmbito da intervenção da atividade política. Por um lado, este “senso comum” - melhor seria dizer “contra-senso” - apresenta-se-nos, primeiramente, como a própria negação da leitura do autor, ao alegar o “conservadorismo” de sua teoria, ou a “defesa da racionalidade instrumental”, ou ainda, a “defesa de um monismo jurídico”. O maior mestre da sociologia brasileira, Florestan Fernandes¹, marxista insuspeito, refuta esse simplismo. Indagado sobre Weber, afirma, com a lucidez que lhe é peculiar, a “*deformação*” sofrida pelo pensamento weberiano originariamente nas universidades norte-americanas, a qual prejudica a compreensão de seu pensamento como um todo, na medida em que relega a último plano o fato de que Weber foi protestante, com posições social-reformistas, e que a sua obra está vinculada às lutas que se dão na Alemanha pela transformação da sociedade e do Estado. Nada disso aparece na tradição acadêmica

¹ FERNANDES, Florestan. *O Mestre elogia e adverte o Presidente*. In (Entrevista). Folha de São Paulo de 22.01.95 (Caderno I-18)

oficial dos EUA, que revela tão somente um Weber “domesticado pelos cientistas políticos”.

De outra parte, há o problema daqueles que oportunisticamente, induzem a um “senso comum” em torno do autor, na medida em que reivindicam a obra weberiana para “legitimar”, “justificar” idéias e práticas as quais Weber, indubitavelmente, não rubricaria. É o caso, para exemplificar, do que ocorre na atual conjuntura nacional com a propaganda eufórica feita do presidente Fernando Henrique Cardoso, pelos seus títeres, como leitor privilegiado de Weber e, por isto, possuidor de todas as respostas para solucionar os problemas do País. A ideologia inscrita em tal atitude política é subliminar: os socialismos reais morreram. Marx “morreu”. Resta, então, uma “nova” seita - a do presidente-, o “weberianismo”. Certamente, Fernando Henrique Cardoso presta um desserviço ao pensamento de Weber, o qual não permite o otimismo veiculado pela mídia. Ademais, tal prática se circunscreve ao núcleo daquilo que o autor mais combateu, seja como homem político ou pesquisador: a destruição do espaço público de debate. Expliquemos. Os fins estabelecidos na política só podem ser objeto de uma escolha subjetiva de valores, portanto, não há como a ciência (e, no caso, a obra de um autor conhecido pelo seu rigor científico) estabelecer como *deve* ser a política, ou “justificar” cientificamente aquilo que é um ato de “livre arbítrio”.

Existem, de fato, inúmeras possibilidades interpretativas retiradas da leitura de um clássico, que pode, inclusive, ser ordinariamente vilipendiado, como acabamos de exemplificar. Um pensamento que se torna de domínio público tem que enfrentar a contingência dos usos que lhe são dados, mas isto não significa que não possamos ter nenhuma segurança na interpretação privilegiada. Esta é possível, desde que não se esconda o ponto de partida, o fundamento. Afora isto, a leitura de um texto é sempre aberta; como afirmou, certa vez, Lacan, “*Um texto não foi feito para ser lido*”, em outras palavras, um texto foi feito para “estar sendo” lido porque sua leitura jamais é finita e oferece inesgotáveis possibilidades hermenêuticas.

É partindo deste pressuposto que pretendemos, com este trabalho, provocar uma (re)leitura crítica do pensamento de Weber, instigar um novo “olhar” para o horizonte de seus diagnósticos, que propicie, no mínimo, a percepção da ambígua interação entre a sua pesquisa histórica e sociológica, sobre o caráter específico do racionalismo da civilização ocidental moderna e a sua resposta moral a este. Buscamos, igualmente, a partir desta pesquisa, possibilitar uma reapropriação crítica de Max Weber, para o âmbito do direito. Para tanto, elegemos o tema central da racionalização - considerado unificante em sua obra - percorrendo caminhos inóspitos que podem tornar o trajeto perigoso, embora mais fascinante. Lançamos, no entanto, devido à relevância da enorme produção científica e política weberiana, a advertência de que este *approche* não pode fornecer mais que uma introdução parcial ao mundo intelectual e à obra deste autor.

Em sua análise dos modelos de racionalidade e processos de racionalização na esfera da vida econômica, jurídica, administrativa, ético-religiosa, Weber denuncia que a racionalização crescente não significou progresso inequívoco no sentido do bem-estar da humanidade. Em cada uma destas esferas institucionais, a racionalização produziu a despersonalização das relações sociais, o refinamento da técnica de cálculo, o aumento da importância social do conhecimento especializado e a extensão do controle tecnicamente racional tanto de processos naturais quanto daqueles sociais.

Weber rompe com a “promessa otimista” do Iluminismo. Tem consciência de que o capitalismo encontra seu “*habitat*” nesse mundo “*desencantado*” e de que a racionalização obstaculiza aos homens, a condução de uma existência autônoma e dotada de significado. O crescente desenvolvimento da burocracia, alerta Weber, ameaça a liberdade individual, muito embora, a racionalização propicie também, um conhecimento científico sobre o homem e a natureza que permite a emergência de uma nova estrutura de consciência, distinta da religiosa.

Assim, neste mundo, órfão de absolutos, a ética da responsabilidade e o direito formal se tornam os únicos modelos, no âmbito moral e jurídico, respectivamente, com condições de fornecer ao homem da civilização, modelos de comportamento adequados às condições impostas pela realidade. A previsibilidade e a calculabilidade que possibilita o direito moderno trazem no seu bojo os aspectos negativo e positivo. Ao mesmo tempo em que a racionalidade formal provoca uma crise na medida em que se autonomiza face aos sentimentos humanitários, igualitários, e fraternos (racionalidade orientada a valores), provocando um domínio das coisas sobre os homens (autojustificação), e isto Weber o confirma com seus estudos sociológicos acerca da racionalidade jurídica - essa racionalidade formal constitui uma conquista contra os poderes autoritários e, no entanto, pode adquirir variadas configurações históricas.

A partir desta compreensão do pensamento weberiano, estruturamos o trabalho em três capítulos, da seguinte maneira. Inicialmente, propomos uma crítica às “apropriações indébitas” do autor como teórico defensor da racionalidade instrumental, por um lado; e, por outro, buscamos mostrar a preocupação weberiana no sentido de diferenciar os âmbitos da ciência e da política, evidenciando que aquela não determine *finis* a esta última, bem como as consequências desta postura de “*neutralidade axiológica*” no que diz respeito a um modo adequado de condução da vida na modernidade. Para isto, no primeiro capítulo, tratamos de resgatar a atualidade deste clássico, para a problematização da crise cultural vivenciada neste final de século, situando o homem e a obra no seu tempo, a herança deixada à Escola de Frankfurt e ao marxismo e finalizando com a retomada da distinção entre os campos da ciência e da política.

Num segundo momento, procuramos elucidar o objetivo de fundo do pensamento weberiano, a saber, a caracterização e explicação do desenvolvimento do peculiar racionalismo ocidental que distingue a moderna civilização ocidental das demais formas de gestão do acontecer humanos. Para isso, passamos por questões tais como, a

pluralidade de conceitos de racionalidade, as patologias da modernidade, a racionalidade orientada a fins e a racionalidade orientada a valores, reportando-nos à específica relação entre racionalidade, capitalismo, e Estado Moderno; finalmente, situamos a emergência de uma ética do “*dever profissional*”, necessária à *organização racional do trabalho* no capitalismo, denunciada por Weber, propiciando uma (re)leitura do autor que aponta para a percepção da ambivalência de seu diagnóstico empírico da modernidade e da sua resposta moral ao racionalismo ocidental.

No terceiro capítulo, analisaremos, em linhas gerais, a pesquisa sociológico-histórica de Max Weber acerca da reconstrução “típico-ideal” do desenvolvimento do direito moderno, notadamente no que diz respeito às condições prévias que possibilitaram a ascensão de aspectos racionais e formais do direito, tais como, a formação do Estado moderno, os interesses econômicos e demandas dos capitalistas por um sistema jurídico formal, como também, a crescente burocratização do Estado (presentes no capítulo II). Um aspecto que consideramos nuclear na sociologia jurídica weberiana é a constituição dos conceitos de racionalidade e formalidade e suas respectivas antíteses - irracionalidade e materialidade -, a partir dos quais sintetiza a “tipologia ideal” de direito, possibilitando a análise do ponto de vista da sua racionalização interna. O contraponto feito com Kelsen e Marx serviu para pontuar dois eixos redutores da complexidade do fenômeno jurídico não abordados pela racionalidade jurídica, nem, tampouco, sua subsunção desta a interesses determinados, configuradores de racionalidade material. Ademais, a estes dois autores é importante, igualmente mostrar, com o primeiro (Kelsen), uma definição diferenciada, sociológica, a partir do jurídico; e, através da referência ao segundo (Marx), o desenvolvimento de uma tese fundamental na sociologia jurídica weberiana, a saber, o repúdio à monocausalidade econômica na reconstrução do desenvolvimento histórico do direito moderno.

Consideramos importante distinguir o diagnóstico sociológico weberiano de um libelo em defesa da racionalidade orientada a fins. Ressaltaremos, assim, a necessidade de conhecimento da realidade, mesmo que esta possa desagradar, pois apenas desta forma parece-nos ser possível realizar uma intervenção - prática e teórica - responsável e compromissada com o desafio moderno de reunir pragmática e valores, para resistir ao processo “irracional” da racionalização.

Embora Weber, com suas incursões teóricas, não se propusesse a fazer “filosofia” e predições com base em utopias, sua diagnose da moderna sociedade capitalista deu-lhe elementos vivos de prognose, sem que estes tivessem o caráter apodítico e/ou escatológico dos discursos preditivos.

Acreditamos, contudo, que o sociólogo privado da abstração filosófica, fica prisioneiro das armadilhas da reflexão imediata, na qual estão ausentes as mediações que possibilitam a reconstrução compreensiva do mundo. Da mesma forma, o filósofo comprometido tão somente com o *avenir*, descuidando do presente e das coisas do mundo da vida, ficaria limitado em seu exercício intelectual e funções sociais. Concordamos com Descamps, ao comentar Châtelet:

“A tarefa do filósofo não é exprimir o que deve ser. Mais ambiciosamente, ele tem o encargo de tornar inteligível o que é, de denunciar usos ilegítimos dos conceitos”²

² DESCAMPS, Christian. *As idéias filosóficas contemporâneas na França*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

Tomado sob este prisma, Weber, apesar de não ter reivindicado, para si, o papel de filósofo, indubitavelmente, esteve muito além deste desígnio.

Capítulo I

MAX WEBER : UM CLÁSSICO PARA LER A MODERNIDADE

“O destino de uma época cultural que ‘provou da árvore do conhecimento’ é ter de saber que podemos falar a respeito do sentido do devir do mundo, não a partir do resultado de uma investigação, por mais perfeita e acabada que seja, mas a partir de nós próprios que temos de ser capazes de criar este sentido. Temos de admitir que ‘cosmovisões’ nunca podem ser o resultado de um avanço do conhecimento empírico, e que, portanto, os ideais supremos que nos movem com a máxima força possível, existem, em todas as épocas, na forma de uma luta com outros ideais que são, para outras pessoas, tão sagrados como o são para nós os nossos” (WEBER, 1904: 113)

1. O Retorno a Weber como uma necessidade atual

Weber (1864-1920) é um clássico, cuja obra serve para compreender uma época, mas extrapola-a, devido à sua atualidade para a compreensão de nossa própria realidade. E, como todo autor clássico, a cada nova época, além de deixar margem a muitas interpretações, vai criando novas possibilidades hermenêuticas e gerando conhecimentos que ultrapassam a sua própria intenção inicial; razão de sua riqueza e universalidade. Daí também a impossibilidade de atingir a unanimidade entre as interpretações, e, por isso, entre os leitores deste trabalho. Sabemos o risco de apresentar o uso da obra weberiana que se segue,

mas nos consola saber que a unanimidade, como afirmou Charles de Rémusat, “quase sempre significa servidão”.¹

Neste findar do século XX, em meio às crises de paradigmas, assistimos a uma redescoberta do pensamento de Max Weber. Este revelou-se um grande crítico da modernidade ocidental, antecipando muitas das questões que hoje traduzem a teoria e a prática da nossa vida “moderna”. A interpretação predominante, entretanto, tende a considerá-lo um teórico defensor da racionalidade instrumental, leitura esta que nos parece de caráter reducionista, talvez pelo fato de não analisar o conjunto de sua obra. De um lado, a teoria weberiana foi apropriada pelo funcionalismo de forma bastante limitada e restritiva; e, de outro, temos sua completa negação, devido ao estereótipo que um certo marxismo ortodoxo e/ou vulgar lhe imprimiu, desqualificando-o na sua totalidade. Ambas as posições degeneraram o pensamento do autor em discussão, como veremos.

Weber contribui, sem dúvida, para um diagnóstico da modernidade. Inúmeros teóricos recorreram aos seus escritos, tomando-os como referencial elucidativo do processo de racionalização e secularização do Ocidente; Ou seja, do movimento que coloca ao homem - abandonado pelas certezas que a religião antes lhe fornecia - o problema do *desencantamento do mundo* e da *perda de sentido da vida*. Neste sentido, a racionalização deve ser compreendida como o resultado da diferenciação técnica e especialização da ciência - características da civilização ocidental - que possibilita maior previsibilidade, calculabilidade ao sistema sócio-econômico conhecido como capitalismo. Weber, em síntese, procura respostas para o que é capitalismo e quais as conseqüências que ele traz à sociedade. Hoje, estas respostas apontam, todavia, para uma outra questão, qual seja: é possível realizar a democracia tão desejada, com a manutenção do capitalismo?

¹ RÉMUSAT, Charles de, *apud* MERCHIOR, José Guilherme. *Rousseau e Weber*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980.

Como crítico da modernidade ocidental, Weber foi bastante realista, não viu "saídas" ou "soluções" (ainda que se possa extrair algumas vias diferenciadas de compreensão, como veremos) para escapar a essa razão técnico-instrumental que "enjaulou" o homem moderno, ocasionando a sua "*perda de liberdade*".

Não obstante esta constatação, Habermas, um dos maiores teóricos da atualidade, promove o retorno polêmico de Max Weber para as ciências sociais, incorrendo, ainda, parece-nos, no mesmo equívoco de reduzi-lo à condição de teórico da racionalidade instrumental, o que é bastante prejudicial, pelo fato de dificultar a discussão acerca de uma compreensão diferenciada da teoria weberiana. Embora o objetivo deste trabalho não seja adentrar nesse tipo de polêmica (que, certamente exigiria um aprofundamento no arsenal teórico habermasiano), entendemos que é possível uma reapropriação alternativa ² de Weber que pode ser feita a partir do conjunto de suas teses principais. A crise dos "socialismos reais" e a redefinição de algumas tendências do pensamento marxista, ilustram, por exemplo, um retorno a Weber bastante específico, ou seja, revelam que este autor passou a ser objeto de leitura e reflexão dos intelectuais da esquerda heterodoxa. Na América Latina, apontam-se, entre outros fatores de redefinição e atualização da leitura weberiana, as sucessivas derrotas políticas de setores progressistas, a necessidade de revalorização do discurso da legalidade e do pluralismo político para resistir à brutal

² Conforme defende o autor alemão Wolfgang Schlüchter (1987). E ainda, SOUZA, Jessé. *O Desenvolvimento e o Diagnóstico da Modernidade Ocidental : um diálogo entre Jürgen Habermas e Max Weber*. [Alemanha], 199-. (Tese de doutorado), cuja tese de doutorado aponta caminhos a uma releitura de um Weber que vai além da mera crítica resignada da modernidade e problematiza alternativas existenciais no interior de tal "jaula de aço". Outro autor de destaque que, como Habermas, ressalta em Weber sua racionalidade instrumental é: APEL, Karl-Otto. O desafio da crítica total da razão e o programa de uma teoria filosófica dos tipos de racionalidade. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, 23, março 1989. p.67-84. Neste trabalho Apel discute as teses principais da crítica total da razão pelo pós-modernos, incluindo entre estas a tese de Max Weber sobre o processo de racionalização e desencantamento, a qual ele considera "extremamente virulenta" (p. 72).

repressão supressora de liberdades e vidas nos sistemas políticos autoritários.³

Diante desta realidade, os esforços anteriores dos intelectuais em separar e mesmo em colocar em oposição Karl Marx e Max Weber, na atualidade, estão sendo conduzidos no sentido de reaproximá-los. Como disse Pierre Bourdieu, muitas vezes o progresso da ciência pode colocar em contacto duas teorias antes opostas.⁴ Demonstrar os alcances e limites desta convergência mereceria outra dissertação, através de análise bem mais extensa; aqui, interessa-nos assinalar alguns aspectos considerados mais importantes da atualidade do pensador alemão, a começar pelo impacto de Weber na formação da teoria crítica, ou seja, sua presença no debate teórico e político moderno.

³ FIDANZA, Eduardo. *Weber: Del malentendido a la revalorización*. Buenos Aires. In: *Doxa. Cuadernos de Ciencias Sociales*, a. 4, n. 8. 1993. p. 3.

⁴ FIDANZA, Eduardo. *op. cit.* p. 7.

2. Weber, Marxismo e Escola de Frankfurt

A idéia de uma apropriação da teoria de Weber pelo marxismo sempre se apresentou um tanto paradoxal, porque os pressupostos de ambos são, de certa forma considerados, incompatíveis e reciprocamente excludentes. Em termos de matriz filosófica, Marx se alimenta mais de Hegel, enquanto Weber se inspira no neokantismo.

Por muito tempo essa idéia de incompatibilidade e exclusão dominou os meios intelectuais de esquerda e acadêmicos de um modo geral, devido tanto à leitura positivista e anti-marxista que Talcott Parsons fez de Weber, quanto a um grande mal-entendido em torno da obra weberiana "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo".⁵

Pensou-se (e ainda hoje há quem pense), equivocadamente, que não apenas esse trabalho de Max Weber, mas o conjunto de sua teoria, consistisse em uma réplica espiritualista ao materialismo, isto é, uma (tentativa de) contraposição *in totum* ao pensamento de Karl Marx. Weber conhecia a obra do pensador de Trier, e, certamente, respondeu ao marxismo do seu tempo - fortemente marcado com os signos do positivismo e do evolucionismo. E, neste sentido, poder-se-ia dizer que ele "completa" Marx com suas análises materialistas dos nexos entre as concepções de mundo, instituições e economia. Weber e Marx, de fato, divergem tanto no modo de fundar epistemologicamente uma ciência de sociedade, quanto na eleição dos interesses cognitivo e prático. Marx acentua o reconhecimento das contradições a nível da emancipação do proletariado; Weber, por sua vez, aborda esta questão sob o ângulo da possível intenção da crise de hegemonia burguesa. Neste sentido, podemos dizer que Marx mantém, apesar de tudo, o otimismo; ao passo que Weber tende ao pessimismo - o que pode ser explicado pelo fato de que Marx, ao contrário de Weber,

⁵ LÖWY, Michael. Figuras del marxismo weberiano. Buenos Aires. In: *Doxa*. Cuadernos de Ciencias Sociales, a. 4, n. 8. 1993. p. 9-14.

não presenciou os rumos do capitalismo no início do século. Mas, a despeito destas divergências, o pensamento weberiano não constitui uma “réplica espiritualista do materialismo histórico”. Na realidade, Weber preocupou-se em demonstrar que a sociedade capitalista moderna aparece ao investigador como conclusão contingente de processos múltiplos cujos vínculos recíprocos não podem ser estabelecidos com certeza, negando, assim, que haja apenas uma causa a impulsionar a história, ou que o desenvolvimento da economia seja determinante, em última instância, da vida social. Como bem lembra Michael Löwy, o objetivo de “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” era outro: de “pôr em relevo a afinidade eletiva entre o calvinismo e o espírito do capitalismo”; desta forma, “somente em um ou dois parágrafos do livro Weber se distancia de seu paradigma da *Wahlverwandtschaft* para afirmar (contra os marxistas) a prioridade histórica do fator religioso”.⁶

A obra de Max Weber, no entanto, passa a balizar algumas polêmicas no marxismo via Escola de Frankfurt, e uma das razões, bastante convincente, sobre o seu impacto nesse coletivo foi o realismo de sua análise da modernidade, em face às ilusões alimentadas por Marx sobre a possibilidade de emancipação diante do desenvolvimento das forças produtivas.⁷

Alguns diagnósticos e perspectivas dos pressupostos da teorização marxista mais ortodoxa sobre o capitalismo aparecem como insuficientes, pois, ao contrário das previsões de Karl Marx, o progresso tecnológico e a crescente produtividade não levaram à emancipação política. Afirmaram-se, todavia, com o processo de racionalização social, as patologias sociais da perda de sentido e perda de liberdade denunciadas por Max Weber. Análise esta, que parece ter melhor traduzido o nosso tempo.⁸

⁶ LÖWY, *op. cit.* p. 9.

PINTO, S. Cabral. *Leitura de Habermas. Modernidade e emancipação*. Coimbra: Fora do Texto, 1992. p. 20. Esse autor, um estudioso de Habermas, lembra-nos o seguinte: “Marx viu nas relações capitalistas de trabalho e de propriedade a sede da alienação que Hegel sediara na autoconsciência e, dessa forma, superou a crítica apenas aparente da

Com György Lukács temos o primeiro diálogo do marxismo com Weber⁹. Merleau-Ponty estava certo ao designar "História e Consciência de Classe" (1923) como o marco inicial da corrente "marxista-weberiana". Todavia, dois anos antes da publicação desta obra, Ernst Bloch utilizou em seu "Thomas Münzer, teólogo da revolução", "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo" de Weber para criticar as práticas capitalistas.

Entre 1912 e 1915, Lukács participou do círculo de amigos intelectuais que se reuniam na casa de Weber para discussões teóricas; daí a influência de certos temas weberianos em seus primeiros escritos marxistas. Sua obra "História e Consciência de classe", na qual analisa a reificação, mostra uma síntese da teoria do fetichismo em Marx e das teses weberianas da racionalização e da burocratização. Esta pesquisa promove a fusão da categoria da racionalidade formal em Weber com os conceitos marxistas do trabalho abstrato e do valor de troca, por um lado e, por outro, estende a análise da reificação e da forma mercantil a outras esferas da sociedade e da cultura das análises weberianas da modernidade impregnada pelo espírito capitalista do cálculo racional - o que lhe propicia desmascarar o fetichismo mercantil enquanto um fenômeno mais geral da sociedade capitalista¹⁰.

Vinte e cinco anos depois, Lukács tornou-se um marxista bem mais ortodoxo, passando a acusar Weber de ter colaborado com o processo - típico da destruição da cultura alemã anterior ao nazismo - de destruição da razão. Tal crítica enfatiza a prioridade do fator religioso no pensamento weberiano responsável pela

dialética idealista. Mas foi, segundo Habermas, 'incapaz de conceber a substituição do trabalho concreto pelo trabalho abstrato como um caso particular da reificação... que é induzida pelo sistema'

PORTINARO, Pier Paolo. *Max Weber - La democrazia come problema de la burocrazia come destino*. Milano: Franco Angeli, 1987. p. 82. Segundo esse autor, à crítica "positiva" do materialismo histórico que se encontra na obra madura de Weber, nenhum expoente do marxismo ocidental soube contrapor uma crítica "positiva" da sociologia weberiana. Assim, a elaboração da teoria crítica da sociedade pela Escola de Frankfurt pode ser compreendida como resposta a Weber nos confrontos da filosofia da história marxista.

⁹ LÖWY, *op.cit.* p. 9

¹⁰ LÖWY, *idem*, p. 9.

“deseconomização” e “espiritualização” da essência do capitalismo. Ademais, Lukács considera que Weber, ao recorrer à “liberdade de valores” em sua sociologia, afirmando a impossibilidade de adotar “cientificamente” uma atitude prática, apesar de toda a sua polêmica contra os desvios da razão em voga na Alemanha, desliza no seu próprio irracionalismo:

"Max Weber se depara aqui com o problema colocado pelo Manifesto Comunista quando disse que a história é toda ela uma história de lutas de classes. Mas, como não pode nem quer reconhecer estes fatos, porque sua concepção de mundo o impede, e como, em virtude disso, não está em condições nem abriga a vontade de extrair as consequências discursivas dialéticas que derivam da estrutura dialética da realidade social, se vê obrigado a refugiar-se no irracionalismo".¹¹

Somente bem mais tarde, em 1966, Lukács reconhece sua dívida intelectual para com Max Weber¹².

No que diz respeito ao diálogo da Escola de Frankfurt com Max Weber, através de Adorno e Horkheimer, observamos convergências evidentes entre as suas críticas da razão instrumental e as teses weberianas da racionalização. Max Horkheimer e Theodor Adorno, na "Dialética do Esclarecimento" (1944) - embora não citem Weber, têm a mesma percepção do processo de evolução histórica ocidental como um "desencantamento do mundo" mediado por uma racionalização crescente que delimita os contornos rígidos do moderno sistema industrial burocratizado. Desta forma, reificação e racionalização tornaram-se expressões indissociáveis, que denunciam - como veremos -, uma interpretação radicalizada do realismo de Weber, o qual se tornou, em face as desilusões pós-Segunda Guerra Mundial, pessimismo teórico:

¹¹ LUKÁCS, György. *El asalto de la razón*. Barcelona: Grijalbo, 1976. p. 496.

¹² LÖWY, *op.cit.*, p. 11.

*"As relações sociais estariam submetidas às finalidades da autoconservação pelo poder impessoal, sine ira et studio, das burocracias que se foram instalando nos aparelhos da produção e do Estado. Só desta maneira se compreenderia a queda no anonimato do proletariado, a classe que o marxismo promovera a titular do interesse pela emancipação"*¹³

Horkheimer iguala a "razão instrumental" à razão tecnológica (regulação entre meios e fins de Weber). "Weber enfatiza o incremento em racionalidade, produto da diferenciação entre esferas de valor cognitivas e processos de aprendizagem cientificamente organizados: Horkheimer sublinha a *perda* que tem lugar, na medida em que as ações podem ser julgadas, planejadas e justificadas só sob aspectos cognitivos" ¹⁴. Max Weber utiliza os termos racionalidade formal e racionalidade material, ou racionalidade como finalidade e racionalidade como valor, enquanto Horkheimer foi o primeiro a falar em razão instrumental (equivalente a racionalidade formal ou dirigida a fins, em Weber).

Horkheimer e Adorno auferem influência ainda maior às teses weberianas se comparados a Lukács. A partir de uma interpretação mais trágica do processo de racionalização de Weber, concluem que a emancipação política das massas "não seria mais uma consequência lógica das contradições do capitalismo". Conforme aponta SOUZA:

"As relações coercitivas típicas do capitalismo são percebidas, nesse sentido, apenas como a feição moderna de uma desde sempre existente reificação. A dialética do esclarecimento expressa precisamente a convicção de que a idéia do esclarecimento enquanto agente propulsor por excelência do desencantamento do mundo seria uma quimera. Mal libertos da ilusão da força

¹³ PINTO, *op. cit.*, p. 21

¹⁴ BERIAIN, Josetxo. *Representaciones Coletivas y projecto de modernidad*. Barcelona: Anthropolos, 1990. p. 138.

*dos poderes sobrenaturais passamos a criar outra ilusão, dessa vez bem menos transparente: o próprio esclarecimento. No pensamento esclarecido habitaria uma racionalidade 'pérfida', reificadora, dirigida exclusivamente ao sentido da dominação ".*¹⁵

Weber teve decisiva influência na Escola de Frankfurt. Mas teóricos como Adorno e Horkheimer, estavam mais propensos a aceitar elementos otimistas do marxismo, embora isso não signifique que tenham proposto uma superação do capitalismo vigente. Rejeitam o capitalismo e a burocracia enquanto um "destino" da humanidade, projetando a utopia de uma sociedade livre da reificação e da dominação¹⁶. O que, na realidade, nos faz pensar em uma aproximação de Weber destes teóricos é exatamente a crítica implacável - e às vezes incompreendida -, da sociedade capitalista. Pois, apesar da obra weberiana não compreender uma perspectiva exatamente otimista em relação ao "destino" do homem em tal sistema social, apontá-lo como um inequívoco defensor do capitalismo é, no mínimo, uma exdrúxula falsificação¹⁷.

Na via destas considerações, percebe-se, entretanto, que a discussão em torno da apropriação marxista de Weber revela tanto as afinidades quanto sinais de incompatibilidades radicais entre estes dois universos teóricos. Em Lukács já estavam presentes as conseqüências aporéticas dessa união que permanecem, de alguma maneira, na Teoria Crítica. SOUZA argumenta que a razão de tal aporia situa-se no fato de que a síntese teórica entre Weber (assimilado enquanto pensador da racionalidade instrumental) e Marx possibilita uma melhor interpretação do capitalismo tardio, mas, concomitantemente, deixa

¹⁵ SOUZA, Jessé José Freire. *O desenvolvimento e o diagnóstico da modernidade ocidental. O diálogo entre Jürgen Habermans e Max Weber*. [Alemanha]: s. ed., 199-. (tese de doutorado).

¹⁶ LÖWY, *op. cit.*, p. 11

¹⁷ Um artigo que, embora muito bem escrito por autor que merece nossa consideração, seja no plano teórico como no político, traz uma análise assustadoramente estreita sobre Weber, é o de: NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Max Weber: A Burocracia e as Armadilhas da Razão*. São Paulo: Grijalbo, 1977. p.135-152.

transparecer uma “ideologia totalizante”, que , em última instância , impede a união com a perspectiva de emancipação proposta pelo marxismo.¹⁸

Buscando unir várias áreas do saber e pensadores de tradições distintas, como Marx e Weber, Habermas lança o desafio de superar tal problemática (aporia), buscando um acordo entre a pretensão de emancipação do primeiro e o diagnóstico mais apropriado do segundo.¹⁹

Já, Walter Benjamin, um pouco mais distante da Escola de Frankfurt, opõe-se às teses weberianas sobre a modernidade. Para ele, ao contrário de Weber, esta representa o reino do mito e não do desencantamento. O progresso técnico e econômico não andam no mesmo ritmo do progresso cultural, e a modernidade não significa o fim da magia, mas a radicalização deste universo mágico. Nesta perspectiva coloca-se, então, a favor da racionalização cultural como condição para combater o universo mítico. Crê, ainda, que não é o capitalismo ou a técnica em si mesma que aprisiona o homem.

Benjamin critica a descrição weberiana empírica de uma modernidade normativa "que só poderá realizar-se com as mudanças nas relações sociais". Como sintetiza muito bem Rouanet : "*... nada mais longe de Benjamin que uma ética neo-nietzscheana de aceitação do mundo moderno como destino*"²⁰. Contrária, portanto, ao

¹⁸ SOUZA, *op. cit.*, p.88.

¹⁹ Esse objetivo, segundo SOUZA, (s/d: 95) exige uma crítica profunda em ambas as teorias, mostrando, além disso, a importância do diálogo com Weber. "*Assim como de Adorno ou Horkheimer aceita Habermas fundamentalmente as consequências da tese da racionalização weberiana especialmente em relação à diferenciação dos aspectos da razão, contra Lukács nega ele a possibilidade de uma fundamentação metafísica da unidade da razão. Já no confronto com Adorno, considerado por ele o pensador mais consequente da escola de Frankfurt, rebela-se Habermas contra a perspectiva trágica que Adorno compartilha com Max Weber*". É importante ressaltar ainda que Horkheimer reconhece, com Weber, que o protestantismo é a força mais poderosa para a difusão da fria racionalidade individual. Mas também se deve falar do otimismo maior da Escola de Frankfurt no seu início, embora depois (Horkheimer é o exemplo) tenha se tornado mais pessimista. Para Weber, mais histórico, razão pura e razão prática são inconciliáveis.

²⁰ ROUANET, Sérgio Paulo. *A Razão Nômade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. p. 69.

romantismo que impregna seu pensamento, como lembra Löwy²¹. Por outro lado, é sempre bom lembrar que Weber é contemporâneo de um Nietzsche que nega uma visão otimista, de um progresso global da história, presente no núcleo do pensamento Iluminista ²².

Benjamin, então, conhecia singularmente a obra weberiana, embora tenha discordado de suas teses.

A Escola de Frankfurt não seria a mesma sem as leituras de Weber. Poderíamos ousar dizer que muito da atualidade de temáticas, até hoje ainda não esgotadas da Escola de Frankfurt - tais como: "a dialética da razão iluminista e a crítica da ciência; a dupla face da cultura e a discussão da indústria cultural; a questão do Estado e suas formas de legitimação" - devem, também, um tributo a Max Weber²³.

Ao lado do balanço cultural no final do milênio, torna-se urgente rever Weber inclusive para uma avaliação da Escola de Frankfurt. Da mesma forma é imprescindível re-situá-lo, no contraponto atualíssimo Habermas/Luhmann - eixo e continuidade das problemáticas de Frankfurt redefinidos ²⁴. Mas esse retorno a Weber, do nosso ponto de vista, deve ser feito a partir de uma crítica aos argumentos que o limitam ao papel de teórico da racionalidade voltada aos fins, impossibilitando, com isso, a redescoberta do rico conjunto de sua obra fortemente marcado pelos signos de um homem imensamente angustiado com o destino de sua época.

²¹ LÖWY, Michael. *Romantismo e messianismo: Ensaio sobre Lukács e Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, EDUSP; 1990. p. 11.

²² Uma referência em termos de aproximação entre Weber e Nietzsche está em: JASPERS, Karl. Método e visão de mundo em Weber. In: COHN, Gabriel (org.). *Sociologia para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p.120-135. E também: FLEISCHMANN, Eugène. Weber e Nietzsche. In: COHN, Gabriel (org.). *op.cit.*, p.137-185.

²³ FREITAG, Bárbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense. 1986. p. 8.

²⁴ Não nos cabe, nos limites deste trabalho, adentrar e aprofundar debate tão complexo como este que se dá entre Habermas e Luhmann. Contrapontos interessantes entre as interpretações de Weber pela teoria sistêmica, através de Luhmann e da teoria crítica, através de Habermas, encontram-se em CAVAZZANI, Guido. *Interpretazioni di Weber e teorie della società*. Milano: Franco Angeli, 1993.

3. Weber: o homem e a sua postura política

3.1. Weber: o homem

Há autores que sugerem a influência na obra de Weber de suas relações familiares, do clima acadêmico, das conjunturas políticas por ele vivenciadas na Alemanha, e das viagens que realizou.²⁵

Weber nasceu em ambiente privilegiado intelectual e materialmente. Sua mãe, descendente de uma família de industriais têxteis, culta, piedosa, humanista e defensora de uma religiosidade pétrea. O pai, deputado no Parlamento Federal, o *Reichstag* de Berlim, político liberal conservador, opunha-se, com o seu pragmatismo, ao idealismo da esposa.

“El pensamiento que hilvanará Max Weber estará condicionado por su ambiente burgués. Sus notables estudios sobre la sociología de la religión, su enfoque del puritanismo, de la ética protestante, sus análisis del sistema capitalista, como una estructura racional burguesa, su posición personal frente al espartaquismo, frente al marginamiento de los socialistas y de los judíos de las cátedras universitarias, su participación política, su modo de defender a Alemania, su ética del científico tuvieron ese caldo de cultivo, ese fermento que significa haber nacido en una familia burguesa, con un padre político poseedor de una biblioteca selecta y de amistades de notable fuste, a la par de una madre

²⁵ A exemplo de autores como: Wright Mills, Bendix, Raymond Aron, Chacon, Cohn entre outros. Para tentar compreender em Weber as aparentes antinomias: ciência/política e conhecimento/ação, é necessário colocar-se diante do problema weberiano da relação com os valores e, para isto, consideramos importante, previamente, situá-lo dentro do contexto familiar, político, social, cultural e econômico em que viveu.

*sensible por lo humano profundamente preocupada por lo espiritual*²⁶

O ambiente erudito e intelectual do lar contribuiu para sua precocidade. Aos treze anos de idade Weber já escrevia ensaios históricos penetrantes. Em 1882, ingressou na universidade de Heidelberg como estudante de direito, embora tenha cursado inúmeras outras matérias, como economia, filosofia, história. Um ano depois foi a Estrasburgo cumprir serviço militar. Quando deu baixa, voltou aos estudos universitários em Berlim e Goettingen; escrevendo, no ano de 1889 sua tese de doutoramento sobre a *“História das Companhias Comerciais da Idade Média”*. As informações adquiridas - ao longo do desempenho da função de oficial de reservas na temporada de serviço ativo -, sobre os problemas políticos e sociais da comunidade agrária, nas províncias do leste do Elba, por sua vez, conduziram Weber a elaborar uma análise sociológica, política e econômica do Império Romano, intitulada *“História agrária de Roma e sua significação no direito público e privado”* (1891).

Em 1893, casou-se com Marianne Schnitger. No outono de 1894, Weber aceitou a cadeira de Economia da Universidade de Friburgo. Trabalhou intensamente até 1897, quando caiu enfermo e suspendeu a cátedra. Tratava-se de uma grave crise de esgotamento nervoso, de ansiedade e neurose; que acabou por acompanhá-lo no transcorrer de sua vida, distinguindo momentos de depressões intermitentes, intercalados por períodos de intenso trabalho intelectual. Em virtude destes abalos emocionais, permaneceu afastado das atividades acadêmicas durante quase quatro anos. Após seu restabelecimento, voltou a Heidelberg, reassumindo parcialmente a docência.

Em 1903, inicia sua colaboração à direção do *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (arquivos para as ciências sociais e a Política Social), que se tornou uma das mais importantes revistas de ciências sociais na Alemanha, até seu fechamento pelos nazistas.

²⁶ PEREZ, Jorge Henrique Romero. *La Sociologia del Derecho en Max Weber*. Costa Rica: Univeridade da Costa Rica, 1975. p. 27.

A visita aos Estados Unidos (1904) foi fundamental ao amadurecimento intelectual de Max Weber, na medida em que lhe propiciou uma observação mais próxima do desenvolvimento do capitalismo, da democracia formal, da burocratização e da organização sindical:

“O essencial da experiência que Weber teve da América, se relacionou com o papel da burocracia numa democracia. Percebeu ele que a Máquina Política, era indispensável na democracia de massas moderna, a menos que imperassem uma democracia sem líderes e uma confusão de línguas. A máquina política, porém, significa a administração da política pelos profissionais, pela disciplinada organização partidária e pela sua propaganda simplista para ser mais eficiente. Tal democracia também pode suscitar o aparecimento da tribuna popular cesarista, seja no papel do presidente forte ou do administrador urbano. E a totalidade do processo tende para uma crescente eficiência racional e, com isso para as máquinas burocráticas: partidárias, municipais e federais” ²⁷

De volta à Alemanha, Weber retomou a redação de suas obras, terminando a segunda parte de *A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo*.

Durante o período de 1906 a 1910, sua atividade intelectual foi muito intensa. Manteve discussões longas com acadêmicos eminentes de sua época, como de Wilhelm Windelband, Otto Klebs, Eberhard Gotheim, Georg Jellinek, Ernst Troeltsch, Karl Neumann, Emil Laski, Friedrich Gundolf, Arthur Salz, Robert Michels, Werner Sombart, Karl Vossier, Georg Simmel, além de dialogar com

²⁷ GERT, L.H. e MILLS, W. C. *Max Weber: Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro. Guanabara, 1982. p. 31.

outros jovens universitários que buscavam seu estímulo (Paul Honigsheim, Karl Löwenstein e György Lukács).

Muito embora com a saúde debilitada, Weber se empolgou tanto com a primeira revolução russa que aprendeu o idioma para acompanhar os fatos veiculados diariamente pela imprensa daquele País. Ao final dessas pesquisas, publicou *“A Situação da Democracia Burguesa na Rússia”* e *“A transição da Rússia para o constitucionalismo de fachada”*.

Weber foi convidado a retornar à cátedra, mas queria continuar escrevendo, pesquisando e não se sentia em condições de retornar à sala de aula. Mesmo assim, não pôde deixar de ser atraído pela política universitária, tentando abrir o caminho de jovens professores como Robert Michels e Georg Simmel, que tiveram dificuldades em suas carreiras devido ao anti-semitismo ou ao preconceito contra os jovens docentes socialistas. Isto causava verdadeiro furor em Weber, o que pode parecer, para alguns, uma atitude contraditória, visto que ele não era um defensor da esquerda socialista; ao contrário, foi sempre um crítico dos extremismos revolucionários. Entretanto, essa era mais uma das características de Weber, a de ter atitudes tão independentes, seguindo somente as normas rígidas que impunha a si mesmo, ao ponto de parecer controverso.

Apaixonado convicto pela política alemã, separava rigorosamente o seu papel de professor e cientista, do desempenho de suas funções públicas. Eis uma passagem bastante exemplar, que revela o passado vivido por Weber:

“Ora, não se pode demonstrar a ninguém aquilo em que consiste o dever de um professor universitário. Dele nunca se poderá exigir mais do que probidade intelectual ou, em outras palavras, a obrigação de reconhecer que constituem dois tipos de problemas heterogêneos: de uma parte, o estabelecimento dos fatos, a determinação das realidades matemáticas

*e lógicas ou a identificação das estruturas intrínsecas dos valores culturais e, de outra parte, a resposta a questões concernentes ao valor da cultura e de seus conteúdos particulares ou a questões relativas à maneira como se deveria agir na cidade e em meio a agrupamentos políticos. Se me fosse perguntado, neste momento, por que esta última série de questões deve ser excluída de uma sala de aula, eu responderia que o profeta e o demagogo estão deslocados em uma cátedra universitária. Tanto ao profeta como ao demagogo cabe dizer: 'vá à rua e fale em público'; o que vale dizer que ele fale em lugar onde possa ser criticado. Numa sala de aula, enfrenta-se o auditório de maneira inteiramente diversa: o professor tem a palavra, mas os estudantes estão condenados ao silêncio"*²⁸ (grifos nossos).

Essa concepção de Weber precisa estar contextualizada. Ele lutava contra os "treitschkes", que usavam a academia como foro de propaganda política do nacional-socialismo. Seu posicionamento diante da atividade universitária demonstra a sua postura ética enquanto intelectual e homem político²⁹.

Reconhecer os limites das esferas política e científica significava evitar a prepotência da ciência que almejava determinar fins à política e o autoritarismo dos docentes que usam sua autoridade para cercear a liberdade dos alunos. Outrossim, revelava uma crítica a toda teoria destinada a estabelecer as diretrizes da atividade política, a partir da ciência. Desta maneira, evidencia-se que a contribuição metodológica de Weber, como veremos adiante, não pode ser separada de seu "pessimismo", o qual lhe permite tornar-se um crítico radical do otimismo dos positivistas do século XIX.

²⁸ WEBER, Max. *Ciência Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972. p. 39.

²⁹ BERLINCK, Manoel T. *apud* WEBER, *op.cit.* p.13.

3.2. A postura política

Weber foi um intelectual político, como bem sintetiza BENDIX: *“vivió así extenuándose en el permanente esfuerzo simultáneo de ser un hombre de ciencia con la poderosa energía que es más común en el hombre de acción, u de ser un hombre de acción con todo el rigor ético y el desinterés personal, más comunes en el hombre de ciencia”*³⁰. Assim, faz-se necessário traçar um breve esboço do contexto no qual emergiram as obras do autor: como também, dos seus posicionamentos políticos recuperados a partir de escritos como *“Parlamento e Governo”* -obra que tornou-se clássica por ter transcendido um plano particular de análise da Alemanha pós-Bismarck- ao visualizar, prospectivamente, problemas atuais.

Ao longo de sua existência, Weber esteve envolvido em inúmeras polêmicas sobre as questões políticas, econômicas e sociais. O fato de ter nascido em uma família liberal e de classe média, talvez tenha influenciado a sua percepção do declínio do liberalismo e do crescimento do poder estatal como uma ameaça ao indivíduo e à perda de liberdade - situação contra a qual lutou enfaticamente.

A Alemanha foi, no contexto europeu, um país pouco desenvolvido e muito burocratizado até o último quartel do séc. XIX, e, principalmente, após a unificação do Reich sob Bismarck. Tendo testemunhado esse processo que se concretizou com a eliminação dos movimentos liberais da classe média, Weber convenceu-se de que os grandes objetivos só poderiam ser realizados mediante uma política de poder. Esta experiência marcou seu pensamento realista sobre a política, segundo o qual, no final de uma luta entre interesses antagônicos vence quem tiver mais poder e maior possibilidade de empregá-lo com eficácia.³¹

³⁰ BENDIX, Reinhard. *Max Weber*. Buenos Aires: Amorrortu, 1970. p. 26.

³¹ BENDIX, *op. cit.*, p. 23.

Ele admirava o gênio político de Bismarck em seu esforço pela unificação e transformação da Alemanha em uma potência. Entretanto, desprezava o culto apolítico da personalidade e chegava mesmo a abominar a atitude intolerante daquele governante contra as lideranças independentes. Tinha apenas vinte anos de idade quando se pronunciou contra a proibição do partido socialista e a perseguição de seus parlamentares por Bismarck, pois este feriu um dos valores de mais caro custo a Max Weber: a liberdade intelectual.

Sua repugnância pelo autoritarismo permanecerá até o fim da vida. Com o término da primeira Guerra Mundial, ele condena o *Parlamento Militarizado*, a legislação social demagógica, a campanha *Anticatólica*, a submissão do Parlamento, a burocratização autoritária que levou à mais irracional forma de burocracia : a patrimonial. Isto tudo culminou com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial devida, parcialmente, à incapacidade política do Kaiser Guilherme II para assumir o autoritarismo herdado. Seguiu-se, então, a República de Weimar, a qual se apoiara nas contradições internas e externas do país. De um lado, o capitalismo agrário e reacionário dos *Junkers*, somado a uma dominação burocrática prussiana e, de outro, as organizações socialistas que clamavam pela revolução. Weber opunha-se a todos eles. Receava o irracionalismo do poder carismático e a burocratização crescente que tolhia a liberdade do indivíduo. A República de Weimar assistiu a um vácuo de poder, tutelada pelo exército, com um parlamento decadente, antidemocrático e tecnocrático.

Graças à sua participação na comissão de elaboração da famosa constituição de Weimar, considerada "estrangeira" pelas idéias liberais que não encontravam respaldo na sociedade alemã, foi também considerado um "estrangeiro" ³² em seu país e passou a ver o futuro com profunda preocupação, talvez com uma consciência trágica do perigo irracionalista que se seguiria, o Nazismo.

³² TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1992. p.152. O autor usa a expressão "estrangeiro" para Weber, porque esta foi a forma de os alemães hostilizarem aqueles que participaram da elaboração da Constituição de Weimar, cujo liberalismo esteve muito além de sua época e, portanto, foi repugnada pela sociedade.

Em uma de suas obras políticas de maior importância, *“Parlamento e Governo”*, Weber discute o que considera um problema central a ser solucionado na Alemanha: a dificuldade de formação de novas lideranças políticas após a direção centralizada de Bismarck, cujas conseqüências negativas principais se devem ao fato de, em seu governo, ter permitido que a burocracia tomasse conta da condução dos negócios públicos. Ele clama, pois, pela valorização do Parlamento, não só pelo seu papel de órgão de representação política mediante os partidos, mas principalmente pelo fato de ser o lugar propício à formação de novas lideranças políticas.

A liderança política por ele reivindicada, no âmbito interno e externo, constituiria, assim, um meio para alcançar aquilo que vê como objetivo, ou seja, a transformação da Alemanha num potente Estado nacional com projeção no plano internacional.

Havia, entretanto, alguns obstáculos que necessitavam ser superados a fim de que a Alemanha se tornasse essa potência almejada por Weber. Primeiramente, reconhecia que das três classes principais, identificáveis na sociedade alemã - a burguesia urbana, os senhores agrários e o proletariado-, nenhuma possuía as condições necessárias para assumir um efetivo papel de classe dirigente ³³. Em segundo lugar, percebia que a expansão da burocracia estimulava tendências “niveladoras” no interior da sociedade. E, em terceiro lugar, conhecia o problema da exclusão de parcelas da população da participação política (referindo-se, mais especificamente, ao caso dos ex-combatentes). Para ele, era inadmissível manter alguns à margem da participação nas responsabilidades do poder. Contudo, embora Weber se preocupasse com a liberdade civil, não mantinha uma preocupação central com a democracia em si, como bem ressaltou COHN:

³³ TRAGTENBERG, *op.cit.*, p.108. Este autor caracteriza muito bem a época: *“Nos fins do século passado e início do século XX, passa a Alemanha por um arranque industrial, dirigido pela burocracia bismarckiana, pela estruturação de um proletariado com consciência para si e por uma burguesia dependente de sua associação com a classe junker temerosa das reivindicações operárias”*.

“... não está em busca das condições de ‘nivelamento’ igualitário da sociedade, nem do ‘consenso’ cultural e político, mas da adesão efetiva àquilo que, para usar um termo que lhe é inteiramente estranho mas não é absurdo no contexto, seria um ‘projeto’ político para o Estado nacional como potência”³⁴.

Nos seus escritos políticos de maturidade, Weber mostra-se, entretanto, consciente de que a orientação democrática seria o único acontecimento capaz de efetivar o “casamento” entre liberalismo e nacionalismo que dominara o horizonte ideológico da burguesia européia no século XIX. Destarte, a democratização das relações políticas poderia manter a crença na comunidade nacional através da afirmação da idéia de potência. Todavia, o avanço da democracia acentua, ao mesmo tempo, as contradições da sociedade liberal. A democracia de massas acelera, devido às organizações dos partidos políticos e do aumento significativo das funções estatais, o processo de burocratização, gerando, com isso, a perda de liberdade, a retração dos espaços de iniciativa individual³⁵.

É o Parlamento que, no plano político, de certa forma, pode contrapor-se a essa burocratização excessiva, a partir de suas condições adequadas para a formação de lideranças políticas. A uma forte burocracia deve se contrapor um Parlamento estável e um líder político diretamente eleito pelas massas. Se tais requisitos forem cumpridos, muito provavelmente poderá se estabelecer, entre a burocracia e as instituições politicamente dirigentes, uma verdadeira divisão do trabalho.³⁶

O fato de enfatizar o aspecto político não corresponde a um desmerecimento da dimensão social por parte de Weber. Para ele é como se a sociedade fornecesse o material bruto do qual o âmbito do

³⁴ COHN, Gabriel. (prefácio). In WEBER, Max. *Parlamento e Governo*. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 11.

³⁵ PORTINARO, *op. cit.*, p. 51.

³⁶ PORTINARO, *idem* p. 57.

político deve ser selecionado e transformado em poder de direção. Segundo COHN, tais processos de seleção têm importância central na obra desse autor, o que permite incluí-lo entre os representantes da “teoria das elites”, se respeitadas os aspectos que o singularizam.³⁷ Disto deriva também, em última instância, uma concepção de partido político, como uma associação voluntária cujos membros almejam o poder, ou qualquer outro tipo de vantagem semelhante, e de democracia, como algo que se exprime pela competição de grupos organizados e não como tradução da soberania popular.

O aparato burocrático, no entanto, não só é indispensável à ação política em sociedades complexas, mas também possui superioridade técnica incontestável como instrumento para a gestão administrativa das massas. Por isto, o que Weber critica é a ameaça da autonomização da burocracia em relação à política e propõe, como alternativa, o controle político da mesma.

Ele tinha consciência de que o processo de democratização iniciado pela Revolução Francesa se estenderia das relações políticas às relações econômicas. E, diante de um crescimento possível da socialização da economia, o processo de burocratização seria ainda mais trágico. Vejamos o que supõe a respeito:

*“... suponhamos que o capitalismo privado fosse eliminado: o que significaria isso na prática? Ruiriam os edifícios de aço das indústrias modernas? Não! Simplesmente, as direções das firmas estatizadas ou de alguma forma administradas comunitariamente tornar-se-iam burocráticas”.*³⁸

³⁷ Segundo COHN, *op. cit.*, 1987. p. 13, os dois aspectos que o diferenciam da “teoria das elites” são: a) na sua concepção de elites importam os mecanismos de seleção dos “melhores”. Interessam-lhe os “procedimentos significativos, portanto sociais, que levam à aceitação de alguns como os mais qualificados”; b) tais mecanismos seletivos são competitivos, envolvem luta.

³⁸ WEBER, Max. *op. cit.*, 1993. p.52.

A diferença residiria no fato de que a perda de liberdade seria ainda maior, pois, contra o poder da burocracia estatal não se pode invocar nenhuma outra instância, como o que ocorre nas organizações capitalistas privadas. A burocracia estatal reinaria absoluta, de modo que não haveria a concorrência e o controle de uma sobre a outra. Talvez essa preocupação de Weber possa inspirar, se atualizada, novas reflexões acerca do neoliberalismo que visa o « Estado mínimo ». Os efeitos da absolutização do privado não seriam ainda mais nocivos?

O confronto entre Parlamento *versus* burocracia e burocracia pública *versus* burocracia privada, permite deduzir que esta é a forma de conter a tendência à burocratização encontrada por Weber, a partir de um modelo, segundo o qual as relações que se estabelecem entre os centros de poder é sempre o de uma concorrência dinâmica, de luta. A única posição monopolista é reservada ao Estado, quando se trata de violência legítima num dado território.

É devido, muito provavelmente, a esse modelo competitivo, e não somente à fragilidade da monarquia alemã, que Weber defendeu, a partir de 1918, a república com eleições diretas para presidente. Ele enfatiza a idéia de um presidente detentor de um poder de mando incondicionado, após ser eleito. Esse presidente, capaz de romper com a burocracia e com as resistências parlamentares, deve encarnar uma figura especial: um líder carismático, mas eleito formalmente pelos seus seguidores e destituído também por eles, se acaso falhar. A expressão mais apropriada para este caso seria “democracia plebiscitária”, na qual, o governante, uma vez eleito, é soberano para decidir. Não há, pois, em Weber, uma preocupação com a soberania popular, no sentido rousseauiano do termo.

Essa posição weberiana pode ser acusada de “cesarista-plebiscitária” na seleção dos líderes, como se estivesse tratando da defesa consciente de uma forma de ditadura. Tal crítica se baseia, porém, numa interpretação incorreta de seus escritos políticos e, sobretudo, numa confusão entre o elemento real e a orientação valorativa de seu pensamento. Para Weber, trata-se de uma questão de fato: elementos irracionais têm importante papel na história, sobretudo a

emotividade das massas ³⁹. Ademais, Weber tinha em vista um estadista com responsabilidade pelas conseqüências e não um ditador, conforme se apreende do seu ensaio “*Política como vocação*” ⁴⁰.

Não é por mero acaso que ele insiste na idéia de liderança carismática. O carismático tem grande capacidade revolucionária na história e pode mudar o destino de nações inteiras ⁴¹. Diante de um sistema racional das funções, a única forma de administração compatível com a sociedade capitalista avançada, o sistema plebiscitário de seleção dos líderes parece ser a única maneira de conduzir e dominar a emotividade das massas. O sistema plebiscitário se afirma na livre competição dos partidos e no fato de o parlamento estar dotado dos poderes necessários para garantir a integração da força política imersa na luta pelo consenso popular. Entretanto, ao contrário de uma concepção liberal clássica, um tanto ilusória, que reduz a política à “*discussão racional de uma esfera*

³⁹ Conforme PORTINARO, *op. cit.* p. 58: “*Si è fatto carico a Weber di aver sottovalutato, anche nella sua cupa prognosi sulla gabbia d'acciaio che minacciava di imprigionare l'umanità, i rischi di una siffatta evoluzione e si è giunti persino a incriminare le sue analisi sul carattere cesaristico-plebiscitario della selezione dei capi, quasi si trattasse di una non consapevole e nebulosa opzione per una forma di dittatura. Non è possibile tuttavia prendere in seria considerazione tali critiche, dal momento che esse si fondano su un'interpretazione scorretta degli scritti politici weberiani e soprattutto su una facile confusione tra l'elemento realistico e l'orientamento valutativo del suo pensiero. Per Weber è un dato di fatto che elementi irrazionali giocano un ruolo di primo piano nella storia. Fra questi elementi egli annovera in primo luogo l'emotività delle masse*”.

⁴⁰ Segundo COHN, *op. cit.*, p. 21, não se pode afirmar que Weber tivesse uma concepção que coincidissem com a defesa de ditaduras, pois, ao contrário de Carl Schmitt, para o qual a soberania consiste em, “na crise, ser capaz de decidir sobre o ‘estado de exceção’”; para Weber não é uma questão de solucionar a crise mas de conseguir orientar-se nela, tomando uma iniciativa neste sentido.

⁴¹ CAVALLI, Luciano. Il carisma come potenza rivoluzionaria. In ROSSI, Pietro (org.). *Max Weber e L'analisi del Mondo Moderno*. Torino: Einaudi, 1981, p. 172. Este autor fala da importância do carisma enquanto potência revolucionária, na obra de Max Weber. “Weber afferma, com'è noto, che il carisma è stato fino a ieri la principale ‘potenza rivoluzionaria’ della storia, anzi quella ‘specificamente creatrice’. Ciò non può stupire chi abbia in mente il suo discorso più generale sul carisma. Tuttavia Weber, con quest'affermazione, si riferiva specificamente alla possibilità data al portatore di carisma personale di produrre un mutamento interiore (...) nell'animo degli altri uomini” e ainda: “In questo senso, le pagine sul carisma personale allo statu nascenti costituiscono il contributo più importante dato da Weber al massimo problema della sociologia: il mutamento nella storia”.

pública iluminada”, Weber afirma o campo de lutas e conflitos de valores e interesses que impedem uma “*discussão racional*”, como bem sintetiza PORTINARO:

*“Negli stati contemporanei la faticosa via che conduce all'identificazione di una razionalità pubblica è lastricata di conflitti fra interessi materiali e compromessi fra ideologie, il cui nucleo resta refrattario alla penetrazione razionale. La rinuncia alla fede illuministica nell'opinione pubblica è il costo politico che si deve pagare se si vuole realizzare la transizione dal parlamentarismo oligarchico e plutocratico della prima società industriale allo stato parlamentare di massa”.*⁴²

O que importa ressaltar é a capacidade de Weber em colocar-se, a partir do clima ideológico por ele vivido na Alemanha, numa posição de equilíbrio entre o realismo político e o sentido de responsabilidade civil, tendo se afirmado como a mais elevada “consciência de seu tempo”. Sua preocupação com a conduta prática e com a racionalidade diante do irracionalismo dos valores no mundo, o acompanha durante toda a sua carreira.

⁴² PORTINARO, *op. cit.*, p. 55.

4. O irracionalismo dos valores

A previsibilidade, que a ciência e a técnica possibilitaram, permitiu ao homem racionalizar as relações exteriores, de maneira a controlar, dominar e avaliar os efeitos dos *produtos artificiais* por ele criados.⁴³ Entretanto, há situações para as quais não é possível uma justificação racional, científica. Desta forma, a racionalidade formal se mostra limitada diante dos conflitos de valores. A ciência é uma iniciativa racional em sentido puramente formal e, como um caso particular de racionalidade formal, é incapaz de fornecer juízos de valor, de definir uma racionalidade material. Essa concepção weberiana sobre os limites da racionalidade formal tem relação intrínseca com a sua concepção dos conflitos de valores, e baliza sua análise da história do desenvolvimento da civilização ocidental enquanto uma tensão entre o racional e o irracional, não se constituindo, necessariamente, como o triunfo da razão. Ao mesmo tempo, é esta impossibilidade e indesejabilidade de se estabelecer a supremacia da razão formal que deixa viva a perspectiva para que os seres humanos, apesar de tudo, decidam algo, e sejam livres. Isso traz à cena outro dilema: a presença do irracional parece sugerir que aí está a liberdade, ou seja, de que ser livre é romper com a lógica, com a razão estabelecida. Assim, a compreensão das conseqüências práticas das orientações dos valores, que é também a presença da subjetividade na história, é uma tese que informa toda a obra empírica de Weber e não somente a *“Ética protestante e o espírito do capitalismo”*.

No fim do século XIX e início do século XX, estabeleceu-se uma polêmica generalizada sobre a natureza e fundamentação dos valores. A ética formalística kantiana estava em declínio, o crescimento dos conflitos sociais evidenciavam a relatividade de muitos juízos morais e o seu condicionamento pelos fatos históricos e, finalmente, a crítica de Nietzsche tocava (e incomodava) a todos. Tal era o ambiente em que os espíritos mais atentos conceberam a idéia de uma “moral material” dos valores, cuja expressão mais completa no

⁴³ FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense, 1987. p. 24.

campo filosófico esteve na obra de Max Scheler.⁴⁴ Enquanto os filósofos, ao criticar a idéia de uma ética formalista, buscavam construir “escalas” hierárquicas de valores, os sociólogos enfatizavam o momento de violência intrínseco a toda concepção pluralista dos valores, e enfatizando a necessidade de fazer prevalecer sempre, e em toda parte, um dentre eles, como resultado de um conflito produzido internamente à sociedade. Nasce assim, uma “sociologia dos conflitos”.

O conflito entre valores não pode ser resolvido a partir de uma decisão racional. O agir humano implica na tomada de posição na luta entre os valores, diz Weber, seguindo o *politeísmo de valores* nietzschiano: estar no mundo é estar entre pluralidade de valores. Escolher um, significa definir como não-valor os outros; e, disto não há como escapar. A impossibilidade de conciliar de modo científico confrontos entre valores, torna também impróprio congregar diferentes definições de racionalidade material. Daí a negação weberiana do ideal de uma sociedade materialmente racional, de uma “sociedade boa”⁴⁵ Em sua diagnose da modernidade, como veremos no segundo capítulo, Weber afirma a inelutabilidade de uma racionalidade estritamente formal peculiar à ordem social moderna, indiferente a valores materiais, que provoca uma fragmentação entre razão e consciência e, por conseguinte, o domínio de uma razão “cínica”.

O pensamento de Weber vem para desiludir todos aqueles que, apegando-se a uma determinada concepção de mundo, tiveram a pretensão de dar por explicado o processo histórico na sua íntegra e, desta forma, traçar o destino da humanidade. Weber refuta,

⁴⁴ FLEISCHMANN, *op. cit.*, p. 152.

⁴⁵ BRUBAKER, Rogers. *I Limiti Della Razionalità - Um saggio sul pensiero sociale e morale di Max Weber*. Roma: Armando, 1984. p. 87. Segundo esse autor, a idéia de uma sociedade materialmente racional não tem sentido sob o prisma da ciência porque não existe uma forma de reconciliar concepções em conflito de ordem natural numa sociedade materialmente racional. Os conflitos de valores não são resolvidos em uma discussão racional: são limitados intrinsecamente pela racionalidade do agir individual e pela racionalidade da ordem social. Isto não implica em uma defesa desse tipo de racionalidade, e sim o fornecimento de um diagnóstico com seu trabalho sociológico porque, ao contrário do que se possa imaginar, Weber demonstra-se hostil a essa ordem social baseada num racionalismo formal que, no entanto, protege os interesses de grupos sociais privilegiados.

pois, qualquer pretensão de elaborar soluções “acabadas” aos problemas colocados pela história, limitando-se a pesquisar, conforme assinala PONSETTO:

*“... tra il succedersi imprevedibile degli avvenimenti, il percorso di volta in volta più rispondente, e perciò anche sempre provvisorio, all'esigenza dell'uomo di realizzare un'esistenza fondata sulla ragione”.*⁴⁶

O homem, como ser histórico, não pode possuir princípios supra-históricos, ou além do histórico. O seu conhecer é, devido à sua natureza histórica, o procedimento de uma perspectiva subjetiva e atinge a realidade de um modo apenas parcial e provisório. Daí assinalar como ilusória toda tentativa de sistemas filosóficos que tendem a fixar de maneira definitiva todo o trajeto da vida humana, a partir de princípios de validade universal. É descobrindo o homem como sujeito de escolhas e de interesses, que faz emergir o significado do mundo, porque o conhecimento da realidade não pode ser conseguido mediante o recurso a orientações de valores de ordem metafísica ou a teorias evolucionistas da história.

Este homem, imerso no mundo de contingência histórica, é forçado a fazer escolhas constantemente e a ter que se responsabilizar por elas, uma vez que, não lhe é permitido “fugir” de tal compromisso, reportando-se a referências meta-históricas. Pois, toda realidade é em si “privada de sentido”. Ela adquire um significado específico quando o pesquisador, guiado por um interesse cognoscitivo, faz uma “escolha” do ponto de vista da análise. O significado ganha, então, um fundamento que é subjetivo, determinado por referências aos sentidos culturais do próprio pesquisador que, assumindo posições conscientes no confronto de valores do mundo, lhe atribui uma significação. Da mesma forma deve agir o político, a fazer escolhas quanto aos meios utilizados para atingir seus objetivos.

⁴⁶ PONSETTO, Antonio. *Max Weber - Ascesa, crisi e trasformazione del capitalismo*. Milano: Angeli, 1986. p. 34.

O valor é, portanto, o resultado da atividade dos homens que, como seres culturais, encontram-se obrigados a cumprir escolhas; não é, portanto, uma qualidade inerente à coisa. As orientações nos confrontos de valores conferem, desta forma, um significado e ao mesmo tempo definem a via para a ação. A explicação weberiana do conceito de “personalidade” é um exemplo desta orientação que confere ao mundo um significado sistemático e coerente e, ao mesmo tempo, organiza um comportamento prático no interior da existência, um modo de agir teleológico racional. Sem uma orientação em relação aos valores, não seria possível formar uma verdadeira personalidade. A “dignidade” de uma “personalidade”, segundo Weber, está no fato de que, para ela:

“... existem valores aos quais a sua própria vida diz respeito, mesmo se estes - em casos bem particulares- residem exclusivamente dentro da esfera da própria individualidade, do ‘viver plenamente’ os interesses para os quais se exige a validade enquanto valores, constitui para ela, exatamente, a idéia à qual ela se refere” ⁴⁷.

Assim, adquire sentido apenas a intenção de defender certos valores publicamente a partir de pressupostos da crença em valores. A emissão de qualquer juízo sobre a validade de tais valores só pode ser assunto de fé e não de ciência empírica.

A orientação em relação aos valores possui dois aspectos, importantes para Weber. Primeiramente, eles são considerados causalmente significativos, na medida em que guiam o agir humano, embora não seja correto afirmar que o agir seja exclusiva ou primordialmente determinado pelas orientações dos valores. Para Weber, são os interesses materiais e ideais que dominam diretamente o agir do homem e não as idéias. Tais orientações valorativas constituem, pois, uma espécie de moldura em cujo interior os interesses -

⁴⁷ WEBER, Max. A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política. São Paulo: Cortez; Campinas: EDICAMP, 1992. p. 111.

notadamente aqueles interesses ideais - são definidos. Deste modo, na via teórica weberiana, decorre destes aspectos o fato de que, torna-se impossível uma compreensão das mudanças históricas sem um entendimento das conseqüências práticas inerentes às orientações de valores. Em segundo lugar, tal orientação em relação aos valores confere coerência, dignidade e sentido à vida humana, tendo, sob este ponto de vista, uma importância *moral* na medida em que guiam a ação, diferenciando a vida humana de um simples “evento da natureza”.⁴⁸

É a subjetividade das orientações de valores que determina o conflito. E estas são subjetivas em três sentidos:

“... sono costituiti da convinzioni e da atteggiamenti interiori, creati dal bisogno interiore indipendentemente da cause esterne, e dotati di una validità esclusivamente soggettiva”.⁴⁹

Em primeiro lugar, dependem do modo de ser interior dos indivíduos (convicções, inclinações nos confrontos de valores); em segundo, tais orientações de valores não podem ser impostas automaticamente, necessitam da criação ou consentimento dos indivíduos; e, finalmente, o indivíduo deve decidir o seu próprio “destino”. Isto explica também porque os conflitos de valores não podem se resolver racionalmente. As preferências econômicas ou políticas em conflito não podem se reconciliar mediante um procedimento científico. Para os teóricos do sistema de governo pluralista e da economia de mercado, tais interesses podem ser “harmonizados” graças às instituições mediadoras, ou seja, podem ser controlados por uma instituição que esteja “acima” do conflito. Mas se isto fosse possível, diminuiria a importância das orientações valorativas e as diferenças de valores dos indivíduos não ameaçariam a ordem social. Weber critica no ensaio sobre “*A objetividade do conhecimento*

⁴⁸ BRUBAKER, *op. cit.*, p. 89-90.

⁴⁹ BRUBAKER, *idem*, p. 93.

na ciência social e na ciência política- 1904”, isto que ele denomina “sincretismo otimista”, ou seja, a tentativa de conciliar opiniões opostas ou tomar partido de uma delas com base em “objetividade” científica.⁵⁰

Se os conflitos de valores não podem encontrar resolução racional, Weber está afirmando uma *"irracionalidade ética do mundo"*, caracterizada pelo confronto incessante de valores na infinita diversidade do real. As definições do bom, do belo, do feio, do justo, só podem se constituir enquanto proposições extra-empíricas:

*"Se há uma coisa que atualmente não mais ignoramos é que uma coisa pode ser santa não apenas sem ser bela, mas porque e na medida em que não é bela (...) Semelhantemente, uma coisa pode ser bela não apenas sem ser boa, mas precisamente por aquilo que não a faz boa" .*⁵¹

O homem, para atingir suas metas, necessita fazer opções entre uma série de valores que têm de ser selecionados e hierarquizados e as diferentes formas de ação de que pode dispor. A escolha de um dos caminhos, mesmo temporária, necessariamente arruina as demais possibilidades.

A *"irracionalidade ética do mundo"* obriga à escolha que sujeita o indivíduo à imprevisibilidade, ao *"paradoxo das conseqüências"*. Não podemos afirmar, por exemplo, que a utilização de um meio considerado justo e bom resulte na obtenção de um fim igualmente justo e bom. Para entender esta afirmação, entretanto,

⁵⁰ WEBER, Max. A “objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1992. pp. 107-154. p. 113. Neste mesmo ensaio, Weber se contrapõe à visão marxista para a qual as orientações em relação aos valores sejam meros epifenômenos dos interesses de classe. No interior de uma mesma classe pode haver divergências de visão de mundo, especialmente, entre os intelectuais. Segundo Brubaker (1984: 117), para Weber as orientações de valores são produzidas subjetivamente, e os conflitos de valores persistem mesmo se as classes forem eliminadas. Este seria, então, o corolário da sua perspectiva antimarxista.

⁵¹ WEBER, *Ciência e Política: duas vocações*. p. 41.

necessário explorar, *en passant*, a diferença entre “ética da convicção” e “ética da responsabilidade”.

Aquele que age de acordo com a ética da convicção, o faz de acordo com a paixão intransigente do seu ideal, sem se importar, no entanto, com as consequências que pode acarretar para a realização do mesmo. O partidário da ética da responsabilidade, ao contrário, avalia os meios disponíveis e as consequências previsíveis. No primeiro caso, o ator, por não se importar com os meios e as consequências, age irracionalmente ou de acordo com uma racionalidade orientada por valor. É o caso típico da máxima cristã do "ofereça a outra face ao inimigo" que se encobre em uma moral absoluta, incondicional. No segundo caso, calcular os meios mais apropriados para almejar o fim, é, assim, racional por finalidade, tendo consciência de sua responsabilidade, da irracionalidade do mundo e dos meios disponíveis, como também das consequências possíveis.

O obstáculo à pureza da ética da convicção, no entanto, encontra-se na irracionalidade ética do mundo:

*"A nenhuma ética é dado ignorar o seguinte ponto: para alcançar fins 'bons', vemo-nos, com frequência, compelidos a recorrer, de uma parte, a meios desonestos ou, de outra parte, a contar com a possibilidade e mesmo a eventualidade de consequências desagradáveis. E nenhuma ética pode dizer-nos a que momento e em que medida um fim moralmente bom justifica os meios e as consequências moralmente perigosos"*⁵²

⁵² WEBER, *ibidem*, p. 114.

Esse “paradoxo das conseqüências” decorre, como já vimos, da consideração weberiana de cada esfera de valor como um reino com normas, valores e obrigações imanentes. Se considerarmos a política, por exemplo, a obrigação de o político agir em conformidade com a “ética da responsabilidade” é, para este autor, um objetivo particular que surge em razão da natureza específica daquela, ou seja, do fato de a obtenção de “bons fins” poder exigir meios específicos e “moralmente duvidosos”, porque as “boas intenções” não garantem “bons resultados”. Ao contrário, o ético responsável deve considerar as conseqüências prováveis dos desenvolvimentos alternativos das ações e agir em plena consciência destas prováveis determinações, pois somente assim a ação política terá possibilidade de sucesso. Não se pode, contudo, confundir a ética com mera eficácia e, por esta razão, o político deve estar disposto a pagar o preço pela decisão que tomar.

A experiência da irracionalidade do mundo decorrente da “verdade da opinião oposta” foi a propulsora do desenvolvimento de todas as religiões.⁵³ O problema da teodicéia, por exemplo, se coloca diante da questão de saber como um poder considerado bom e onipotente, pode ter criado este mundo povoado de injustiças, sofrimentos e irracionalidades. Tudo seria mais simples se a realidade fosse maniqueísta, como querem os partidários da ética da convicção. Bastaria optar pela conduta louvável. Mas, a vida extrapola o discurso, denunciando a impossibilidade de prever os resultados finais de qualquer ação; e, sobre este fato nos alerta Weber, indicando que temos que conviver com uma irreconciliável tensão entre meios e objetivos.

Em síntese, está explícito na teoria weberiana que o crescente processo de racionalização propiciou uma consciência mais ampliada da diversidade e dos conflitos inerentes às esferas de valor. Sendo assim, o indivíduo já não pode mais esquivar-se da responsabilidade da escolha entre deveres irreconciliáveis. Esta escolha, por sua vez, deve ser apreendida como algo puramente subjetivo; pois, como inexiste uma hierarquia entre aquelas esferas valorativas universalmente reconhecida, o indivíduo não pode guiar-se em um

⁵³ *idem. ibidem*, p. 116.

modelo unívoco de validade para efetuar sua escolha. A própria escolha já inclui o risco quanto aos resultados.

Este núcleo problemático tem repercussão no modo como Weber concebe a especificidade das esferas da ciência e da política, bem como o comportamento típico-ideal de seus agentes, isto é, o cientista e o político “por vocação”, como veremos a seguir.

5. Ciência e Política

5.1. O campo das duas vocações

As duas conferências “*A ciência como vocação*” e a “*política como vocação*” realizadas por Weber no final de sua vida (1917 e 1919),⁵⁴ sintetizam sua postura no confronto entre as esferas da ciência e da política. Esta posição teórica marcou sua trajetória intelectual dominada pela vocação para a ciência e pela paixão pela política. Embora estivesse consciente da impossibilidade de conjugar a vocação de cientista com a de homem político, Weber se esforçou para ultrapassar, ou ao menos redimensionar, tal impossibilidade.

No ensaio “*A ‘objetividade’ do conhecimento na ciência social e na ciência política - 1904*”, da revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* da qual era co-diretor -, há uma clara delimitação entre aquilo que é o dever de neutralidade do cientista e o empenho político do cidadão interessado no destino de sua nação. Afirma o autor neste ensaio como tarefa da ciência social, não a formulação de juízos de valores que estabeleçam o que deve ser, mas a explicação das condições de fato, cujos resultados não podem tornar-se fundamento de um determinado posicionamento político:

⁵⁴ No período em que essas conferências foram proferidas, a Alemanha vivia intensas transformações políticas e sociais. Se conseguisse um estado de paz, teria sido possível um entendimento pacífico no plano da política externa e, no plano da política interna, a parlamentarização do sistema de governo, a coalizão de Weimar, a passagem da monarquia à república. Weber fez diversas conferências, nas quais defendia a paz negociada e alertava quanto ao perigo pangermanista. Na realidade, essas duas conferências “ciência como vocação” e “política como vocação”, são endereçadas a um público predominantemente de jovens estudantes que seriam os portadores da tarefa de realizar um novo ordenamento social e político na Alemanha, cf. SCHLÜCHTER, Wolfgang. *Il paradosso della razionalizzazione - Studi su Max Weber*. Napoli: Liguore, 1987. p.20.

*“Por mais que, na ciência social, sejam necessárias explicações ‘de princípios’ sobre problemas práticos, isto é, a referência a juízos de valor que se introduzem de maneira não-refletida, com referência ao conteúdo das idéias, e por mais que a nossa revista se proponha dedicar-se de maneira particular a tais explicações, certamente não poderá ser sua tarefa - e, de maneira geral, de nenhuma ciência empírica - determinar um denominador comum prático para os nossos problemas na forma de idéias últimas e universalmente válidas; uma tal determinação não apenas seria praticamente impossível, como também não teria nenhum sentido”.*⁵⁵

Esta polêmica sobre a neutralidade axiológica deve ser também vista com relação ao distanciamento de Weber dos pressupostos da escola histórica da economia, que revelam a tendência desta de colocar a ciência a serviço das finalidades políticas e sociais concretas. Nesse mesmo texto, critica também o materialismo histórico em sua pretensão de transformar o socialismo, de utopia em ciência.

Não obstante tivesse consciência da contribuição do marxismo às ciências sociais, sua discordância vinha no sentido de não admitir que a ciência possa fundar uma estratégia política ou um projeto de organização social. Com essa visão de “neutralidade”, ele vem a questionar toda tentativa de atribuir à razão a tarefa de elaborar parâmetros normativos para a submissão da conduta política do indivíduo. Ao contrário do que se possa pensar, Weber se socorre no conceito de “neutralidade axiológica” exatamente para combater as concepções deterministas e positivistas da história. Em um trecho bastante significativo da obra “Ciência e Política: duas vocações” Weber se deixa flagrar em um ataque incisivo ao otimismo da visão “positivista” de progresso pela ciência:

⁵⁵ WEBER, A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. p. 112.

*“Ainda que um otimismo ingênuo haja podido celebrar a ciência - isto é, a técnica do domínio da vida fundamentada na ciência - como o caminho que levará à felicidade, creio ser possível deixar inteiramente de parte esse problema, tendo em vista a crítica devastadora que Nietzsche dirigiu contra ‘os últimos homens’ que ‘descobriram a felicidade’. Quem continua a acreditar nisso - excetuadas certas crianças grandes que se encontram nas cátedras de faculdades ou nas salas de redação?”*⁵⁶

Dedica-se, outrossim, na parte central de “*Ciência como vocação*”, a combater a utilização incorreta da cátedra para transmitir as próprias convicções pessoais, sem dar ao aluno as condições de exercitar sua crítica. Assim como na pesquisa, na didática ele defende a separação entre juízos de fato e juízos de valor. A impossibilidade tão enfatizada de apresentar cientificamente um posicionamento prático deriva da existência de um conflito inelutável de valores que regem o ordenamento do mundo da cultura. Mais uma vez estamos diante da tese do *politeísmo de valores*, segundo a qual não é possível refutar com argumentos científicos uma posição prática ligada a um valor, como também nenhuma concepção de mundo, nem mesmo a religião monoteísta, conseguiu harmonizar em um universo coerente o irracionalismo ético que domina a vida. E, disto provém uma espécie de *decisionismo ético*⁵⁷, no sentido de que cada um se encontra sempre na impossibilidade de conciliar o antagonismo entre valores últimos e, portanto, na necessidade de decidir por um ou por outro valor.

Essa dissociação entre os planos do conhecimento e da ação, entre ciência e política, tem gerado equívocos de interpretação por parte daqueles que rotulam Weber de “positivista”⁵⁸.

⁵⁶ WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. p.35.

⁵⁷ Conforme expressão de PORTINARO, *op. cit.* p. 26.

⁵⁸ Cf. PORTINARO, *idem*, p. 27, entre a praça e a cátedra existe para Weber, uma separação que não implica incomunicabilidade: “*Nelle sue prese di posizione extra-accademiche, rivolte all'opinione pubblica, lo studioso di scienze sociali ha il dovere di proseguire quel contributo di chiarificazione e di orientamento che è implicito nella sua*

Na realidade, ele estava preocupado em delimitar os domínios, os problemas e os meios peculiares de cada uma dessas atividades a fim de eliminar as confusões que prejudicam cada uma dessas esferas de atuação. Mais do que isso: Weber estava indicando o impasse de uma civilização que durante muito tempo acreditou que a melhor sociedade seria aquela na qual fosse possível pôr em prática uma verdade possuída teoricamente, o que ocorreu também no projeto iluminista. Também o positivismo comteano o enfatizava: “*ver para prever*”. Ao mesmo tempo, aquele que baseia sua ação no que vê deve renunciar a fundar algo, ou seja, deve renunciar à própria liberdade.

A ciência não pode propor fins à ação prática. Isso significa estabelecer limites para o conhecimento. A atividade científica apenas ajuda o homem de ação a compreender o que foi feito e aquilo que é possível fazer; não pode estabelecer, portanto, o que devemos fazer. A escolha de uma determinada ação, com um fim determinado, pertence ao domínio da crença e das convicções, tão importantes ao homem quanto o conhecimento científico.

Mas, se a ciência não tem a capacidade de fundar um posicionamento prático, ela não terá perdido, desta maneira, a razão de ser, tornando-se uma profissão sem sentido? Weber se detém nesta indagação em sua conferência e estabelece os limites da ciência em relação à atuação prática. Como um instrumento de cálculo das relações entre meios e fins, a ciência é um componente essencial do domínio do homem sobre o mundo e pode esclarecer algumas questões referentes ao universo de valores, estabelecendo a conexão e a compatibilidade entre vários fins, sem, entretanto, ultrapassar essa “crítica técnica dos valores”⁵⁹.

Com o processo de racionalização, intelectualização e desencantamento do mundo - acontecimentos significativos da

capacità di svolgere una critica tecnica dei valori. Se non deve illudersi di possedere talento o doti di uomo politico, il sociologo può comunque, nelle sedi opportune, spingere il suo impegno politico fino a porsi di fatto come educatore della classe di coloro che sono chiamati a reggere il timone di uno stato”.

⁵⁹ PORTINARO, *ibidem*, p. 27.

modernidade - a problemática relativa ao papel da ciência e da política traduz o enunciado de uma pergunta acerca do sentido do mundo desencantado, no qual a religião perde o monopólio da sua interpretação. Os dois discursos sobre ciência e política como vocações, anteriormente citados, tratam de um mesmo problema que, segundo SCHLÜCHTER, seria o de esclarecer se a ciência e a política podem ser profissões em condições de realizar, mesmo em face ao desencantamento, a unidade entre o conhecimento do mundo e sua imagem.⁶⁰ Weber questiona-se a respeito dos limites imanentes à ciência e da sua relação com a política. Teme a criação de um *decisionismo* privado de objetivos e a construção de uma “gaiola de aço” tecnicamente perfeita, mas repressiva.⁶¹ Sabe que um mundo bem administrado só pode ser o pior dos mundos possíveis. Preocupa -se, portanto, com os rumos do progresso técnico e com a maneira como este possa se inscrever na sociedade.

A partir destas constatações, SCHLÜCHTER indaga se a ciência encontra seu sentido ao promover esse progresso técnico.⁶² Para este autor, ela tem importância como instrumento de cálculo da relação entre meios e objetivos, sendo um componente fundamental do domínio do homem sobre o mundo e pode obter sucesso quando privada de intenções. Destarte, a ciência, ao contrário do agir religioso (é dotado de sentido), vive de acordo com o universo, o qual pretende dominar. Ao comportamento religioso falta um “distanciamento do mundo”; a ausência desta mediação torna-o incompatível com o “pluralismo de valores” e a fé na ciência. A ciência deve inscrever-se como um instrumento de crítica em relação ao mundo⁶³.

Essa diferenciação da esfera religiosa e científica traz à tona a distinção entre o princípio ⁶⁴ da ética da convicção e da ética da

⁶⁰ SCHLÜCHTER, *op.cit*, p. 27.

⁶¹ SCHLÜCHTER, *ibidem*, p. 30.

⁶² SCHLÜCHTER, *ibidem*. p. 32.

⁶³ SCHLÜCHTER, *ibidem*, p. 36.

⁶⁴ Esses conceitos não existem como princípios de realização de uma posição de valor, são estruturas de princípios que têm correspondentes posições de valores cfe. SCHLÜCHTER, *ibidem*, p.12

responsabilidade. SCHLÜCHTER muda a definição, considerando-os como ética absoluta e ética político-crítica. O “racionalista ético-cósmico” ou ético da intenção pretende “neutralizar o paradoxo das consequências”; o ético responsável ou “ético-crítico” busca dominar o mundo com seu agir. Partindo dessas definições, SCHLÜCHTER considera duas referências que permitem avaliar melhor a relação entre ciência e política na análise weberiana. A primeira diz respeito à consideração, segundo a qual, a neutralidade e a ética da responsabilidade são consideradas não só princípios ético-metodológicos, mas valores dos quais é necessário estar consciente. A segunda, refere-se à clareza que Weber possui das diferentes esferas de valores que, definidas uma em relação a outra, podem induzir o indivíduo a confirmar exigências diversas. Quando os conceitos de ciência e política são articulados, podemos compreendê-los como dois sistemas de valores aos quais correspondem, respectivamente, uma determinada estrutura institucional e uma rede de expectativas comportamentais.⁶⁵ Destarte, percebemos que esses dois ordenamentos sociais seguem um critério de seleção de motivos (internos e externos) para tornar dominante um determinado tipo humano.

O cientista, o político e o funcionário são, para Weber, figuras distintas: o cientista se posiciona em relação aos outros dois como autônomo e SCHLÜCHTER sustenta que essa autonomia seja a liberdade do homem de ciência em relação à política. O funcionário, devido ao “dever de ofício”, necessita assumir, muitas vezes, ordens contrárias às suas convicções; pois, a orientação de valores necessária ao funcionário eficiente é administrar de maneira impessoal. O político, ao contrário, assume uma causa como sua, tornando-se responsável. Preocupa a Weber exatamente essa falta de “vocação” do poder burocrático - entendida como capacidade de tornar própria a causa da qual se serve, atribuindo-lhe um sentido subjetivo - para o exercício do poder.

SCHLÜCHTER questiona, então, a relação entre a ciência e a política numa sociedade desencantada, como também, a

⁶⁵ SCHLÜCHTER, *ibidem*, p. 43

relevância de tal interseção. Considera que do ponto de vista institucional, esta é uma relação autônoma que, no plano científico, permite o desenvolvimento da discussão sobre valores. A crítica ao modelo weberiano da relação ciência/política, relaciona-se, em termos *ético-metodológicos* ⁶⁶, à falta de uma crítica racional de posições concretas e, no âmbito *institucional*, ao excessivo valor atribuído à ação individual face à ação social. Desta forma, explica que só a personalidade⁶⁷ entendida como “intelecto dominante” é capaz de empregar tais sistemas em conformidade com o objetivo e, é justamente nesse sentido que Weber vincula a racionalidade do sistema à racionalidade do agir do político e do empreendedor, compreendendo-os como personalidades dominantes. ⁶⁸.

Com o processo de racionalização e conseqüente autonomização dos subsistemas que se distanciam cada vez mais das necessidades humanas, Weber percebeu somente no “intelecto

⁶⁶ Conforme SCHLÜCHTER, *ibidem*, p.28. Weber considera a relação entre ciência e política de um plano ético metodológico e também institucional. Conceitos como avaloratividade, relação aos valores, discussões de valores, conceitos como ética da intenção e ética da responsabilidade provêm da doutrina da ciência e da ética. A definição que ele dá do cientista e do político pertence ao princípio ético e este, por sua vez, recolhe-se no âmbito metodológico da argumentação.

⁶⁷ Conforme SCHLÜCHTER, *ibidem*, p. 28-9, Weber usa o conceito de personalidade com um duplo significado. De um ponto de vista ético-metodológico, significa “*a constância das relações interiores*” com os “valores” e os “*significados últimos da vida ... os quais venham impressos nos objetivos do agir e o convertam em um agir teleológico-racional*”. O fato de o homem poder ser considerado como uma personalidade, permite à sociologia compreensiva interpretar o comportamento humano sob a base de conexões racionais direcionadas ao objetivo. Trata-se, pois do conteúdo da ética weberiana, o homem persistir em ser constante. Existe ainda um outro conceito de personalidade ao lado deste ético-metodológico, é o conceito sociológico. Neste sentido a personalidade é conseqüência do tipo de sistema de valores e da sua mediação social. Weber leva em consideração os estímulos que provêm dos sistemas de valores e tornam relevantes para o agir humano como se fosse impulsos psíquicos. Quando ele fala de “personalidade” do cientista e do político pensa também no sistema institucionalizado dos valores da ciência e da política..

⁶⁸ Conforme SCHLÜCHTER, *ibidem*, p.55.: “*Da un punto di vista istituzionale il modello weberiano resta ambivalente: Weber ha polarizzato la razionalità della azione e la razionalità del sistema, la fiducia personale e la fiducia nel sistema in modo tale da dare priorità, per quel che riguarda l'analisi istituzionale, al volontarismo più che al determinismo strutturale ed alla disponibilità dell'individuo più che al legame istituzionale*”.

dominante” a possibilidade de saída para empregar tais sistemas de acordo com os objetivos pré-estabelecidos.

5.2. Ação política e ética da responsabilidade

Aquele que pretende dedicar-se à política - especialmente à política como vocação -, deve ter consciência desses paradoxos éticos e da responsabilidade para poder avaliar a intensidade das transformações pessoais, pelas quais passará no desempenho de suas funções públicas, por força daqueles paradoxos:

*"Quem deseja a salvação da própria alma ou de almas alheias deve, portanto, evitar os caminhos da política que, por vocação, procura realizar tarefas muito diferentes, que não podem ser concretizadas sem violência. O gênio, ou o demônio da política vive em estado de tensão extrema com o Deus do amor e também com o Deus dos cristãos, tal como este se manifesta nas instituições da igreja"*⁶⁹.

Essa afirmação weberiana não nos autoriza a dizer que ele descartou a mudança de valor como fonte normativa da ação política, tendo preferido um maquiavelismo radical, ao opor a política à ética ⁷⁰ Weber, segundo nosso entendimento, tentou delimitar as esferas das atividades humanas, as quais possuem suas finalidades e regras específicas de atuação.

A pergunta central a ser respondida, então, enuncia-se desta forma: *"qual ética seria compatível com os dilemas próprios da*

⁶⁹ WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. p. 120.

⁷⁰ Sobre Weber na tradição realista de Maquiavel, consultar BOBBIO, Norberto. *A Teoria do Estado e do Poder em Max Weber*. São Paulo. Cardim: s.d., p. 157-84.

ação política?".⁷¹ Parece-nos que Weber indica a ética da responsabilidade, pelo fato de que esta leva em conta a ciência moderna e tende a dominar o mundo. A consciência da impossibilidade de alcançar uma forma cognoscitiva "objetiva" convence o ético da responsabilidade a cumprir a ação, que não deve ser necessariamente rigorosa, e a aceitar plenamente as suas conseqüências. Isto não significa, entretanto, que o agir ético responsável seja *tout court* agir político.

A atividade política se caracteriza pela luta para conquistar e conservar o poder. Afinal, todo aquele que se dedica à política aspira ao poder, seja o poder como um fim em si mesmo, para satisfazer suas vaidades, ou como um meio de atingir outros fins. Weber, a esse propósito, faz uma indagação que nos conduz à esfera dos problemas éticos:

"quais são as qualidades que lhe permitem[referindo-se ao político profissional] esperar situar-se à altura do poder que exerce (por pequeno que seja) e, conseqüentemente, à altura da responsabilidade que esse poder lhe impõe?".⁷²

Ele indaga, em síntese, sobre as virtudes necessárias ao homem político para que ele possa assumir a finalidade e os meios da ação política; indicando, em sua resposta, a existência de três qualidades determinantes que devem estar presentes naquele que pretende o exercício de tal função, ou seja, a paixão, o sentimento de responsabilidade e o senso de proporção.⁷³

⁷¹ BOEIRA, Nelson. *Max Weber e o ethos do político*. Campinas: UNICAMP, 1977. p. 102.

⁷² WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. p. 105.

⁷³ WEBER, *ibidem*. p. 106.

A paixão significa a dedicação, a devoção a uma "causa"; que confere ao ator político a força necessária para modificar a história ou se refazer depois de um fracasso. Exige do político um comprometimento pessoal com uma causa para que a atividade política não se torne, apenas, um negócio de técnicos. ✕

Essa paixão que determina nossa ligação com a causa, não passa, contudo, de uma "excitação estéril", se a ela não estiver adstrito o sentimento de responsabilidade. *"A responsabilidade pelos atos destinados a implantar a causa é condição da continuidade temporal da adesão a esta última"*.⁷⁴ Faz-se necessário ainda, o senso de proporção que é o fator psicológico fundamental do homem político:

*"Quer isso dizer que ele deve possuir a faculdade de permitir que os atos ajam sobre si no recolhimento e na calma interior do espírito, sabendo, por conseqüência, manter à distância os homens e as coisas"*⁷⁵.

O homem político deve se nutrir da paixão e, ao mesmo tempo, subjugar a própria alma para não cometer o pecado capital da "ausência de distância" estimulado pelo envolvimento subjetivo com as condições de ação. É imprescindível colocar distância entre causa e realidade, perceber as necessidades objetivas da causa. Neste sentido, Weber, sabiamente, considera a vaidade como um inimigo que o homem político deve dominar, pois ela o desvia da responsabilidade da objetividade e do senso de proporção⁷⁶.

Além disso, assinala ainda duas espécies de pecados mortais na política: não defender nenhuma causa e a ausência de sentimento de responsabilidade. A orientação em direção a uma causa é o que dá consistência interna à ação política, bem como permite compreender o sentido de tal ação. Sem uma causa, a ação perde sua

⁷⁴ BOEIRA, *op.cit.*, 1977. p. 109.

⁷⁵ WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. p. 106.

⁷⁶ BOEIRA, *op.cit.*, 1977. p. 110.

coerência interna. No que diz respeito à natureza da causa, a qual o homem político se dedica (seja ela humanitária, religiosa, cultural, social, ética, etc), a mesma depende das convicções de cada um.

As consequências, principalmente de ordem política, como vimos anteriormente - quando tratamos dos antagonismos dos valores - dificilmente correspondem à intenção inicial do agente. Entretanto, a responsabilidade, enquanto uma característica fundamental do ator político, é balisada exatamente pela possibilidade de prever as consequências da ação e, para tanto, o ator político terá de contar com um meio (mais ou menos efetivo) que lhe propicie ter uma idéia (razoavelmente) dos desdobramentos possíveis do estado de coisas de seu interesse. Se por um lado, os valores orientam a ação do político, este, para efetivar seus projetos, terá de fazer uma "previsão inteligente", ou seja, deverá avaliar, tentar "calcular" racionalmente mediante esquemas ideais, o desenvolvimento e o futuro curso da ação.⁷⁷ E é nesse sentido que a ciência pode contribuir para a ação: propondo os meios para atingir determinados fins e prevendo os efeitos possíveis; mas nunca interferindo na escolha dos valores últimos a serem atingidos, ou seja, na causa. Pois a decisão cabe ao homem político, a partir de sua paixão:

"Só desobedecendo esse aspecto em Weber se poderia interpretar sua ética política como meramente técnica. Uma causa sem estratégia é irrealizável, mas uma estratégia sem causa é "cega", a paixão sem responsabilidade é incontrolável, mas a responsabilidade sem paixão é "paralítica".⁷⁸

Após analisar as qualidades adequadas ao homem político, Weber coloca algumas questões sobre o problema do ethos da política enquanto "causa" a defendida:

⁷⁷ SAINT-PIERRE, Hécotor. *Entre a paixão e a razão*. Campinas: EDICAMP, 1991. p. 99.

⁷⁸ SAINT-PIERRE, *ibidem*. p. 110.

"Qual é, independentemente de seus fins próprios, a missão que a política pode desempenhar na economia global da conduta da vida? Qual é, por assim dizer, o lugar ético em que ela reside?".⁷⁹

Segundo o autor, faz-se necessário optar dentre diversas concepções de mundo antagônicas. É interessante observar que ele não pergunta, de início, pela ética específica da política, mas sobre o procedimento adequado do político ou, ainda, supõe uma forma *"particular com que o político convive com a ética"*.⁸⁰ Critica, então, um determinado tipo de ética que só se preocupa com as culpas no passado, tentando justificá-las, a exemplo daquele que, quando vencido, fica a procurar um responsável, ao invés de arcar com as conseqüências. Tal atitude é estéril ao político, porque não tem solução. A conduta esperada de um homem político é a do interesse e responsabilidade diante do futuro.⁸¹

Mas, afinal, questiona Weber, como se situa a questão das verdadeiras relações entre a ética e a política? Não há relação entre elas? Ou será que, ao contrário, uma mesma ética vale para qualquer esfera de ação?

Como já foi visto, o instrumento específico do qual se utiliza a política é a violência. Portanto, uma ética que se pretenda política tem que se conformar com suas exigências práticas que se constituem, muitas vezes, no poder apoiado na força. Ações orientadas a causas totalmente divergentes podem chegar a resultados perfeitamente idênticos quando da utilização da violência. Assim exemplifica Weber este paradoxo:

"Não nos é dado constatar que, exatamente por haverem recorrido à violência, os teóricos do bolchevismo e do espartaquismo chegam ao mesmo

⁷⁹ WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. p. 109.

⁸⁰ BOEIRA, *op. cit.*, 1977. p. 111.

⁸¹ WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. p. 110.

resultado a que chegam todos os outros ditadores militares?".⁸²

Não é o caso de discutirmos a "nobreza da intenção", pois de ambos os lados os argumentos têm a mesma "sinceridade subjetiva". O que importa é o meio empregado. Este sim, pode destruir a causa. O uso da violência, associado ao paradoxo das consequências, pode aumentar a indeterminação dos resultados. Logo, o paradoxo ético fundamental da atividade política consiste na dificuldade em discernir *quando e em que proporção* fazer uso da violência, porque sem compreender isto, *"o político não saberá enfrentar os dilemas que ameaçam seu controle sobre o sentido de suas obras"*.⁸³

Que éticas poderiam, então, dar conta da questão da violência? Segundo Weber:

- *"... toda a atividade orientada segundo a ética pode ser subordinada a duas máximas inteiramente diversas e irredutivelmente opostas. Pode orientar-se segundo a ética da responsabilidade ou segundo a ética da convicção. Isso não quer dizer que a ética da convicção equivalha a ausência de responsabilidade, e a ética de responsabilidade, a ausência da convicção."*⁸⁴

SCHLÜCHTER, ao que nos parece, tem toda a razão ao afirmar a incompatibilidade dessas duas éticas no momento de agir, pois, somente a ética da responsabilidade pode levar a cabo a ação racional com respeito a *fins* e ação racional com respeito a *valores* de forma conseqüente; ou seja, tem condições de vincular a orientação ao *sucesso* de uma ação e a imaginação de um *dever* para guiar a causa; ao contrário da ética da convicção que sucumbe ao paradoxo das conseqüências e à irracionalidade do mundo.⁸⁵

⁸² WEBER, *ibidem*. p. 72.

⁸³ BOEIRA, *op. cit.*, p. 112.

⁸⁴ WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. p. 72.

⁸⁵ SCHLÜCHTER, *op. cit.*, 1987.

A ética da convicção, como já vimos anteriormente, é uma ética do "tudo ou nada". Trata-se da ética do sermão da montanha, fundada somente na dimensão valorativa dos objetivos, na "pureza das intenções", sem se importar com as condições objetivas para a realização da causa. É uma ética a-histórica e a-cósmica, por estar descontextualizada e, portanto, indiferente às particularidades de conjuntura as quais a política está submetida.⁸⁶ Ela não se importa com o resultado da ação; se algo der errado, atribuirá a responsabilidade ao mundo ou à vontade de Deus, e não ao agente da ação.

A ética da responsabilidade, por sua vez, é compatível com a atividade política. Admite a violência como o instrumento específico da política, expondo-se às consequências, muitas vezes incontrolláveis, que tal instrumento possa acarretar. É a isto que Weber se refere quando afirma que o envolvimento com a política pode colocar em risco a "salvação da alma", ou melhor dizendo, da pureza dos princípios e intenções.

Não obstante, a eficácia da atividade política deve submeter-se aos limites suportáveis pela causa, a fim de que esta não perca a direção da ação. Há duas maneiras de garantir este postulado. Uma delas consiste em responsabilizar o ator pelas consequências previsíveis da ação e a outra, em limitar os compromissos", compatíveis com a manutenção da integridade da causa"⁸⁷. Neste sentido, seria inaceitável atribuir uma dimensão meramente relativista ou formalista à ética da política em Weber, pois esta é avaliada a partir de uma série de desdobramentos históricos, que revelam as influências (consequências) que a defesa de uma causa na política pode ter para os homens e o seu tempo:

"Perturbo-me, ao contrário, muito profundamente, diante da atitude de um homem maduro - seja velho ou jovem - que se sente, de fato e com toda a alma, responsável pelas consequências de seus

⁸⁶ SAINT-PIERRE, *op. cit.*, 1991. p. 102.

⁸⁷ BOEIRA, *op. cit.*, 1977. p. 116.

atos e que, praticando a ética da responsabilidade, chega, em certo momento a declarar: 'Não posso agir de outro modo; detenho-me aqui'. Tal atitude é autenticamente humana e é comovedora. Cada um de nós, que não tenha a alma ainda completamente morta, poderá vir a encontrar-se em tal situação. Vemos assim que a ética da convicção e a ética a responsabilidade não se contrapõem, mas se completam e, em conjunto, formam o homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar a vocação política". ⁸⁸

O homem político, então, precisa ter consciência da "irracionalidade ética do mundo" e das ameaças que a sua causa possa sofrer no percurso da ação política:

"Ao aceitar o julgamento histórico, o político responsável aproxima-se ainda uma vez da ética da convicção ou, mais precisamente, do próprio fundamento de qualquer ética, pois não concede que seus valores dissolvam-se antes mesmo de se ter destruído na prática" ⁸⁹

Assim, apesar de a relação entre ciência e política se apresentar um tanto ambivalente, é necessário dedicar a ela atenção particular, devido sua importância no âmbito da práxis política e da reflexão científica. Outrossim, quando Weber trata da autonomia desses sistemas de valores (ciência, política, religião) está introduzindo a problemática do destino de viver em um mundo racionalizado, desencantado, sem deuses ou profetas aos quais recorrer - a não ser a própria escolha subjetiva. Daí a afirmação segundo a qual tanto a política quanto a ciência exigem uma vocação, no sentido de dedicação a uma causa, pois, do contrário, a primeira pode se perder em paixões estéreis e a segunda pode ser desvirtuada. De certa maneira, são as "qualidades" exigidas do cientista e do político que possibilitam orientar o agir de acordo com a ética peculiar à modernidade ocidental: a ética da responsabilidade.

⁸⁸ WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. p. 122.

⁸⁹ BOEIRA, *op. cit.*, 1977. p. 116

No próximo capítulo, pretendemos aprofundar a demonstração da hipótese de base, qual seja, a de que Max Weber pode ser relido fora do senso comum que o identifica como teórico da razão instrumental. Para atingir este objetivo, percorreremos as linhas gerais da construção weberiana dos processos de racionalização, seus tipos e conseqüências em face das patologias da modernidade, dentro dos quais, a questão da racionalidade formal do Estado Moderno e do Direito, constituem elementos fundamentais para uma Sociologia Jurídica crítica.

Capítulo II

MAX WEBER: O PROCESSO DE RACIONALIZAÇÃO

1. Tema central a racionalização

Os estudos sobre a especificidade do capitalismo moderno, e do Estado e do direito racional-formal como formações típicas do Ocidente moderno encontram um enquadramento geral na teoria dos processos de racionalização que caracterizam o desenvolvimento da civilização ocidental. Não obstante o tema da racionalização em Weber, conforme várias pesquisas já demonstraram, tenha tido sua gênese nos estudos comparados das religiões mundiais¹, procuramos não aprofundar tal tipo de análise, pois, além de exigir um estudo específico da sociologia das religiões de Max Weber, desvirtuaria nosso objetivo neste momento: qual seja, elucidar os aspectos mais gerais do racionalismo na modernidade ocidental e as consequências deste no plano do jurídico, notadamente no do papel dos operadores jurídicos (no cap. III), enfatizando, sempre, a necessidade de uma releitura de Weber, no sentido de demonstrar que há em sua obra, por um lado, o rigor e o realismo na sobre a emergência de uma racionalidade instrumental, reificadora da vida em geral; e, de outro, a angústia existencial de um crítico persistente da autonomização dos meios em relação aos fins. Podemos afirmar, inclusive, que Weber esteve em busca de uma saída, assim como Marx. A diferença primeira, entre esses autores, talvez se encontre exatamente no fato de que Marx, ao contrário de Weber, tenha vivido uma época na qual ainda era permitido algum otimismo.

¹ Um estudo bastante aprofundado sobre o assunto foi feito por SCHLÜCHTER a respeito da reconstrução do tema da racionalidade no interior da produção weberiana, no qual, inclusive, HABERMAS se baseia. *Apud* CAVAZZANI, Guido. *Interpretazione di Weber e teoria de la società*. Milano: Angeli, 1993, p. 50.

A fim de realizar nossa proposição, faremos incursões no âmbito mais geral (macrossociológico) do problema da racionalidade do capitalismo ocidental, do Estado, da Economia moderna e do direito, a partir, principalmente, da obra “Economia e Sociedade”². Após expor a diagnose weberiana do processo de racionalização no âmbito institucional, discutiremos a possibilidade de uma ética moderna em Max Weber, como parte de uma tentativa de releitura crítica e apropriação para o âmbito da sociologia do direito deste autor, a qual nos propusemos realizar, desde o início.

Os sociólogos clássicos, sem exceção, tentaram analisar e explicar extensamente as transformações da sociedade ocorridas nos séculos XVIII e XIX. Tornou-se tarefa da sociologia entender tais mudanças, bem como explicar o desenvolvimento e a forma dos fenômenos de anomia da modernização capitalista³. É lembrado com muita pertinência por Cavazzani, que a sociologia necessitou elaborar conceitos mais precisos a fim de definir a modernidade:

*“tutti i classici della sociologia hanno costruito dei concetti analitici, per lo più in forma di grandi dicotomie, per descrivere la società moderna e per isolare e connettere sistematicamente le componenti che distinguono la società contemporanea da quelle che l'hanno preceduta.”*⁴

Essa tentativa de explicar as transformações sofridas numa sociedade industrial fez parte das ambições de teóricos, tais como, Comte, Tönnies, Durkheim, Marx e Weber.

² Esta opção, de certa forma, contraria as tendências mais recentes no debate sobre o problema da racionalidade, do racionalismo e da racionalização em Max Weber que se dá sobretudo a partir de uma releitura aprofundada da “Sociologia das religiões”. Cf. PORTINARO, Pier Paulo. *Max Weber - La democrazia come problema de la burocrazia come destino*. Milano: Franco Angeli, 1987, p. 84.

³ CAVAZZANI, *op. cit.*

⁴ CAVAZZANI, *op. cit.*, p.44.

Graças ao trabalho destes clássicos, a sociologia atual oferece significativos instrumentos analíticos para compreender os contextos da modernidade e suas ambigüidades. A partir de então, passou a ser tema central desta disciplina a análise do conjunto de mudanças na integração social ocorrida na estrutura da sociedade ocidental moderna, com o surgimento dos Estados e de um sistema econômico regulado pelo mercado. Enfim, buscou entender o desenvolvimento do racionalismo ocidental, seu alcance e seu limite.

Max Weber dedicou-se especialmente à compreensão da moderna sociedade ocidental:

*“Tutta l’opera di Max Weber è, in ultima analisi, rivolta al problema: Quali fattori sociali hanno causato la razionalizzazione caratteristica della civiltà occidentale?”*⁵.

Em outras palavras, está presente nela, a indagação sobre os fatores que contribuíram para que somente na civilização ocidental tenham aparecido fenômenos culturais com um desenvolvimento universal em seu valor e significado.⁶

É inegável que este seja o tema fundamental e unificante da obra weberiana, que não pode ser interpretada unicamente como uma análise do capitalismo moderno, mas sim, como compreensão do processo de racionalização enquanto característica específica que distingue a moderna civilização ocidental de todas as demais.

Destarte, a teoria da racionalização pode servir de fio condutor para uma leitura apropriada dos trabalhos de Max Weber. O campo de análise da racionalidade, tematizado por este autor, encontra-se na base dos trabalhos de Brubaker, Rossi, Schlüchter, além de

⁵ MANNHEIN, K. *Ideologia e utopia*. Bologna: Il Mulino, 1985, p.164 *apud* CAVAZZANI, *op. cit.* p. 164.

⁶ WEBER, Max. *A Ética Protestante e Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Zahar, 1989, p. 1.

Habermas ⁷ . Há, contudo, uma multiplicidade de significados de racionalismo, racionalização e racionalidade que deve ser ressaltada.

1.1 A pluralidade de conceitos de racionalismo

Para compreender o caráter peculiar do moderno racionalismo e da ordem social do Ocidente, bem como para - de certa maneira - realizar a tarefa precípua da ciência social no sentido de buscar a compreensão das características específicas da realidade em que nos encontramos, é imprescindível especificar as esferas da vida social que são racionalizadas. O “racionalismo” peculiar da cultura ocidental, através do qual Weber arquiteta seu pensamento, é usado em um pluralismo de significados. Conforme assinala em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*”, sob essa denominação é possível entender coisas muito diferentes:

“Há, por exemplo, as racionalizações da contemplação mística, ou seja, num contexto que, considerado sob outras perspectivas, é especificamente irracional, da mesma forma que há racionalizações da sociedade, da técnica, do trabalho científico, da educação, da guerra, do direito e da administração. Cada um desses campos pode, além disso, ser ‘racionalizado’ segundo fins e valores últimos muito diferentes, e, o que de um ponto de vista for racional, poderá ser irracional do outro.”⁸

⁷ Sobre, consultar (BRUBAKER, 1984), (ROSSI, 1988), (SCHLÜCHTER, 1987), (CAVAZZANI, 1993). Brubaker busca reconstruir a fragmentada discussão weberiana acerca da racionalidade, do racionalismo e da racionalização, bem como estabelecer a conexão entre a sua obra sociológica e a sua visão moral de mundo.

Rossi, trata, no capítulo sobre a “teoria da racionalidade”, de ilustrar os significados da racionalidade em Weber que possibilitaram a sua análise do Ocidente.

Schlüchter parte de uma perspectiva segundo a qual a teoria da racionalidade em Weber deve ser situada numa perspectiva histórico-evolutiva.

⁸ WEBER, *op. cit.*, p. 11. Ver também BRUBAKER, Rogers. *I limiti della razionalità; un saggio sul pensiero sociale e morale di Max Weber*. Roma: Armando, 1989, p. 31. Segundo este autor, “questi vari processi di razionalizzazione hanno notevoli somiglianze strutturali. Cerco di coglieri queste componenti strutturali ..., perseguendo tre temi -

O conceito de racionalidade, - que é fundamento da tipologia do agir social -, dá lugar a uma precisa teoria sociológica, ao passo que, os conceitos mais genéricos de racionalismo e racionalização possibilitam uma interpretação da história e do mundo, compreendida em níveis e análises de conteúdos fatuais diversos. Enquanto a racionalidade se torna um *“traço definitivo da ação na medida em que se incorpora nas instituições sociais, interpretações culturais e estruturas de personalidade”*, a racionalização é, exatamente *“o processo em que se opera essa incorporação”*.⁹

Weber analisa a ordem ocidental moderna sob uma perspectiva dinâmica e não estática, cujo propósito é tanto delinear o caráter específico do racionalismo ocidental, quanto elucidar seu desenvolvimento histórico:

“In altre parole, egli si preoccupa tanto del processo di razionalizzazione quanto del risultato: la razionalità”.¹⁰

O racionalismo indica, antes de tudo, a capacidade de dominar a realidade mediante o cálculo. Pode ser considerado, em termos gerais, como um procedimento de controle para *“dominar a realidade dentro e fora do homem”*.¹¹

O “racionalismo” é um aspecto particular de um evento mais geral. SCHLÜCHTER¹² propõe três tipos de utilizações deste conceito, a partir da interpretação de Weber:

aumento della conoscenza, crescente impersonalità, intensificazione del controllo - che ricorrono in tutte le discussioni di Weber sulla razionalità del moderno ordine sociale”

⁹ ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. *Weber e Habermas: religião e razão moderna*. Belo Horizonte: Revista Síntese Nova Fase, 1994, p. 21.

¹⁰ BRUBAKER, *op. cit.*, p. 10

¹¹ RUSCONI, Enrico. Razionalità, razionalizzazione e burocratizzazione. In: *Max Weber e l'analisi del mondo moderno*. Torino: Einaudi, 1981. p.189-214. Os critérios para esse procedimento de adequação dinâmica entre meios e fins são a previsibilidade, a calculabilidade, a generalidade daqueles primeiros em relação a estes últimos. A racionalidade é, desta maneira, um conceito com referência a comportamentos práticos.

¹² SCHLÜCHTER, Wolfgang. *Il paradosso della razionalizzazione - Studi su Max Weber*. Napoli: Liguore, 1987, p.154. Este autor é um dos mais importantes estudiosos sobre o racionalismo na obra de Weber, cujas pesquisas têm servido de base inclusive a

a) racionalismo pode ser considerado como o “*risultato del sapere e del potere empirico, del razionalismo tecnico-scientifico nel senso più ampio*”; (Neste caso, ele representa um momento no processo global da evolução da sociedade humana) ;

b) o racionalismo pode significar:

“sistemizzazione di connessioni di senso, elaborazione intellettuale e sublimazione scientifica di ‘scopi del senso’. È il risultato di un’ ‘intima necessità’ dell’ uomo di cultura: non solo capire il mondo come cosmo dotto di senso, ma anche prendere posizione nei suoi confronti: si tratta, quindi, di un razionalismo etico-metafisico nel senso più ampio”.

Pois, há uma necessidade de o homem referir-se ao mundo como “um cosmo dotado de sentido”, assumindo uma atitude diante desta situação;

c) racionalismo pode significar, enfim, “*formazione di una condotta di vita metodica. È il risultato della istituzionalizzazione delle connessioni di senso e di interesse: è un razionalismo pratico nel senso più ampio...*”; que, inscreve no homem a exigência de elaboração de uma conduta de vida metódica.

Com base em tal classificação, Habermas assinala em Weber as várias manifestações da racionalidade presente em campos distintos do conhecimento,¹³ reagrupando-a em três tipos de racionalizações: da sociedade, a cultural e a da personalidade.

Habermas. Ele acredita que a sociologia de Weber não é só como toda sociologia importante, uma “problemática articulada da realidade mesma”, mas é , ao menos em parte, uma problemática que ainda é nossa e não foi superada pela teoria sistêmica nem pelo neomarxismo.

¹³ *Apud, CAVAZZANI, op. cit., p. 54*

A racionalização da sociedade leva ao processo de modernização social, cujos resultados podem ser percebidos na formação da empresa capitalista vinculada à constituição do Estado moderno como um aparelho legal-burocrático. A empresa capitalista e o aparelho de Estado são núcleos organizadores da racionalização em diferentes domínios sociais. A primeira racionaliza a utilização da técnica da ciência, o trabalho, a contabilidade, o investimento; e a segunda racionaliza a organização burocrática da administração, o poder judiciário, a força militar e o sistema fiscal. O direito moderno é muito importante na organização e na relação recíproca entre esses subsistemas.

A racionalização cultural tem como característica principal a capacidade de previsibilidade, de cálculo e de controle organizativo e instrumental dos processos empíricos, de maneira que a compreensão científica do mundo leve ao seu *desencantamento*; daí, as mudanças na arte, na ética, na religião, na ciência e na técnica. Diz respeito a *“um conjunto complexo de elementos que envolvem a progressiva diferenciação e formalização das esferas culturais de valor, entre as quais são fundamentais aquelas inscritas na arquitetura kantiana: ciência, moral e arte.”*¹⁴ Com o processo de racionalização das imagens de mundo, notadamente das tradições religiosas (que uniam tais elementos), houve uma diferenciação das esferas de valores. Logo, cada esfera adquire, devido a esta separação, uma legalidade interna própria.

Conforme vimos no capítulo anterior, o saber científico moderno está em tensão com a religião. Enquanto esta última dá “sentido” à vida, respondendo a questões existenciais da humanidade, à ciência cumpre o papel de saber objetivo, “positivo”, mas às custas, entretanto, da perda de sentido da vida. A arte, que esteve intimamente ligada à religião, também se autonomiza, desgarrando-se do domínio sagrado.

¹⁴ ARAÚJO, *op. cit.*, p. 21.

A racionalização nessas duas esferas (ciência e arte), para Weber, contudo, não tem a mesma importância na emergência da sociedade moderna, que a racionalização nos domínios do direito e da moral.¹⁵

A racionalização da personalidade possui um lugar de destaque na teoria de Weber. Refere-se a um modo de vida que se tornou muito importante para compreender o surgimento do capitalismo moderno vinculado à compreensão dos fundamentos religiosos da *conduta racional de vida*. A racionalização da conduta de vida é considerada, conforme Habermas, o ponto de interseção entre racionalização cultural e social. De acordo com essa idéia, temos como fundamental que “a racionalização da sociedade, segundo Weber só é possível a partir do momento em que o potencial de racionalização encastrado na cultura tenha sido incorporado às motivações pessoais”. Ou seja, não basta a constatação de fatores materiais, faz-se necessário uma internalização de valores, e de idéias.

Enquanto materialização perfeita da conduta racional e metódica de vida,¹⁶ destaca-se a ética ascética do protestantismo, mediante a qual, a teoria da ação adquire um caráter central na obra de Weber sobre a modernidade. No âmbito dessa teoria, o autor busca conhecer como ou por quais caminhos as estruturas modernas de consciência chegam a uma materialização institucional. Tais estruturas de consciência passam, então, do plano cultural ao sistema de personalidade; isto é, a partir de um aspecto típico-ideal, representam-se como um agir racional com respeito a valores e em agir racional com respeito a fins. Esse tipo de ação se expressa num estilo metódico de vida. A racionalidade prática é realizada por esse tipo complexo de ação que reúne as ações orientadas a fins e a valores. O que há, historicamente, de mais aproximado ao tipo ideal de conduta metódico-racional de vida ou de racionalidade prática é, assim, o protestantismo ascético.

¹⁵ ARAÚJO, *ibidem*, p. 23.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 24.

Weber distingue os diversos movimentos do protestantismo até chegar ao calvinismo, considerado o mais racionalizado de todos. Segundo ARAÚJO, Habermas entende que esse privilégio weberiano à doutrina calvinista determinou uma leitura da emergência da sociedade capitalista moderna. A partir daí é que Habermas propõe uma ética comunicativa da fraternidade, de forma secularizada, para contrapor-la à ética ascética da convicção representada de forma exemplar pelo protestantismo de origem calvinista.¹⁷

Esse último tipo de racionalização - da personalidade - não foi levada em consideração por Habermas da mesma maneira que os outros dois tipos, o que, segundo SOUZA, limitou a possibilidade de ver em Weber algo para além da racionalidade instrumental e de uma mera diagnose da modernidade:

*“Habermas considera que somente a racionalidade societária assume para Weber o caráter de problema a ser explicado. (...) Dessa forma, os aspectos da racionalização cultural - e dentro desta especialmente a racionalização valorativa - e da racionalização da personalidade, foram degradados, na recepção habermasiana, a meros pressupostos da racionalização societária.”*¹⁸

Segundo SOUZA, Habermas restringe a interpretação da racionalização valorativa em Weber aos limites da racionalização ético-religiosa, o que limita, igualmente, sua concepção da ética protestante ao visar o *“favorecimento do espírito do capitalismo às custas dos efeitos reificadores da ‘ética da não fraternidade’ enquanto mediador da racionalização valorativa secular, o que reduz decisivamente a abrangência da teorização weberiana e desconsidera a discussão de uma ética secular em Weber com todas as suas conseqüências”*. Ao

¹⁷ ARAÚJO, *ibidem*, p. 25.

¹⁸ SOUZA, Jessé José Freire. *O desenvolvimento e o diagnóstico da modernidade ocidental. O diálogo entre Jürgen Habermas e Max Weber*. Heidelberg: s. ed., 199-. (tese de doutorado).

final deste capítulo, voltaremos à questão de uma ética secular em Weber.¹⁹

As três acepções do termo “racionalismo” têm estreita conexão entre si, na medida em que, não apenas os interesses impulsionam o homem a organizar a sua vida de modo prático-racional segundo determinadas formas, mas sobretudo, a interpretação que ele dá ao mundo. As “imagens do mundo” exprimem, de acordo com Weber, a relação do homem com o mundo, entendido como “cosmo das relações naturais e sociais”. Essas são as representações das condições últimas, internas e externas, da existência.²⁰

Weber diferencia três âmbitos de relações essenciais: a) a relação a respeito das idéias entre si que se refere à necessidade do homem de assumir uma posição unitária nos confrontos do mundo; b) a relação entre ‘idéias’ e ‘interesses’ que se diz respeito à necessidade do homem de assumir a sua posição nos confrontos do mundo; c) a relação de ‘idéias’, ‘interesses’, de um lado, e organização, de outro, ditada pela necessidade de o homem construir a sua relação com o mundo, através da calculabilidade das vantagens e desvantagens.²¹

Graças a essa ligação recíproca das “relações fundamentais”, o agir social torna-se expressão tanto dos interesses institucionalizados quanto das idéias institucionalizadas. Na realidade, isto constitui a gênese de uma relação dinâmica entre a exigência da funcionalidade das instituições e a obrigatoriedade de regulamentação da conduta e cada indivíduo, segundo suas leis intrínsecas.

Esta acepção de Weber, segundo a qual há uma relação dinâmica entre idéias e interesses, ou seja, de que não há nenhum vínculo *a priori* entre mundo material e simbólico, lhe permite superar, simultaneamente, a concepção materialista e idealista da história.

¹⁹ SOUZA, *op. cit.*

²⁰ PONSETTO, Antonio. *Max Weber - Ascesa, crisi e trasformazione del capitalismo*. Milano: Angeli, 1986, p. 28.

²¹ SCHLÜCHTER, *op. cit.*, p. 156

O que para Marx é determinação econômica, para Weber é interesse. Não que Weber tenha negado a importância do econômico; ao contrário, em muitas passagens de sua obra este fator emerge como sendo o mais importante. O que este autor tenta explicar é exatamente aquilo que ultrapassa o aspecto econômico, isto é, o fato de o homem atribuir um sentido à vida, de ser racional.

Para Marx, as idéias são produtos dos interesses (as religiosas, por exemplo, surgem das determinações econômicas). Weber, por sua vez, procura esclarecer que idéias e interesses influenciam-se mutuamente, “encaixando-se” de maneira específica em cada situação histórica; pois, o homem é um ser que possui necessidade interna (simbólica) e necessidades externas (comer, vestir, etc.). Isto fica muito evidente quando o autor questiona a “afinidade eletiva” entre mensagem religiosa e maneira de conduzir a vida econômica, na *“Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”*.

O ser humano orienta sua ação de acordo com um sentido que é sua própria “identidade”; mas, em contrapartida, os rumos tomados pela história não podem ser previamente determinados e o conceito de “afinidade eletiva” sintetiza, de certa maneira, esta idéia. Talvez aqui tenhamos uma possível proximidade entre Weber e Marx, quando este último afirma no *“Dezoito Brumário”* que *“os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”*.²²

Essa relação entre idéias e interesses origina uma pluralidade de formas sociais na medida em que suscita uma diversidade de “objetivos”, de “meios para alcançá-los” e de “motivações para consegui-los”. Delineia-se, então, uma sociedade muito diferenciada, que possibilita espaços para a emergência de ações das massas e das elites, ou seja, a abertura de um espaço para as idéias e os interesses das classes dominantes e para os valores de seus

²² MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Moraes, 1987. p.15.

opositores. Desta maneira, as formações sociais não se apresentam como produto de uma dedução lógica de implicações encerradas em uma idéia. Ao contrário, cria um revezamento contínuo entre as várias formações sociais no contexto histórico e, conseqüentemente, propicia, também, a mudança da posição predominante de um estilo de vida em relação a outros. Para entender essa relação de multicausalidade, é necessário referir-se ao conceito de “afinidade eletiva”, que permite a Weber tratar das relações mútuas entre diferentes esferas da sociedade sem deduzir uma como mera função da outra.²³

É desta maneira que Weber enfrenta a relação entre religião e economia, analisando os vários fatores em questão, abstraindo-se de qualquer determinação pré-constituída.

É interessante notar, ainda, que essas formas históricas do racionalismo científico e ético estão ligadas à forma histórica do racionalismo prático.²⁴ A racionalidade aparece, assim, como uma espécie de resposta à falta de sentido do mundo, uma vez que a razão se encontra sempre limitada a uma dimensão cognitivo-instrumental, colocada ao serviço de uma autoafirmação subjetiva. Constitui, então, um erro acreditar que a racionalização possibilite a razão no sentido de um progresso moral, individual ou coletivo.²⁵ Não se trata, pois, de conhecimento de leis objetivas da sociedade ou de revelações de

²³ PONSETTO, *op. cit.*, p. 28.

²⁴ Segundo SCHLÜCHTER, Wolfgang. *El Origen del Modo de Vida Burgues*. Madri: Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca), 1991, p. 155: “... la capacità degli uomini nei confronti ‘di determinate forme di condotta di vita pratico-razionale’ non dipende solo dai loro interessi e dai modi socialmente definiti del perseguimento di interessi, ma anche dall’interpretazione della loro posizione nei confronti della ‘divinità’ e del ‘mondo’”.

²⁵ A racionalização não arrasta o futuro mundial num sentido determinado, cuja meta final se possa prever teoricamente. Segundo FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro, Forense, 1987, p. 20, “Ao contrário, ela é obra contingente de um certo tipo de homens que podem eventualmente transmiti-la ao resto da Humanidade. Mais exatamente, ela caracteriza o sentido que esses homens deram a suas atividades, não o fim inelutável do desenvolvimento do mundo, anunciado pelas filosofias ‘emanatistas’ da História”. Ver também RUSCONI, *op. cit.*, p. 190, sobre o controle mediante meios intelectuais como tese de “produção de sentido” em Weber, segundo a qual nós somos seres culturais que temos a capacidade e a vontade para assumir com consciência posições nos confrontos do mundo, dando-lhe um sentido.

significados imanentes à história ou à natureza do homem, os quais arrastariam o devir humano em um movimento de progresso universal.

1. 2. Processo de racionalização e patologias da modernidade

A racionalização e a intelectualização crescentes têm como consequência decisiva o desencantamento do mundo.

“A intelectualização e a racionalização crescentes não equivalem, portanto, a um conhecimento geral crescente acerca das condições que vivemos. Significam, antes, que sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante, poderíamos, bastando que o quiséssemos, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível que interfira com o curso de nossa vida; em uma palavra, que podemos dominar tudo, por meio da previsão. Equivale isso a despojar de magia o mundo.”²⁶

O homem deixou de acreditar nos poderes mágicos. O profético e sobretudo o sagrado perderam o sentido, agora, ao indivíduo, resta recorrer aos seus próprios deuses e demônios para eleição de seus valores últimos. Além da *perda de sentido* da existência, Weber vê ainda prefigurada, como patologia da modernidade, a *perda de liberdade*.

A racionalização cultural, cujo processo provoca a diferenciação das esferas valorativas, indica essa tendência à *perda de sentido* fruto da fragmentação da unidade outrora estabelecida e mantida pelas imagens religiosas e metafísicas de mundo como algo associado ao politeísmo de valores do mundo moderno. De um lado, a

²⁶ WEBER, Max. *Ciência Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 30.

autonomização das esferas de valores significou um progresso imenso considerado sob um prisma formal por ter demarcado bem os critérios valorativos internos de cada esfera. De outro, provocou a fragmentação da unidade portadora de sentido das imagens tradicionais de mundo. O que caracteriza as sociedades modernas é, precipuamente, o questionamento da existência de um poder totalizante externo ao ser-humano que unifique as visões de mundo. Há, pois, a dissociação entre o mundo e a imagem que dele fazemos. Contudo, a unidade reside unicamente no fato de que é o ser-humano o critério último das avaliações; ou seja, o ponto crucial das visões do mundo moderno é o antropocentrismo.

O processo de racionalização social, por sua vez, induz à autonomização dos subsistemas do agir de uma racionalidade com relação a fins. Weber observa a tendência à *perda da liberdade*, devido ao crescimento da burocratização na sociedade, transmutada em “gaiola de aço”, conforme sua própria expressão.

Weber teme pela latente ameaça da perda de liberdade do homem. É este, segundo BRUNO,²⁷ o tema valorativo de fundo de sua análise avaliativa: “*come conciliare l'inevitabile razionalizzazione con la libertà dell'individuo, in una società che va sempre più massificandosi e livellandosi? E come difendere la personalità senza valori che la sostengano e che la scienza non può né fondare né identificare?*”. Ressalta, ainda, no que diz respeito a esse aspecto, a semelhança entre Weber e Nietzsche, o qual: “*non intravedeva un nuovo ideale che potesse mantenere la fede nell'uomo e scorgeva 'il nostro maggior pericolo' nell'immeschinirsi e nel livellarsi dell'uomo europeo nel suo farsi uomo 'verminaio' e uomo 'mansuefatto'*”.²⁸

²⁷ BRUNO, Antonino. *Max Weber: razionalità e etica*. Milano: Angeli, 1993, p. 86.

²⁸ BRUNO, *op. cit.*, p. 87. Ver também FLEISCHMANN, Eugène. Weber e Nietzsche. In: COHN, Gabriel (org.) *Sociologia para ler os Clássicos*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977. p. 136-185. Segundo este autor, há muitos pontos de semelhanças entre Weber e Nietzsche, tendo sido aquele influenciado por este último através de Simmel. Segundo Fleischmann, trata-se “*por Weber como por Nietzsche - longe de serem os profetas da violência pura e simples - de recusar como insustentável qualquer visão moral otimista do mundo*”.

2. Racionalidade e orientação da ação social

A racionalidade em Weber está intrinsecamente relacionada com a sua teoria da ação social e dos tipos que a traduzem. A classificação das formas de orientação para a ação social, de certa maneira, conduz à interpretação weberiana sobre o processo de racionalização do mundo contemporâneo, principalmente, quando se volta para a orientação, manifestações e conseqüências da ação com relação a fins (*Zweckrationalität*), como a burocratização do Estado Moderno.

A ação social, segundo Weber, é a

*“ação que em significação subjetiva do indivíduo ou indivíduos é orientada pelas condutas de outros, as quais podem ser passadas, presentes, ou esperadas para o futuro”.*²⁹

Uma ação com sentido, com consciência clara e absoluta, no entanto, é um caso limite na realidade. Esta constatação, todavia, não pode impedir que sejam construídos conceitos sociológicos mediante uma classificação dos possíveis “sentidos mentalizados” que possibilitam ações conscientemente orientadas.³⁰

Há quatro tipos de orientações para a ação: a) racional orientada a fins (*Zweckrationalität*), baseada nas expectativas no comportamento de objetos mundanos e dos homens. Sendo tais expectativas utilizadas como “condições” ou “meios” para lograr os fins racionalmente perseguidos; b) racional orientada a valores

²⁹ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1992.p.18.

³⁰ *Idem*, p.18. Ver também COHN, Gabriel (org.). *Max Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, 1986. p.28: “... o sentido é responsável pela unidade dos processos de ação e é através dessa que os torna compreensíveis. Ou seja: é somente através do sentido que podemos apreender os nexos entre os diversos elos significativos de um processo particular de ação e reconstruir esse processo como uma unidade que não se desfaz numa poeira de atos isolados. Realizar isso é precisamente compreender o sentido da ação”.

(*Wertrationalität*), que parte da crença no valor absoluto da própria ação independente dos resultados, e é aferida por algum padrão, tal como estética, religião e ética. O fim de tal ação, deste modo, coincide com a ação em si, porque esta constitui o próprio valor racionalmente perseguido; c) afetiva, determinada pelas afeições e sentimentos atuais do agente; d) tradicional, direcionada pelos costumes arraigados.³¹ As duas primeiras são consideradas ações racionais e as últimas, irracionais.

A ação racional orientada a valores se diferencia da afetiva e da tradicional por formular, conscientemente, os fins últimos que norteiam a sua trajetória. Compartilha, entretanto, principalmente com a afetiva, o fato de que o seu sentido não se resume em obter algum resultado, não concentrar-se nos fins ou fora deles, mas insiste nas próprias diretrizes das condutas. O agente desse tipo de ação age de acordo com suas convicções, sejam elas políticas, religiosas, éticas ou estéticas, sem considerar as conseqüências previsíveis.

A ação racional com relação a fins é caracterizada pelo fato de o ator orientar sua conduta em conformidade com os fins, meios e conseqüências dela decorrentes. É incompatível, portanto, com aqueles que atuam afetivamente ou influenciados por valores. A escolha entre fins e resultados conflitantes pode ser determinada por uma consideração de valores absolutos. Em tal caso a ação é orientada a fins apenas no que diz respeito à escolha dos meios, logo, não será o conceito de fins e valores que definirá esta racionalidade, mas a sua instrumentalidade. Com efeito, as definições típico-ideais de Estado e Burocracia se fundam na natureza dos “meios”. Os fins do Estado podem ser, de acordo com os interesses dos diferentes grupos, os mais diversos, porém, o que o define sua capacidade de alcançar os próprios fins, através de meios racionais com relação ao objetivo, “*che non ammette alternative sul piano storico-politico - è lo scopo del controllo (Beherrschung) del mondo*”.³²

³¹ WEBER, *Economia y Sociedad*, p. 20.

³² RUSCONI, *op. cit.*, p. 194

Segundo Weber, dificilmente a ação, especialmente a social, orienta-se apenas por um destes tipos “ideais”. O elenco das ações possíveis traduz tão somente uma classificação não exaustiva, que pretende distinguir determinadas formas conceitualmente. E poucos tipos sociologicamente importantes que constituem os elementos que se mesclam para formar uma ação social específica.³³ O nível de compreensão do agir eleva-se de acordo com o grau de racionalidade. Assim, a adequação entre meios e fins, determinará o parâmetro de compreensão da ação.

2.1 Racionalidade com relação a fins e racionalidade com relação a valores

A racionalidade, como vimos, é um conceito sempre referido a um agir social que, independente de seu conteúdo, unifica os comportamentos nas mais diversas épocas da vida humana. Para Weber, existem dois tipos de racionalidade: uma relacionada a fins e outra referente a valores.

A distinção destas configura-se como uma espécie de oposição. Do ponto de vista da racionalidade com relação aos fins, a racionalidade com relação aos valores pode ser considerada irracional e, do ponto de vista desta última, aquela primeira também pode ser considerada irracional. Tudo depende do referencial eleito, porque uma coisa não é irracional em si mesma. A racionalidade não resulta uma dimensão ontológica. O agir humano não pode ser, por si mesmo, racional ou irracional. Ele, portanto, deve apenas ser adjetivado como racional, se relacionado a fins ou valores, isto é, de acordo com uma orientação de meios necessários à realização de determinado objetivo, ou em conformidade com o sentido de persecução de um valor de validade incondicionada que menospreze aos meios e conseqüências

³³ *Idem*, p. 21.

possíveis.³⁴ Racional vem a ser um tipo ideal de comportamento cujo significado é sempre relativo a um outro modelo afirmado. Por exemplo: o modo de viver ascético, com vistas a maximização do prazer, é completamente irracional; mas, do ponto de vista do objetivo de acumulação, é racional. Logo, o conceito de irracional também é derivado do modelo de racionalidade ao qual se faz referência.

Ao ressaltar os aspectos histórico-universais da prevalência no mundo moderno seja na esfera econômica, política, no campo do direito, ou nas relações interpessoais de um tipo de racionalidade específica, - a racionalidade formal -, Weber não está defendendo-a, mas apenas dando ênfase aos mecanismos sócio-psicológicos e sócio-estruturais que aumentam a previsibilidade do agir social dos indivíduos ou das estruturas sociais.³⁵

A separação conceitual entre racionalidade formal e material, do ponto de vista metodológico, serve a Weber como duplo modelo de análise dos fenômenos pertencentes a contextos diversos, que permite a manutenção da neutralidade no confronto dos valores das estruturas sociais. Quer dizer, o conceito de racionalidade da moderna ordem social é considerado puramente analítico.³⁶

Por outro lado, da distinção entre esses dois tipos de racionalidade (formal e material), sob o prisma substancial, podemos deduzir dois significados:

a) Primeiramente, o objetivo da “máxima *calculabilidade*”, em vista da qual a moderna ordem social é

³⁴ Cf. BRUBAKER, *op. cit.*, 1989, p. 58: “Questo passo esprime con straordinaria semplicità due assiomi del pensiero sociale di Weber. Il primo, la razionalità non è insita nelle cose, ma ad esse attribuita. Il secondo, la razionalità è un concetto relativo: una cosa può essere razionale (o irrazionale) da un particolare punto di vista mai di per sé”.

³⁵ ROSSI, Pietro. *Max Weber: oltre lo storicismo*. Milano: Il Saggiatore, 1988, p.66. Segundo este autor, a nível macrossociológico, a racionalidade com relação a fins é caracterizada por uma orientação correspondente dos indivíduos que não são seus portadores a exemplo do capitalismo, do Estado Moderno ou de qualquer empresa com organização burocrática. Enquanto racional com relação a valor, é caracterizada por uma formação social em que lhe é correspondente uma orientação dos sujeitos agentes, a exemplo da economia planificada ou de um Estado socialista.

³⁶ BRUBAKER, *idem*, p. 59

racionalizada, deixa de ser um fim e torna-se, na realidade, um meio para atingir os objetivos materiais almejados. “(...) *quegli elementi della struttura sociale della società moderna possono quindi essere considerati veicoli neutrali per l'efficiente conseguimento di qualsiasi scopo materiale, qualsiasi sia il significato o il 'valore' di esso. È questa effettiva neutralità rispetto ai contenuti, questa indifferenza a tutti gli scopi e i valori materiali, che dà il 'particolare carattere' alla razionalità del moderno ordine sociale occidentale*”.³⁷ Estes elementos são, por exemplo, além da calculabilidade, o conhecimento especializado, a regulamentação da vida social por normas abstratas, entre outros;

b) Em segundo lugar, a distinção entre racionalidade formal e material possibilita explorar as tensões da própria ordem econômica e social moderna e mostrar que o excessivo formalismo da ordem capitalista, se analisado a partir do referencial da racionalidade material e de seus princípios, - como, igualdade, fraternidade e dignidade do homem - é completamente irracional.

A tensão entre esses dois tipos de racionalidade, ora interpretados por Weber, ultrapassa o embate de valores em conflitos, e configura como uma real disputa social entre interesses divergentes dos diferentes grupos sociais antagônicos. A maximização da racionalidade formal favorece os grupos dominantes economicamente que detêm as condições necessárias para ditar as normas do mercado; logo, a neutralidade pressuposta é desmentida pelos fatos.

Desta forma, tanto na esfera econômica como na jurídica, a maximização da racionalidade formal interessa aos grupos economicamente dominantes em detrimento dos grupos desfavorecidos, que reivindicam, com suas lutas libertárias, como veremos, a redução do âmbito da racionalidade formal, quando esta se torna um obstáculo à realização de seus interesses materiais. Embora também seja verdade que, para estes últimos, a formalização de seus direitos componha um instrumental de luta bastante significativo e eficaz, principalmente em se tratando de países com baixo grau de institucionalização.

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 61

3. Racionalidade e capitalismo

A dicotomia entre racionalidade formal e material, significativamente importante para Weber, no contexto da análise do agir econômico, é definida com maior precisão no texto “Economia e Sociedade”:

*“Llamamos **racionalidad formal** de una gestión económica al grado de cálculo que le es técnicamente posible y que aplica realmente. Al contrario, llamamos **racionalmente material** al grado en que el abastecimiento de bienes dentro de un grupo de hombres (cualesquiera que sean sus límites) tenga lugar por medio de una acción social de carácter económico orientada por determinados postulados de valor (cualquiera que sea su clase), de suerte que aquella acción fue contemplada, lo será o puede serlo, desde la perspectiva de tales postulados de valor”.*³⁸

A racionalidade formal é, pois, sinônimo de calculabilidade, enquanto a racionalidade material pode coincidir com a presença de exigências éticas, políticas, utilitárias, igualitárias ou de qualquer outra espécie.

A distinção entre racionalidade formal e material serve tanto para distinguir o capitalismo moderno do antigo, quanto para distinguir economia de mercado da economia planificada; assim, enquanto a primeira corresponde ao capitalismo moderno (racionalidade formal/ agir racional orientado a fins), a segunda se orienta a partir de prescrições do aparato administrativo inspirado em objetivos materiais (racionalidade material/ agir racional orientado a valores). No que diz respeito à ordem econômica, a característica mais visível do capitalismo industrial é exatamente o seu caráter de portador de uma racionalidade

³⁸ WEBER, *Economia y Sociedad*. p. 64.

puramente formal. Esta racionalidade coincide com o grau de calculabilidade , ou seja, com a medida do recurso ao cálculo monetário e, mais especificamente, as transações do que, como forma fundamental de cálculo econômico, só apareceu no Ocidente.³⁹

O quadro em que se define o capitalismo moderno reúne as seguintes condições específicas: liberdade de mercado e de empresa, organização racional do trabalho, técnica racional de produção, garantia de uma administração e de um direito racional-formal. Apenas o Ocidente conhece a forma capitalista da organização do trabalho voluntário, sustentada na expropriação da propriedade dos meios de produção dos trabalhadores e na conseqüente apropriação dos meios materiais de produção, por parte dos proprietários. Esta é uma forma de assegurar e centralizar o controle por parte dos empresários, pois:

*“toda apropiación de los medios materiales de producción complementarios significa, desde luego, en la práctica y normalmente por lo menos, un derecho de codeterminación decisivo en la selección de la gerencia y en la expropiación (relativa al menos) de los trabajadores de su participación en ella”.*⁴⁰

No que diz respeito à afirmação, segundo a qual a empresa capitalista moderna realiza a expropriação dos trabalhadores dos meios de produção, encontramos uma proximidade entre Weber e Marx. Todavia, para o primeiro, tal característica não se restringe à empresa capitalista, mas se estende ao Estado moderno, ao exército, à igreja e à universidade. A expropriação dos trabalhadores dos meios de produção, aliada a outros fatores que levam a uma maior eficiência de uma atividade organizada centralmente, constitui ponto fundamental da teoria weberiana sobre a burocracia. Desta maneira, a racionalização da atividade econômica faz parte de um processo mais amplo de racionalização: a burocratização.

³⁹ *Idem*, , *ibidem*. p. 70.

⁴⁰ *Idem*. *Ibidem*, p. 108-9. Weber elenca os pressupostos que oferecem o grau máximo da racionalidade formal do cálculo de capital nas empresas.

4. Burocracia e política

O capitalismo moderno é produto do “racionalismo” da cultura ocidental; constitui sua manifestação decisiva, extremamente importante, mas não a única, porque ele não poderia ter se desenvolvido, em um outro contexto de sistema legal, no qual o juiz recorresse a revelações de oráculos para decidir, ou no plano de um sistema político patrimonial, em que as decisões administrativas fossem tomadas com base em alguma tradição completamente arbitrária. A racionalização do direito e da administração burocrática são, de fato, pré-condições do desenvolvimento do capitalismo.

O agir econômico a partir de uma racionalidade com relação a fins encontra, em um certo sentido, uma correspondência no tipo de poder legítimo baseado na dominação legal em razão de um estatuto, distinto do tipo de poder tradicional ou carismático. A administração burocrática é o modo mais puro de dominação legal.⁴¹ No moderno aparato burocrático-estatal, domina a impessoalidade nas relações:

*“obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer. Também quem ordena obedece, ao emitir uma ordem, a uma regra: à “lei” ou “regulamento” de uma norma formalmente abstrata”.*⁴²

Tal aplicação formal da lei torna a administração impermeável a quaisquer valorações. O ideal dos relacionamentos travados neste nível e relativo ao comportamento do funcionário consiste em proceder *sine ira et studio*.

⁴¹ *Idem ibidem*, p. 175.

⁴² WEBER, Max. *Apud* COHN, Gabriel (org), *op. cit.* p.129.

O objetivo da burocracia é o de gerir o poder. Esta gestão, por sua vez, pode ser mais *mais racional*, quando mediada pelo tipo de administração burocrática pura, (administração burocrático-monocrática), que ressalta os aspectos da precisão, disciplina, continuidade, calculabilidade, aperfeiçoamento técnico, enfim, de eficácia. Em termos históricos concretos, essa instrumentalidade do agir racional com relação aos fins diz respeito à função da força política do Estado moderno desenvolvido no Ocidente:

*“el desarrollo de las formas ‘modernas’ de asociaciones en toda clase de terrenos (estado, iglesia, ejército, partido, explotación económica, asociación de interesados, uniones, fundaciones y cualesquiera otras que pudieran citarse) coincide totalmente con el desarrollo e incremento creciente de la administración burocrática: su aparición es, por ejemplo, el germen del estado moderno occidental”*⁴³ (Grifos nossos).

A burocracia, enquanto produto histórico peculiar do desenvolvimento da racionalidade formal no Estado moderno, é inevitável. Existe, de uma certa forma, um nexo de dependência causal entre as várias dimensões da estrutura social. Assim, podemos afirmar que, de uma ética religiosa racionalizada, da organização administrativa fundada no cálculo racional, do direito racional-formal, do Estado Moderno, depende o capitalismo racional moderno e vice-versa. Daí a afirmação correta de RUSCONI:

“Anzi, a questo livello di astrazione concettuale è difficile separare nettamente la ratio dell’ economia dalla ratio dell’ amministrazione, dalla ratio stessa dello stato”.⁴⁴

A indispensabilidade da administração burocrática na modernidade funda-se na sua racionalidade, cuja eficiência quase

⁴³ WEBER, *Economia y Sociedad*. p. 178.

⁴⁴ RUSCONI, *op. cit.*, p. 199.

mecânica, permite um alto grau de previsibilidade. O saber *profissional especializado* representa o caráter racional da burocracia, indispensável para o exercício da dominação. Independente do objetivo imediato, necessitamos, sempre, da burocratização, não importando o tipo de poder ou a forma de produção, seja capitalista ou socialista. De certa forma, todos querem os mesmos resultados *técnicos* que só a organização burocrática pode proporcionar com eficiência :

“ Y los dominados sólo pueden defenderse normalmente de una dominación burocrática existente mediante la creación de una contraorganización propia, igualmente sometida a la burocratización, así también el aparato burocrático mismo está ligado a la continuidad de su propio funcionamiento por intereses compulsivos tanto materiales como objetivos, es decir, ideales”.

Assim, Weber coloca a questão: “quem domina o aparato burocrático existente?”. Pois, este sistema enquanto instrumento técnico eficaz permanece, a despeito da mudança dos seus líderes e de algumas de suas características. Daí a afirmação, segundo a qual, ele continuará a existir mesmo após uma revolução.⁴⁵ Uma passagem da conferência sobre o socialismo é esclarecedora a esse respeito:

“Não houve até agora nenhum poder, nem sequer proletário, como por exemplo o da Comuna de Paris ou, em nossos dias, o dos bolcheviques, que tenha conseguido se sustentar sem lei marcial quando estavam em perigo os próprios pressupostos de sua disciplina. Isto foi admitido pelo senhor Trotsky com elogiável honestidade”.⁴⁶

⁴⁵ WEBER, *op. cit.*, 1977, p. 178.

⁴⁶ WEBER, Max. Conferência sobre o Socialismo. *Apud* FRIDMAN, Luiz Carlos. *Émile Durkheim, Max Weber: Socialismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1993, p. 128.

Há, de certa maneira, na obra de Weber, uma analogia entre economia capitalista, organização burocrática e Estado moderno sob a inspiração do conceito de empresa, na medida em que o aparato burocrático deste, pode ser comparado a uma empresa capitalista.⁴⁷ Assim como o príncipe expropriou os possuidores individuais dos meios administrativos e militares na sociedade feudal, o empresário capitalista expropria os produtores de seus meios de produção. O Estado, deste modo, também torna-se gestor exclusivo do poder administrativo e dos meios administrativos. Em síntese, podemos dizer que a particularidade da equivalência entre a concepção de empresa capitalista com o Estado e o aparato administrativo burocrático advém da idéia de calculabilidade, eficiência, maior previsibilidade, objetividade e desumanidade, que esse tipo de organização possibilita. Outrossim, a organização burocrática é aquela que melhor satisfaz as exigências para o desenvolvimento do capitalismo moderno, porque pode assegurar maior previsibilidade e igualdade formal diante das normas abstratas do direito, fato este que é singularmente exemplificado com o fenômeno da democracia de massas que conhecemos na modernidade.

*“Empero, así como la burocratización crea la nivelación estamental (según la tendencia normal, que también la historia muestra de un modo regular), toda nivelación social - en cuanto da de lado a los que imperaban en forma estamental en virtud de apropiación del poder administrativo y de los medios administrativos, y en la medida en que, en interés de la ‘igualdad’, elimina a los que ejercían la administración en forma ‘honoraria’ en méritos de la propiedad - fomenta al contrario la burocratización, que en todas partes es la sombra inseparable de la creciente democracia de masas”.*⁴⁸

⁴⁷ WEBER, Max. *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada*. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 42.

⁴⁸ WEBER, *op. cit.*, 1977, p. 180.

De fato, nesta passagem Weber revela-se pessimista em relação ao processo de democratização que gera, em última instância, mais burocracia. Trata-se, no entanto, de um dilema insolúvel da democracia representativa. Estas observações, entretanto, não indicam uma posição weberiana contrária à democracia; indicam apenas que o autor não via as práticas democráticas como algo bom em si mesmo. Afinal, a burocracia aumentava e a manipulação das massas continuava. Por isto, percebe-se, nos escritos de Weber, um certo descrédito e também uma preocupação, para com mecanismos de controle institucional, como, o “equilíbrio” com o Parlamento, conforme vimos no capítulo I, onde tratamos de sua postura política.

Embora burocracia e racionalidade-formal venham a coincidir na esfera política, a primeira pressupõe também condições materiais. A organização burocrática é útil à aspiração do Estado moderno de conservar o monopólio da força legítima, e a sua tentativa de eliminar qualquer poder autônomo em relação a ele, conforme o próprio Weber evidencia:

“Toda nuestra vida cotidiana está tejida dentro de ese marco. Pues si la administración burocrática es en general - caeteris paribus - la más racional desde el punto de vista técnico-formal, hoy es, además, sencillamente inseparable de las necesidades de la administración de masas (personales e materiales)”.

O Estado moderno tem seus fins fora do âmbito da racionalidade puramente formal. Assim, como o capitalismo, orienta-se igualmente, com base em um valor: a busca crescente e contínua de lucro.

Foi por reconhecer esses fatos que Weber manteve uma postura extremamente crítica em relação à crescente burocratização, enfatizando sempre os limites desse tipo de organização, especialmente no que diz respeito ao perfil político, como podemos observar na seguinte passagem:

“... máquina sem vida é espírito materializado. Somente esse fato dá à máquina o poder de forçar as pessoas a ficarem a seu serviço e de dominar de forma tão decisiva o cotidiano de suas vidas de trabalho, como, de fato, acontece numa fábrica. O espírito materializado também é aquela máquina viva, representada pela organização burocrática com a especialização de seu trabalho técnico escolado, a limitação das competências, suas regras e sua estrutura hierárquica. Essa organização burocrática, juntamente com a máquina sem vida, trabalha para montar o sustentáculo de dominação do futuro. Nele, talvez, todas as pessoas sejam forçadas a submeter-se, como os felás do antigo Egito, a uma administração e a um sistema de segurança social bom apenas tecnicamente, isto é, somente racional, e dominado por funcionários, sistema esse promovido a último e único valor, acima mesmo dos princípios de cada um”(grifos nossos).⁴⁹

O temor maior de Weber, a partir daquilo que apreendemos do seu texto, referia-se à extinção da política face à burocratização. Pois, a substituição do político autêntico pelo burocrata, poderia acarretar um crescimento desproporcional da burocracia que, desta forma, extrapolaria o âmbito da eficiência técnico-administrativa para converter-se em aparato de determinação dos fins estatais.

Embora a dominação racional-legal seja o tipo mais eficiente de dominação, Weber esclarece que nenhuma dominação pode ser *exclusivamente* burocrática, uma vez que ela é exercida somente por funcionários contratados. Tal é o caso do Estado Moderno que necessita de uma classe política que lhe dê direção no plano político.⁵⁰

⁴⁹ WEBER, Max. *Parlamento e Governo*. p. 53

⁵⁰ WEBER, Max. *Apud* COHN, *op. cit.*, 1977, p. 130. Ver WEBER, *op. cit.*, 1993, p. 54-5. Nesse texto Weber constata limites internos rígidos à burocracia no que diz respeito à

Outrossim, torna-se imprescindível contextualizar a sua crítica à burocracia com a situação política da alemã da sua época, como ele próprio enfatiza num de seus últimos escritos políticos, - “Parlamento e Governo na Alemanha reordenada” (*Parlament und Regierung im neugeordneten Deutschland*) -, no qual fica evidente a crítica à falta de maturidade da burguesia alemã, bem como a ênfase, do autor, na distinção entre racionalidade formal e material.

Em uma perspectiva meramente formal, o Estado Alemão conseguiu atingir elevados níveis de eficiência, como observa Weber:

*“A Alemanha, desde a queda do Príncipe Bismarck, tem sido governada por funcionários (no sentido espiritual do termo), porque ele afastava de si todas as cabeças políticas. A Alemanha conservou a burocracia militar e civil mais íntegra, melhor formada, responsável e inteligente do mundo. O desempenho alemão na guerra, lá fora, e, de um modo geral, também no país, mostrou o que é possível ser feito com esses meios (...)”*⁵¹

Entretanto, do ponto de vista material, esta “eficiência” foi extremamente prejudicial, pois:

“Dal punto di vista della razionalità materiale questa perfetta macchina di efficienza è di fatto al servizio della conservazione di valori culturali e di assetti socioeconomici che ostacolano l'ulteriore progresso del processo di razionalizzazione”.⁵²

organização pública, política e do Estado e também no que se refere à economia privada. Segundo ele, o político e o empresário (respectivamente) diferem de um mero funcionário. Ao estabelecer a distinção entre os dois conteúdos, está respondendo também à pergunta que ele mesmo coloca sobre o que a burocracia enquanto tal não consegue realizar. Tudo indica que é impossível à burocracia realizar uma racionalidade material, no sentido de estabelecer fins tanto à política quanto à empresa capitalista.

⁵¹ WEBER, *Parlamento e Governo*, p. 56.

⁵² RUSCONI, *op. cit.*, p. 203.

A burocratização excessiva obstaculiza a formação de lideranças políticas e a expansão da democracia. Entendemos democracia, aqui, não como a participação dos dominados no poder, mas como um instrumento, uma técnica política, capaz de elevar a Alemanha à condição de potência nacional. Weber, portanto, considerava a democracia apenas como extensão do sufrágio universal.

Weber não tinha ilusões com a democracia de massas. A sua defesa da democracia constitucional não se refere à forma de governo em si mesma, mas à necessidade de solucionar os problemas internos e externos da Alemanha. Vejamo-lo, com suas próprias palavras:

*“Eu não dispararia um único tiro e não compraria um bônus de guerra se essa luta não fosse uma guerra nacional; se ela se relacionasse com a forma do Estado e fosse, possivelmente, burocracia apolítica. Não me importo com a forma do Estado, se apenas os políticos governassem o país, e não idiotas vaidosos como Guilherme II e outros semelhantes...Para mim, as constituições são técnicas, tal como quaisquer outras máquinas. Eu estaria igualmente pronto a entrar em greve contra o Parlamento e a favor do monarca, se este fosse um político ou houvesse nele qualquer promessa de vir a ser um político”.*⁵³

Mais uma vez estamos diante da preocupação de Weber com a política relacionada à necessidade de liderança. Seria reduutivo, entretanto, considerar o contraste entre o carisma político e a burocracia, como fim último da sua reflexão sobre a burocratização.⁵⁴

⁵³ WEBER, *apud*, GERT, L.H. e MILLS, W. C. *Max Weber: Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro. Guanabara, 1982, p. 59.

⁵⁴ *Idem*, p. 206. Não nos estenderemos sobre o tema do carisma e remetemos à discussão realizada no artigo de CAVALLI (1981) onde o autor afirma ter encontrado no conceito de carisma um instrumento indispensável para a análise do mundo moderno

É fundamental ressaltar, por outra via, que a sua análise do fenômeno burocrático é fruto da pesquisa histórica e da pesquisa empírica, não de uma reflexão filosófica sobre o destino do Estado num mundo secularizado. Trata, portanto, de questões políticas evitando ultrapassar a discussão dos grandes temas de fundo da filosofia política - a melhor forma de governo, o fundamento da obrigação política, a essência do Estado ou da constituição, como veremos no próximo item.

5. Weber e a racionalidade do Estado Moderno

Há numerosos fatores que promoveram o desenvolvimento do Estado moderno, que Weber expõe na sua sociologia política, religiosa e do direito. A confluência dessas condições prévias favoreceram a existência de tal formação política peculiar ao Ocidente moderno. Não que Weber tenha considerado inexistentes quaisquer formas de organização política com características estatais, exteriores ao âmbito da Europa pós Idade Média; ele apenas identifica o Estado Moderno com o Estado racional em referência às outras formas estatais de base patriarcal, patrimonial, ou ainda, carismática, nas quais faltava a objetividade do ordenamento jurídico e administrativo própria ao Estado moderno. Somente nesta última forma de formação política - o Estado racional - fundado num direito racional e numa burocracia de profissionais, o capitalismo moderno pôde se desenvolver plenamente.

Na definição sociológica weberiana de associação política e, especificamente, do Estado, não há preocupação com o conteúdo, com os fins almejados por esta instância. A uma associação política é facultado propor os mais diversos fins. O Estado, entretanto, só pode ser definido a partir de um **meio** específico que lhe é próprio: a coação física. Hoje, diferentemente do passado, quando as associações mais diversas podiam empregar a coação física como um meio normal, o Estado reclama para si, dentro de um território determinado, o monopólio dessa violência legítima.⁵⁵ Ao excluir de sua definição os fins perseguidos pelo Estado, Weber não está falando como teórico do

⁵⁵ WEBER, *Economía y Sociedad*. p. 206: "El Estado es aquella comunidad humana que en el interior de un determinado territorio - el concepto del 'territorio' es esencial a la definición - reclama para sí (con éxito) el monopolio de la coacción física legítima. Porque lo específico de la actualidad es que a las demás asociaciones o personas individuales sólo se les concede el derecho de la coacción física en la medida en que el Estado lo permite. Este se considera, pues, como fuente única del 'derecho de coacción'"

direito, mas como sociólogo.⁵⁶ Interessado em conhecer o que ocorre em determinada comunidade, admitindo como provável o fato de as pessoas reconhecerem como válidas certas normas e assim atuem de acordo com os seus ditames.

A singularidade da contribuição teórica de Weber em matéria de sociologia do Estado consiste na inversão da tendência à generalização dos conceitos políticos, bastante comum nas ciências sociais positivistas e, em particular, na doutrina jurídica do Estado da metade do século XIX. Com sua obra, foi possível uma historicização do conceito de Estado, concebido como associação de domínio em forma de instituição racional.⁵⁷

A definição que Weber dá do Estado pertence, segundo Bobbio, à tradição clássica do pensamento político, porque retoma idealmente, já que não há referências a Hobbes em suas obras, a explicação que este último oferece para o Estado como resultado da renúncia da utilização da força particular feita pelos homens no estado de natureza, a favor de um poder coletivo capaz de protegê-los da violência individual. A diferença entre as duas definições, a hobbesiana e a weberiana, está no fato de que, na primeira, o *fim* do Estado é decisivo, a preservação da paz, da vida, e a proteção aos indivíduos são colocados sob sua tutela, enquanto na última, o importante é o *meio*.⁵⁸

Se nos perguntarmos por que Weber faz uma equivalência entre Estado moderno e Estado racional, veremos que tal

⁵⁶ Kelsen faz uma crítica aguda à concepção de Estado em Weber, talvez por exigir-lhe algo que não está no âmbito daquilo a que se propôs em mostrar, mas tal polêmica deve ser remetida ao tópico seguinte, sobre Sociologia jurídica, onde enunciaremos alguns aspectos desse debate. Ver: Kelsen, Hans. El concepto de Estado de la sociología comprensiva. In, CORREAS, Oscar (org.). *El Otro Kelsen*. México: UNAM, 1989. p.267-281.

⁵⁷ Segundo PORTINARO, *op. cit.*, p.10, essa concepção weberiana de Estado deixou seu signo sobre o desenvolvimento da história das constituições e das instituições dos últimos cinquenta anos.

⁵⁸ BOBBIO, Norberto. *A Teoria do Estado e do Poder*. São Paulo: Cardin, s.d. pp. 157-186. Embora tenhamos afirmado que não há uma preocupação em fazer “filosofia política” em Weber, e sim sociologia, nada impede que sejam feitas aproximações do autor em questão, com clássicos da filosofia política. Também neste últimos é difícil separar o filósofo do cientista social, como no caso de Maquiavel, de Hobbes e de Tocqueville.

articulação dá-se, por um lado, em função do **tipo de poder** que ele exercita e, por outro, em virtude do **fundamento** no qual ele repousa. Suas teses sobre Estado conformam uma teoria das formas de poder, conceito-chave de sua sociologia política. Isto fica bastante evidente quando define a política como uma vontade de participar do poder e de influenciar na sua distribuição, seja inter ou extra estatal. A palavra “política” vem sempre carregada da idéia de distribuição, conservação ou deslocamento (mudanças) no poder. Aquele que fizer política está, obviamente, aspirando ao poder, independentemente das intenções e dos objetivos que pré-estabeleça para atingir tal fim.

E é nesse sentido que o Estado não se diferencia de quaisquer associações políticas que o antecederam:

*“es una relación de dominio de hombres sobre hombres basada en el medio de la coacción legítima (es decir: considerada legítima)”.*⁵⁹

Todos os tipos de autoridade se apoiam na crença, por parte dos dominados, na sua legitimidade. Para compreendermos esse fenômeno, importa conhecer os motivos internos de justificação, bem como os meios externos nos quais a dominação se apóia. A força é necessária, mas não é suficiente, deve ser legítima. Isto porque só um poder legítimo tem condições de atravessar os tempos e apenas um poder duradouro é capaz de constituir um Estado.

A legitimidade do poder manifesta-se a partir de três formas típicas: a carismática, a tradicional e a legal.

A dominação carismática depende da devoção afetiva ao caráter exemplar de uma pessoa e a seus dotes considerados sobrenaturais, tais como, revelação de heroísmo, faculdades mágicas, poder de oratória, poder intelectual. Ela só sobrevive enquanto sustentar seus mitos, podendo, assim, vir a ser rechaçada ou aceita pelo séquito de seus súditos conforme a capacidade de convencimento de suas

⁵⁹ WEBER, *Economia y Sociedad*. p. 1057.

“provas”. Neste universo, o quadro administrativo é escolhido de acordo com as características pessoais, e não em função da qualificação profissional dos seus integrantes.

A dominação tradicional baseia-se na crença na santidade das ordenações dos poderes antigos e na observância dos costumes consagrados no passado. É, portanto, o poder típico do patriarca e do príncipe patrimonial.

A dominação legal é uma dominação mantida pela crença na validade de um estatuto legal e na competência objetiva fundada em regras racionalmente criadas. Para a compreensão do Estado moderno, esta última de dominação, tem relevância primordial na medida em que postula a legitimidade da norma a partir da sua conformidade com um estatuto formalmente correto. É peculiar ao Estado moderno o fato de fundar a legitimidade na legalidade dos ordenamentos estatuídos e no direito de comando daqueles que exercem o poder legal. Este poder, por sua vez, pressupõe um direito racional organizado sob a forma de regras abstratas, uma jurisdição que possibilite a aplicação destas regras ao caso particular e uma administração regida pelo ordenamento estatuído. Logo, o tipo de poder próprio ao Estado moderno é fundado numa forma particular de legitimidade, definida por Weber como “legalidade”.

A noção de Estado em Weber pode ser considerada também como parte de um “diálogo” crítico com o liberalismo clássico de Kant.⁶⁰ A doutrina de Kant acerca do Estado é considerada, ainda hoje, como uma das melhores formulações da concepção liberal de Estado. É necessário ressaltar, por outro lado, que Kant não é sempre liberal, com seu conceito de liberdade. Pois, critica igualmente o liberalismo, assinalando os limites do individualismo.

Na concepção liberal, o fim do Estado é a liberdade individual, o que significa, em outros termos, afirmar que o seu fim deve coincidir com os diversas aspirações dos indivíduos. Para que isto

⁶⁰ DREIFUSS, René Armand. *Política, Poder, Estado e Força - uma leitura de Weber*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 15.

ocorra, o Estado deve tão somente garantir a liberdade externa, ou seja, permitir que seus cidadãos persigam os objetivos aos quais se propõem. Esta concepção contrapõe-se ao Estado eudemonista - correspondente ao absolutismo -, segundo a qual o príncipe tinha como finalidade principal guiar os seus súditos à felicidade. Kant não admitia, com razão, a existência de um princípio universal de felicidade que pudesse ser aduzido como lei. Uma passagem bastante significativa para explicitar esta sua convicção e compreender seu pensamento político, é a que segue:

*“ Com efeito, tanto as circunstâncias de tempo como também a ilusão cheia de contradições recíprocas e, além disso, sempre mutável, em que cada um põe a sua felicidade (ninguém lhe pode prescrever onde a deve colocar) tornam impossível todo princípio firme e por si mesmo adequado para servir de base à legislação . A proposição - **salus publica suprema civitatis lex est** - ⁶¹ conserva intacto o seu valor e autoridade, mas a salvação pública, que antes de mais nada importa ter em conta, é justamente a constituição legal que garante a cada um a sua liberdade mediante leis; pelo que lhe parecer melhor, contanto que não cause dano à liberdade legal geral, por conseguinte, ao direito dos outros súditos”.⁶²*

A partir da afirmação, de que o bem público supremo é a constituição legal, podemos levar em consideração uma certa conexão em Kant entre o Estado liberal e o Estado de direito, mediada pelo postulado de uma lei universal capaz de regulamentar a coexistência do homem, em uma sociedade racionalmente organizada.

Há, desta maneira, uma concepção jurídica de Estado em Kant. BOBBIO afirma ainda que, além de liberal e jurídica, a

⁶¹ “O bem público é a suprema lei do Estado”.

⁶² KANT, Immanuel *A Paz Perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1988. À p.84, Kant também nos lembra: “Sobre a expressão corrente: isto pode ser correto na teoria, mas nada vale na prática”

percepção kantiana do Estado é igualmente formal, porque não leva em consideração o conteúdo das normas jurídicas e sim o fato de que elas existem enquanto preceitos impostos coercitivamente, a fim de possibilitar a existência em comum dos cidadãos.⁶³ Entretanto, é imprescindível ressaltar, para não cairmos em um reducionismo, que Kant afirmava a necessidade de obediência incondicional às normas, projetando uma situação “ideal”, na qual todos os cidadãos teriam condições de expressar a sua opinião publicamente. A ninguém é dado desobedecer às leis - mesmo as injustas - mas todos têm o direito de fazer uso público de sua própria razão, criticando as leis obedecidas, lutando para que estas sejam mudadas. Em suma, a reforma do Estado faz parte do projeto iluminista: quanto melhores são as leis, tanto mais racionais são os homens, e vice-versa. Desta maneira, o pensamento de Kant tem como perspectiva a reforma permanente do Estado e nunca a subversão.⁶⁴

Do nosso ponto de vista, já haveria uma revolução se todos os cidadãos pudessem (igualmente e livremente) fazer uso público de sua própria razão para criticar as leis injustas. Embora Weber não se dedique a tais reflexões, limitando-se ao plano mais sociológico, não seria nenhum absurdo afirmar como preocupação persistente em sua obra, essencialmente nos escritos políticos, o destino do espaço público. Para Kant, não temos o direito de desobedecer à lei se precisamente queremos e precisamos da obediência a uma lei universal, sustentáculo da racionalidade. E para que a racionalidade aumente - é o ideal iluminista - urge, ao mesmo tempo, que as leis se tornem cada vez mais concordantes com o imperativo categórico, segundo o qual, só é justo considerar como bom para si o que pode ser justo também para os outros. Trata-se assim, para um Kant otimista, da defesa de uma reforma permanente, que não abdique do estado de direito. Contudo, vale enfatizar que não é gratuita a insistência kantiana na importância da capacidade de manifestar a opinião; e, por isso, a defesa também de uma imprensa livre, como baluarte da própria liberdade individual. É

⁶³ BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant*. Brasília: EdUnb, 1992. p. 136. Tal concepção formal de Estado tem conexão com a concepção formal de direito.

⁶⁴ *Idem*, p. 151.

interessante, igualmente, chamarmos a atenção para o fato de que Weber denuncia uma tendência à perda de liberdade, não sustentando, portanto, o otimismo próprio ao pensamento liberal. Tal constatação, por sua vez, inscreve este autor no espectro de um intelectual iluminista, como salientamos na referência à crítica feita ao iluminismo pela Escola de Frankfurt.

Na sua definição de Estado considerada sociológica, Weber coloca, em termos mais genéricos,⁶⁵ como Kelsen, que o Estado é a ordenação jurídica que tem o uso exclusivo do poder de coação atribuído por suas normas.⁶⁶

Vejamos, então, a afirmação de Weber em *Economia e Sociedade*:

*“Desde el punto de vista de nuestra consideración importa, pues, destacar lo puramente conceptual en el sentido de que el Estado moderno es una asociación de dominio de tipo institucional, que en el interior de un territorio ha tratado con éxito de monopolizar la coacción física legítima como instrumento de dominio, y reúne a dicho objeto los medios materiales de explotación en manos de sus directores pero habiendo expropiado para ello a todos los funcionarios de clase autónomos, que anteriormente disponían de aquéllos por derecho propio, y colocándose a sí mismo, en lugar de ellos, en la cima suprema.”*⁶⁷

⁶⁵ De fato, há uma divergência no âmbito do conceito de Estado de Weber e Kelsen, conforme se pode deduzir da leitura do texto Kelsen, *in* CORREAS, *op. cit.*

⁶⁶ BOBBIO, *op. cit.*, p. 157-184. Segundo o autor, se aceitarmos que em qualquer associação política há ainda duas outras formas de poder - ideológico e o econômico-, contudo é o poder de coação a condição imprescindível à existência do Estado moderno. Este pode renunciar ao poder ideológico, como aconteceu na separação entre Igreja e Estado; pode também renunciar ao poder econômico, a exemplo do Estado liberal. Entretanto, se renunciar ao monopólio do poder de coação, deixa de ser Estado, significa, como quer Hobbes, o retorno ao Estado natural - “a guerra de todos contra todos”

⁶⁷ WEBER, *Economia y Sociedad*. p. 1060.

Aqui, Weber rechaça o otimismo de Kant. Para ele, o Estado sustenta-se pela violência, bem como, os aparelhos burocráticos vêm-se cada vez mais autonomizados, o que Kant não poderia prever e nem desejar. Kant era filósofo, idealista, iluminista. Weber, não. Talvez, este último seja, sob o aspecto tratado aqui, apenas mais realista, por ter vivenciado aquilo que Kant não pôde presenciar, a exemplo da similaridade entre empresa e Estado.

Para o tipo moderno de Estado, fundamentado num poder legal, é imprescindível uma forma específica de burocracia que atue como uma **empresa** com caráter de continuidade.⁶⁸ O verdadeiro domínio do Estado moderno se encontra nas mãos da burocracia que, devido à sua capacidade de cálculo e eficiência, encontra-se em estreita conexão com o desenvolvimento do capitalismo

É possível perceber a interferência do Estado Moderno no funcionamento da esfera econômica a fim de protegê-la e possibilitar o seu desenvolvimento. Por outro lado, a máquina estatal, persegue, igualmente, seguindo o modelo de uma empresa, objetivos econômico-capitalistas. Um primeiro exemplo de política econômica principesca racional se deu na Inglaterra, no século XIV, com “mercantilismo”, estudado por Adam Smith. Vemos, portanto uma espécie de transposição da empresa capitalista à esfera política.⁶⁹

⁶⁸ Ver também, WEBER, *op. cit.*, 1977, p.1058. “(...) *Ese fundamento económico decisivo, o sea la ‘separación’ del trabajador de los medios materiales del trabajo - de los medios de producción en la economía, de los medios bélicos en el ejército, de los medios materiales administrativos en la administración pública, y de los medios monetarios en todos ellos, de los medios de investigación en el instituto universitario y en el laboratorio- es común, como tal fundamento decisivo, tanto a la empresa político-militar estatal moderna como a la economía capitalista privada.* Ver também: WEBER, *op. cit.* 1972, p. 62: “... o Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão. Equivale isso a dizer que o Estado moderno expropriou todos os funcionários que, segundo o princípio dos Estados dispunham outrora, por direito próprio, de meios de gestão, substituindo-se a tais funcionários, inclusive no topo da hierarquia. E, foi ao longo desse processo de expropriação que surgiu uma nova espécie de “político profissional”.

⁶⁹ WEBER, *op. cit.*, 1977, p.1053. O mercantilismo significa: “*formación moderna de poder estatal, directamente mediante aumento de los ingresos del príncipe, e indirectamente mediante aumento de la fuerza impositiva de la población*”

A racionalidade formal do Estado Moderno, neste sentido, aproxima-se de uma calculabilidade própria à empresa capitalista: esta funda-se sobre o cálculo e necessita de uma justiça e de uma administração com base em normas abstratas a fim de obter maior previsibilidade. O Estado Moderno possibilita essa garantia de cálculo racional, tornando-se indispensável para o desenvolvimento da moderna economia capitalista. Vale a pena assinalar ainda que, sob este aspecto, Weber reatualiza Hobbes - o primeiro autor a apresentar a **razão** como “*cálculo utilitário das conseqüências*” -, quando demonstra que a razão foi, infelizmente, reduzida a esta fórmula. Para Kant, a razão nunca pode ser apenas *meio* para alcançar fins. Todavia, o pessimismo de Weber face aos “destinos da razão”, possa ser explicado a partir da sua percepção dada a um mundo bem administrado, perfeito, mas sem alma e liberdade. Talvez possamos afirmar que é desta forma que se deu a realização da República ideal de Platão!

A afirmação segundo a qual o Estado moderno é um Estado racional, refere-se, na realidade, à sua superioridade técnica, que só pode se realizar historicamente a partir de um processo revolucionário, ou seja, da eliminação das formas tradicionais de organização política.

Marx também define o Estado como um meio, mas um meio apenas de interesse de uma classe, enquanto Weber vê no Estado também um fim em si mesmo que, entretanto, ultrapassa os próprios interesses de classe. E nisto reflete-se, mais uma vez, o pessimismo weberiano.

Assim como o saber científico toma o lugar dos pressupostos religiosos e o capitalismo moderno se sobrepõe a outras formas não capitalistas, o Estado moderno, com sua administração burocrática, impõe-se às demais organizações políticas. Esta é uma característica específica do processo de racionalização formal do Ocidente.

Para os que vivem nesta época moderna, órfã de valores absolutos e caracterizada pela diferenciação das esferas valorativas, a racionalidade voltada aos fins apresenta-se como o *locus* possível de encontro, de sucesso, pois não exige profissão de fé, mas eficiência para alcançar os fins almejados com menor grau de incerteza. Contudo, essa “auto-referência” dos fins em si mesmos deve ser relativizada, diante de um único valor absoluto: a referência sempre ao indivíduo, ao ser humano, senhor do seu destino. Este é, parece-nos, o grande drama da modernidade: a autonomia absoluta dos seres humanos contribuiu para que estes passassem a se comportar como uma multidão de deuses, gerando, assim, um conflito em última instância insolúvel.

6. Ascetismo e ética profissional: a ética protestante como ética capitalista do domínio

Diante das considerações sobre o processo de racionalização, surge a exigência de determinar mais precisamente o tipo de postura que diferencia o comportamento econômico capitalista, delineando as mudanças de aspectos estruturais que essa economia direcionada por critérios de racionalidade formal produziu na vida do homem moderno.

Esse tema Weber o enfrenta no texto “*Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*”, onde questiona a compreensão do “espírito do capitalismo”. Para responder a tal indagação, ele descarta qualquer possibilidade de definição conceitual porque considera que, como toda “formação histórica”, o capitalismo não pode ser definido pela fórmula abstrata “*genus proximum, differentia specifica*”, mas deve ser estruturado a partir de sua individualidade na realidade histórica concreta.⁷⁰

Devido essa impossibilidade de oferecer uma definição conceitual do “espírito do capitalismo”, Weber faz uma “descrição provisória”, a fim de elucidar a compreensão do objeto de investigação, reconstruindo os comportamentos humanos pelos quais o espírito do capitalismo se deixa evidenciar. Para isto, o autor se utiliza de “sentenças” compendiadas em ensaios de Benjamin Franklin:

*“Lembra-te de que tempo é dinheiro...Lembra-te de que crédito é dinheiro...Lembra-te de que dinheiro é de natureza prolífica, procriativa...Lembra-te deste refrão: “o bom pagador é dono da bolsa alheia”.”*⁷¹

⁷⁰ WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. p. 28.

⁷¹ FRANKLIN, Benjamin, *apud* WEBER, *idem*, p. 29-30.

Todos esses preceitos sugeridos por Benjamin Franklin assumem um caráter *ético* de máxima orientadora da vida. É nesse sentido que ele fala de um “espírito do capitalismo”, ou seja, de uma codificação da vida no sentido de uma racionalidade instrumental para a persecução do ganho cada vez maior de dinheiro. É exatamente esse *ethos* particular que diferencia o capitalismo moderno (da Europa Ocidental e Norte-americano) do “capitalismo” da China, da Índia, da Babilônia, da Antiguidade Clássica, da Idade Média, que não conheceu tal determinação.⁷²

Com efeito, os preceitos de Franklin se mostram inspirados por uma racionalidade instrumental, pelo utilitarismo. A honestidade é útil porque assegura o crédito, configurando-se, assim, um meio válido para alcançar um fim. Como o trabalho, e as demais disciplinas, traduzem virtudes enquanto assegurarem sua utilidade ao indivíduo. Poderíamos, então, concluir que, se tais virtudes pudessem ser substituídas pela mera “aparência de virtude”, sem prejuízo para os objetivos individuais, já seria o suficiente. Teríamos, assim, uma ética hipócrita, de fachada. Mas este não é o caso. De fato, o *summum bonum* desta “ética” - a obtenção de cada vez mais dinheiro -, só se torna possível se acompanhado de renúncia de todos os prazeres, se destituído de todo caráter eudemonista ou hedonista, se pensado como uma finalidade em si mesmo.⁷³ A aquisição econômica é concebida pelo homem não mais como meio de satisfazer suas necessidades materiais, mas exclusivamente como expressão da habilidade de cada um no exercício de sua profissão. Conforme o próprio Weber assinala:

“E, na verdade, esta idéia peculiar do dever profissional, tão familiar a nós hoje, mas, na realidade, tão pouco evidente, é a mais característica da ‘ética social’ da cultura capitalista, e, em certo sentido, sua base fundamental”.⁷⁴

⁷² WEBER, *ibidem*, p. 30.

⁷³ *Idem*, *ibidem*, p. 33.

⁷⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 34.

Por outras palavras, a redução do ser humano ao profissional equivale à transformação homem em meio para um fim que, de certa forma, não é o ser em si mesmo, mas o nada, como irá indicar parte do pensamento contemporâneo. Daí, a falta de sentido inerente à absolutização do valor econômico, sobretudo, se considerarmos que a riqueza adquirida nunca é definitivamente satisfatória.

A racionalidade formal do capitalismo fundamenta-se numa ética do “dever profissional” que é traduzida por um conceito de obrigação moral encenada pelos indivíduos diante de sua atividade profissional, não importando qual seja.

Tal conexão entre a dimensão ética e racionalidade instrumental capitalista é comprovada pelo fato de que, embora a “*auri sacra fames*” (avidez pelo ouro) tenha sido anterior ao capitalismo, nos países onde predominou o “*domínio universal da absoluta inescrupulosidade na utilização de interesses egoístas para obtenção de dinheiro*”, o desenvolvimento capitalista-burguês, medido segundo padrões ocidentais, permaneceu “atrasado”.⁷⁵

A diferença não é encontrada, pois, no grau de desenvolvimento do impulso por ganhar dinheiro, mas numa organização racional da vida. O capitalismo promove essa valorização do capital através da organização racional do trabalho. E isto exige uma ética que, de acordo com os preceitos de Franklin, não pode.

*“utilizar-se de homens de negócios que pareçam absolutamente inescrupulosos em suas relações com outrem, menos ainda pode fazer uso do trabalho daqueles que praticam a doutrina do liberum arbitrium indisciplinado”.*⁷⁶

⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 36.

⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 36.

Sem uma dimensão ética que a sustente, a racionalidade instrumental não conseguiria superar o maior oponente do capitalismo - o “tradicionalismo”. Weber exemplifica essa tese com a situação na qual o empreendedor teve de utilizar um meio técnico para conseguir maior produtividade do operário. Um dos meios utilizados pelo capitalismo para atingir tal objetivo foi o aumento do salário, para estimular o crescimento da produção. Mas este implemento da atividade produtiva teve um efeito inverso. O “maior ganho” significou “menor produção” porque a oportunidade de ganhar mais foi menos atrativa que a possibilidade de trabalhar menos. A isto Weber chama de “tradicionalismo”:

“ o homem não deseja ‘por natureza’ ganhar cada vez mais dinheiro, mas simplesmente viver como estava acostumado a viver e, ganhar o necessário para este fim”.⁷⁷

Seguindo o mesmo raciocínio, a técnica da redução salarial para aumento da produção também não se mostra muito recomendável quando há necessidade de mão-de-obra especializada. Com isto Weber tenta demonstrar que os aspectos materiais, isoladamente, são insuficientes para a compreensão de um determinado fenômeno. Muitas vezes, com a mudança dos aspectos materiais obtém-se resultado inverso ao desejado - como ocorreu no caso exemplificado acima, com a produtividade. Foi preciso mudar a mentalidade, para alcançá-la.

É fundamental que o indivíduo, então, tenha uma consciência que considere o trabalho como fim absoluto por si mesmo, ou seja, como “vocação”. Tal consciência e sentido de responsabilidade não é um “produto da natureza” e nem pode ser provocada por altos ou baixos salários, e sim o produto “*de um longo e árduo processo de educação*”.⁷⁸

⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 38.

⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 39.

A expressão “espírito do capitalismo” serve, desta maneira, para descrever determinada mentalidade que sob o aspecto profissional significa *ganho sistemático e racionalmente legitimado*.⁷⁹

O capitalismo moderno, segundo Weber, não se desenvolveu de modo “natural”, mediante um processo gradual de racionalização. A racionalidade de cálculo amplamente estabelecida na ordem política e econômica moderna não é fruto de um avançar lento e contínuo em direção à finalidade de cálculo. Para que esta se realizasse, foi necessário uma “brecha” no âmbito das atitudes e das disposições, e aberta, principalmente, nas idéias religiosas da Reforma, através das interpretações de Calvino e Lutero, cujas pressões psicológicas e lógicas guiaram o desenvolvimento do ascetismo.⁸⁰

Weber se opõe à tese de que o desenvolvimento do “espírito do capitalismo” deve ser compreendido como parte do processo do racionalismo como um todo, porque a história do racionalismo não apresenta uma evolução paralela, mas descontínua nos diversos setores da vida.⁸¹

O racionalismo, segundo ele, “*é um conceito histórico que engloba todo um mundo de componentes diversos*”. Para compreender a racionalidade capitalista e o tipo de estrutura social que ela origina, deve-se ao menos elucidar o pensamento racional que desenvolveu essa forma particular de “vocação”, considerada irracional de um ponto de vista eudemonista, que, no entanto, consubstancia um dos elementos mais peculiares de nossa cultura capitalista.⁸²

⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 42.

⁸⁰ BRUBAKER, *op. cit.*, p. 46.

⁸¹ Weber exemplifica o caso da racionalização do Direito Privado que, considerado enquanto uma reorganização do conteúdo do Direito, atingiu seu mais alto grau até agora, no direito romano da baixa Antigüidade Clássica, sendo que, em países com maior grau de racionalização econômica, notadamente na Inglaterra, permaneceu atrasado. WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. p. 51.

⁸² *Idem*, p. 51.

O conceito de vocação, ou *Beruf*, tem origem na tradução da Bíblia, ou melhor, na mentalidade do tradutor luterano, deste texto cujo significado subjacente é um produto novo da Reforma. Há uma valorização maximizada do cumprimento do dever dentro das profissões seculares, através da atribuição de um significado religioso ao trabalho secular cotidiano. Este, segundo Weber, constitui o dogma central do Protestantismo,

“... a única maneira de viver aceitável para Deus não estava na superação da moralidade secular pela ascese monástica, mas sim no cumprimento de tarefas do século, imposta ao indivíduo pela sua posição no mundo” (grifos nossos).⁸³

Aqui sim, podemos estabelecer um paralelo com o Kant da “Crítica da Razão Prática”: que estabelece a obrigação de cumprir o dever simplesmente porque é dever..., e não pela felicidade que atingimos com esta ação. O critério moral não pode ser o resultado alcançado, mas o **dever** cumprido. Assim, o que importa não é a felicidade obtida, mas a **dignidade** de ser feliz. Em suma, a ênfase é colocada no dever.

Em “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” Weber explicita esse desenvolvimento do asceticismo intramundano - dessa ética secular da “vocação”, a partir de quatro elementos doutrinários da Reforma. Primeiramente, temos a concepção desenvolvida por Lutero, acima descrita, no sentido de uma *qualificação moral da atividade terrena*, que segundo Weber, foi uma das formulações mais prolíficas em consequências do Protestantismo. A tarefa que satisfaria Deus não consistiria, assim, em superar a moralidade intramundana, mas em testemunhar a fé através de uma atividade no mundo.⁸⁴ Em segundo lugar, a concepção calvinista de um Deus completamente incompreensível, transcendente: “*Seus desígnios somente podem ser entendidos, e mesmo conhecidos, por nós, na medida em que seja de seu agrado nô-los revelar*”.⁸⁵ O homem é visto,

⁸³ *Idem, ibidem*, p. 53.

⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 54

⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 70.

de acordo com esta concepção, como um instrumento a serviço da maior glória de Deus: “*Deus não existe para os homens mas estes por causa de Deus*”.⁸⁶ Terceiro elemento, a doutrina calvinista da “*corrupção de tudo que se refere à matéria*” e seu repúdio a todos “*os elementos sensuais e emocionais na cultura e na religiosidade*”.⁸⁷ E, finalmente, a doutrina calvinista da predestinação, cuja consequência psicológica foi decisiva. Segundo esta, Deus predestina, por decreto, aqueles que devem ter a vida eterna e os que são destinados à morte eterna. Desta maneira, o indivíduo estaria impossibilitado de conhecer o seu destino preestabelecido e seria incapaz de ganhar a salvação, a não ser pela vontade de Deus que distribui ou nega graças, conforme lhe apraz.⁸⁸ O efeito disto, ao contrário do que se poderia esperar, foi exatamente o de relevar, ainda mais, a importância da religião para os indivíduos. Os pastores puritanos recomendaram uma intensa e metódica dedicação ao trabalho como meio para reconhecer e separar os “eleitos”. O sucesso econômico passou a ser visto como sinal de benevolência divina, de maneira a amenizar a incerteza psicológica produzida pela doutrina da predestinação,⁸⁹ a ponto de se chegar a afirmar que os ricos é que realizam a vocação e por isto só eles serão salvos, fazendo frutificar os “talentos” recebidos de Deus. Esses elementos todos possibilitaram, então, o desenvolvimento do asceticismo intramundano enquanto empenho no trabalho profissional como instrumento da glória de Deus; esta foi uma consequência psicológica e prática da Reforma, notadamente do Calvinismo.⁹⁰ Temos, então, com a ascese intramundana - ao contrário da ascese monástica-, o estímulo ao trabalho sob critérios de maior eficiência e desempenho. Este último, entendido como um atributo divino e como um fim em si mesmo, pois o ascetismo coibiu o gozo dos frutos do trabalho.

⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 71.

⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 73.

⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 69.

⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 76-7.

⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 85.

A importância precípua do Puritanismo, filho do Calvinismo, para o desenvolvimento econômico consiste, segundo Weber, na contribuição mais geral à formação de um *ethos* econômico especificamente burguês - aquilo que Weber chama de “espírito do capitalismo”.⁹¹ A diferença da ascese vocacional do puritanismo com o “espírito do capitalismo” preceituado nos escritos de Franklin consiste em que o primeiro se orientou exclusivamente no sentido transcendente de busca da salvação, enquanto o segundo, em direção à acumulação do dinheiro como um fim em si mesmo.⁹² Senão vejamos:

*“Basta reler o trecho de Franklin [...] para perceber que os elementos fundamentais do que lá se denominou ‘espírito do capitalismo’ são justamente os que ora apresentamos como conteúdo da ascese vocacional do puritanismo, apenas sem a sua fundamentação religiosa, já desaparecida no tempo de Franklin”.*⁹³

Disto tudo pode-se concluir que o desenvolvimento do capitalismo moderno, além da racionalização “externa”, devido a fatores como a tecnologia, o direito, a administração, o mercado, que se tornam cada vez mais previsíveis, pressupõe, de outro lado, uma racionalização da *personalidade*. Isto significa que ele não poderia se desenvolver da mesma maneira sem uma reorganização das atitudes em relação ao trabalho a fim de superar o “tradicionalismo”, anteriormente explicitado. Essa reorganização “interna” só foi possível a partir de uma reorientação de atitudes éticas pelo protestantismo ascético. Enfim, na esfera da religião e da ética, foi criada uma orientação interior disciplinada para o trabalho que, ironicamente, foi perfeitamente ajustada ao capitalismo.⁹⁴ Esta é uma característica da modernidade: o sentido positivo dado ao trabalho, diferentemente da Antigüidade, considerando dever exclusivo dos escravos - e também da Idade Média - quando era visto como fruto do pecado.

⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 130.

⁹² *Idem, ibidem*, p. 130.

⁹³ *Idem, ibidem*, p. 130.

⁹⁴ BRUBAKER, *op. cit.*, p. 50.

Essa construção ascética da personalidade, além de contribuir como estímulo ao desenvolvimento do capitalismo, transmitiu também à sociedade moderna, a base de uma orientação “profissional” que é peculiar hoje à atividade política, administrativa e jurídica. Há uma renúncia, segundo Weber, à *Faustiana universalidade do homem*,⁹⁵ através da limitação do trabalho especializado.

Weber já esboça aqui, como veremos, uma severa crítica ao domínio das coisas sobre o homem que o desenvolver de tal *ethos* possibilitaria:

“O puritano queria tornar-se um profissional, e todos tiveram que segui-lo. Pois quando o ascetismo foi levado para fora dos mosteiros e transferido para a vida profissional, passando a influenciar a moralidade secular, fê-lo contribuindo poderosamente para a formação da moderna ordem econômica e técnica ligada à produção em série através da máquina, que atualmente determina de maneira violenta o estilo de vida de todo indivíduo nascido sob esse sistema [...]”.⁹⁶

Logo, a influência do espírito do capitalismo ultrapassa os limites do âmbito do trabalho e da economia *stricto sensu*, colaborando decisivamente para a reificação de todos os aspectos da vida.

No momento em que os ideais da *Aufklärung* (Iluminismo) começaram a se desenvolver, o capitalismo, já vitorioso, não necessita mais do “manto” religioso para a sua justificação. Todavia, assinala Weber, a crença no “dever vocacional” ainda rondava “como um fantasma em nossas vidas”. Este é um alerta para o fato de que o “manto” se transformou em uma “prisão de ferro”. E, não sabemos a quem caberá no futuro viver nessa prisão onde não há mais necessidade de justificações éticas e religiosas. Se tudo se encaminhar

⁹⁵ WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. p. 130.

⁹⁶ *Idem*, p. 131.

no sentido de uma “*convulsiva espécie de autojustificação*” , os “*últimos homens*” de tal desenvolvimento cultural, afirma Weber:

“.... poderiam ser designados como ‘*especialistas sem espírito, sensualistas sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado*’”.⁹⁷

Mais do que mudar uma atitude tradicionalista, a ética ascética muda inteiramente uma concepção de mundo: as relações com os outros, com a natureza externa e com a própria natureza interior tornam-se instrumentais.⁹⁸ Configura-se, nesta nova maneira de encarar o mundo, a especificidade da cultura ocidental diante de outras culturas e civilizações: o “racionalismo da dominação do mundo”.⁹⁹

Diante da afirmação weberiana da inelutabilidade do processo de racionalização em todos os domínios da modernidade, onde os meios tendem a se autonomizar em relação aos fins, seria possível deduzir uma versão apologética ou crítica ou ainda terapêutica deste autor sobre a modernidade ocidental e o destino do indivíduo nesse mundo racionalizado? Não há saídas fora do capitalismo e da racionalidade instrumental e, portanto, teríamos de nos submeter resignadamente à escravidão do formalismo, *malgré tout* ? ou será que Weber procurou apenas definir um “estilo ético de vida adequado ao mundo desencantado”?¹⁰⁰

Tais questões envolvem um espectro de dificuldades com o qual não teríamos condições de lidar satisfatoriamente nos limites

⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 131.

⁹⁸ SOUZA, Jessé José Freire de. Homem Cidadão: Ética e Modernidade em Weber. *Revista Lua Nova*. São Paulo: Tec-art, 1994, p. 137. Segundo o autor, aproveitando SCHLÜCHTER, a ética ascética muda forma e conteúdo do agir e pensar humano em todos os aspectos: “1) em relação à natureza exterior, ao mundo objetivo; 2) em relação ao convívio dos homens entre si, ao mundo social portanto; 3) assim como em relação à própria natureza interior, ao mundo subjetivo”.

⁹⁹ *Idem*, p. 138-9. Expressão utilizada por Weber que é retomada pelo autor, a fim de elucidar o domínio da racionalidade instrumental na sociedade ocidental moderna.

¹⁰⁰ SCHLÜCHTER, *op. cit.*, p. 181, Este autor coloca esta questão última e procura respondê-la afirmativamente.

desta dissertação e, quiçá, mesmo numa tese de doutoramento. Buscamos, mesmo assim, afirmar nosso posicionamento inicial, a partir da leitura de alguns autores privilegiados,¹⁰¹ segundo o qual Weber não teve uma postura resignada diante da reificação da vida na modernidade, propondo uma ética secular - a única compatível com o moderno racionalismo do Ocidente, como veremos no ítem seguinte.

6.1. Uma ética moderna em Weber?

Indubitavelmente, há em Weber uma preocupação apaixonada pelo “destino do homem” na sociedade capitalista ocidental, em que predomina uma racionalidade instrumental e na qual os ordenamentos do mundo objetivizado funcionam de modo relativamente autônomo, de acordo com suas próprias “leis”.

Diante das condições da não fraternidade e impessoalidade do racionalismo característico do Ocidente, há uma redefinição da questão ética atual em duas direções que, conforme SOUZA, são simultâneas e contraditórias:

“..... por um lado a esvazia, na medida em que enfatiza a relação entre meios para fins já dados socialmente - o que caracteriza a ação estratégica weberiana - e atribui um papel secundário às atitudes orientadas para um “reino das finalidades”, às escolhas humanas autônomas e livres que caracterizam a ação moral.(...) Por outro lado, implica a radicalização do dilema ético, na medida em que, no mundo coisificado onde os

¹⁰¹ Baseamo-nos, neste sentido, em algumas obras de autores que relevaram o impulso ético subjacente nos escritos de Weber: SOUZA (s/d), SCHLÜCHTER (1987), HENRICH (1990), BRUBAKER (1984).

homens se tornam instrumentos inconscientes de fins que lhes escapam ao entendimento, o agir eticamente orientado é a única atitude de resistência possível".¹⁰²

Neste contexto, evidenciam-se duas atitudes possíveis ao agir humano em um mundo desencantado: a primeira, de orientação exclusivamente voltada ao *sucesso*; e a segunda, como tentativa de equilibrar a tensão entre *eficiência* e *convicção ética*.

As orientações da vida que priorizam somente as atitudes voltadas ao *sucesso* promovem o *domínio inconsciente do mundo*,¹⁰³ pois abdicam de qualquer fundamentação ética a suas ações; seus defensores são os assim chamados "*últimos homens*".

Para se configurar uma ética secular adequada ao mundo desencantado, pode ser útil voltarmos à distinção entre ética da responsabilidade e ética da convicção, estabelecida no primeiro capítulo. A ética da responsabilidade se "ajusta" à autonomia do mundo desencantado, enquanto a ética da convicção conduz à rejeição, à fuga do mundo. Somente a primeira possibilita o "*domínio consciente do mundo*", para usar a expressão de SCHLÜCHTER.¹⁰⁴ Em outras palavras, para estabelecer o autocontrole e o domínio do mundo é necessário um antropocentrismo dualista¹⁰⁵ que mantenha essa tensão

¹⁰² SOUZA, Jessé. *Homem, Cidadão : Ética e Modernidade em Weber*. p. 138.

¹⁰³ SCHLÜCHTER, *op. cit.*, p. 73

¹⁰⁴ Ver também que, segundo SCHLÜCHTER (1987: 184), entre os conceitos de eficiência e de conveniência moral existe uma tensão que se resolve se se hierarquiza e se pratica, contemporaneamente, uma estratégia da maximização: " *il comportamento etico-intenzionale, e quello 'scientifico-ideologico', per meglio dire real-politico, fanno per l'appunto questo: il primo massimizza la convenienza morale, il secondo l'efficienza. Solo il comportamento etico-responsabili persegue una strategia dell'ottimizzazione e cerca di condurre entrambi in un 'equilibrio' carico di tensione: esso costituisce, allo stesso tempo, l'arte del possibile e dell'impossibile*".

¹⁰⁵ Segundo SCHLÜCHTER (1987:181) Entre as consequências da Reforma, destacam-se : "*il mutamento di ogni forma di etica religiosa in un' "etica della personalità" e la trasposizione degli interessi di salvezza dal mondo dell'aldilà al mondo terreno. La tensione tra la volontà umana e gli ordinamenti del mondo; il primato dell'aldilà viene sostituito da quello della vita terrena. Alla società moderna è affine l'immagine del mondo dualistica: essa ha perduto il suo legame trascendente ed è diventata un'immagine del*

entre intenção e resultado, ser e dever-ser, rejeição ou não do mundo “desencantado”.¹⁰⁶

Com a decadência do teocentrismo dualista resta, como atitude ética possível, a condução consciente da vida, ou seja, agir segundo a razão, formando uma personalidade. A formação de tal personalidade pressupõe a necessidade de referência a determinados valores últimos, seguida do cálculo das conseqüências inerentes às escolhas morais na realidade.¹⁰⁷ O paradoxo dessa situação consiste em que a personalidade, como toda existência racional, não pode utilizar um procedimento racional para *decidir* entre os valores últimos, diante da pluralidade dos valores em conflito. Segundo Brubaker:

“.... questo paradosso nasce dalla disgiunzione della prospettiva antropologica sulla ragione, che informa di sé il filo conduttore normativo della filosofia morale di Weber e della sua prospettiva logica sulla ragione, che informa i suoi punti di vista metaetici”¹⁰⁸

mondo immanente. Rimane dualistica, perché anche l'uomo di cultura non religiosa viene messo di fronte all'opposizione inconciliabile tra 'il cosmo della causalità naturale ed il cosmo della causalità della compensazione etica'

¹⁰⁶ SCHLÜCHTER, *op. cit.*, p. 181.

¹⁰⁷ BRUBAKER, *op. cit.*, p. 129

¹⁰⁸ BRUBAKER, *idem*, p. 129-30, considera que a razão deve ser entendida antropologicamente como um “poder humano de consciente autoformação”. Tal interpretação da razão antropológica, subjaz à ética normativa de Weber. Em sua ética normativa, guarda uma concepção que distingue uma humanidade racional diante de uma natureza irracional, impondo aos homens “realizar a sua verdadeira natureza mediante o exercício da razão”, em outras palavras, construir sua personalidade. É nesse sentido que ele é considerado de certa forma, um defensor de alguns valores do Iluminismo e, particularmente, de uma racionalidade moral. A perspectiva metaética, segundo Brubaker, é lógica; portanto, a razão é concebida restritamente, “como poder de determinar verdade empírica e de produzir deduções lógicas e não como um poder autoformativo em sentido mais geral”. Trata-se do fato de que nenhum discurso moral plenamente racional e conclusivo seja possível na teoria. Todas as ações são orientadas sempre em relação a juízos de valores. E, diante desta pluralidade de valores é possível tão-somente a escolha. Isto se deve ao fato de que “no pensamento de Weber, a racionalidade tem, seja num sentido antropológico amplo, seja num sentido lógico restrito, que uma vida racional (no sentido antropológico) e pois realmente humana pode se manter dependente de uma escolha não racional (em sentido lógico) e por isto arbitrária”.

A concepção de Weber, segundo a qual o homem se autoprojeta, cria sua personalidade, por força da própria escolha - mediante as escolhas últimas que são necessariamente não racionais - guarda íntima relação com os pensadores existencialistas.¹⁰⁹ Embora, para Weber, a opção não possa ser racionalmente guiada, a situação de escolha deve passar por uma análise racional. Mediante análise empírica e/ou filosófica, os indivíduos podem conseguir mais clareza, podem ser ajudados a conhecer aquilo que devem escolher, mas nunca a decidir *como* e nem *o que* se deve escolher:

*“Mentre l’analisi empirica ci aiuta a conseguire chiarezza riguardo alle nostre risposte valutative a problemi particolari della vita sociale, l’analisi filosofica ci aiuta a conseguire chiarezza riguardo ai nostri orientamenti di valore - riguardo al senso e alla struttura delle nostre esistenze viste come un tutto”.*¹¹⁰

Logo, pode-se aduzir que somente a escolha responsável com referência a valores últimos, feita com consciência das suas implicações lógicas, pode sustentar o desenvolvimento de uma personalidade com autonomia. Isto graças ao “potencial iluminante” de uma ciência da cultura que permita “compreender os pressupostos últimos e as conseqüências de minha própria ação”. É nesse sentido que SCHLUCHTER acredita na autodeterminação como um elemento importante de um projeto de modernidade descoberto por Weber, e diverso das propostas de Kant.¹¹¹

Entretanto, o desenvolvimento dessa personalidade autônoma está sempre ameaçada pela racionalização social, em virtude do “desencantamento científico do mundo”, da “perda de liberdade” ou do “predomínio da orientação do agir racional voltado aos fins”.¹¹² Mas

¹⁰⁹ BRUBAKER, *idem ibidem*, p. 132.

¹¹⁰ BRUBAKER, *idem ibidem*, p. 134.

¹¹¹ Conforme SCHLÜCHTER, In “Debate: Max Weber e o Projeto de Modernidade”, *Lua Nova*, 1990. p, 256.

¹¹² (BRUBAKER, 1989: 132). A diferença entre autonomia em Kant e Weber consiste em que, para o primeiro ela consiste em “fazer da ‘vontade racional’ uma vontade que pode

diante das ameaças postas ao desenvolvimento da personalidade autônoma, o indivíduo deve escolher entre condutas de vida, possíveis como: rejeitar o mundo racionalizado - caracterizada pelo “sacrifício do intelecto”-, ou, ao invés disto, aceitar o mundo racionalizado enquanto lugar no qual poderá formar sua personalidade autônoma.

É precisamente esta última atitude que caracteriza a ética da responsabilidade como ética secular - a única adequada ao nosso tempo, que, contrariamente à ética da convicção, não é deduzida a partir de princípios materiais, mas impõe ao indivíduo a tarefa de orientar racionalmente sua conduta consciente da responsabilidade pelos resultados. Embora Weber se refira a tal ética primeiramente em relação ao político, a ética da responsabilidade configura-se como orientação ética mais geral aplicável a uma multiplicidade de domínios da vida social.

Ocorre freqüentemente uma confusão no sentido de identificar a ação ética responsável com a ação meramente estratégica. A ética da responsabilidade não se resolve numa pura orientação da ação racional com respeito a fins. Ao contrário, pode ser entendida como uma tentativa, da parte de Weber, de vincular o empenho apaixonado em direção a um valor último, a uma causa, à preocupação com o sucesso, através da análise racional dos meios alternativos para perseguir o objetivo. Em suma, busca integrar a racionalidade orientada com respeito aos fins à racionalidade orientada com respeito aos valores.

O que torna sugestiva e fragmentária a teoria de Weber sobre uma ética secular bastante atual, é especificamente esse seu caráter tensional entre ética e mundo, moralidade e pragmatismo, sucesso e dever, que busca evitar a irracionalidade ética do mundo, diante da qual sucumbe toda ética da convicção.

adotar como seus princípios reguladores só máximas que podem ser universalizadas- uma regra. A universalidade é uma condição necessária e suficiente da racionalidade - e pois da retidão - de um princípio moral.” Para o segundo, “...a autonomia não consiste na formulação de leis universais, mas na atividade criadora de valores por parte de uma vontade não forçada de algum critério (...). A legislação moral autônoma depende de uma escolha não segura de critérios”.

Weber foi acusado de relativista, nihilista, decisionista. SCHLUCHTER afirma que ele pode ser considerado tudo isto, desde que se declare a “existência e a cognoscibilidade e de um sentido objetivo do mundo”. Mas Weber constatou, como Nietzsche, que tal “existência” e “cognoscibilidade” já não existem mais.¹¹³

Embora Weber estivesse consciente de viver numa época de “individualismo ético” na qual o mundo não tem significado em si e a tarefa de conferir-lhe algum significado é individual, parece-nos ser possível encontrar uma ambivalência em seu diagnóstico de modernidade que aponta para uma ultrapassagem da constatação de um “pessimismo cultural” presente em sua obra, para uma percepção de uma espécie de “perspectiva terapêutica” dos efeitos patológicos e alienantes do mundo moderno.¹¹⁴

A noção secularizada de “vocação”, presente nos ensaios “política como vocação” e “ciência como vocação”, foi, segundo SOUZA, encarada por Weber como “*a única maneira de dotar a vida no mundo racionalizado com sentido e força moral, possibilitando uma condução autêntica da vida*”.¹¹⁵ São as qualidades exigidas tanto ao cientista quanto ao político, como vimos no capítulo I, dedicação apaixonada ao trabalho ou a uma causa supra-pessoal, responsabilidade quanto às conseqüências da ação, que definem o que é um cientista ou um político por vocação, atores que detêm um estágio de consciência mais elevado qualitativamente.

Esta ainda é uma maneira de Weber depositar confiança na liberação de forças capazes de resistirem à “gaiola de aço” das instituições burocráticas. Trata-se de uma ética heróica, no sentido de que luta para manter espaços de valores éticos contra as estruturas objetivas do mundo racionalizado.

¹¹³ SCHLÜCHTER, *op. cit.*, 1987. p185.

¹¹⁴ Conforme SOUZA, Jessé. *Homem, Cidadão: Ética e Modernidade em Weber*. p.139. O autor defende a tese segundo a qual Weber não elaborou apenas um diagnóstico pessimista da modernidade, conforme se pode depreender da leitura de Habermas.

¹¹⁵ *Idem.*, p. 149.

Essa “carapaça de aço” do modo de produção capitalista, segundo HENRICH, tem dois aspectos essenciais: de um lado, há uma construção objetiva de um sistema jurídico, de organização econômica, burocrática e formas de dominação que modificam nossas condições de vida por tempo imprevisível. De outro, esta carapaça também determina o comportamento daqueles que nela vivem, impondo uma “nova servidão”. Há modos de viver que, no entanto, não colidem com tal carapaça, como o do “especialista sem espírito”, o do consumidor preocupado somente com o consumo de bens materiais e ainda o do “fugitivo intelectual” a quem escapa o “conhecimento de valores e a visão da realidade”.¹¹⁶

Essa servidão é o oposto ao modo de viver consciente, peculiar ao “*especialista com espírito*” que, cotidianamente, resiste à lógica disciplinadora institucional, com a

*“lógica de uma condução de vida racionalizada subjetivamente pelos mandamentos da renúncia e da consequência dos próprios atos de acordo com a escolha valorativa que determina seu comportamento individual”.*¹¹⁷

Essa dedicação a conteúdos valorativos é o que constitui para Weber, precisamente, uma personalidade.¹¹⁸

¹¹⁶ HENRICH, Dieter. Max Weber e o Projeto da Modernidade. In: *Revista Lua Nova*. São Paulo, n.22, 1990. pp.229-256. p.250.

¹¹⁷ SOUZA, Jessé. *O Desenvolvimento e o Diagnóstico da Modernidade Ocidental - um diálogo entre Jürgen Habermas e Max Weber*. p.15, usa o termo “*especialista com espírito*” em oposição à expressão weberiana “*especialista sem espírito*”. É interessante notar ainda que, o “profissionalismo” é a “carapaça de aço” que provoca essa divisão, peculiar à modernidade, entre ser humano e ser profissional. Ao contrário da Idade Média, em que possuir uma vocação era algo positivo e honroso, hodiernamente, todos somos obrigados a ter uma profissão, uma especialização.

¹¹⁸ HENRICH, Dieter. *op. cit.*, p.249. Segundo este autor, a “personalidade” não é definida em momento algum como pertinência a um grupo, nem por origem, treino, formação ou criação. Com isto quer dizer que não é o gesto e nem a atitude, mas a “entrega a uma causa”; portanto, não se pode considerar que a “ética” de Weber tenha assumido traços de uma “ética de elite”. Ele, se manifestou inúmeras vezes veementemente contrário a quaisquer atitudes egoístas e pretensões de prestígios (vaidades) que não tenham seu fundamento em causas supra individual.

A questão que deve ser colocada, então, é sobre a relação desse homem vocacional moderno com as instituições. O indivíduo cuja atitude ética política assume a responsabilidade e está consciente das conseqüências dela decorrentes, sabe da inevitabilidade da convivência com um mundo de instituições formalizadas, sem se subjugar necessariamente a elas.

Weber não propôs ruptura com o plano institucional, mas reformas, mudanças no interior do mesmo¹¹⁹. Nesse sentido, afirma SOUZA, Weber parte de um princípio de “*guerra de posição*”, ou seja, de um esforço com vistas a aproveitar todas as possibilidades dentro do plano institucional, a fim de “*criar espaços de ação*”.¹²⁰

Assim, malgrado o seu pessimismo histórico, no que diz respeito a um processo de racionalização que parece avançar por si mesmo, Weber indica que a formação de uma personalidade autêntica, como contraponto à “alma fragmentada” do especialista e do profissional, é uma possibilidade de resistência ao cotidiano.

Em suma, Weber faz apelos também à ação, conforme assinala Henrich: “*quando uma época dá grande probabilidade a certas tendências que nela põem em perigo a essência humana, o imperativo de agir tem que adotar a forma de um apelo a **opor-se***”.¹²¹ Este é o alerta feito com relação à “nova servidão”, contra a qual Weber opõe o *pathos* de liberdade. Não de uma liberdade política, mas da liberdade de escolha humana propriamente dita. Weber reconhecia essa diferença. Ao contrário de Marx, que via somente na libertação econômica a

¹¹⁹ Exemplo significativo de proposta de reforma institucional, constante de sua obra “Parlamento e Governo”, é a sua defesa do Parlamento como forma de contrapor-se à excessiva burocratização, conforme vimos no capítulo I deste trabalho.

¹²⁰ SOUZA, Jessé. *O Desenvolvimento e o Diagnóstico da Modernidade Ocidental: um diálogo entre Jürgen Habermas e Max Weber*. p. 170. Este autor usa, na realidade, a expressão “guerra de movimento” para esta definição. Para evitar confusões com o conceito de “guerra de movimento”, no sentido gramsciano do termo, que extrapola a idéia de mudanças apenas no interior do plano institucional, utilizamos a expressão “guerra de posição”, a qual nos parece bem mais adequada.

¹²¹ HENRICH, *op. cit.*, p. 242.

completude da política, e a conseqüente convicção da liberdade humana. Desta maneira, liberdade para Weber é:

*“.... autodeterminação individual, num modo de agir que ganha sua orientação não nas condições efetivas mas de valores e interpretações da vida e que, no entanto, deve desenvolver-se junto com uma visão imparcial da realidade e em virtude do conhecimento pessoal das relações, tendências e chances objetivamente dadas”.*¹²²

Isto porque muitas vezes a liberdade política coexiste com a perda de liberdade humana. Weber trabalhava com o fato de que a liberdade política pudesse tornar-se mera função, ou seja, de que esta viesse a integrar-se a um sistema de “*nova servidão*”.¹²³

Vimos, neste capítulo, que Weber apresenta um diagnóstico histórico das condições modernas de modo inexorável, sem abdicar de uma luta, no plano político e institucional, pelo possível; e também, sem renunciar a uma ética da “personalidade” como modo alternativo de condução da vida frente aos mecanismos de formas de adaptação a esse estado de “*perda de liberdade*” e “*perda de sentido*”, característicos da “*nova servidão*”.

É à luz desta perspectiva crítica em torno da obra weberiana, que, no próximo capítulo, buscaremos expor sua análise da crescente racionalização formal no âmbito do jurídico e as conseqüências deste fenômeno no comportamento dos indivíduos. A fim de ressaltar à hipótese em que nos parece plausível o fato de Weber afirmar o direito racional-formal como instrumento regulador das relações humanas numa época de racionalização, não implica em uma

¹²² HENRICH. *Ibidem*, p. 244.

¹²³ *Idem, ibidem*, p. 244. A “*nova servidão*” é algo absolutamente anti-humano. Ela seria uma conseqüência de uma “*formação continuada de um aparato racional e puramente impessoal ao qual o homem acaba preso sem saída, passivo e isolado, com seus interesses de sustento*”.

adesão valorativa a esse tipo de racionalidade jurídica; mas, apenas uma triste constatação sociológica e histórica. Por outro lado, o pensamento weberiano nos apresenta uma visão dinâmica do direito, na medida em que se admite a permanência de um antagonismo insuperável entre racionalidade formal e material, bem como a influência de fatores externos e internos, notadamente do papel dos próprios operadores jurídicos, no processo de racionalização formal do direito.

O direito racional-formal é, pois, um produto do mesmo desenvolvimento que deu vida ao Estado e ao capitalismo moderno; nisto consiste a íntima solidariedade entre essas estruturas que servem de moldura à nossa época. Diante destas constatações, Weber assinalou como desafio moderno a busca de um compromisso possível entre moralidade e pragmatismo, sintetizado na noção de uma “*ética da responsabilidade*”.

Capítulo III

MAX WEBER: RACIONALIZAÇÃO DO DIREITO E RACIONALIDADE JURÍDICA MODERNA

1. O campo da sociologia do direito à luz de Max Weber: noções preliminares

A produção teórica weberiana tem importância inestimável para a Sociologia Jurídica¹. Diferentemente de Marx, Dürkheim e outros fundadores da teoria social, Weber refere-se explicitamente à sociologia do direito. Na obra “Economia e Sociedade”, demonstra a indissociabilidade entre o estudo dos fenômenos jurídicos, o conjunto dos fenômenos sociais e a sociedade de um modo geral.

A sociologia do direito weberiana mantém proximidade com a história jurídica, com a teoria jurídica, com o direito comparado, com a sociologia do poder. Weber exhibe toda sua erudição e conhecimentos sobre as perspectivas históricas do direito, analisando desde os direitos antigos e medievais, até os modernos dos mais diferentes povos. Daí advém a dificuldade de delimitar o campo de

¹ ARNAUD, André-Jean. *Crétique de la raison juridique*. Paris: LGDJ, 1981. pp.105-110. Segundo ARNAUD, Weber não constituiu uma sociologia jurídica propriamente dita. Ao retomar uma distinção tomada clássica (entre sociologia jurídica e sociologia do direito), ele indaga se a sociologia de Max Weber aplicada ao domínio do direito não configuraria, antes uma concepção sociológica do direito, e não uma sociologia jurídica. Consideramos que há em Weber uma sociologia jurídica que, apesar das relações que mantém com a sociologia política e com sua sociologia geral, guarda identidade própria.

análise da sua sociologia jurídica, que, além disso, examina inúmeras temáticas, como a diferença entre direito público e privado ao longo das etapas históricas, a divisão da Administração pública em suas dimensões diferentes, as formas históricas de criação do direito - sua aplicação e execução -, as relações entre direito penal e civil, as diferenças entre direito formal e material e as condições de sua validade, a diferença entre direito objetivo e subjetivo, os critérios de decisão do ordenamento jurídico sob os aspectos material e formal, a racionalidade e irracionalidade do sistema jurídico, as diferentes formas de conclusão de contratos na história, as associações e corporações, os diferentes tipos de pensamento jurídico e as escolas jurídicas, as formas de dominação e sua influência na racionalização do direito, os juristas como artífices da racionalização jurídica, a Codificação, o Direito natural, as qualidades formais do direito moderno, a dissolução do antigo direito formalista, dentre outras.

Podemos distinguir, em síntese, dois grandes temas presentes na sociologia jurídica de Weber²: primeiramente, o tema relacionado ao aspecto metodológico, no qual o autor defende a existência de um método sociológico, empírico-causal, para analisar os fenômenos jurídicos (normas e instituições), que se diferencia da ciência jurídica tradicional; em segundo lugar, o da análise do processo de racionalização do direito e das qualidades formais do direito moderno, que constitui, por assim dizer, o conteúdo substancial de sua sociologia jurídica, a partir do qual estuda esse progressivo desenvolvimento do direito em direção a uma racionalização crescente, mediante influências e relações recíprocas com o poder político, econômico, social e religioso.

No capítulo anterior levamos a cabo uma retrospectiva teórica do processo de racionalização na compreensão weberiana, levantando questões teóricas mais gerais importantes para o resgate da racionalização do direito, objeto específico deste último capítulo. Não é nosso objetivo as discussões epistemológicas e metodológicas da

² Conforme DULCE, Maria José Fariñas. *La Sociología del Derecho de Max Weber*. 1a. ed. Madrid: Civitas, 1991.

sociologia jurídica weberiana, mas, sobretudo, problematizar e discutir o que consideramos ser a idéia dominante do autor, em torno desse tema, a saber, a tentativa de expor os fatores e as fases que contribuíram para o desenvolvimento da racionalidade jurídica contemporânea, no contexto da crescente racionalização da teoria e prática jurídicas nas sociedades ocidentais. Desta forma, poderemos delinear alguns aspectos de sua contribuição analítica à compreensão da racionalidade jurídica e do papel dos operadores jurídicos na realidade moderna.

Entretanto, preliminarmente, faz-se necessário situarmos o caráter da sociologia jurídica weberiana em seus aspectos mais generalizantes, a fim de compreender como é tratado o direito em sua especificidade a partir do ponto de vista sociológico.

O primeiro problema que se coloca na tentativa de sistematização de pesquisa sociológico-jurídica weberiana, refere-se ao método a ser utilizado, à função e ao objeto da sociologia do direito em comparação com a ciência jurídica tradicional. Weber destaca o valor científico da investigação sociológica do direito, diferenciada da investigação propriamente jurídica. Enquanto a jurídica questiona o que tem validade como direito, sobre qual *“sentido normativo lógicamente correcto **debe** corresponder a una formación verbal que se presenta como norma jurídica”*, a sociológica, ao contrário, questiona *“lo que de **hecho** ocurre en una comunidad en razón de que existe la **probabilidad** de que los hombres que participan en la actividad comunitaria, sobre todo aquellos que pueden influir considerablemente en esa actividad, consideren **subjetivamente** como válido un determinado orden y orienten por él su conducta práctica”*.³

A distinção metodológica entre tais disciplinas fica bastante evidente: a aproximação sociológica preocupa-se com a análise das causas e dos efeitos fáticos de uma ordem jurídica, através do método empírico-causal, enquanto a dogmática utiliza um método

³ WEBER, Max. *Economía Y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. p.251

lógico-normativo de carácter abstrato e formal, que busca o conteúdo de sentido correto dos preceitos jurídicos, permanecendo, pois, num universo conceitual.

A separação das esferas da dogmática e da sociologia jurídica não é de todo pacífica. Para alguns, essa dualidade metodológica tem a vantagem de garantir o estatuto de ciência tanto à dogmática jurídica como à sociologia do direito, como também de distinguir os âmbitos de aplicação, mostrando-se uma alternativa entre a contraposição kelseniana da doutrina pura do direito e o pensamento de Ehrlich, segundo a qual a sociologia jurídica seria a única e verdadeira ciência do direito.⁴

Com efeito, interessa-nos a perspectiva weberiana para analisar o direito, ou seja, a abordagem sociológica, para o qual a “ordem jurídica” não significa um cosmos lógico de normas corretamente inferidas, mas um complexo de motivações efetivas do atuar humano. Sob este prisma, o direito é uma “ordem”, com certas garantias específicas, relacionada à probabilidade de sua validade empírica. Portanto, só as ações humanas empíricas causalmente motivadas e orientadas por uma ordem jurídica - que os indivíduos considerem como válida -, serão objetos da sociologia jurídica. Weber entende, desta forma, a ordem jurídica em sentido empírico como um dos motivos determinantes que orienta os comportamentos sociais dos indivíduos e permite explicar porquê estes atuam de determinada forma

⁴ Como não é de nosso interesse, para o momento, fazer uma reflexão em torno de questões epistemológicas e metodológicas, remetemos à mais recente polêmica presente na revista “Crítica Jurídica”, entre Realino Marra e Roberto Bergalli sobre o estatuto epistemológico da sociologia do direito, sendo o primeiro contra tal separação e o segundo a favor. Ver:

MARRA, Realino. “El Estatuto Científico de la Sociología del Derecho y la Tutela Weberiana”. *Crítica Jurídica: Revista Latinoamericana de Política, Filosofía y Derecho* Instituto de Investigaciones Jurídicas. Universidad Nacional Autónoma de México, 1993. N.12 (pp.215-225). E, do mesmo autor, “Weber y la Duplicación de la Ciencia Jurídica. Una Réplica a Bergalli”. *Crítica Jurídica: Revista Latinoamericana de Política, Filosofía y Derecho* Instituto de Investigaciones Jurídicas. Universidad Nacional Autónoma de México, 1993. N.12 (pp.237-242). Também, BERGALLI, Roberto. “Más sobre la Institucionalización de la Sociología Jurídica. (un agradecimiento y una respuesta a Realino Marra)”. In: *Crítica Jurídica: Revista Latinoamericana de Política, Filosofía y Derecho* Instituto de Investigaciones Jurídicas. UNAM, 1993. N.12 (pp.215-225)

em um contexto social dado. O conceito dogmático do direito Weber, em contrapartida, ressalta uma apreciação formal e objetivista do mesmo, excluindo qualquer referência aos valores ou aos ideais de justiça. Ao contrário de Ehrlich ou Kantorowicz, que rechaçaram o conceito dogmático-jurídico do direito, Weber defende a existência de um conceito empírico do direito, ao lado do conceito dogmático.

Kelsen se opõe a Weber - crítica que será analisada num próximo item - porque acredita que a sociologia do direito não pode ser uma ciência autônoma e independente, na medida em que não consegue delimitar o seu objeto, ou seja, estabelecer o que é o direito. Desta maneira, a única ciência do direito possível seria a ciência jurídico-normativa.⁵

Weber se propôs, entretanto, a realizar uma distinção do aspecto lógico ou metodológico entre a ordem jurídica no sentido dogmático e no sentido empírico, tornando o significado dogmático-jurídico da ordem jurídica um instrumento “heurístico” fundamental para a explicação empírico-causal do desenvolver de um dado processo concreto.⁶

A sociologia weberiana é, em síntese, uma ciência compreensiva e causal, isto é, pode ser constatada a partir do sentido visado pelo indivíduo em sua ação. Esse sentido é o motivo subjetivo-empírico que o sujeito possui para efetivar sua ação. Não trata, portanto, de buscar o sentido “justo” ou “válido”. Desta maneira, Weber reconstrói o edifício social e finaliza em uma concepção empírica do direito, partindo sempre do indivíduo que está em seu alicerce.

⁵ ver polêmica entre Kelsen e Weber em: BOBBIO, Norberto. Kelsen e Max Weber. In: CORREAS, Oscar. *El Otro Kelsen*. México: UNAM, 1989. pp. 57-77.

⁶ Cf. Afirmar DULCE; *op. cit.* p. 87. “Lo que Kelsen parece olvidar es que, la Sociología del derecho no se propone conocer el contenido de sentido lógicamente correcto de un orden jurídico, sino su existencia empírica, como consecuencia de la validez jurídica de qué. Por lo tanto, el orden jurídico, en sentido dogmático normativo, tiene un valor instrumental para los fines cognoscitivos de la Sociología del derecho weberiana”.

A probabilidade de que os participantes numa ação social ou numa relação social se orientem de acordo com uma ordem legítima chama-se “validade” da respectiva ordem. Não significa, entretanto, mera regularidade ou hábito, ou ainda, orientação de acordo com uma situação de interesses. Weber utiliza o exemplo do funcionário que chega em seu trabalho sempre na mesma hora e não o faz por um costume ou interesse, mas, por via de regra, devido à “validade” de uma ordem (regras de seu serviço), cuja transgressão, além dos prejuízos que pode lhe resultar, é por ele geralmente rejeitada graças ao seu “sentimento de dever”.⁷

Para a sociologia, cada ordem pode ter sua validade na medida em que consiga determinar efetivamente o comportamento; e, portanto, nada impede que, existindo diversas ordens opostas entre si, estas possam ter sua validade dentro de um mesmo conjunto de indivíduos. É possível, ainda, que o mesmo sujeito oriente o seu comportamento por ordens diferentes e contraditórias entre si. Um exemplo bastante esclarecedor é o caso de um indivíduo que participa de um duelo, orientando sua ação conforme um código de honra, mas que, ao ocultar sua ação (ou ao entregar-se a um tribunal) o faz orientando-a pelo Código Penal.⁸

A legitimidade, que coincide com a validez, pode ser atribuída a um ordenamento de maneira distinta conforme os seus membros atuem em virtude da razão, da tradição ou da fé. A legitimidade pode ser garantida de duas maneiras: a) puramente interior (afetiva, racional com relação a valores e religiosa) e b) pela expectativa de determinadas consequências externas (situação de interesses ou expectativas de certo tipo).⁹

⁷ Cf. WEBER, Max. “Os tipos de ordem legítima: convenção e direito. In: WEBER, Max. *Metodologia das ciências Sociais*. parte 2. São Paulo: Cortez ; Campinas, SP : Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1992. pp.423-429. (p. 423).

⁸ Idem, p.424

⁹ Não entraremos na discussão sobre legitimidade. Nosso objetivo é, conforme já enfatizado anteriormente, o de tratar da problemática racionalização/ racionalidade jurídica. Este tópico sobre a sociologia jurídica weberiana é uma introdução aos aspectos mais gerais da mesma, de seus pressupostos, a fim de compreender o objeto de nosso estudo. No entanto, para uma crítica à noção de legitimidade em Weber indicamos: MERCHIOR, José Guilherme.

O direito é, segundo Weber, um ordenamento legítimo cuja “validade” está garantida externamente mediante a possibilidade de coação (física ou psíquica) exercida por um quadro de funcionários instituídos para a função de fazer cumprir tal ordem.¹⁰ Por conseguinte, a existência de um aparelho de coerção é determinante para a definição sociológica do direito, embora possa receber outras conceituações para outros fins. Sob esse ponto de vista, o direito Internacional é questionado quanto à sua validade, na medida em que não existe um poder coercitivo supraestatal. Não é admissível como “direito”, de acordo com o conceito weberiano, uma ordem garantida somente pela expectativa de represália ou reprovação por aqueles que foram lesados, pois, é imprescindível um quadro de especialistas que façam cumprir a ordem. Para a terminologia jurídica, entretanto, a coação pode ser irrelevante.

Esta é a diferença do direito em relação à convenção, na medida em que é garantida exteriormente pela possibilidade de que, dentro de um determinado grupo, os indivíduos que dela se afastam, se expõem a uma reprovação relativamente geral com efeitos práticos. É também obrigatória e possui constrangimentos, mas a sanção não é parte da instituição e sim do grupo.¹¹

Ao tratar de conceitos sociológicos, torna-se difícil distinguir os vários comportamentos, tais como uso, costumes, convenção e direito; a transição entre estes é bastante fluida, como o próprio Weber admite. Outrossim, pelo mesmo motivo, é difícil estabelecer quando um comportamento obedece estritamente a uma norma jurídica ou a uma obrigação ética, devido à impossibilidade de

Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1980.

¹⁰ A definição de direito em Weber, segundo Renato Treves, explicita: primeiramente, a adesão à teoria jurídica da coerção; e em segundo lugar, sua vinculação à teoria política da legitimidade, unindo estreitamente a sociologia do poder e a sociologia do direito. In: TREVES, Renato. *Introducción a la sociología del derecho*. Madrid: Taurus, 1976.

¹¹ WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. In: Max Weber: *Metodologia das ciências sociais*. p.425.

fazer a distinção entre a motivação interna e a influência externa, especialmente se outros fatores intervierem como, por exemplo, a devoção religiosa. Weber considera que a relação entre direito, convenção e “ética” não é um problema para a sociologia. Podem existir representações normativas de caráter ético que influenciem significativamente o comportamento humano, sem que para tanto, contem com alguma garantia externa. Por outro lado, pode ocorrer que uma transgressão de uma representação como esta encontre garantias de maneira convencional por reprovação e até por medidas jurídicas. É nesse sentido que Weber faz a seguinte assertiva:

“Cada ética que efetivamente ‘vale’ - no sentido da sociologia - normalmente é garantida de maneira convencional, ou seja, pela possibilidade de uma reprovação da transgressão. Por outro lado, nem todas as ordens garantidas convencional ou judicialmente pretendem ser (ou pelo menos não necessariamente) normas morais, muito menos as normas jurídicas - pelo menos as puramente racionais com relação a fins - e as convencionais. Se uma determinada representação normativa, dentro de um determinado círculo de pessoas, pertence ou não ao domínio da ‘ética’ (neste caso, não apenas uma ‘simples’ convenção ou um ‘puro’ direito) é algo que a sociologia somente pode decidir com relação àquele conceito de ‘moral’ que seja válida e que valha realmente .”¹²

Esta passagem sintetiza, de certa forma, a concepção weberiana segundo a qual é simplesmente impossível tentar explicar tudo pela sociologia ou por quaisquer outras disciplinas. Por isto, a sociologia deve limitar-se à concepção da moral efetivamente válida no círculo de homens considerado. A tese de Weber repousa na impossibilidade de comprovação científica de um valor, seja em matéria de economia ou de sociologia.

¹² idem, p.428.

Esse é um dos aspectos fundamentais da obra weberiana que mostra porque seu autor reprovou duramente a tentativa de Stammer de estabelecer uma equivalência entre a relação do direito e da economia, como busca de “superação” da concepção materialista-histórica. Weber responde implacavelmente, argumentando que Stammer nada entendeu da crítica marxista. Mas este é assunto do item no qual estabeleceremos a relação entre Marx e Weber.

A sociologia de Weber respeita a complexidade dos comportamentos humanos, vedando qualquer interpretação unilateral, salvo quando, “ *se procede através do tipo ideal, porque então se constrói conscientemente uma utopia destinada a fazer compreender, na medida do possível e da maneira mais coerente, a realidade humana*”, conforme assinala FREUND.¹³ É a partir de tal construção que Weber diferencia os quatro “modelos” de direito: direito irracional e material, direito irracional e formal, direito racional-material, e direito racional-formal. Utiliza como parâmetro de análise das distintas ordens jurídicas. Tal tipificação estrutura teoricamente o estudo weberiano do processo de racionalização jurídica.

¹³ FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. p.181

2. *Categorias jurídicas fundamentais para a compreensão dos tipos ideais de direito weberianos*

Antes de empreender uma exposição sobre os tipos-ideais de direito, é imprescindível ressaltar algumas características internas à ordem jurídica.

O direito pode ser “racional” em diversos sentidos, conforme as diferentes direções que podem tomar o processo de racionalização do pensamento jurídico. Weber enfatiza dois caminhos desta racionalização que vão desde o sentido de processo mental mais simples até ao mais complexo. Primeiramente, temos a **generalização**, que significa “*reducción de las razones determinantes de la solución del caso especial a uno o varios ‘principios’, los ‘preceptos jurídicos’*”¹⁴. Tal redução implica a análise prévia dos elementos componentes de uma determinada situação concreta e a existência de um *casuismo* como base daquele processo mental de generalização. Além disso, ao lado do estabelecimento analítico de preceitos, produz um trabalho de “construção jurídica de ‘relações’ ou ‘instituições’”, que pode ser entendido como:

“*la determinación de los elementos jurídicamente relevantes de una acción comunitaria o consensual que se desarrolla en forma típica, y de la lógica (es decir, exenta de contradicción) que permite coordinar tales elementos o, lo que es igual: pensarlos en una ‘relación jurídica’.*”¹⁵

¹⁴ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. p. 509

¹⁵ *idem, ibidem*. p.510

A segunda via que assinala o processo de racionalização do direito é a da **sistematização jurídica**, que consiste, segundo Weber, em:

*“relacionar de tal suerte los preceptos obtenidos mediante el análisis que formen un conjunto de reglas claro, coherente y, sobre todo, desprovisto, en principio, de lagunas, exigencia que necesariamente implica la de que todos los hechos posibles puedan ser subsumidos bajo alguna de las normas del mismo sistema, pues, de lo contrario, éste carecería de sua garantía esencial”.*¹⁶

Essa pretensão sistemática foi desconhecida nos direitos primitivos, sendo que, ainda, hoje, não se faz presente em todos os direitos modernos. A sistemática jurídica atual (cujo desenvolvimento começa com o direito romano), parte da interpretação do “sentido lógico” dos preceitos jurídicos e das condutas juridicamente relevantes. Entretanto, Weber alerta para o perigo de uma excessiva sublimação lógica do sistema, poderá levar a uma imperfeição na própria sistematização, na medida em que quase sempre, escapam a esse trabalho sistemático as relações jurídicas e o casuísmo, derivados mais de processos intuitivos que lógicos.

Disto tudo podemos concluir que, o recurso a normas gerais e abstratas no processo de decisão é característica de uma ordem jurídica racional, que permite um grau elevado de *previsão* e *cálculo*. Contrariamente a um sistema jurídico *irracional*, onde seus operadores atuam de forma arbitrária, com base em valores afetivos, emocionais e não em razão de uma norma geral e abstrata que permite previsibilidade e calculabilidade. Logo, a irracionalidade ou racionalidade do sistema está referida ao grau de previsibilidade do mesmo, embora seja fundamental não esquecer que Weber trabalha com tipos ideais e, portanto, na realidade, mesmo em uma ordem jurídica irracional, podem aparecer alguns aspectos de racionalidade e vice-versa.

¹⁶ *idem*, p.510.

Outros conceitos utilizados por Weber na construção de seus tipos ideais de direitos são o de *materialidade* e *formalidade* no processo de racionalização do direito. Embora não tenhamos encontrado uma definição expressa destes, pode-se deduzir de sua análise e que a antítese materialidade/formalidade refere-se aos critérios e processos de decisão empregados por um sistema jurídico. Desta maneira, FREUND tem razão quando afirma que o direito é formal desde que os critérios e processos de decisão empregados sejam peculiarmente jurídicos, ou seja, se ele conduz a uma racionalização por razões puramente jurídicas; já aquilo que caracteriza o direito material é exatamente o oposto: o direito não está subsumido à sua própria lógica abstrata e coerência ideal, mas deve levar em consideração critérios de decisão extrajurídicos como, por exemplo, critérios de justiça, éticos, políticos ou religiosos, enfim, “*des exigences de la société historique concrète dont il régleme l’ordre*”.¹⁷

Mediante a combinação desses conceitos elencados (racionalidade/irracionalidade, formalidade/materialidade), são elaborados os tipos ideais de direito, que servem de instrumento comparativos para o exame weberiano dos mais diversos sistemas jurídicos da história e, desta forma, para o conhecimento do processo de racionalização do direito. Tais tipos ideais são:

a) Direito irracional-material - ocorre quando não são observadas normas gerais pelo legislador ou juiz, mas sim apreciações arbitrárias, puramente emocionais e pessoais referidas ao caso concreto. Nas palavras de Weber:

“ *aquellas actividades son irracionales desde el punto de vista material, cuando la decisión de los diversos casos depende esencialmente de apreciaciones valorativas concretas de índole ética, sentimental o política y no de normas generales*”.¹⁸

¹⁷ FREUND, Julien. *op. cit.* p.81

¹⁸ WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. pp. 509-511.

Um exemplo característico de que se utilizou Weber como tipo ideal de direito irracional-material é a chamada “Justiça de Cadi”.¹⁹ Weber estendeu o termo “Justiça de Cadi”, a partir de seu significado histórico, a toda e qualquer manifestação jurídica que seja por ele considerada espontânea e irracional, ou seja, uma justiça “salomônica”, que exige validade absoluta.

b) Direito irracional-formal - este tipo ideal corresponde historicamente ao tipo ideal de direito revelado, comum às civilizações mais primitivas. Faltam a ele, previsibilidade e calculabilidade das decisões; pois, o legislador ou o juiz são guiados por normas que escapam à razão, pronunciadas com base em uma revelação ou oráculo. Como assinala Weber, a criação e aplicação do direito podem ser irracional-formal:

“cuando para la regulación de la creación de normas o de la actividad judicial se recurre a procedimientos no controlados racionalmente, como, por ejemplo, los oráculos y sus sucedáneos”²⁰.

c) Direito racional-formal - Weber afirma que um direito é formal *“cuando lo jurídico material y lo jurídico procesal no tienen en cuenta más que características generales, ‘unívocas’, de los hechos”*.²¹ Neste tipo, a lei e o julgamento são estabelecidos somente com base em conceitos abstratos criados pelo próprio ordenamento jurídico. Weber chama a atenção, então, para os dois aspectos que o formalismo jurídico oferece:

1) Primeiramente, caracteriza o *formalismo de características externas*, ou seja, aqueles cujas características

¹⁹ Em seu significado histórico, a “Justiça do Cadi” islâmico era um procedimento profético e carismático cuja manifestação real se encontra “justamente vinculada a la tradición sagrada y a su interpretación con frecuencia sumamente formalista, y con ello se eleva hasta una valoración individual del caso particular sólo y precisamente cuando fracasan aquellos medios de conocimiento”. E, no seu sentido proverbial, é aquela que resolve o caso concreto de maneira informal e de acordo com juízos de valores de qualquer índole. Conforme : WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. p.851.

²⁰ *Idem, ibidem* .p. 511.

²¹ *Idem, ibidem*. p. 511

juridicamente relevantes são de ordem sensível. A sujeição às mesmas representa um extremo formalismo jurídico . É o caso, por exemplo, da exigência de execução de ação de significado simbólico, como aquela que depende do pronunciamento de determinadas palavras sejam pronunciadas.²²

2) O segundo aspecto - o *formalismo de abstração lógica* - ocorre quando as características juridicamente relevantes tenham sido obtidas por meio de uma *interpretação lógica*, a fim de construir com elas conceitos jurídicos bem definidos , para serem aplicados em forma de “regras rigorosamente abstratas”. Weber assinala: “*únicamente la abstracción interpretativa hace posible la tarea sistemática que consiste en ordenar y racionalizar, con ayuda de la lógica, las reglas jurídicas cuya validez se acepta, formando con ellas un sistema coherente de preceptos abstratos*”.²³ Este aspecto fomenta ainda mais a oposição com a racionalidade material, que veremos a seguir.

O direito racional-formal de caráter lógico traduz, por assim dizer, o tipo ideal que chegou ao mais alto grau de racionalidade metódica. Conseqüentemente, qualquer pesquisa jurídica que trate de um sistema jurídico como este deve, segundo Weber, levar em consideração os seguintes princípios:

“1. *toda decisión jurídica concreta representa la ‘aplicación’ de un precepto abstracto a un ‘hecho’ concreto;*

2. *que sea posible encontrar, en relación con cada caso concreto, gracias al empleo de la lógica jurídica, una solución que se apoye en los preceptos abstractos en vigor;*

3. *el derecho objetivo vigente es un sistema ‘sin lagunas’ de preceptos jurídicos o encierra tal sistema en estado latente o, por lo menos, tiene que ser tratado como tal para los fines de la aplicación del mismo a casos singulares;*

²² *idem, ibidem.* p.511

²³ *idem, ibidem.* p.511

4. *todo aquello que no es posible 'construir' de un modo racional carece de relevancia para el derecho;*

5. *La conducta de los hombres que forman una comunidad tiene que ser necesariamente concebida como 'aplicación' o 'ejecución' o, por el contrario, como 'infracción' de preceptos jurídicos. (Aun cuando no expressis verbis, esta es la conclusión de Stammler; pues consecuencia de la 'ausencia de lagunas del sistema jurídico' es la ordenación jurídica efectiva del acontecer social.)*" ²⁴

O direito racional-formal é considerado por Weber como um produto peculiar, específico da civilização ocidental e que não aparece em nenhuma outra civilização.

d) Direito racional-material - este tipo de direito se contrapõe à racionalização formal, que se baseia nas generalizações lógicas e na interpretação abstrata. Isso significa, precisamente, que na decisão dos problemas jurídicos devem ter influência normas que impliquem referência a *"imperativos éticos, reglas utilitarias y de conveniencia, o postulados políticos que rompen tanto con el formalismo de las características externas como con el de la abstracción lógica"*.²⁵ Trata-se de um direito calculável, mas que, não obstante se utiliza de critérios de decisão externas ao sistema jurídico, sejam estes como referências ao sistema religioso, ético, ou ainda a uma ideologia política.

Como vimos, essa tipologia de direito não se encontra de forma pura na realidade empírica, portanto, de "tipos ideais" com valor simplesmente heurístico, que servem para compreender e classificar os mais diversos sistemas jurídicos já existentes.

²⁴ *idem, ibidem.* p.511-512

²⁵ *idem, ibidem.* p.511.

Finalmente, é importante ressaltar que, da análise da relação entre direito racional-formal e direito racional-material, fica evidente um antagonismo profundo e insuperável, que permanece ao longo da história, entre o formalismo lógico cujas decisões se referem a conceitos gerais e as necessidades humanas materiais que necessitam ser cumpridas através do direito. Voltaremos a esta temática no item que trata do processo de racionalização do direito.

Diante do exposto, urge fazer uma reflexão, ainda que breve, a respeito da relação entre a denúncia dos conteúdos de classe do direito moderno e o elogio da forma universal do direito moderno. Daí a necessidade de estabelecermos um paralelo entre Weber e autores como Marx e Kelsen, a fim de delinear algumas “proximidades” e “diferenças” que singularizam o primeiro em confronto com essas matrizes teóricas, notadamente no que se refere às concepções da ordem jurídica. Primeiramente, situaremos a perspectiva marxista, que influenciou em grande parte a crítica ao direito atual; e, em segundo lugar, a perspectiva kelseniana que foi a base para a elaboração teórica da racionalidade jurídica do direito moderno.²⁶

²⁶ É interessante assinalar que há interpretação que faz “novo uso” da Teoria Pura do Direito, de Kelsen. Malgrado a crítica dominante se refira a tal obra kelseniana como “supra-sumo” do positivismo jurídico, Oscar Correias faz inovadora reapropriação crítica sugerindo que por trás da idéia de fundar uma ciência “pura” do direito, estão, em realidade, motivações políticas. Precisamente, o de despojar de toda justificação “científica” a qualquer poder. CORREAS, Oscar. *El Otro Kelsen*. In: CORREAS, Oscar (org.). *op. cit.* pp. 27-55.

3. Weber e Marx

O contraponto entre Weber e Marx é inevitável, quando consideramos que a obra do primeiro pode ser concebida como um diálogo com o segundo, ou melhor, como afirmou Tragtenberg, “*um diálogo com a ‘sombra de Marx’*”.²⁷

O capitalismo, enquanto sistema econômico e social, foi tema recorrente na obra de Marx e Weber, autores que se utilizaram da pesquisa científica como instrumento capaz de esclarecer o “destino do homem” no mundo moderno. Com a distância de aproximadamente meio século, esses autores viveram numa Alemanha marcada pelos efeitos extremamente destrutivos do capitalismo industrial. Diante desta circunstância, é possível, então, compreender a preocupação de ambos para com o capitalismo, não apenas com o seu aspecto econômico, mas também com os seus efeitos na sociedade, de um modo geral (política, fenômenos culturais, estrutura familiar e da personalidade). Enfim, eles viram nesse sistema a ameaça destruidora do homem e do sentido da vida. Enquanto Marx denunciava a reificação, o domínio das coisas sobre o homem, Weber via no processo de racionalização, na excessiva organização racional da existência, e na autonomização da burocracia, um perigo para a liberdade humana.²⁸

²⁷ TRAGTENBERG, Maurício. Atualidade de Max Weber. In: WEBER, Max. *Metodologia das Ciências*. São Paulo: Cortez, 1992.

²⁸ Cf. BIRNBAUM, Norman. Interpretações conflitantes sobre a gênese do capitalismo: Marx e Weber. In: GERTZ, René E.(org.). *Max Weber e Karl Marx*. São Paulo: Hucitec, 1994. pp.99-119. Este autor ressalta toda uma série de problemáticas e circunstâncias comuns entre Marx e Weber, para posteriormente estabelecer algumas de suas principais diferenças. Há, por exemplo uma consciência não só em Weber, mas também em Marx do papel fundamental da racionalidade para a análise das características distintivas do capitalismo: “o ponto que Weber destacou, e com o qual Marx concordava, era que os princípios de racionalidade, não menos que os dicta do tradicionalismo, eram arbitrários, no sentido de que ambos representavam princípios concretos de valor que orientavam a ação, que assumia uma forma historicamente variável”(p.102)

Marx e Weber concordavam que a nova estrutura econômica era *sui generis* e engendrava uma nova forma de sociedade, cujos valores nascentes eram produto de um desenvolvimento histórico. Ambos admitiam as mesmas características culturais da sociedade capitalista, cujos objetivos econômicos constituíam, como em outras sociedades, padrões de valor que, no caso do capitalismo, foi o lucro ilimitado. Concordam também que o capitalismo, como disciplina econômica que maximiza a eficiência técnica, representa uma ruptura com o tradicionalismo.

Há, entretanto, apesar da problemática em comum, divergências profundas entre esses autores no que diz respeito às consequências, no plano de seus prognósticos.²⁹ Para Marx, na medida em que as relações de produção capitalistas são as origens das dificuldades e das contradições da vida contemporânea, só através da superação do capitalismo e, por conseguinte, da sua racionalidade formal que do ponto de vista das necessidades humanas violentadas é profundamente irracional -, seria possível libertar o homem. Weber, ao contrário, concebe o capitalismo como expressão do processo de racionalização, cujo destino não mudaria com o advento do socialismo, no qual a burocratização apareceria de maneira ainda mais degenerada. Logo, sua ênfase é colocada não na destruição da racionalidade da qual o capitalismo é apenas um aspecto, mas na possibilidade do seu controle.

Weber afirma a autonomia da dominação, no sentido de que esta não é um simples reflexo das estruturas econômicas. Procura refutar o determinismo como algo não científico. Estuda o capitalismo ocidental como produto de situações históricas específicas e busca mostrar que a religião ou o direito têm seu grau de autonomia relativa em face ao econômico. Nada nos autoriza, segundo ele, a admitir o direito como simples reflexo da evolução econômica, conforme dispõe a tradição marxista.

²⁹ Karl Löwith, que enfrentou essa relação entre Marx e Weber de maneira ainda insuperada, vê semelhanças nos conceitos de alienação e racionalização em Marx e Weber. Cf. LÖWITH, Karl. Max Weber e Karl Marx. In: GERTZ, René E.(org.): *Max Weber e Karl Marx*. São Paulo: Hucitec, 1994

Löwith sugere, entretanto, que a polêmica weberiana contra o “materialismo histórico dogmaticamente econômico”, não se dirige diretamente a Marx, mas a uma interpretação vulgar e deformada do marxismo.³⁰

Concordamos com Massimo Salvadori quando mediatiza essa visão de Löwith, mostrando que é estimulante, por um lado, devido ao fato de não subsumir o confronto Weber-Marx àquele entre Weber e o “marxismo vulgar”; e, por outro, torna-se inadequada porque o marxismo considerado “vulgar”, contra o qual Weber dirige sua polêmica, que se baseava na idéia de uma necessária vitória do socialismo garantida pelo desenvolvimento “objetivo” da dinâmica social, das leis que regulam o desenvolvimento econômico, não significava somente uma simplificação do pensamento de Marx, mas algo mais grave historicamente, ou seja, a forma como o marxismo entrou para a história como movimento concreto:

*“(…) il confronto Weber-Marx e la crescita di importanza che assume per contro il confronto Weber-marxismo volgare, che fu poi, nell'epoca in cui Weber operò, il marxismo storicamente egemone nell'Europa occidentale. Quel che si intende dire è che Weber si confrontò dunque non con un fraintendimento teorico, ma con il marxismo nella sua espansività storica concreta”.*³¹

A crítica de Weber ao marxismo pode ser considerada sob os seguintes pontos de vistas principais: a) Weber não admite a primazia da economia sobre a superestrutura; b) não existe uma direção unívoca do desenvolvimento histórico que possa ser interpretada segundo leis universais; c) não aceita as relações entre socialismo e

³⁰ Segundo LÖWITH (*op. cit.*), Weber, em conluio com os marxistas vulgares, ofuscou a perspectiva original de Marx.

³¹ SALVADORI, Massimo. “La critica del materialismo storico e la valutazione del socialismo”. IN: ROSSI, Pietro. *Max Weber e l'analisi del Mondo Moderno*. Torino: Einaudi, 1981. pp.249-250.

capitalismo como uma "necessidade", mas como uma "possibilidade" ao lado de outras. Em contrapartida não foram poupadas críticas à teoria weberiana por ter interpretado a concepção materialista da história como fundada sobre uma rígida monocausalidade econômica. Lukács, por exemplo, o acusa de ter ignorado o caráter dialético da relação infraestrutura/supraestrutura e o papel da práxis humana e, ainda, de fornecer uma concepção espiritualista da história.³²

Há, todavia, tanto em Marx quanto em Weber, uma repulsa comum às concepções materialista-mecanicista e espiritualista. Ambos compreendem a relação de fatores materiais e não materiais pressupostos no desenvolver da história. Porém, o que é decisivo na divergência desses autores é a concepção da "natureza" dos fatores econômicos e não econômicos como também, a relação entre eles. Mas esta discussão é complexa. Em algumas passagens, é inegável um certo mecanicismo na obra de do filósofo de Trier. É o caso do famoso *Prefácio de 1859*, em que ele sintetiza seu pensamento: "*não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência*". Diante desta e de outras afirmações mais, como as do *Manifesto Comunista*, além da célebre determinação "em última instância" do fator econômico.³³

Marx insiste no primado da economia; mesmo quando admite uma função mais dinâmica da ideologia, esta fica ainda subordinada à estrutura econômica e aos conflitos decorrentes das contradições entre forças produtivas e relações de produção. Para ele, o nascimento do capitalismo é produto da dissolução da formação feudal, que gera, simultaneamente, as novas relações de produção, as formas ideológicas e jurídicas.

³² SALVADORI, *idem*. p. 251. Segundo este autor, tais contraposições de Weber a Marx encontram-se no ensaio "Die 'Objektivität' sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis (1904) e em Die protestantische Ethik und der 'geist' des kapitalismus (1904-1905).

³³ MARX, Karl. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa: Estampa, 1973.p. 28.

As instituições econômicas, é inegável, têm importância crucial na organização da sociedade, especialmente nos aspectos históricos da teoria do materialismo histórico: as “*mudanças nos fatores materiais determinam a direção da mudança histórica para a sociedade como um todo*”.³⁴ Mas seria um equívoco considerar Marx apenas como um determinista econômico. Um aspecto apresentado como lacunoso em sua obra, que pode levar a uma interpretação equivocada, ou seja, a falta de uma “*teoria da motivação marxista*”³⁵ melhor elaborada. Segundo Marx, a classe que controla os meios de produção impõe a sua ideologia ao resto da sociedade. O problema, para BIRNBAUM, é que Marx não explicou detalhadamente a origem da ideologia mediante os interesses de classe, deixando margem a suposição de que a mesma surge mecânica e automaticamente. Há, portanto uma insuficiência da teoria marxista na explicação do mecanismo que produz os valores comuns:

“O insucesso de Marx para especificar o mecanismo pelo qual valores comuns são produzidos fez com que permanecesse implícita uma outra função de tais valores e o sistema ideológico geral do qual derivam. Estes sistemas têm importância além de suas funções para a sociedade como um todo: eles têm certas funções psicológicas para os indivíduos. Estes sistemas asseguram para o indivíduo uma visão coerente do mundo e constituem um fator indispensável para manter a estabilidade psicológica”.³⁶

³⁴ Idem *Contribuição para a Crítica da Economia Política* . p.28. Ver também, SALVADORI.*op.cit.* p.252. Consideramos importante assinalar que não pretendemos entrar nas fases e nos meandros desta discussão, que exigiriam uma exegese de vários textos de Marx, e sua relação com textos de Engels - este sim, mais mecanicista -, em algumas obras como *Dialética da Natureza* e *Anti- Dühring*, e com a tradição ortodoxa e vulgar do marxismo. Outros textos de Marx, como *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, por exemplo, são muito mais dialéticos.

³⁵ Cf. BIRNBAUM, *op.cit.* p. 105. A teoria marxista da motivação possui duas componentes. Destaca o papel das pressões puramente externas sobre o indivíduo: violência, logro e coação. A segunda envolve uma teoria da ideologia. Marx teria se centrado na primeira.

³⁶ BIRNBAUM, *ibidem.* p.106 Horkheimer também assinala que falta a Marx e ao marxismo clássico o reconhecimento da importância do aspecto psicológico na história.

Weber preocupa-se, então, com essa lacuna na obra de Marx, o qual sequer tocou na questão dos valores na condução a determinados padrões de comportamento social. Mas Weber esteve longe de propor uma substituição daquilo que denomina uma concepção unilateralmente materialista da história por uma concepção unilateralmente espiritualista, conforme assegura ao final de “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”. O autor releva a importância, por vezes decisiva, sem deixar, entretanto, de considerar os efeitos da ideologia e dos valores sobre o sistema de classes. Em “*Economia e Sociedade*” procura mostrar, mesmo que fragmentariamente, que os problemas sociológicos da religião, do direito e da economia sofreram influência de processos econômico-sociais, embora não aceite a primazia do econômico. Para ele, o capitalismo não pode aparecer como fruto necessário de processos históricos conhecidos e cuidadosamente delimitados, uma vez que é resultado de múltiplos processos dos quais os vínculos mútuos não podem ser estabelecidos com certeza³⁷. Vale sublinhar ainda uma diferença: Marx é otimista, apesar de tudo; é utópico, profeta. Weber, não. Para este último, não há garantias, nem perspectivas acerca da superação do capitalismo.

“Weber continua affermando che sulle relazioni fra economia e ‘la struttura autonormativa dell’agire ‘non si può affermare nulla di apprezzabile in generale, e che queste relazioni ‘dovranno essere continuamente prese in esame’. Non esistono per Weber - e qui è la sua

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: *Textos Escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção os Pensadores; 16)

³⁷ BIRNBAUM. *ibidem*, p.110. Segundo BIRNBAUM, Marx fez um corte arbitrário no processo histórico quando pressupôs, sem demonstrar, que as idéias são simples reflexos da posição social e não exercem efeitos independentes sobre o processo histórico. Weber, por sua via, tentou superar essa dificuldade a partir da transposição dos processo histórico ocidental e implementando, desta maneira, o método experimental. Tal método consiste em testar os efeitos de uma variável, mantendo constantes todas as outras, enquanto vai mudando aquela que está sendo examinada. Portanto, “a reconstrução de um único processo histórico não permite tal controle das condições experimentais, mesmo que ela seja uma premissa necessária para tal controle”. Daí vem a crítica a Marx, demonstrada por BIRNBAUM, pelo fato de não ter explorado a possibilidade de que, “sob condições diferentes, os fatores materiais que ele considerava decisivos no Ocidente podem ter resultados diferentes do que ele lhes atribuía”.

*inconciliabilità con Marx - primati economici; esiste un processo storico in cui i condizionamenti di questo o di quel fattore agiscono con una intensità determinabile solo dall'indagine scientifica specifica".*³⁸

Definitivamente, Weber não estava tentando afirmar a supremacia das forças espirituais sobre as forças materiais. Ele enfatizou que as idéias não podem ser meros reflexos de posições e interesses de classe, uma vez que são fenômenos dotados de relativa autonomia. Tal constatação é demonstrada em sua análise do capitalismo ocidental: a influência independente das idéias no processo de desenvolvimento histórico, embora sempre em conexão com outros fatores. A partir do postulado das “*necessidades metafísicas do espírito humano*”³⁹, demonstra que a ideologia tem efeitos independentes e tão imprevisíveis no comportamento do homem, quanto os que resultam dos aspectos materiais.

Os indivíduos estão sujeitos, em uma mesma sociedade e realidade histórica, a necessidades materiais e espirituais que precisam ser satisfeitas e, por isso, suscitam interesses materiais ou ideais que dominam o agir humano, e não as idéias. Segundo Weber:

³⁸ SALVADORI, *op. cit.* p. 255. É interessante ainda observar que Salvadori aponta uma convergência entre o pensamento de Weber, condenando a concepção materialista da história que funda a primazia do fator econômico sobre outros fatores, com a crítica de Bernstein que também discordava da metodologia que subordinava a superestrutura e ainda reivindicava a “neutralidade”, o caráter subjetivo dos valores que guiam a ação humana e o equívoco presente na categoria de “necessidade” histórica. A. Gramsci também faz crítica à tese da necessidade histórica: não só não há necessidade na história, mas sempre necessidade e liberdade em tensão dialética. Por isso, não há leis históricas, mas sempre e apenas possibilidades mais ou menos fortes. Cf. GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Várias edições.

³⁹ BIRNBAUM, *op. cit.* p. 109.

*“Gli ordinamenti sociali presentano un duplice aspetto: da una lato, essi regolano l'appropriazione dei beni, ossia il soddisfacimento degli interessi materiali e ideali; dall'altro, svolgendo questa loro funzione, si rendono “concretizzazione storica” delle idee e dei valori, in base ai quali avviene tale regolamentazione. L'esistenza degli ordinamenti sociali è dunque la dimostrazione della connessione inscindibile tra idee e interessi: gli interessi possono venire soddisfatti in modo durevole attraverso le norme che regolano l'agire sociale, solo se vengono riferiti o collegati alle idee in grado di fondarli come “pertinenti all'uomo”: a loro volta, le idee acquistano realtà solo se interpretano interessi emergenti dall'esistenza reale e se si dimostrano espressione di essa”.*⁴⁰

O agir é movido pela dinâmica dos interesses; mas tal dinâmica se mostra operativa somente se inscrita nas regulamentações normativas. É a força persuasiva das idéias que, por sua vez, legitima essas regulamentações. E, para que as idéias tenham esse poder de persuasão, é imprescindível a capacidade de interpretar o contexto histórico particular, do qual pretende ser expressão.

Essa dinâmica entre idéias e interesses constitui-se fundamento do processo de racionalização, o qual se deixa evidenciar como produtor dos fenômenos de inovação, tanto no âmbito particular, da existência ideal, quanto no da existência social.

Weber combateu, com veemência, as concepções redutoras dos ordenamentos sociais e, por conseguinte, do ordenamento jurídico. Criticou Stammler exatamente porque este tentou contrapor ao materialismo histórico uma concepção fundada na supremacia das idéias, seguindo a distinção kantiana entre forma e conteúdo. Weber insurgiu-se contra essa visão que fez das normas, enquanto imperativos

⁴⁰ PONSETTO, Antônio. *Max Weber: Ascesa, crise e trasformazione del capitalismo*. Milano: Franco Angeli, 1986. p.140.

jurídicos, as formas de um conteúdo material, a vida em sociedade.⁴¹ Stammer busca descobrir as formas “puras” do direito independente de seu conteúdo material.

Stammer tenta “refutar” a “concepção materialista da História”, a partir de “engenhosos sofismas”. Seu argumento centra-se na idéia de que qualquer “evolução” econômica deveria aspirar à criação de “novas formas jurídicas”; ou seja, a vida econômica só poderia tornar-se compreensível a partir de certas máximas morais, o que a diferenciaria de qualquer “evolução natural”, e o conhecimento da evolução econômica adquiriria, assim, um caráter “teleológico”. Ora, Weber considera, com razão, inadmissível atribuir um caráter teleológico, à economia tal como pressupõe essa concepção:

*“(...) se nos permitíssemos um mergulho em divagações sobre o futuro, poder-se-ia imaginar, por exemplo, como teoricamente realizável, uma ‘socialização dos meios de produção’, sem que se houvesse produzido qualquer ‘aspiração’ conscientemente dirigida para esse resultado e sem que houvesse necessidade de se acrescentar ou suprimir qualquer artigo na nossa atual legislação”.*⁴²

Modificando, radicalmente, as *relações legalmente normalizadas*, as normas perderiam a sua significação e tornar-se-iam praticamente irreconhecíveis para a cultura.

Em síntese, a principal crítica que Weber dirige a Stammer, é o fato deste último ter ignorado esta distinção essencial entre o ser e o dever-ser não dando atenção à crítica marxista que, justamente, acentua a distância entre o caráter formal das legislações e a aplicação real das disposições que contradiz muitas vezes o sentido

⁴¹ Essa crítica de Weber a Stammer pode ser encontrada em : WEBER, Max. Rudolf Stammer e a “Superação” da Concepção Materialista da História (suplemento do artigo) . In: *Max Weber: Metodologia das Ciências sociais*. parte 2. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.pp.263-269.

⁴² WEBER, Max. *A Objetividade do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política*. In: 132.

visado teoricamente . O progresso da racionalização do direito não se faz acompanhar necessariamente de uma submissão crescente dos comportamentos à sua validade normativa.⁴³

Marx, segundo Jean M. Vincent, não forneceu uma teoria acabada do direito, mas abordou suficientemente o problema de maneira que não é possível afirmar que este seja um simples reflexo das relações econômicas.⁴⁴ De fato, não há em Marx uma teoria ou uma sociologia do direito, e sim uma teoria social da qual podemos depreender as trilhas das concepções acerca do direito e do Estado. Na “*Ideologia Alemã*”, Marx mostra o direito como uma forma peculiar de a classe dominante impor seus interesses, distinta da pura repressão. De um modo geral, em toda sua obra, as referências ao direito, assim como à política e ao Estado, são fragmentárias, esparsas. Todavia, a idéia do direito como forma específica, diferente da política, pode ser encontrada diversas vezes.⁴⁵

Por outro lado, não é possível concordar totalmente com o ponto de vista de VINCENT na medida em que ele não libera Marx de uma certa responsabilidade para com aquilo que foi feito de sua teoria, ou seja, pelas lacunas deixadas na ausência de uma reflexão mais aprofundada sobre “*que valores conduzem a determinados padrões de comportamento social*”.⁴⁶

⁴³ FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. p. 179. Ver também citação de VINCENT, Jean M. “Remarques sur Marx et Weber, comme théoriciens du droit et de l’Etat”. *Archives de philosophie du droit*. Marx et le droit Modern. Sirey, 1967. N. 12. “*Il croyait nécessaire de faire une distinction très nette entre la dogmatique juridique, qui relevait du devoir-être et organisait les normes en un système logiquement cohérent et la sociologie juridique qui n’avait pas à se poser le problème de la validité idéale des normes mais au contraire celui de leur validité empirique et de leur efficacité relative. Sa théorie du droit par conséquent ne se préoccupait pas du juste ou de la justice au sens éthique du terme, elle cherchait le pourquoi et le comment des rapports juridiques, des normes conçues non comme expressions du devoir être, mais comme phénomènes empiriquement constatables. Pour l’essentiel il s’agissait de saisir la réalité juridique comme immergée dans la réalité sociale, et non comme une réalité tout à fait autonome*”(p.234)

⁴⁴ *Idem.* p.239

⁴⁵ Cf. SIMÕES, Carlos. *O direito e a esquerda*. São Paulo: Acadêmica, 1994. p.29.

⁴⁶ Cf. BIRNBAUM, *op. cit.* p. 106. “*A teoria marxista confere primazia da posição de classe na determinação do comportamento social repousa no pressuposto tácito da produção mecânica de valores e da total plasticidade psicológica*”(p.107) . É exatamente aí que Weber ataca o materialismo histórico.

As primeiras tentativas de constituir e sistematizar uma concepção marxista do direito foram feitas por juristas soviéticos Stucka, Pachukanis e Vichinsky, sendo que os dois primeiros optaram por uma perspectiva economicista do direito e o último, pelo voluntarismo.⁴⁷

Para Stucka, o direito, - as relações jurídicas - já constituem o próprio sistema de relações sociais correspondentes aos interesses de classe. Portanto, se o papel do direito na luta de classes é o de “*organizar e consolidar as relações sociais que convêm à classe dominante*”, logicamente, deduz-se que no socialismo - como a classe dominante é o proletariado-, o direito “*adquire função revolucionária*”.⁴⁸

Pachukanis elabora uma crítica a Stucka, ressaltando que o direito deve ser analisado como uma forma específica de dominação e que ultrapassa o conceito de luta de classes. Senão, por que a classe dominante precisaria de leis? É a partir da necessidade de explicar questões como esta que Pachukanis vê a necessidade de agregar à análise histórica, o *nexo lógico* entre relações de produção e direito. Mesmo que as classes dominantes mudem na história, o direito permanece como forma de dominação. A compreensão deste referencial, a ênfase, portanto, recomposta para a explicação da forma, cuja origem está nas relações de troca: “*Os valores econômicos(valor-de-uso e valor- de- troca) transmudam-se em direitos e obrigações e o respectivo proprietário em sujeito jurídico*”.⁴⁹ Daí ter retirado a conclusão, segundo a qual a natureza do direito está na forma jurídica e esta se estrutura basicamente nas trocas. Isto desembocou, inevitavelmente, no equívoco de alguns teóricos e militantes de esquerda de considerar a natureza do direito como fundamentalmente burguesa , e

⁴⁷ Ver SIMÕES, Carlos. *op. cit.* p.30s. Uma crítica inexorável às concepções marxistas economicistas e voluntaristas do direito feita por um outro marxista In: POULANTZAS, Nicos. “A propos de la théorie marxiste du droit”. *Archives de philosophie du droit*, n. 12. Paris: Sirey, 1973.

⁴⁸ SIMÕES, *op. cit.* p.31.

⁴⁹ SIMÕES, *ibidem*, p.32.

sendo assim, portanto, deveria deixar de existir numa sociedade socialista.

A norma, elemento central para Vichinsky, é definida como mera expressão da vontade da classe dominante, em qualquer sociedade de classes. Sua natureza não tem referência na relação social (relação jurídica ou de troca), mas no *ordenamento coercitivo*. Desta maneira, ao vincular a norma à vontade de classe, o direito passou a ser percebido como um *conteúdo político*, caindo num flagrante voluntarismo.⁵⁰

Essas concepções deterministas, mecanicistas do direito, “derivadas”do pensamento marxista, se Marx as tivesse conhecido, provavelmente, provocariam nele, novamente. a afirmação já conhecida: “*je ne suis pas marxiste*”.

Contudo, é importante assinalar que, sem aprofundarmos a discussão, mesmo um pensamento considerado “revolucionário” pode muitas vezes gerar o mais indisfarçável positivismo. E, sob alguns aspectos, talvez Marx tivesse podido dar mais razão a Kelsen e a Weber do que a alguns de seus “autointitulados” discípulos.

⁵⁰ *Idem. ibidem.* p.33.

4. Weber e Kelsen

Faz-se necessário colocar a sociologia weberiana do direito em contacto com a teoria do direito, a fim de podermos esclarecer uma possível complementariedade, ou não, do pensamento de Weber e Kelsen no âmbito do direito.⁵¹

A obra de Kelsen deve muito à teoria de Weber. Há quem afirme inclusive que sua teoria não seria passível de entendimento sem a teoria weberiana, que fora apresentada como a obra mais significativa surgida depois da sociologia de Simmel.⁵²

Em algumas situações, os dois encontram-se lado a lado como, por exemplo, em relação ao posicionamento de Kantorowicz e Ehrlich, que reduz a jurisprudência à disciplina sociológica, ignorando a distinção entre validade ideal e validade empírica; ou ainda, nas polêmicas com Stammler, onde mais uma vez compartilham o mesmo ponto de vista crítico em relação ao autor.

Para Weber, como foi visto anteriormente, interessa o conceito de validade empírica. Kelsen, por outro lado, ocupa-se do problema da validade ideal, ou simplesmente “validade”; os temas da validade empírica em Weber correspondem, na Teoria Pura do Direito, ao problema da eficácia do ordenamento jurídico, ao qual Kelsen não dedica atenção especial. Ambos, entretanto, defendem a separação entre as duas validades.

⁵¹ Não pretendemos aqui, esgotar a análise sobre o grau de proximidade e diferença entre a teoria weberiana e kelseniana acerca do direito. Isto constituiria, possivelmente, objeto para outra dissertação de mestrado. Preocupamo-nos, no entanto, em não deixar passar de forma despercebida a influência que Weber exerceu sobre Kelsen; bem como, o fato de partirem de perspectivas distintas para analisar cientificamente um mesmo fenômeno: o direito moderno.

⁵² Um artigo que evidencia bem as proximidades e diferenças entre os dois autores: ORDÓÑEZ, Ulises Schmill. “El concepto del derecho en las teorías de Weber y de Kelsen”. In: CORREAS, Oscar (org.) *op. cit.* pp. 163-192.

Kelsen destaca a primazia do jurídico em relação ao sociológico, e é a partir dessa tese que ele passa a se contrapor não só a Weber como aos sociólogos em geral que pretendem ignorar a teoria do direito. Seu principal argumento reside na constatação de que nenhum sociólogo do direito tem condições de desenvolver uma investigação dos comportamentos jurídicos de uma determinada sociedade, se não for capaz de distinguir estes tipos de comportamento de outro qualquer. E, se a sociologia não consegue fazer esta distinção de seu próprio objeto de investigação, não pode ser considerada científica. Daí a afirmação, segundo a qual só a ciência do direito pode dar o critério daquilo que é, ou não, jurídico ⁵³.

Não se trata de afirmar, segundo Kelsen, que Weber não tenha procurado definir o comportamento jurídico, a fim de determinar o objeto da sociologia jurídica, e sim, de mostrar que sua definição se torna por vezes estreita. Tomemos como exemplo significativo, aquele fornecido pelo próprio Kelsen, que diz respeito ao ilícito cometido sem que o culpado tenha consciência da existência de um ordenamento que tipifica como não lícita tal conduta. É um caso no qual não é possível falar de comportamento orientado por um ordenamento e, no entanto, a sociologia não pode ignorá-lo como objeto de suas investigações. O clamor metodológico feito uma vez mais por Kelsen é no sentido de uma necessária dependência da sociologia jurídica com a teoria do direito ⁵⁴.

Em síntese, a crítica kelseniana a respeito da delimitação do objeto da Sociologia do direito é feita em dois âmbitos:

1) A definição da sociologia do direito weberiana, segundo a qual, o objeto da sociologia do direito é o comportamento humano que se orienta em face de um ordenamento que considera como válido, é muito restrita. Desconsidera-se, nesta definição, uma conduta ilícita cometida por um infrator sem que este tivesse conhecimento de

⁵³ KELSEN, Hans. « El Concepto de Estado de la Sociología Comprensiva ». In: CORREAS, Oscar (org.) *op. cit.* pp. 267-281. p.274. Segundo Kelsen : « La sociología 'comprensiva' debe ser también jurisprudencia, o bien ver con ojos de juristas para poder - en resumidas cuentas - ver, ya que el sentido de la acción social, que ella transmite, es frecuentemente el derecho ».

⁵⁴ *Idem, ibidem.*

normas que proibissem tal comportamento. Neste caso, tem-se uma ação não orientada por um ordenamento válido, mas que, não obstante, deveria ser levada em consideração pela sociologia do direito.

2) Kelsen sustenta, ainda, que nenhum sociólogo do direito tem condições de delimitar o objeto de sua investigação e seu campo de atuação se não possui critérios para diferenciar uma conduta jurídica de outra, antijurídica. Para elucidar essa sua afirmação, Kelsen questiona, por exemplo, qual seria a diferença, para a sociologia do direito, dos seguintes comportamentos: um indivíduo que recebe uma notificação fiscal exigindo pagamento, sob pena de ser sancionado; de um outro sujeito que recebe a ameaça de um bandido para entregar-lhe o dinheiro; e, finalmente, o de um indivíduo que recebe uma carta de um amigo pedindo-lhe dinheiro para sua subsistência.

Só um desses comportamentos é jurídico, aquele que o requerimento provém de autoridade legal, de acordo com um ordenamento jurídico válido. Portanto, a sociologia do direito só poderia saber qual é o objeto de seus estudos se se referisse ao conceito de direito da maneira como é definido pela ciência jurídica. O único conceito de direito possível, conforme essa acepção, é aquele dado pela ciência jurídica; e, mesmo que a sociologia possa realizar estudos sobre a eficácia de um determinado ordenamento jurídico, o objeto e sua delimitação deverão realizar-se pela ciência jurídico-dogmática.⁵⁵

É preciso, no entanto, ressaltar que Kelsen deixou de considerar, precisamente, o caráter de instrumento heurístico da consideração jurídico-normativa do direito para fins cognoscitivos da sociologia do direito, que Weber destacou no ensaio contra Stammler.⁵⁶ Na realidade, a sociologia do direito não se propõe a conhecer o conteúdo de sentido logicamente correto de uma determinada ordem jurídica, mas sim da sua existência empírica em consequência da

⁵⁵ A diferenciação entre método jurídico e sociológico que possibilitou essa nossa síntese encontra-se em BOBBIO, 1989; KELSEN, Hans. "Acerca de las fronteras entre el método jurídico y el sociológico". In: CORREAS, Oscar (org.) *op. cit.*; e ainda, ORDÓNEZ, *op. cit.*

⁵⁶ cf. WEBER; "Stammler e a 'Superação' da Concepção Materialista de História". In: *Metodologia das Ciências Sociais*. (parte 2) São Paulo: Cortez, 1992. p.260-261.

validade jurídica daquela. A vantagem de Weber está exatamente em ter diferenciado, no plano lógico e metodológico, o âmbito de cada disciplina, de forma a inferir igual legitimidade a ambas, sem estabelecer o predomínio de uma sobre a outra, senão um carácter de complementariedade.⁵⁷

Mas a polémica não se esgota no plano metodológico. Kelsen ainda enfrenta o problema da relação entre os conceitos de direito e de Estado em Weber, temas recorrentes para a teoria do direito.

O elemento comum aos conceitos de Estado e de direito, em Weber, é o da existência de um “aparato coativo”. É essencial ao conceito de Estado a ideia de monopólio da coação física. O direito, considerado como ordem legítima, garantida externamente pela existência de um “aparato” de indivíduos com a tarefa de obrigar a observância de tal ordem e de punir a transgressão, pode aplicar uma coação física ou psíquica. Como para a existência de um ordenamento jurídico é fundamental um “aparato coativo”, na concepção weberiana, todo Estado, pelo fato de ser definido como quadro administrativo que tem o monopólio da coação física, é também um ordenamento jurídico. Entretanto, se o Estado só é definido através do monopólio da força, fica claro que nem todo ordenamento jurídico seja estatal. Sob o aspecto conceitual, é possível a existência de um ordenamento jurídico garantido apenas pela coação psíquica que, por isto, não configure um Estado.⁵⁸ É o caso do direito canônico que possui um aparato coativo que exerce apenas a coação psíquica.

Kelsen critica esses argumentos de Weber, propondo-se demonstrar que há também na sociologia compreensiva uma identidade entre ordem jurídica e Estado. De fato, Weber reconhece no desenvolvimento do Estado moderno um processo de progressiva monopolização da forma de criação do direito pelo Estado, excluindo cada vez mais outras formas de direito não estatal. Mas tal identificação

⁵⁷ Esses aspectos positivos da teoria weberiana em relação à kelseniana são muito bem fundamentados por : DULCE, *op. cit.* p. 159.

⁵⁸ BOBBIO, *op. cit.*, p. 71. Ver também: ORDÓÑEZ, *op. cit.*, p. 178

entre Estado e direito é estabelecida como reconhecimento do fenômeno específico do Estado moderno, constituindo-se um fato histórico. Constata-se, indubitavelmente, uma crescente formalização do direito, mas isto não equivale à defesa do formalismo e nem mesmo ao desconhecimento da tensão existente entre racionalidade formal e material. Ademais, isto não é suficiente para afirmar que, para Weber, direito e Estado são a mesma coisa. O conceito de direito deste autor é bem mais abrangente e não se reduz ao estatal. Há, claramente, uma predominância ou hegemonia do direito positivo, sem, contudo, que outras formas de concepções normativas deixem de ser direito. Com efeito, pode haver uma pluralidade de direitos. Esta seria, segundo ORDÓÑEZ, a “versão sociológica dos conflitos normativos”.⁵⁹

Há uma relação íntima entre o pensamento weberiano e kelseniano sobre o direito e o Estado, seja na exposição geral do conceito de coação, seja definição instrumental do direito e do Estado.⁶⁰ Segundo Bobbio, o processo de juridicização do Estado afirmado em Weber e Kelsen, deve-se ao fato de eles pertencerem ao movimento positivista, mas assegura que, enquanto Kelsen é declaradamente positivista tendo elaborado uma teoria do positivismo jurídico, Weber o é, somente na medida em que reconhece o processo de formação do Estado moderno como um movimento de positivação crescente do direito e, por isto, de eliminação progressiva de quaisquer outra forma de expressão normativa que não estatal. Talvez seja necessário relativizar o termo “positivista” atribuído a Weber, por Bobbio. Como sociólogo, Weber constatou essa crescente formalização do direito e, afirmá-la faz parte de seu compromisso com a ciência. Outrossim, como já vimos, ele admite o direito não estatal, o que é inadmissível para qualquer outra forma de expressão normativa que positivista, e, ainda, não é otimista em relação à essa progressiva racionalização o que, de antemão, já o desloca da tradição do pensamento positivista que acreditou cegamente no progresso da ciência e na capacidade desta para resolver todos os problemas da humanidade.

⁵⁹ ORDÓÑEZ, op. cit., p. 179

⁶⁰ BOBBIO, op. cit. p. 72

De fato, há proximidades entre Kelsen e Weber no que se refere à relação Estado-direito, mas há que se observar, por outro lado, diferenças consideráveis. Diversamente de Weber, para o qual o conceito de direito e de Estado estão em diferentes posições, Kelsen vê identidade entre os dois conceitos. Não há, para este autor, um conceito de Estado distinto do conceito de direito.

Para esclarecer tal diversidade, é imprescindível estabelecer a *diferença fundamental* entre estes pensadores: enquanto para Weber a coação aparece como garantia externa da norma jurídica, como meio para a realização do direito, para Kelsen, a coação é conteúdo da norma.⁶¹

Nada impede, contudo, a possibilidade de defesa da complementariedade das concepções de ambos autores. E, nisto estamos de acordo com as considerações de Bobbio:⁶²

“(...) la representación kelseniana se encuentra en un nivel superior de abstracción respecto a la weberiana. Sin embargo, como ya he observado, Kelsen se propone elaborar una teoría general del Estado, mientras Weber describe un tipo ideal de Estado que está históricamente individualizado”.

Desta forma, antevê-se a complexidade do jurídico que Weber parece ter compreendido de forma mais aprofundada e para a qual passaremos a seguir.

⁶¹ ORDÓÑEZ, op. cit., p.173. “Weber omitió llevar a cabo la introducción de la coacción en el contenido de la norma, lo que sí hizo en esto se encuentra la diferencia fundamental entre ambos autores, pues para este último, por esa introducción, todo se convierte en un problema normativo, de carácter semántico, i.e., deóntico, mientras que para Weber es un problema pragmático, pues la sanción no es un contenido de la norma, sino una garantía de ella y, en consecuencia, es externa a ella. La norma es entendida sólo como una máxima que impone obligaciones y su garantía se encuentra dentro del campo de los hechos, no dentro del ámbito semántico de las normas. En consecuencia lo que para Kelsen constituye necesidad normativa, en Weber se disuelve en una probabilidad real”.

⁶² BOBBIO, op. cit. p.76-77.

5. A racionalização do direito

Weber busca expor os diversos fatores e etapas que, historicamente, contribuíram para racionalizar o direito moderno. Para isto, concentra seus esforços no estudo da religião, da economia, da ação política, do papel dos profissionais do direito em geral. Neste ítem, trataremos, finalmente, da temática central de sua sociologia jurídica, a saber, a racionalidade crescente dos conceitos e práticas legais (o tipo e grau de racionalidade do direito, o caráter formal ou material dos procedimentos e critérios de decisão utilizados); analisado, por sua vez, sob o prisma do processo de racionalização da cultura jurídica em direção a um direito racional-formal.

Esse aspecto de sua análise - a racionalização-, é crucial para entender sua cosmovisão sobre o desenvolvimento do mundo moderno ocidental, não só do ponto de vista de um direito mais racional, mas do Estado, da economia, da religião, da administração, dos partidos, do exército, da música.

O que esses adjetivos “racionalização” e “racional” podem significar? De onde surgem? Por que têm papel precípuo na obra weberiana?

A racionalização é vista como fenômeno não exclusivo, mas predominante na época moderna. Ela está vinculada ao desenvolvimento cumulativo das civilizações, na medida em que, com o tempo, estas conseguem dominar com maior habilidade a técnica. É o submetimento do homem ao previsível, ao calculável, e cognoscível, passando a dominar a realidade a partir da própria razão, num enfrentamento com a mistificação religiosa, com o mágico.

O racional depende do referencial, não é ontológico. Por exemplo, a magia que é considerada como algo irracional, pode ter sido racionalizada de modo tão sistemático quanto a física, se a analisarmos

enquanto uma técnica mais racional que os processos anteriores, ou seja, como resultante de uma reflexão que deu provas de sua coerência lógica, abstrata, em relação aos meios empregados anteriormente. Em outras palavras. Como como bem sintetiza FREUND:

“(…) il y a rationalisation progressive chaque fois que l’homme fait appel à des procédés qu’il peut utiliser avec plus de méthode. La rationalisation n’est donc pas synonyme d’un état de rationalité en fin découvert, mais comme un processus indéfini d’utilisation de moyens plus ordonnés et plus appropriés que ceux qu’on employait jusqu’alors”.⁶³

A racionalização, no sentido aqui empregado, equivale à adequação dos meios mais eficientes para alcançar determinados fins. Neste caso, mesmo o comportamento mágico pode ser mais racional que o profano ou religioso.

Por outro lado, a racionalização não aparece na *Rechtssoziologie* como uma meta final a ser alcançada. Ao analisar a evolução histórica da ordem jurídica em termos de racionalização, Weber está utilizando um “tipo ideal”, um instrumento de interpretação, através do qual pode estudar as diferentes etapas teóricas da evolução do pensamento jurídico sob o prisma teórico ou prático. Weber, todavia, não se deixou entusiasmar por uma visão de progresso linear dos institutos jurídicos; esteve, antes, ciente de que este processo de racionalização foi descontínuo, feito de rupturas, de avanços e recuos, no qual nem mesmo seus promotores (que ocupam um papel central na *Rechtssoziologie*) souberam que sentidos seriam dados como fim de tal racionalização.

Weber via a expansão desse racionalismo nas mais variadas direções. E tal processo de racionalização e intelectualização

⁶³ FREUND, Julien. *La rationalization du droit selon Max Weber*. In: *Formes de Rationalité en Droit. Archives de Philosophie du Droit*. Paris: Sirey, 1978. pp. 69-92. p. 70.(n.23)

crescentes da vida não foi considerado por ele como equivalente a um conhecimento progressivo das condições em que vivemos:

*“Significam, antes, que sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante, poderíamos, bastando que o quiséssemos, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível que interfira com o curso de nossa vida; em uma palavra, que podemos dominar tudo, por meio da previsão. Equivale isso a despojar de magia o mundo. Para nós não mais se trata, como para o selvagem que acredita na existência daqueles poderes, de apelar a meios mágicos para dominar os espíritos ou exorcizá-los, mas de recorrer à técnica e à previsão”.*⁶⁴

Esse trecho sintetiza dois aspectos que consideramos importantes, para compreender a racionalização do direito em Weber. Primeiramente, temos que a racionalização, inclusive a do direito, foi possível somente a partir de um distanciamento do pensamento mágico e, por conseguinte, de uma racionalização ética da imagem do mundo.⁶⁵ Segundo Weber, com o aparecimento das religiões de redenção, acompanhadas de uma visão dualista entre “Deus e o mundo”, foi possível a racionalização ética das imagens religiosas e metafísicas do mundo, que anteriormente mantinham tal unidade. A racionalização da esfera religiosa permitiu ao homem tomar consciência da legalidade autônoma de cada esfera da vida. Em sua conferência “Ciência como

⁶⁴ WEBER. *Ciência e Política: duas vocações*, p. 30

⁶⁵ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. p. 501-502. Além de ter sido necessária uma racionalização ética da imagem do mundo implicou também em superação das estruturas da “autoridade doméstica” e do “grupo parental”. O primeiro poder que a racionalização das esferas religiosas, através da religião de salvação, tem de enfrentar, é o da “autoridade doméstica do chefe de família”. Na esfera jurídica, o titular originário de toda “administração” foi a “autoridade doméstica”, que representa uma forma primitiva de “governo” e de administração de justiça. Só quando se estabelecem seus limites, segundo Weber, “*el principio de la autoridad doméstica es transferido a ciertas clases del poder político, el principado patrimonial, por ejemplo y, a través de éste, a la aplicación del derecho. Cuando tal cosa ocurre bórrense los límites entre creación del derecho, aplicación del mismo y gobierno*” (p.501-502). E, por conseguinte, inicia-se um processo de racionalização, em sentidos diferentes.

Vocação”, demonstra exatamente a impossibilidade de uma *unificação ética do mundo*, em nome de uma crença subjetiva, e de uma *unificação teórica do mundo* em nome da ciência.⁶⁶ Para o direito, o aparecimento das religiões de redenção possibilitaram a separação definitiva entre preceitos jurídicos e normas religiosas, rituais e cerimônias de carácter mágico. Com efeito, o primeiro passo para a racionalização jurídica, como para a religiosa é a superação do apelo a meios mágicos. Outrossim, a racionalização do direito se torna possível, também, quando se processa um distanciamento total dos preceitos religiosos ou éticos. Moral e direito assinalam complexos de racionalidade distintos.⁶⁷

Em segundo lugar, desponta uma visão de mundo, segundo a qual, caminhamos para uma sociedade de maior eficiência técnica, muito embora o reconhecimento de tal “progresso” não venha acompanhado de uma perspectiva otimista sobre o futuro. Weber, contudo, via a desumanização e a alienação humana prosperar num mundo desencantado, no qual a liberdade está em risco diante da excessiva burocratização. Avanço burocrático que, por sinal, só pode ser explicado pela sua eficácia técnica superior em relação a quaisquer outros tipos de organizações, graças a qualidades, tais como, rapidez, continuidade, precisão, hierarquização rigorosa, impessoalidade, entre outros. Em síntese, a burocracia tem uma peculiaridade muito bem acolhida pelo capitalismo, qual seja, a de alcançar maior eficiência e desenvolvimento na medida em que se desumaniza. A racionalização do direito pertence a esse contexto geral de racionalização crescente que ocorre em todas as esferas das atividades humanas.

É sob essa mesma perspectiva que o autor analisa o direito racional - “calculável” - como um dos pressupostos da economia capitalista moderna, embora esta relação entre Capitalismo moderno e direito racional-formal esteja longe de configurar-se como uma relação necessária aos seus olhos. O elo condutor da sua sociologia jurídica,

⁶⁶ HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Madrid : Taurus, 1989. p. 320 (v.2).

⁶⁷ *idem*, p.326.

exposto em “Economia e Sociedade”, é exatamente a relação entre Capitalismo moderno e direito racional. O desenvolvimento do mercado exige, ao lado da liberdade contratual, a garantia jurídica oferecida pelo Estado.

O direito racional-formal, entretanto, não é uma mera decorrência do desenvolvimento capitalista moderno. Ambos (direito racional-formal e capitalismo moderno) são produtos da racionalização peculiar ao Ocidente, o que implica em uma relação bem mais complexa do que aquela sugerida pela concepção materialista da história e, igualmente pela tentativa de superação de tal concepção materialista, como o fez STAMMLER, com sua tese idealista.⁶⁸ As condições econômicas têm relevância, mas não podem ser consideradas as únicas decisivas. Existe compatibilidade da economia capitalista com formas diferentes de direitos e de elaboração jurídica. Isto significa que Weber consegue distinguir condições fundamentais do desenvolvimento jurídico moderno fora da esfera meramente econômica. Os procedimentos técnico-jurídicos, através dos quais o direito concede garantia, precisam antes ser criados para servir aos interesses econômicos; desta forma, novas situações econômicas não geram, de imediato, novas formas jurídicas, as quais dependem de uma invenção técnico-jurídica que encontre difusão.

O direito racional-formal não é a única forma normativa jurídica que coexiste com o capitalismo moderno, embora ofereça garantia jurídica a este. A racionalidade-formal não é o único caminho que a racionalização do direito seguiu historicamente. Há ainda uma outra alternativa: a racionalização material. Não se deve supor, todavia, que as racionalizações formal e material sejam estágios ou etapas sucessivas no processo de desenvolvimento jurídico. Como assinalou Rossi, ambas representam : “*due modelli di sviluppo entrambi compatibili con l'economia capitalistica moderna*”.⁶⁹ Talvez, uma

⁶⁸ Referimo-nos ao artigo no qual Weber critica tal concepção de Stammler. WEBER, Max. Rudolf Stammler e a “Superação” da Concepção Materialista da História. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. (Parte 2)

⁶⁹ Cf. ROSSI, *Il processo di razionalizzazione del diritto e il rapporto con l'economia*. In: *Max Weber Oltre lo Storicismo*. op. cit., p.161.

leitura superficial, possa deixar margem a uma concepção equivocada de que Weber tenha adotado uma perspectiva histórico-evolutiva, mas, ao contrário, ao longo do desenvolvimento jurídico se produziram, de acordo com os condicionamentos externos e internos da ordem jurídica, tanto uma racionalização em sentido formal como em sentido material. Prova disto é o fato de coexistirem o direito continental de carácter racional-formal e o direito anglo-saxão, de carácter racional-material. E, ainda, mesmo no formalismo do direito moderno sobrevivem materialidades e irracionalidades que disputam um espaço com o formalismo dominante.

O que interessa a Weber como sociólogo é exatamente analisar essa racionalização crescente das diversas atividades humanas, colocando-as em correlação umas com as outras, procurando compreender as conseqüências dessa racionalização nos comportamentos dos homens. Busca, enfim, descrever tal processo e compreender as causas e fatores que o influenciam. Não emite, entretanto, juízos de valores positivos ou negativos sobre isto embora constatamos conseqüências nada otimistas desse processo, ao longo de suas obras. Tal observação, não raras vezes, assumem o carácter de denúncia. Na esfera jurídica, por exemplo, ele evidencia que a racionalização técnica excessiva criou um abismo entre a lógica interna do sistema jurídico e os seus destinatários.⁷⁰

Conforme já assinalamos anteriormente, Weber expõe o processo de racionalização do direito, destacando os fatores e fases que contribuíram para este movimento, a partir da reconstrução de seus quatro “tipos ideais”. Sintetizar o espectro de informações a este respeito seria uma tarefa hercúlea, devido à riqueza de informações históricas que Weber exhibe com erudição e profundidade, para demonstrar que a racionalização ocorre de forma diversa em países e épocas distintas o que impede a busca de um fenómeno constante e

⁷⁰ cf. DULCE, *op. cit.* p. 286. Estamos de pleno acordo com a tese defendida por DULCE, a qual vem ao encontro daquilo que buscamos evidenciar em nosso trabalho, desde o início: a necessidade de não confundir o trabalho científico de Weber que constata (e denuncia) a crescente racionalização formal do mundo moderno, com um posicionamento pessoal em defesa de uma “racionalidade própria da sociedade burguesa-capitalista”.

homogêneo em progressão. Portanto, ficamos adstritos à tarefa mais geral de exposição dos argumentos centrais para a compreensão das características e significados da racionalidade jurídica, no desenvolvimento histórico do direito moderno, inspirando-nos, em grande medida, na metodologia proposta por FREUND, segundo a qual é possível separar fatores de natureza interna e externa do desenvolvimento da racionalização do direito.⁷¹

Os fatores de natureza interna podem ser entendidos como aqueles que exercem influência direta sobre o sentido em que são desenvolvidas as qualidades formais do direito, a especificidade do conjunto de pessoas que, devido às suas funções, têm condições de influenciar na racionalização dos procedimentos jurídicos, paralelamente às influências indiretas ou externas - econômicas e sociais. É o que Weber observa:

*“Según veremos, un derecho puede ser racionalizado en diversas formas, y no necesariamente en la dirección que implica el despliegamiento de sus cualidades propiamente ‘jurídicas’. Pero la dirección en que estas cualidades formales se desenvuelven encuéntrase condicionada directamente por circunstancias que podríamos llamar ‘intrajurídicas’, a saber, la peculiaridad del círculo de personas que pueden influir profesionalmente en la formación del derecho y sólo indirectamente por las condiciones económicas y racionales de índole general”*⁷².

⁷¹ FREUND, Julien. “La rationalisation du droit selon Max Weber”. In: *op. cit.* pp.69-92.

⁷² WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. p. 531. Ver também : ROSSI, Pietro. *Max Weber Oltre lo Storicismo*. p.152. Segundo este autor, há uma racionalização interna e externa do direito: “le condizioni dello sviluppo giuridico moderno sono per un verso condizioni interne alla sfera del diritto, per l’altro verso condizioni politiche”.

5.1. A racionalização interna do Direito

A racionalização interna corresponde essencialmente ao desenvolvimento das qualidades formais do direito: formação de conceitos jurídicos abstratos, generalização e desenvolvimento da sistemática jurídica e criação de relações e instituições jurídicas. Conforme se evidenciou na última citação de Weber, essa racionalização intrajurídica é obra dos juristas profissionais⁷³.

A tarefa de racionalização interna, que leva ao desenvolvimento das qualidades formais do direito, é promovida pelos “profissionais do direito” ao longo da história, conforme veremos. De outra parte, Weber, para analisar o desenvolvimento da racionalidade interna do direito, constrói etapas puramente teóricas - “tipos ideais” - pelas quais passou o pensamento jurídico:

“El que los estadios de racionalidad contruidos por nosotros de un modo puramente teórico no se sucedan en la realidad histórica precisamente en el mismo orden de racionalidad creciente ni se den todos, ni siquiera en Occidente, así como la circunstancia de que los motivos del modo y grado de racionalización del derecho fueran (...) de índole muy diversa.”⁷⁴

⁷³ FREUND, no artigo *La rationalisation du Droit selon Max Weber* (op. cit.) analisa a racionalização interna do direito a partir dos seguintes tópicos: a) A racionalização do direito é obra dos teóricos e dos práticos do direito; b) a passagem da oralidade para a escrita no direito; c) o debate entre o direito positivo e o direito natural; d) oposição entre direito formal e material. Sob alguns aspectos, inicialmente, no baseamos nesta literatura para distinguir os aspectos internos da racionalização, mas preferimos utilizar a distinção das etapas e fatores conforme aquela trazida por Weber na sua Sociologia Jurídica. E, para isto, foram fundamentais as consultas às obras de: BENDIX, Reinhard. *Max Weber*. Buenos Aires: Amorrortu, 1970. e DULCE (op. cit.).

⁷⁴ WEBER, Max. *Economia y sociedad*. p. 650

Weber observa, então, as grandes diferenças do desenvolvimento que considera essenciais:

1) a diversidade das relações políticas de poder, ou seja, os diferentes tipos de dominação política;

2) a relação de poder entre autoridades teocráticas e profanas e as influências mútuas nos seus ordenamentos jurídicos;

3) a diversidade de estrutura dos *honorarios* jurídicos (teóricos e práticos do direito), que incidiram na formação do direito.

O desenvolvimento do direito se faz por um duplo processo de racionalização: formal e material. Daí advém o problema de estabelecer quais as formas de criação do direito, se este já não pertence ao formalismo jurídico ligado a concepções mágicas (primitivo). ROSSI e também BENDIX, afirmam que o centro da análise conduzida por Weber sobre o processo de racionalização da esfera jurídica é a dinâmica entre normas e institutos jurídicos transmitidos, entre tradição e “criação” do direito e introdução de normas e novos institutos.⁷⁵

De um ponto de vista teórico, as etapas da racionalização do direito foram construídas a partir de três “tipos ideais” de *inovadores e criadores* do direito, a saber:

a) a revelação carismática, mediante os *profetas jurídicos*;

b) a criação e aplicação empírica da lei por *notáveis jurídicos*;

c) a imposição do direito pelo *imperium* secular e poderes teocráticos e,

⁷⁵ Ver: BENDIX, Reinhard. *Max Weber*. p. 369; ROSSI, Pietro. *Max Weber Oltre lo Storicismo*. p. 161-162 De um ponto de vista teórico admite-se que a evolução dos procedimentos legais tenha como portadores das inovações os profetas jurídicos, os notáveis jurídicos e os juristas de profissão. Os profetas jurídicos são responsáveis pela revelação carismática da lei; os notáveis jurídicos, pela criação e produção empírica do direito (mediante jurisprudência); e os juristas de profissão são responsáveis pela imposição da lei por parte de um *imperium* secular e de poderes teocráticos e pela sistematização do direito.

d) o direito estatuído e a sua aplicação por juristas especializados.⁷⁶

Há intrínseca relação entre as “etapas teóricas” da racionalização jurídica, com seus portadores correspondentes, e as formas de dominação tradicional, carismática e racional. Weber já apontava a necessidade de considerar a influência exercida pelas formas políticas de dominação sobre as qualidades formais do direito.⁷⁷ O poder tradicional pode ser identificado com o direito transmitido, *“frente al cual pueden surgir como fuerzas revolucionarias, tanto el derecho revelado como el derecho racional”*. Da mesma forma, é possível uma relação entre *“el poder carismático y el derecho revelado por profetas jurídicos, por una parte, y el poder racional o legal y el derecho creado tanto por notables jurídicos como por juristas profesionales, por otra parte”*.⁷⁸ A criação do direito por obra dos notáveis jurídicos (criação e descoberta empírica da lei) e pelos juristas profissionais (imposição da lei por poderes seculares e teocráticos e sistematização do direito e administração da justiça) corresponde ao tipo de poder racional-legal, sendo que a primeira corresponderia a uma racionalidade material e, a segunda, a uma racionalidade formal.

O papel dos *inovadores jurídicos* pode ser visto, pelo que depreendemos até agora, como fator fundamental para a compreensão dos diferentes graus de racionalidade e tipos de direito ao longo da história, embora não seja o único.

⁷⁶ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. pp.: 649- 650. As quatro categorias de Weber: revelação legal, criação empírica, imposição e sistematização do direito podem reduzir-se a três: profetas da lei, imposição da lei pela autoridade e legislação a cargo dos notáveis jurídicos. Esta redução resulta do resumo weberiano que oscila entre os tipos de legislação e os tipos de legislador. Segundo BENDIX, op.cit., p.369.

⁷⁷ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. p.603.

⁷⁸ Cf. DULCE (1991: 293) ; ver também ROSSI (1988:162) também afirma o seguinte: *“lasciando a parte il potere tradizionale, al quale fa appunto riscontro il diritto tramandato, è possibile istituire una corrispondenza tra il potere carismatico, (...) e la creazione del diritto ad opera di profeti giuridici, così come tra il potere razionale (...) e la creazione del diritto ad opera di notabili giuridici o di giuristi di professione. Se si vuol spingere più in là questo rapporto, la distinzione tra razionalità materiale e razionalità formale sembra trovare un riscontro, sebbene soltanto approssimativo, nell'opera rispettivamente dei notabili giuridici e dei giuristi di professione”* (p.162).

5.1.1 A revelação carismática da lei

Trata-se de uma primeira etapa teórica, na qual os *profetas jurídicos* realizam a *revelação carismática da lei*, que, em termos típico-ideais, incide na forma de dominação carismática. Aqui se evidencia o maior contraste em relação ao direito moderno.⁷⁹ As contendas jurídicas eram arbitradas com recurso a oráculos e a legitimidade dos portadores da lei (profetas, caudilhos carismáticos) era o que tornava válido o direito.

Temos, assim, a configuração de um direito do tipo irracional-formal, embora as suas qualidades formais sejam de ordem externa e não lógica, porque a legitimidade dos profetas jurídicos se baseia em certos rituais e atos considerados sagrados.

O que interessa nesses estudos de Weber sobre os métodos de invenção, aplicação e criação das regras jurídicas são exatamente as consequências que estes produzem com relação às qualidades formais do direito. A solução das contendas e a criação de novas normas por intervenção da magia, por exemplo, resultaram no caráter estritamente *formal* de todo procedimento jurídico primitivo. Pois,

*“Los medios mágicos sólo sirven para resolver como es debido la cuestión correctamente planteada. Por otra parte, no es posible sujetar un problema jurídico a cualquier clase de procedimientos mágicos, porque para cada categoría de cuestiones hay medios específicos”.*⁸⁰

⁷⁹ BENDIX, Reinhard. *Max Weber*.p.369.

⁸⁰ WEBER, Max. *Economía y Sociedad*.p.:519.

A justiça primitiva descansava sobre um princípio fundamental, segundo o qual, o menor equívoco das partes ao pronunciar as fórmulas solenes constitutivas de qualquer ato processual implicava em perder o recurso e, não raras vezes, a própria causa.

Da mesma forma, o direito probatório teve uma importância significativa no início do formalismo jurídico. Não existiam meios para acreditar na “verdade” ou “falsidade” de um fato. Cavia, então, de acordo com esse princípio, apenas investigar quais as partes e de que formas podiam colocar, frente aos poderes mágicos, as questões que “juridicamente” lhe diziam respeito. Coexistiu neste tipo de direito, assim, um caráter estritamente formal do procedimento marcado pela irracionalidade dos meios de decisão.⁸¹ Os profetas, magos e sacerdotes possuíam autoridade ilimitada para criar e aplicar o direito, em virtude de terem sido considerados verdadeiros portadores de dons sobrenaturais, cujas decisões derivaram diretamente da divindade. Não havia conhecimento da idéia de “lei” no sentido de regra que o juiz deve aplicar à sentença.

Tais intérpretes carismáticos, chamados para solucionar casos concretos devido o reconhecimento dos seus dotes sobrenaturais, posteriormente, passaram a ser sacerdotes ou “honoratíores”, chamados a interpretar o direito em virtude de eleição. Como bem assinala BENDIX,

*“En un principio profetas o sabios, llamados para descubrir la ley en cada caso concreto, estos notables fueran convirtiéndose en funcionarios permanentes, obligados a declarar una vez por año, ante la comunidad reunida en asamblea, las reglas a que se ajustarian para ‘descubrir’ o declarar la ley”.*⁸²

⁸¹ WEBER, *ibidem*, p.519-520.

⁸² BENDIX, *op. cit.*, p.370

Esta obrigação responde a uma necessidade crescente de previsibilidade e controle. Mesmo assim, o notável não estava preso às decisões de seu antecessor e nem às resoluções da assembléia popular, exceto se quisesse levá-las em consideração porque o seu carisma lhe permitia ignorá-las e “criar” uma nova lei, na medida em que o direito só podia ser revelado.⁸³

Vestígios de uma evolução do direito, indicam a primeira etapa teórica de seu desenvolvimento. A decisão de contendas com recurso a um oráculo é comum inclusive em situações sociais e políticas bastante racionalizadas, a exemplo do Egito (oráculo de Ammón), da Babilônia e do oráculo helênico (Grécia). Weber considera que a autoridade da profetização jurídica seja provavelmente um fenômeno universal.⁸⁴

Finalmente, pode-se dizer que, malgrado o primitivismo jurídico e a não-separação entre direito, magia e religião, que caracterizaram essa primeira etapa do desenvolvimento do direito, ela teve um papel fundamental no sentido de contribuir para a pacificação da resolução de conflitos jurídicos: substituiu a vingança privada pela expiação e, enfim, pelas ações judiciais.⁸⁵

⁸³ WEBER. *Max. Economía y Sociedad*. p. 526

⁸⁴ WEBER, *ibidem*, p. 526. “*Em todas partes, el poder de los sacerdotes se apoyaba principalmente en su función de dispensadores de oráculos o directores del procedimiento en los juicios de Dios*”

⁸⁵ Cf. WEBER, *ibidem*, p. 526. E também, DULCE (1991:303): Segundo esta autora, “*el procedimiento jurídico carismático fue el primer procedimiento judicial que aparece en la historia de los pueblos, al sustituir a los primitivos juicios de Dios y a las venganzas privadas*”.

5.1.2 Criação e aplicação empírica da lei pelos *honoratios jurídicos*

Quando decai a crença na magia e a prática da revelação carismática da lei perde espaço, no universo das trocas humanas, as decisões judiciais se tornam incumbência dos juizes laicos.⁸⁶ A segunda etapa teórica do processo de racionalização, conforme vimos anteriormente, trata da criação e aplicação empírica do direito por notáveis jurídicos e “*honoratios*”, que surge na medida em que a crença nos poderes mágicos e carismáticos vai desaparecendo.⁸⁷

Segundo Rossi, a partir da análise de Weber sobre a criação do direito, pode-se afirmar que na esfera jurídica existem duas “potências revolucionárias” atuando em contextos e momentos diversos: o carisma e a racionalidade. Isto significa que um direito novo é criado originariamente por uma ação carismática *consciente* dos profetas jurídicos, que, em virtude do crescimento da racionalização, tornam-se responsáveis pelo processo de inovação jurídica, convertendo-se em notáveis jurídicos e juristas de profissão. Há, então, uma substituição gradual do carisma pela racionalidade como elemento de transformação, tendo como uma de suas conseqüências o fato de que:

⁸⁶ BENDIX, *op.cit.*, p.383. “...cuando decae la creencia en la magia y la práctica de la revelación carismática de la ley pierde terreno, las decisiones judiciales pasan a ser de la incumbencia de jueces laicos(claramente distintos de los profetas de la ley), se hacen objeto de discusión, y las partes interesadas empiezan a calcular ala probabilidad de que los jueces considerem legalmente válido y obligatorio tal o cual contrato o asociación”.

⁸⁷ WEBER, Max. *Economia y Sociedad.*, p. 595. Segundo Weber, formar essa categoria específica de notáveis só é possível quando “*por una parte, el ejercicio del derecho se encuentra liberado de la dominación sacramental y, por otra, el volumen de la carga profesional no ha alcanzado las proporciones que las necesidades del tráfico de las ciudades determinan.*” Em outras palavras, necessita-se, de um lado, a perda de fé na magia e no carisma e, por outro, a aparição de advogados profissionais, levando a uma crescente racionalização e especialização do direito. Acerca disto, ver também: DULCE (1991:304).

“(...) la creazione del diritto venisse a configurarsi non più come produzione consapevole (e intenzionale) di nuove norme su base carismatica, ma come interpretazione (e sistematizzazione) di norme in conformità agli interessi di certi strati sociali”⁸⁸.

Destarte, o processo de racionalização , numa primeira etapa ao menos, mantém estreita relação com a racionalização interna da esfera religiosa, através dos profetas jurídicos que dão uma significação e justificação ético-religiosa à norma, estabelecendo um novo direito em função do carisma pessoal. A partir do momento em que a interpretação dos ordenamentos é feita por notáveis jurídicos ou pelos juristas de profissão, fundamentados em princípios gerais, o direito começa a separar-se da religião e o Estado passa a ser fonte predominante daquele. No decorrer do processo de racionalização, o direito desvincula-se da religião e se submete aos interesses econômicos, oferecendo-lhes garantia. O direito racional, seja formal ou material, ao contrário do direito “revelado”, se qualifica em relação a uma dada estrutura política. Ao lado disto, ganha mais autonomia em face as outras esferas da vida, devido à sua técnica especializada.

Na época em que a administração de justiça estava dominada pelos notáveis jurídicos, a força da tradição inviabilizava a criação intencional de normas jurídicas novas:

“no sólo en el caso de la justicia teocrática, sino también en el de la que se administraba a través de los notables laicos, por medio de sus fallos o por consulta reconocida en forma privada u oficial, o también en el del desarrollo del derecho y del procedimiento jurídico que se apoya en el imperium y el poder de proscripción -Bann- de los magistrados, príncipes y funcionarios, instrutores del proceso, subsiste intacta en un principio la idea de que el derecho es

⁸⁸ ROSSI, Pietro. *Max Weber Oltre lo Storicismo*. p.164.

*fundamentalmente algo que ha valido siempre de modo uniforme y que sólo necesita ser interpretado inequívocamente en cada caso, con vistas a la aplicación. Como antes vimos, el desarrollo de las normas racionales formuladas, fue posible, tratándose incluso de relaciones altamente diferenciadas desde el punto de vista económico, sólo en cuanto la fuerza de las formas mágicas había sido rota. La existencia de medios irracionales de revelación, como el único camino para llegar a lo nuevo, a menudo significó, de hecho, una amplia movilidad de las normas, y su decadencia significa no pocas veces una exagerada estereotipación, porque la fuerza de la sagrada tradición quedaba como lo único santo y era sublimada por los sacerdotes hasta constituir un sistema de derecho sacro”.*⁸⁹

A partir destas observações, BENDIX adverte que o abandono da profetização jurídica não significa um passo inequívoco em relação à racionalidade legal; pois pode ocorrer, através dela, uma tradicionalização da ordem jurídica. Por exemplo, a formulação de perguntas precisas no direito probatório primitivo já constituíam um elemento formal de importância que se perdeu quando os juízes laicos começaram a considerar as particularidades de cada caso concreto.⁹⁰

Existem, contudo, duas possibilidades completamente opostas relativas ao desenvolvimento de uma aprendizagem jurídica do tipo profissional, segundo Weber:

“o bien enseñanza empírica del derecho por prácticos, exclusiva o preponderantemente en la práctica misma, es decir, experimentalmente a modo de oficio; o bien enseñanza teórica en ciertas escuelas jurídicas, bajo la forma de una

⁸⁹ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*, p. 608.

⁹⁰ BENDIX, op.cit, p.383.

elaboración racional y sistemática, esto es, 'científicamente'. En el sentido puramente técnico de la palabra” .⁹¹

Um tipo puro da primeira foi constituído pela educação jurídica gremial dos advogados na Inglaterra. E, um modelo, da segunda, esteve representado pelo moderno ensino das faculdades de direito. Weber distingue, sob a ampla denominação de “*honoratios*” jurídicos, tanto os práticos quanto os teóricos do direito.

5.1.2.1 A racionalização do direito como obra tanto dos teóricos quanto dos práticos do direito

Weber, no ensaio sobre “Política como Vocação”, enfatiza a importância dos juristas profissionais para a racionalização judiciária do direito e da influência do direito romano para que isto pudesse acontecer.

“A revolução da coisa pública, entendida essa expressão em termos de progressão no sentido de uma forma estatal racional foi, em todos os lugares, obra de juristas esclarecidos” .⁹²

Para que houvesse racionalização do procedimento legal foi necessário recorrer à jurisprudência romana antiga, resultante de uma estrutura política *sui generis* (elevação de cidade-Estado à categoria de império mundial). A *podestà* italiana, os legistas franceses, os canonistas e teólogos do direito natural nos concílios, os teólogos do direito natural na Holanda, os juristas ingleses da Coroa e do Parlamento, a *noblesse de robe*, os advogados da Revolução Francesa são, para Weber, grandes representantes do racionalismo jurídico, sem o qual não se poderia compreender o nascimento do absolutismo real ou a Revolução Francesa.

⁹¹ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*.p. 608

⁹² WEBER, Max. *Ciência e Política como vocação* . p.76.

Mesmo na Inglaterra, onde as grandes corporações de juristas tentaram impedir a difusão do direito romano, esse racionalismo se faz presente. Mas a racionalização pode levar a caminhos diferentes na prática, basta tomarmos como exemplo o jurisconsulto romano e o advogado inglês.

Os juristas ingleses não resolviam as situações concretas por subsunção aos conceitos abstratos, eles examinavam caso a caso, sem a preocupação com construção de uma linguagem logicamente sistematizada. Weber assinala que o carácter empírico do ensinamento do direito e da prática jurídica deve ser inferido sempre do particular ao particular e não do particular a princípios gerais para deduzir a solução do caso concreto. Encontra-se, portanto, vinculado apenas em relação à palavra que aplica, interpreta e estende em todos os sentidos, e, quando isto não basta, recorre à analogia ou demais meios técnicos. Enfim,

*“ cuando los esquemas de contratos y acciones exigidos por las necesidades prácticas de las partes adquirieron suficiente elasticidad, el derecho oficial en vigor pudo conservar en alto grado su carácter arcaico y sobrevivir, formalmente inmodificado, a las más fuertes transformaciones económicas”.*⁹³

Embora tal racionalização seja fluida, é inegável, devido a dois fatos:

a) a transformação da atividade jurídica em atividade especializada, separando-a da hegemonia religiosa e dos antigos costumes;

b) pela criação de uma tradição que ajudou a estabilizar o pensamento jurídico dentro da própria atividade jurídica específica; ademais, a atividade dos juristas ingleses foi determinante para o procedimento, trouxe inovações como aquelas que permitiam corrigir os

⁹³ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. p. 590.

equívocos cometidos no curso de uma ação judicial, conforme afirma FREUND:

*“...l'ouvre des juristes anglais fut déterminante, sans compter qu'en plus ils ont largement contribué à régulariser la procédure parfois grâce à des innovations comme celle de l'amendement, c'est à dire la possibilité de corriger les fautes commises au cours d'une action judiciaire”*⁹⁴

Ao lado dos advogados ingleses, Weber destaca também o *jurisconsulto romano* como representante da criação cautelar do direito por práticos jurídicos . A produção dos juristas práticos romanos não tinha o carácter de um sistema jurídico racional, como aquela engendrada pelo ensinamento jurídico acadêmico, mas continha coleções de sentenças separadas, ordenadas de modo medianamente racional.⁹⁵ Na Instituição jurídica romana, houve a criação de uma linguagem jurídica específica, com conceitualizações delimitadas rigorosamente, acentuando seu caráter analítico. E, por conseguinte, apareceram os especialistas do direito que tinham o domínio de tal linguagem jurídica - os *jurisconsultos*, que subsistiram como uma camada específica de notáveis.

Enfim, tanto o direito inglês como o direito romano clássico são direitos empíricos, embora o último se revele mais elaborado analiticamente em relação ao primeiro, principalmente, após estar sob a administração burocrática bizantina que sistematizou definitivamente o direito vigente na prática.⁹⁶ Destarte, Weber assinala:

“por haber faltado en Inglaterra, la racionalización sistemática del derecho se quedó muy atrás en este país. Mientras los consultores, como honoratarios jurídicos, dominaron la administración de justicia romana, el impulso sistemático también fue débil en Roma y, sobre todo, faltó la

⁹⁴ FREUND, Julien. *La rationalisation du Droit selon Max Weber*. pp. 74-75.

⁹⁵ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*, p.599.

⁹⁶ *idem, ibidem*. p. 599

*intervención codificadora y sistemática de los poderes políticos”.*⁹⁷

O moderno ensino universitário do direito representa a segunda classe de educação do pensamento jurídico, segundo a qual, só é permitida a prática do direito a quem tenha recebido uma educação específica. A universidade passa a ter o monopólio do ensino jurídico.⁹⁸

Weber dá ênfase à contribuição dos teóricos do direito, especialmente os juristas universitários, para a racionalização da esfera jurídica no sentido de dar-lhe uma lógica interna. Esse direito derivado do ensinamento teórico tende a ser racional-formal, caracterizando-se pela criação de normas abstratas, através de interpretação lógica e sistemática. Entretanto, em seus esforços no sentido de racionalizar o direito, tais teóricos desconheciam, não raras vezes, a realidade e as necessidades materiais das instituições. Como observa FREUND acerca deste tipo de pensamento jurídico: “*ils ont formalisé le droit, souvent pour le plaisir de la formalisation*”,⁹⁹ ou seja, independentemente das necessidades da vida cotidiana.

Entretanto, uma forma peculiar de doutrina racional não exclusivamente jurídico-formal do direito pode ser representada, em seu tipo mais puro, pelas escolas de direito dos sacerdotes ou escolas de direito vinculadas aos ensinamentos sacerdotais.¹⁰⁰ Por um lado, a doutrina jurídica de tais escolas tem o caráter mais racional que o do direito inglês ou o direito romano clássico. Segundo Weber, seu caráter racional é

⁹⁷ *idem. ibidem.* p.603.

⁹⁸ *idem. Ibidem.* p. 591.

⁹⁹ FREUND, Julien. *La rationalisation du Droit selon Max Weber*.p.75. Ver também o próprio Weber em “Economia e Sociedade” : “*la fuerza de las desencadenadas necesidades puramente lógicas de la doctrina jurídica y de la práctica del derecho dominada por ella, pueden tener como consecuencia que, al menos en un gran número de casos, se hagan a un lado los intereses y necesidades de las partes como fuerza impulsora de la formulación del derecho*”(p.591).

¹⁰⁰ WEBER, Max. *Economia y .Sociedad.* p.592.

*“en el sentido especial de que cultiva con predilección una casuística construida de manera puramente teórica, orientada menos hacia las necesidades prácticas de los interesados que hacia las del intelectualismo, libremente ejercitado, de los doctos”.*¹⁰¹

Por outro lado, mantém-se vinculada à tradição. As normas tradicionais são consideradas intangíveis e, portanto, devem manter-se aplicáveis às mudanças das necessidades das partes, o que logra com a alteração do sentido de tais normas e não mediante a criação de uma sistemática jurídico-racional. Além disso, têm, por regra geral, elementos que implicam somente em exigências ideais e ético-religiosas; conseqüentemente, ocorre a conformação de uma racionalização material e não formal do direito.

5.1.3 A imposição do direito pelo *imperium* secular e poderes teocráticos

A imposição da lei pelos poderes seculares e teocráticos representa a terceira etapa do processo de racionalização interna do direito que se caracteriza pelo fato de o *imperium* (poder do cargo) dos príncipes, magistrados e funcionários terem influenciado para que a velha administração popular da justiça ficasse despojada de seu formalismo e irracionalismo.¹⁰² Segundo Weber, as leis impostas no início das guerras e seus efeitos devastadores também promoveram a secularização e sistematização do pensamento jurídico, posto que a guerra, ao romper a ordem social existente, demonstrava que a tradição não é algo santo e inviolável. Ademais, os tempos de guerra colocavam novos problemas para os quais a tradição não trazia nenhuma solução. A fim de restabelecer as condições normais e a segurança, novas normas

¹⁰¹ *idem. ibidem.* p.592

¹⁰² *idem. ibidem.* p.592

foram criadas e a aplicação do direito necessitou ser estruturada de modo mais racional.¹⁰³

Nesta terceira etapa do pensamento jurídico, surgem as organizações dos poderes seculares e teocráticos como opositoras à revelação da lei e suas derivações. Tais organizações respondem a exigências de ordem política e administrativa, assim como a fins éticos, ou seja, à satisfação de pretensões materiais.¹⁰⁴ Como bem assinala Weber:

*“A lo que se tiende no es a la vinculación jurídico-formal más preciosa y favorable para el cálculo de las probabilidades, o a la sistemática racional del derecho y el procedimiento, sino a lo que mejor satisface, desde el punto de vista del contenido, las exigencias prácticas, utilitarias y éticas, de esas autoridades. La distinción entre ‘ética’ y ‘derecho’ no existe en la intención de esos factores de la formación del derecho, que permanecen, como ya vimos, totalmente alejados de todo tratamiento autónomo y ‘jurídico-profesional’ del derecho”.*¹⁰⁵

Até o surgimento da separação entre preceitos jurídicos e mandamentos sagrados, o direito produzido - condicionado teocrática e patrimonialmente - manteve características racional-material e antiformalista. Por certo que esses tipos de autoridades (teocrática e patrimonial) não estimularam a racionalidade jurídica, fixando procedimentos formais que mais tarde poderiam limitar seus próprios

¹⁰³ Cf. WEBER, *ibidem*. pp. 527-528. Ver também BENDIX, *op. cit.*, p.372.

¹⁰⁴ BENDIX, *ibidem*, p.374. A respeito da racionalização fomentada pelos poderes teocráticos e profanos, afirma o seguinte: “se es verdad que promovieron la racionalización de la ley mediante el derecho estatuido, también es verdad que tal ‘promoción’ fue en gran parte fruto de la inadvertencia. No los guiaba ningún interés en el tratamiento especializado de las cuestiones jurídicas, ni en establecer un deslinde entre el derecho y la ética”.

¹⁰⁵ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. p. 604.

poderes. Mas desejariam a racionalização, na medida em que esta viesse a servir aos seus interesses políticos.

Estas constatações apontam uma distinção primordial na obra de Weber entre racionalidade material e racionalidade formal. Partindo deste ponto de vista, a antiga prática do direito que comportava consultas aos oráculos era irracional porque escapava ao controle do intelecto. Sem embargo, a prática racional do direito comporta vários tipos. Os poderes teocráticos e patrimoniais se interessam, como vimos, por uma racionalidade material, com vistas a uma eficiência política ou a justiça substancial, desatendendo totalmente aos requisitos de procedimento lógico-formal que possam limitar seus atos.

Com efeito, é nesse contexto que Weber faz a afirmação, segundo a qual a racionalidade formal do procedimento jurídico obteve maior importância na história da civilização ocidental devido, parcialmente, às leis impostas pelos poderes seculares e teocráticos. Mas estes poderes tiveram que enfrentar, constantemente, o conflito entre o formalismo jurídico racional abstrato da certeza jurídica e seus desejos de atingir fins materiais.¹⁰⁶ Sobre tais características desses poderes Weber observa ainda:

“todos ellos tropiezan con el obstáculo de la inevitable contradicción entre el formalismo abstracto de la lógica jurídica y la necesidad de que se cumplan, a través del derecho, ciertos postulados materiales. Pues al dejar el formalismo jurídico específico que el aparato jurídico funcione como una máquina técnico-racional, garantiza al mismo tiempo a los diversos particulares el máximo relativo de posibilidad de movimiento y, sobre todo, de posibilidad para el cálculo racional de las probabilidades y

¹⁰⁶ BENDIX, op.cit., p.376.

consecuencias jurídicas de su actividad con arreglo a fines".¹⁰⁷

Essas características gerais que envolvem a busca de princípios extrajurídicos pelo pensamento jurídico em direção a uma racionalidade material podem ser encontradas tanto nos direitos sagrados das teocracias como nos direitos profanos estabelecidos pelos príncipes e magistrados, como veremos a seguir, a partir das relações entre religião, direito e Estado.

5.1.3.1 Poderes teocráticos e racionalidade jurídica

Na medida em que os mandamentos sagrados tornaram-se independentes do direito estatuído para a resolução dos conflitos de interesses não tocantes ao ponto de vista religioso, foi possível o desenvolvimento do último em direção a um direito racional e formal do tipo mais ou menos lógico e empírico, tal como ocorreu em Roma com o “*fas*”, mandamento sagrado, e o “*jus*”, o preceito jurídico. Mas as relações entre o direito religiosamente vinculado e o livremente estatuído dependem de vários fatores e, por conseguinte, poderiam seguir o caminho inverso, a saber, o da racionalidade material, desde que subsistisse uma mescla entre princípios religiosos e morais com princípios jurídicos. A alternativa a se realizar dependia, em parte, da peculiaridade interna da correspondente religião e suas relações com o direito e o Estado.¹⁰⁸

¹⁰⁷ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. p.605.

¹⁰⁸ WEBER, *ibidem*, p.604. Com relação às duas alternativas que o direito poderia seguir Weber afirma: “*Al mismo tiempo,..., el derecho sagrado podía encontrar, con la creciente secularización del pensamiento, un competidor o un sucedáneo en la creciente secularización del pensamiento, un competidor o sucedáneo en un 'derecho natural' filosóficamente fundamentado, que apareció al lado del derecho positivo, en parte como postulado ideal, en parte como doctrina más o menos poderosa que influía sobre la práctica jurídica. Otras veces no tenía lugar la desvinculación de los mandamientos sagrados, y subsistía la mezcla específicamente teocrática de pretensiones religiosas y rituales con pretensiones jurídicas. Si inició así un confuso trasiego de obligaciones éticas y jurídicas, exhortaciones morales y preceptos jurídicos, sin precisión formal ninguna, es decir, un derecho no formal*”.

Weber recusa uma certa visão unilateral, segundo a qual, somente o direito positivo teria favorecido a racionalização jurídica. Para ele, o direito natural, no contexto religioso do direito canônico ou do direito secularizado e profano, promoveu a racionalização do direito ao mesmo título que o direito positivo.

Há pelo menos três vertentes do jusnaturalismo que servem para demonstrar como a racionalização do direito natural esteve longe de ser um processo uniforme.

Começemos pelo direito canônico, considerado fundamental para a racionalização do direito no Ocidente, por ter sido, entre os direitos sagrados, aquele que atingiu o maior grau de racionalidade. Este direito adquiriu uma situação especial em relação aos demais direitos sagrados (do Islam, da Índia, dos judeus), mantendo o dualismo diante do direito profano, com uma separação mais evidente que em qualquer outra parte. Isto se deve ao fato de a Igreja ter repudiado qualquer relação com o Estado e o direito por muito tempo, na Antigüidade. Para exemplificar, a ordem jurídica canônica era diferente do direito sagrado islâmico, que não conheceu nenhum campo da vida normativa no qual as normas santas não tivessem interferido, obstruindo assim, o desenvolvimento do direito profano, visto que o direito civil era considerado a interpretação do Corão.¹⁰⁹

O caráter relativamente racional do direito canônico cristão se deve às seguintes circunstâncias:

1. Quando a igreja necessitava manter relações com os poderes profanos, ela o fazia por intermédio do direito natural.
2. A permanência das tradições racionais do direito romano na própria administração do direito canônico.
3. No início da Idade Média, tomando como modelo certos elementos formais do direito germânico, a igreja criou seu primeiro corpo sistemático de direito, em seus livros de penitência.

¹⁰⁹ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. p.619.

4. A separação, no ensino universitário ocidental da Idade Média, entre o laico e o religioso.

5. A influência metodologia estritamente lógico-formal e profissional da jurisprudência antiga.

6. A hierarquia burocrática e autônoma dos funcionários da igreja constituíam, a qual tinha interesse no desenvolvimento racional-formal do sistema jurídico.

7. A contribuição da igreja ocidental que seguiu, inexoravelmente, o caminho da criação jurídica mediante elaboração racional.

Tais circunstâncias evitaram que as pretensões éticas, materiais compartilhadas pelo direito canônico com outros direitos teocráticos, obstaculizassem a técnica jurídica formal, mas não eliminaram a mescla entre formalismo jurídico e orientação material.

A organização hierárquica da igreja e seu procedimento inquisitorial, por mais infame que tenha sido, contribuíram para a racionalização do direito, especialmente, nos processos criminais, por ter relevado o valor da prova “de ofício”, maximizando, assim, as possibilidades de estabelecer os fatos de um determinado caso, na medida em que havia a busca de provas materiais do erro e não somente das declarações dos litigantes.¹¹⁰

Ao mesmo tempo em que o processo de racionalização do direito é simultâneo ao regresso da magia, podemos observar que a racionalização da esfera religiosa e da jurídica, constituem, na primeira fase do desenvolvimento jurídico, fenômenos paralelos e correlatos.¹¹¹

A segunda versão do direito natural resulta de uma visão centrada na natureza, segundo a qual existiriam direitos imanentes aos

¹¹⁰ *Idem. ibidem.* p.621. Segundo Weber isto ocorreu porque a justiça teocrática, tendo de estabelecer a verdade de arbítrio entre as partes e promover uma punição à conduta antijurídica, ela o faria “de ofício”, criando um procedimento para comprovar o ocorrido de maneira que pareça oferecer alguma garantia, tal foi o “processo de inquisição” no Ocidente, que logo adotou a justiça penal laica.

¹¹¹ ROSSI, Pietro. *Max Weber Oltre lo Storicismo.* p.160.

homens e, portanto, invioláveis por qualquer ordem jurídica. Tal concepção surge na Renascença, tendo sido fonte do individualismo moderno que conduziu ao paradigma do contrato social, o qual, por sua vez, inspirou a noção moderna de liberdade e de concorrência econômica.

Finalmente, a terceira versão do direito natural promotora da racionalização do direito, é a do utilitarismo que tanto influenciou o pensamento socialista do século XIX, a exemplo da forma de reivindicação do direito ao trabalho ou às condições mínimas de sobrevivência. De acordo com esta acepção do direito natural, é razoável aquilo que é útil, o que satisfaz o homem ou acrescenta algo à sua existência.¹¹²

A análise weberiana sobre o direito natural demonstra sua importância não somente de um ponto de vista do desenvolvimento das influências materiais nos ordenamentos modernos, mas também da própria lógica interna desses ordenamentos. Neste sentido, Weber e Kelsen têm uma divergência inconciliável quanto à concepção do direito natural. A teoria pura do direito apresenta-se como teoria do direito positivo, para a qual o direito natural não tem o estatuto de direito porque se funda em uma validade material, pertencendo, assim, a um sistema estático característico dos ordenamentos éticos. Já na sociologia jurídica de Max Weber, que trata do crescente processo de racionalização do direito como um fenômeno histórico próprio ao Estado moderno, a partir da qual a dominação racional-legal é sobreposta às outras formas de direito vigentes em outras épocas, o direito natural tem o estatuto de direito, e mais, contribui como processo de racionalização.

¹¹² FREUND, Julien. *La rationalisation du Droit selon Max Weber*. p. 80.

5.1.3.2 O direito das autoridades seculares (os príncipes, magistrados e funcionários)

Conforme já assinalamos anteriormente, o *imperium* supõe uma intervenção do poder político no direito comum, para criar um novo direito paralelo, no lugar de tal direito comum ou ainda contra este. Uma racionalização que se dá no sentido material ¹¹³.

Uma das primeiras criações imperativas dos príncipes foi, em regra geral, um direito penal racional. Consistia no poder do príncipe para proteger a paz. Foram considerações de índole militar e o interesse na “lei” e na “ordem” que ampliaram a autoridade do monarca. O poder dos príncipes, afirma Weber, é, depois da justiça religiosa do linchamento, a segunda fonte fundamental de um “processo penal especial”.¹¹⁴ A intervenção das autoridades seculares no âmbito do direito “civil” foi muito mais tardia em relação ao direito penal. ¹¹⁵

Não obstante, as diferentes qualidades do direito criado pelo *imperium* dependem das condições políticas de existência do poder principesco, ou seja, dos tipos de dominação.

Weber distingue dois tipos de criações jurídicas principescas, como veremos. O primeiro deriva da administração “estamental”, que é realizada da seguinte maneira: o príncipe, cujo poder político vale como direito subjetivo legitimamente adquirido, pode ceder parte de seu poder, mediante outorga e garantia a funcionários, súditos, indivíduos de quaisquer associações, de certos privilégios ou direitos “subjetivos”. Neste caso, faltava tanto um conceito de direito “objetivo” como a noção de um direito “subjetivo”,

¹¹³ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. p. 621.

¹¹⁴ WEBER, *ibidem*, p. 622.

¹¹⁵ WEBER, *ibidem*, p. 623. cf. Weber assinala: “En el ámbito del derecho ‘civil’, cuya esfera era siempre menos accesible al *imperium* de los príncipes que el derecho penal, considerado como un conjunto de garantías formales de seguridad y de orden, aparece en todas partes una mucho más tardía y tanto en la forma como en el resultado muy diversa intervención del *imperium*”.

como também a distinção das “normas” de “pretensão”. O ordenamento jurídico é visto como algo estritamente formal, mas totalmente concreto e, neste sentido, irracional, ao qual cabia somente uma interpretação “empírica”. A “administração” se desenvolvia numa espécie de procedimento judicial que não se diferenciava formalmente da administração da justiça; por conseguinte, esta última não tinha independência e autonomia e toda “administração” assumia função judicial. Como exemplo desse primeiro tipo, Weber cita o procedimento administrativo do Parlamento inglês. Os antigos funcionários reais, que originariamente eram equiparáveis às autoridades judiciais e administrativas, entretanto, o mais importante exemplo de patrimonialismo “estamental” foi é “a associação política ocidental da Idade Média”.¹¹⁶

No segundo tipo, denominado administração “patriarcal”,¹¹⁷ sucede precisamente o contrário: o príncipe não outorgava privilégios ou pretensões que pudessem comprometê-lo ou à sua administração, mas formulava mandatos para cada caso de acordo com seu próprio arbítrio, ou expedia regulamentos com instruções gerais aos seus funcionários. Como observa Weber:

“La probabilidad de los diversos interesados, de obtener un cierto tipo de decisión favorable a sus deseos o intereses, no es entonces un ‘derecho subjetivo de los mismos’ sino solamente el ‘reflejo de hecho’, no jurídicamente garantizado, de las determinaciones del reglamento. Y ello en el mismo sentido del cumplimiento de un deseo del niño por su padre, pues éste no se liga en absoluto a

¹¹⁶ *Idem. ibidem*. pp. 625-626

¹¹⁷ KUPER, Gina Zabłudovsky. *Patrimonialismo y modernización - poder y dominación en la sociología del Oriente de Max Weber*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. P.79. A dominação patriarcal se vincula em um primeiro momento com a lei primitiva. Posteriormente, segundo a autora, “con el ascenso de la autoridad de príncipes y creación de una ley de tipo tradicional con normas establecidas. Sin embargo, el interés de las autoridades políticas y los súbditos permanece universal de las reglas: predomina su racionalidad substantiva sobre la formal.”

*principios jurídicos formales ni a las formas fijas de un procedimiento”.*¹¹⁸

A justiça “patriarcal”, neste sentido, aspirava a uma racionalidade material em favor de uma tendência orientada a alcançar, nos conflitos de interesses, um resultado objetivamente “justo”, que satisfizesse as “exigências de equidade”. Ela poderia ser considerada racional, pois, de um ponto de vista de sua sujeição “a princípios fundamentais firmes”, mas não no sentido de uma “racionalidade lógica de suas formas jurídicas de pensamento”. Na justiça patriarcal, a função judicial e a administração também se encontravam unidas. Os juízes eram ao mesmo tempo funcionários administrativos do príncipe, ao qual era facultado intervir, em nome da “justiça de gabinete”, na aplicação do direito. Esta maneira de intervenção do *imperium* na função judicial pode ser encontrada nos “Writs” dos monarcas ingleses, assim como na administração da justiça oriental de carácter teocrático.¹¹⁹

Embora a racionalização promovida pela justiça patrimonial tenha se orientado em sentido material, impulsionou a evolução da racionalidade jurídica do direito de carácter formal, principalmente devido ao trabalho de codificação dos príncipes.

Tal paradoxo, surgido do desenvolvimento de uma justiça patrimonial orientada para uma racionalização material que favorece a penetração de elementos formalísticos racionais no direito ocidental moderno, pode ser explicado com base em diferentes causas que convergem interesses comuns. Conforme afirma BENDIX:

*“Weber explicaba la paradoja como una resultante de varias líneas de evolución más o menos independientes. La unificación y sistematización del derecho eran hasta cierto punto una consecuencia de la estabilización administrativa alcanzada bajo el gobierno de poderosos príncipes patrimoniales”.*¹²⁰

¹¹⁸ WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. p.626

¹¹⁹ WEBER, *ibidem*, p.626-627

¹²⁰ BENDIX, *op.cit*, p.381

As camadas burguesas aspiravam a um direito inequívoco, claro, sem interferências irracionais produzidas por privilégios concretos, que garantisse, de modo seguro, a obrigatoriedade dos contratos e que, portanto, fosse previsível em seu funcionamento. Esses interesses burgueses por um domínio da igualdade jurídico-formal puderam unir-se aos interesses principescos no deslocamento do predomínio dos privilégios “estamentais”. Neste contexto, era comum, também, a incidência de fatores econômicos de classe, que os príncipes favoreciam como troca para assegurar seus interesses fiscais e políticos. Weber assinala que tal aliança de interesses constituiu uma das mais importantes forças propulsoras da racionalização jurídica formal.¹²¹

Além disto, o príncipe quer “ordem”, “unidade” e “harmonia” de seu reino, seja por razões de necessidades técnicas da administração, ou em função dos interesses pessoais de seus funcionários: o príncipe emprega seus funcionários indistintamente sob todo o âmbito de sua autoridade, oferecendo-lhes, assim, possibilidades mais amplas de fazer carreira. Os funcionários não ficam limitados ao seu distrito de origem, tampouco sujeitos ao direito deste, exclusivamente.¹²²

Os funcionários aspiravam, desta forma, à “claridade”, as camadas burguesas, à “seguridade” e o príncipe à “ordem, unidade e harmonia” em seu reino. Daí a assertiva weberiana no sentido de considerar que:

*“...los intereses de los funcionarios, los intereses económicos de la burguesía y los intereses fiscales y técnico-administrativos del príncipe, han sido de hecho los portadores normales de la codificación, no son, sin embargo, los únicos posibles”.*¹²³ (grifos nossos).

¹²¹ WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. p.628

¹²² WEBER, *ibidem*, p.629

¹²³ *Idem. Ibidem*. p.629. Conforme afirma FREUND (1978: 76) : Ainda de um ponto de vista sociológico, Weber observa que a racionalização a partir da escrita está vinculada a uma reivindicação primordialmente dos habitantes dos meios urbanos, onde os câmbios

A temática acerca da passagem da oralidade à escrita no direito está tratada de maneira difusa na obra de Weber, embora ele tenha observado a importância da escrita para impedir as interpretações irracionais do direito, feitas por “profetas” ou “oráculo”, sem considerar as soluções precedentes.

A escrita foi favorável à racionalização do direito, especialmente a partir das codificações que lhe deram sistematização. O Código de Hamurabi, a Lei das Doze Tábuas, os *Pandectas* foram codificações antigas que contribuíram para a organização das leis anteriores, prevenindo novos conflitos. O problema nesses códigos, entretanto, era o fato de que, em geral, possuíam um caráter sagrado, o que dificultava modificações exigidas pela dinâmica social. Afinal, a racionalização não se deu tão somente devido a dinamismos internos do direito, como vimos, mas em função também das necessidades políticas e interesses econômicos.

A “sistemática” dos ordenamentos normativos e a construção jurídica lógica foram introduzidas no direito através de “livros jurídicos”, que não raras vezes, conforme assinala Weber, “dominam a prática com a força de uma lei,¹²⁴ ainda que, de início, configurassem recompilações do direito vigente para evitar conflitos e dúvidas. A educação universitária propiciou, posteriormente, um trabalho de sistematização ainda maior, culminando com o Código Civil napoleônico, classificado por Weber como uma das três grandes fontes de racionalização do direito, ao lado do direito romano dos jurisconsultos e da prática jurídica anglo-saxônica. Este conjunto de normas é considerado por Weber como o tipo mais coerente de codificação, que trouxe em sua redação verdadeiras inovações jurídicas.¹²⁵

comerciais necessitam de garantia de contrato escrito. Lembra também que os príncipes e senhores patrimoniais aproveitaram-se da codificação para assegurar seu próprio poder contra o direito carismático de seus opositores.

¹²⁴ WEBER, *ibidem*. p.631.

¹²⁵ FREUND, Julien. *La Rationalisation du Droit selon Max Weber*. p.76.

Ao lado da formação universitária, o direito romano, especialmente em suas qualidades formais, inspirou as codificações da administração da justiça patrimonial, impedindo que esta desembocasse em uma “*administración da justiça genuinamente patriarcal de tipo material, orientada à consecução do bem comum*”, conforme ocorrera alhures.¹²⁶

5.1.4 Direito sistematicamente estatuído e aplicação jurídica por juristas profissionais

Esta última etapa do processo de racionalização do direito corresponde a um desenvolvimento de um direito sistemática e logicamente estatuído, aplicado por juristas especializados. Conforme Weber assinala:

“las cualidades formales del derecho se desarrollan partiendo de una combinación del formalismo mágicamente condicionado y de la irracionalidad, condicionada por la revelación del procedimiento jurídico primitivo, eventualmente a través de una racionalidad material y antiformalista racional con arreglo a fines condicionada teocrática y patrimonialmente, hacia la sistematización y creciente racionalidad jurídica especializada y, por tanto, lógica y, con ello - primeramente desde un punto de vista puramente exterior - hacia una mayor sublimación lógica y una creciente fuerza deductiva del derecho, lo mismo que hacia una técnica crecientemente racional del

¹²⁶ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*, pp.633-634.

*procedimiento jurídico.*¹²⁷ (grifos
nossos).

Com efeito, interessa aos poderosos economicamente um direito formal, racional, abstrato, previsível e calculável, para a livre exploração de seu poder; mas, de outra parte, também, os portadores ideológicos de tendências que pretendem romper com a sujeição autoritária ou com os instintos irracionais das massas, bem como do personalismo e particularismo jurídico, vêem vantagens decisivas nas qualidades formais do direito.¹²⁸

O produto de *legislação racional* tradutor dessas características acima citadas (sistematização, racionalidade formal) foi o Código civil francês, considerado por Weber o “terceiro grande direito mundial”, junto ao direito romano e anglo-saxão. São essas qualidades formais do Código civil francês que implicam em extraordinária transparência e inteligibilidade.¹²⁹ Mas esse novo formalismo introduzido pelo Código se fundamenta, por sua vez, nos axiomas e na doutrina do Direito Natural.

O direito do Código sacrificou, em parte, as qualidades jurídicas formais e também a solidez da consideração material. Pois,

“el pensamiento jurídico no es impulsado por la estructura total y abstracta de la sistemática jurídica y por la índole axiomática de otras numerosas determinaciones hacia una elaboración general y propiamente constructiva de las instituciones jurídicas en su conexión pragmática, sino que por regla general ha tendido a tomar como ‘principios’ jurídicos esas infrecuentes formulaciones del Código que no tienen el carácter de reglas de derecho, sino de ‘principios

¹²⁷ WEBER, *ibidem*.p.650.

¹²⁸ WEBER, *ibidem*.p.606.

¹²⁹ WEBER, *ibidem*.p.639.

*jurídicos', y a adaptarlos a los problemas que la práctica presenta".*¹³⁰

O Código civil apresenta-se, então, como um conjunto de normas logicamente isento de lacunas e contradições que deve ser aplicado. Trata-se de um tipo específico de racionalismo: a consciência de ter sido criada pela primeira vez, uma lei livre de todo tipo de “preconceitos” históricos e que recebe seu conteúdo somente da razão humana.¹³¹ Entretanto, também estão presentes nesse Código determinados axiomas referentes ao conteúdo de preceitos jurídicos que não recebem a forma de austeras regras de direito, mas de postulados com a pretensão de que o direito só tem legitimidade desde que não os contradiga. De um ponto de vista sociológico, afirma Weber, estas idéias são levadas em consideração no âmbito de um ordenamento racional e positivo quando:

*“la convicción de la ‘legitimidad’ específica de ciertas máximas jurídicas, de ciertos principios jurídicos cuya fuerza obligatoria inmediata no puede ser destruida por imposición ninguna del derecho positivo, ejerce realmente su influjo en la vida práctica del derecho”.*¹³² (grifos nossos).

O conteúdo de tais máximas é designado *direito natural*.

O direito natural, por sua vez, é um direito que pode ser usado revolucionariamente, quando seus princípios servem para legitimar uma nova ordem jurídica diante da existente. É verdade que nem todo direito natural é “revolucionário”, no sentido de legitimar as classes que se rebelam; conforme observa Weber, há muitos poderes autoritários que reivindicam uma legitimação “jusnaturalista”.¹³³

¹³⁰ WEBER, *ibidem*.p.639.

¹³¹ WEBER, *ibidem*.p.639.

¹³² WEBER, *ibidem*.p.640.

¹³³ WEBER, *ibidem*.p.640.

O conteúdo do direito natural pode ser bastante variado,¹³⁴ mas o que importa aqui é esclarecer que Weber entende por direito natural, conforme assinala DULCE, “*el conjunto de axiomas del racionalismo jurídico, en cuanto únicamente ellos han contribuido a la formalización del derecho*”. Sendo assim, o conteúdo do mesmo deve ser buscado no conceito de “natureza” do Renascimento; e, de outro lado, no conceito inglês de *birthright* ou direitos racionais inatos e invioláveis do individualismo racionalista moderno.¹³⁵

Em síntese, o direito natural racionalista e formal contribuiu para o desenvolvimento de um direito abstrato, lógico-formal, cujo carácter se fez refletir especialmente nas codificações revolucionárias.

Não obstante, o processo de racionalização incorrer em uma formalização crescente do direito, permanece o antagonismo entre racionalidade material e formal. Na atualidade, surgem tendências materiais por razões econômicas ou devido mesmo ao próprio desenvolvimento interno do pensamento jurídico que ameaça as qualidades formais do direito.

Weber assinala ainda outras vias através das quais se encontram ameaçadas as características lógico-formais do direito moderno. Inspiramo-nos no trabalho de DULCE¹³⁶ para assinalar a síntese de duas dessas possibilidades:

a) a via do *protesto dos particulares contra o pensamento técnico enquanto tal*; e

b) a via das *ideologias estamentais internas dos juristas práticos*.

¹³⁴ WEBER, *ibidem*.p.641. Embora os axiomas do direito natural possam pertencer a diversos tipos, interessa a Weber, considerar aqueles com íntima conexão com a ordem econômica e que, portanto, a legitimação do direito positivo pode vincular-se mais a condições formais ou materiais.

¹³⁵ DULCE, *op. cit.*,p.340.

¹³⁶ DULCE, *op. cit.* pp.346-347. Embora o conteúdo de tal síntese esteja fundamentado na própria obra “Economia e Sociedade”, consideramos que o trabalho (tese doutoral) de tal autora organizou da melhor maneira possível a descrição daquele conteúdo e contribuiu sobremaneira para orientar nosso discurso sobre obra tão complexa, principalmente neste sub-ítem.

No primeiro caso, temos o protesto dos particulares diante da lógica jurídica puramente profissional de “construção” jurídica dos fatos da vida, de acordo com “proposições jurídicas abstractas”, que se amparam na máxima, segundo a qual *“el que jurista no puede ‘pensar’ en función de los ‘principios’ derivados del trabajo científico, no existe jurídicamente”*.¹³⁷ Resulta disto a frustração das “expectativas” dos particulares que se orientam de acordo com o “sentido” econômico ou prático-utilitário de uma norma jurídica e não segundo uma interpretação lógico-jurídica; aliás, diante desta última, tais expectativas são consideradas irracionais.¹³⁸

Esse protesto dos particulares contra o pensamento jurídico técnico como tal encontra apoio inclusive no pensamento dos mesmos juristas acerca de sua própria atividade, embora sem renunciar totalmente a esse carácter formal que lhe é imanente. Tais expectativas nunca podem ser satisfeitas em plenitude pelo direito dos juristas que acabam se deparando com certos limites imanentes à atividade jurídica e com a realidade, segundo a qual o direito só pode garantir, nesta função, o “*mínimum ético*”.

Não obstante, com a emergência dos modernos problemas de classe surgem diversas exigências materiais direcionadas ao direito por parte de um setor de particulares (principalmente a classe trabalhadora) e também por parte de certos ideólogos juristas que *“repudiaban la vigencia exclusiva de tales criterios de pura moralidade mercantil y exigían un derecho social sobre la base de patéticos postulados morales (‘justicia’, ‘dignidad humana’, etc.)*.¹³⁹ O formalismo jurídico é colocado desta forma, radicalmente em questão.

Paralelamente a estas influências sobre o direito e a prática jurídica, surgem as *“ideologias estamentais internas dos juristas práticos”*. Estas ideologias aparecem como opositoras à situação de autômatas jurídicos ligados à estrita interpretação de contratos e da

¹³⁷ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. p.346.

¹³⁸ WEBER, *ibidem*. p.652.

¹³⁹ WEBER, *ibidem*.p.653.

lei. Os juristas práticos passam a exigir do juiz, ao contrário, uma atividade “criadora”, ao menos nos casos de lacunas da lei. Conforme assinala Weber:

“la doctrina del ‘derecho libre’ intentó la demostración de que las omisiones representan el destino inevitable de todas las leyes, frente a la irracionalidad de los hechos, por lo cual, en ocasiones numerosas, sólo en apariencia hay simple interpretación y la decisión es y tiene que ser emitida no de acuerdo con normas formales, sino con juicios concretos de valor”.¹⁴⁰ (Grifos nossos).

O que explica a existência de tais tendências, que reivindicam elementos materiais ou mesmo irracionais, desenvolvidas no interior do próprio estamento de juristas é, de acordo com Weber, em primeiro lugar, uma reação diante da racionalização excessivamente formal do direito:

“todas las especies, precisamente también las irracionalistas, de repudiación de la sistemática jurídica puramente lógica desarrollada en la ciencia del derecho común son, por otra parte, consecuencias de la racionalización científica y de autorreflexión, libre de supuestos, del pensamiento jurídico”.¹⁴¹

Em segundo lugar, trata-se também de uma aspiração dos juristas práticos modernos, que se agruparam cada vez mais em comunidades de interesses, em direção a uma elevação do sentimento da dignidade estamental dos mesmos decorrente do fortalecimento da consciência de poder. É o caso, por exemplo, dos juristas que desejam assemelhar-se à posição “distinta” do juiz inglês não submetido a um direito racional-formal.

¹⁴⁰ WEBER, *ibidem*. p.653.

¹⁴¹ WEBER, *ibidem*. p.655.

Na concepção de Weber, na época moderna, o juiz pode ser, no máximo, o porta-voz das normas, como seu intérprete e aplicador, jamais como “criador” do direito. Segundo DULCE, Weber “*trata de retificar o que, para ele, é um erro histórico*”.¹⁴² A única atividade verdadeiramente “*portadora*” de inovações jurídicas foi a dos profetas jurídicos. O juiz que tiver essa crença subjetiva na possibilidade de ser “*criador*” do direito, na época moderna, acaba tendo, como resultado, uma “*decepção intelectualista*”, independentemente da postura que adotar ante tal pretensão. Referindo-se à impossibilidade de converter um juiz burocrata em profeta jurídico, Weber afirma ainda:

“*de todos modos, la precisión jurídica del trabajo es rebajada cuando en lugar de conceptos jurídicos se hacen intervenir en los considerandos de las sentencias consideraciones sociológicas, éticas o económicas*”.¹⁴³

Weber enfatiza, na página final de sua “Sociologia do direito”, uma problemática muito bem enunciada e que continua bastante atual. Trata-se da afirmação, segundo a qual, independentemente da forma em que se possam estruturar o direito e a prática jurídica, é inevitável que, condicionado pelo desenvolvimento técnico e econômico, haverá um *desconhecimento* crescente, uma incompreensão por parte dos leigos, de um direito cujo conteúdo se tecnifica cada vez mais.¹⁴⁴ Esta formalização excessiva, conforme vimos, provoca as mais diversas reações *antiformais*, e nos levam a crer, como bem afirma DULCE, que não configura somente um antagonismo entre qualidades materiais e formais do direito moderno, mas também:

“*en una crisis de la propia racionalización formal, en cuanto expresión de una acción metódica,*

¹⁴² Cf. DULCE, *op. cit.* p. 348.

¹⁴³ WEBER, *Economia y Sociedad*. p. 659.

¹⁴⁴ WEBER, *ibidem*. p. 660.

*conforme a procedimientos fijos y
tecnificados”.*¹⁴⁵

O antagonismo entre materialidade e formalidade é insuperável e foi palco de diversas lutas no curso da história. Weber, do nosso ponto de vista, não pretende solucionar esse antagonismo ou apontar caminhos a seguir, antes, preocupa-se em mostrar como o direito é, e quais as etapas de sua “evolução” para, finalmente, denunciar as contradições internas da racionalidade formal. Não há, objetivamente, um posicionamento de Weber como defensor da racionalidade formalista moderna, mas sim de alguém que coloca problemas não suscetíveis a soluções meramente acadêmicas.

Estamos de acordo com DULCE, quando aponta duas problemáticas derivadas da análise weberiana sobre a racionalidade formal do direito moderno e suas contradições e incoerências. Primeiramente, no que diz respeito ao antagonismo existente entre a racionalidade do sistema e a racionalidade do indivíduo, “*cuyos objetivos no coinciden e, incluso, en muchas ocasiones, se ven obstaculizados por la excesiva tecnificación y especialización que la racionalidad del sistema exige para su funcionamiento*”. E, em segundo lugar, “*la crisis de la función y de la acción propia de los juristas profesionales, especialmente los jueces, en cuanto ‘portadores’ de un derecho y una justicia de tipo racional formal*”. Se, de um lado, há uma expectativa de que o jurista, devido a uma formação profissionalizada, *especializada* e não-humanista, se restrinja a uma ação mecânica e autômata diante da lei, por outro lado, paradoxalmente, há uma aspiração por parte do próprio estamento dos juristas no sentido inverso, ou seja, de que a ação seja mais “*criativa e valorativa*”.¹⁴⁶

Tentaremos expor, como nos propusemos anteriormente, alguns fatores externos da racionalização do direito, embora estejamos cientes de que a separação de aspectos internos e externos é meramente

¹⁴⁵ DULCE, *op. cit.* p.349.

¹⁴⁶ *Idem. ibidem.* p.352.

metodológica, dado que se encontram intrinsecamente relacionados na realidade.

5.2 A racionalização externa do direito

A racionalização jurídica não se produziu externamente ao processo de racionalização crescente, nas demais atividades humanas. Segundo FREUND, Weber projetou a racionalização do direito através das condições externas em dois âmbitos não muito bem definidos por ele mesmo:

“D'une part, le droit a été contraint à se rationaliser toujours davantage à cause des problèmes juridiques que les autres activités n'ont cessé de poser aux juristes, du fait même du développement de ces activités et de la nécessité de les régler; d'autre part, à l'écoute de ces problèmes externes, le droit a été amené à poser en retour de nouveaux problèmes aux autres activités, qui lui ont permis de prendre conscience de son importance dans la vie sociale et de la nécessité d'étendre sa propre compétence”.¹⁴⁷

O direito, então, se racionaliza devido a problemas jurídicos colocados por outras atividades aos quais ele deve resposta - regulamentando-as; mas, ao atender tais problemas externos, o direito recoloca outros novos problemas a essas atividades. Isto quer dizer que o direito não pode se autonomizar totalmente, pois faz parte de um processo mais geral de racionalização que se difundiu nas demais atividades. É, exatamente, ao tornar jurídicas situações não jurídicas (racionalizando-as) que o direito tende a se racionalizar.

¹⁴⁷ FREUND, Julien. *La Rationalisation du Droit selon Max Weber*. p. 82.

Com base nos textos de Weber, poderíamos retirar diversas conclusões a respeito das influências de atividades como a política, a economia, a religião em relação à racionalização do direito. Este, contudo, não é o nosso objetivo. Importa-nos dar ênfase ao fato de que o direito é levado a racionalizar seus conceitos, instrumentos e técnicas em função da racionalização geral de outras esferas da vida e não somente devido ao seu dinamismo interno; e também, ressaltar que as condições externas fundamentais à racionalização jurídica são, de maneira indireta, as condições econômicas, e, de maneira direta, as condições políticas.

O direito, como vimos, garante não só interesses econômicos, mas os mais diversos interesses.¹⁴⁸ Trata-se de uma atividade relativamente autônoma e só indiretamente condicionada pela economia. O fato de uma determinada necessidade econômica não ter existido no passado, afirma Weber, nem sempre explica a inexistência de uma instituição jurídica: “*por sí mismas, las situaciones económicas no engendran automáticamente nuevas formas jurídicas, sino que encierran simplemente la probabilidad de que una nueva invención técnico-jurídica se difunda*”. Conforme Weber ainda assinala, faz-se necessário inventar as instituições jurídicas para que estas possam ser colocadas a serviço dos interesses econômicos, sendo que tal invenção depende das características técnico-jurídicas peculiares a cada ordenamento jurídico:

“Los esquemas racionales de la técnica del tráfico, que el derecho garantizaría, tienen que ser ‘inventados’, para poderse poner al servicio de los intereses económicos actuales. De aquí que la específica peculiaridad técnico-jurídica de un sistema de derecho, la índole de las formas mentales con que trabaja, tengan una importancia mucho mayor de la que suele atribuirseles para

¹⁴⁸ Sobre as relações entre direito e economia, já as analisamos no item “Weber e Marx”, outrossim, encontra-se de maneira esparsa no capítulo II. Aqui indaga-se sobre o grau de influência atribuído por Weber às condições econômicas na formação do direito historicamente.

*las probabilidades de que en el ámbito de tal sistema se invente una determinada institución jurídica”.*¹⁴⁹

A influência da ordem econômica e do sistema jurídico é recíproca, pois o direito , indiretamente forçado a se racionalizar devido a novas situações econômicas, cria novas técnicas ou instituições jurídicas que podem favorecer o desenvolvimento de novas situações econômicas.

Desta maneira, enquanto, por uma via, a economia capitalista fundada sobre o livre mercado coloca novos problemas e relações a serem reguladas pelas práticas jurídicas, já que necessita de um direito racional-formal que ofereça proteção e maior previsibilidade aos investimentos. O direito, assim racionaliza sua própria técnica jurídica para poder garantir as novas relações surgidas com a economia racional, a qual só pôde superar as formas econômicas anteriores graças a esse aparato jurídico racional-formal . A economia, ao mesmo tempo em que é uma condição externa da racionalização jurídica, também se torna racionalizada graças ao uso técnico de instrumentos jurídicos racionais e calculáveis.

As formas políticas de dominação, como já o dissemos, exercem influência direta sobre o tipo de direito e o seu grau de racionalidade. A esse respeito Weber assinala o seguinte:

*“La vieja administración de justicia por el pueblo, originariamente un procedimiento expiatorio entre los clanes, es en todas partes despojada de su primitiva irracionalidad formalista gracias al influjo del poder de los príncipes y los magistrados (el germánico bann; el latino, imperium) y, en ciertas circunstancias, del poder sacerdotal organizado, al mismo tiempo que sufre la influencia persistente en su contenido jurídico por parte de esos poderes”.*¹⁵⁰

¹⁴⁹ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. p.550.

¹⁵⁰ WEBER, *ibidem*, p.603.

Assim, afirma que, conforme o tipo de dominação, variam também as influências sobre o conteúdo jurídico. As dominações de tipo teocrático, patrimonial ou principesca, por exemplo, desenvolvem uma racionalidade de carácter material do direito.¹⁵¹ Em confronto com esse tipo de dominação tradicional, impõe-se a dominação racional-legal, através de aparato burocrático, como núcleo fundamental ao Estado moderno e à empresa capitalista. O clímax da racionalização formal do direito se dá, exatamente, com o tipo de dominação política racional e burocrática, cujos atos de governo devem estar subsumidos a normas ou a um “exame de fins e meios”, o que gera maior previsibilidade e segurança nas relações entre cidadãos e governo.¹⁵²

Se, por um lado, há racionalização do direito em virtude da influência de outras esferas, por outro, ressalta-se a importância dos juristas e, por conseguinte, do próprio direito para a constituição de uma nova ordem social. Segundo FREUND, “*le droit n'est pas seulement créateur de droit, mais il déborde sur les autres activités: il peut contribuer à la constitution d'un nouvel ordre social*”.¹⁵³ Weber afirma que a progressão para uma forma de Estado racional foi obra dos “juristas esclarecidos”. Sem a obra dos juristas italianos, dos legistas franceses, dos teóricos do direito natural, dos juristas ingleses, dos advogados da Revolução francesa, por exemplo, no sentido de um racionalismo jurídico, não seria possível compreender o surgimento do absolutismo real e nem da Revolução Francesa.¹⁵⁴ As inovações provocadas por tais juristas os obriga a racionalizar materialmente o direito a fim de que ele se adapte às mesmas. Isto significa que, uma vez

¹⁵¹ WEBER, *ibidem*, p.604.

¹⁵² *Idem. ibidem*. p.735. Conforme Weber assinala: “*La 'igualdad jurídica' y la exigencia de garantías jurídicas contra la arbitrariedad requiere una 'objetividad' racional formal por parte del régimen de gobierno, en oposición al capricho personal libre derivado de la gracia propia de la antigua dominación patrimonial*”.

¹⁵³ *Idem. Ibidem*. p. 86. Finalmente, consideramos que as outras duas fontes externas que contribuíram para a racionalização do direito, a saber, “capitalismo moderno” e “Estado racional” já foram suficientemente expostas no capítulo II, onde tratamos do processo de racionalização em termos macrossociológicos, portanto, nos restringimos aqui, à mera indicação das mesmas.

¹⁵⁴ WEBER, Max. *Ciência e Política : duas vocações*. p.78

ocorrida inovação em relação à ordem social anterior - racionalizando-a, fez-se necessário, por conseguinte, estabelecer uma nova ordem jurídica, sob pena de que os juristas fiquem ultrapassados em relação às mudanças políticas que provocou. Na Revolução Francesa, por exemplo, os juristas que dela participaram também foram obrigados a promover uma racionalização do direito que se adequasse ao novo “*status quo*”.

O direito racional-formal, como vimos, é afirmado no âmbito do Estado moderno e tem relação intrínseca com o capitalismo especificamente moderno, diferentemente do direito racional material que pode coexistir com diversas estruturas políticas e ainda com distintas formas de economia, incluindo o capitalismo moderno. Isto serve para demonstrar que Weber esteve longe de afirmar uma versão linear, histórico-evolutiva que explicasse a relação entre direito e economia. Ao contrário, ele demonstrou que, enquanto a racionalização do direito em sentido formal é um fenômeno peculiar ao Ocidente moderno, - ao lado do Estado e do capitalismo modernos, a racionalização do direito em sentido material, por sua vez, é difusa e, portanto, pode assumir uma multiplicidade de interesses nas mais diversas organizações econômicas e estruturas políticas. É o caso do direito consuetudinário inglês que, orientado no sentido de uma racionalidade material, consegue ser compatível com o capitalismo moderno.

Devemos ressaltar ainda, para a finalização deste capítulo sobre o processo de racionalização do direito no sentido de uma crescente formalização, alguns aspectos relevantes do tema, os quais serão retomados enquanto abertura de campos problemáticos de interesses para futuras pesquisas, nas considerações finais:

a) É imprescindível levar em consideração que a proposição weberiana de um diagnóstico sociológico e histórico da racionalização do direito não inclui uma adesão valorativa à racionalidade formal.

b) Weber observou que a tensão entre racionalidade formal e racionalidade material é insolúvel. Assim, podemos concluir

que a sua análise é elaborada segundo uma dinâmica que não possibilita deduzir uma linearidade histórico-evolutiva do direito. Embora ele afirme sempre, através de sua sociologia jurídica, a historicidade do direito (é importante lembrar que no século XIX houve o reconhecimento e apogeu da historicidade). As formas jurídicas irracionais coexistem com a racionalidade formal e material. Weber considera o conceito de racionalidade sempre referencial, não ontológico, ou seja, para ele, um excessivo formalismo pode ser considerado irracional do ponto de vista da racionalidade material. Assim, evita atribuir valores ao conceito de racionalidade.

c) Ao assinalar as *qualidades formais* do direito, a saber, a positividade, a legalidade, o formalismo que se referem ao modo de validade e da criação do direito, aos critérios de punibilidade e ao modo de sanção, bem como ao tipo de organização da sanção jurídica, Weber projeta uma constatação empírica segundo a qual tais atributos do direito moderno são fundamentais à sua racionalidade técnico-instrumental, isto é, à sua eficiência técnica, em uma sociedade complexa e diferenciada. Mais uma vez: não o faz como defesa da racionalidade moderna.

d) A racionalização do direito é analisada como pertencente ao contexto geral de racionalização crescente, a respeito do qual Weber não guarda nenhuma ilusão. Reconhece, como vimos, que tal racionalidade jurídica é apropriada a uma sociedade em busca de maior eficiência técnica, no entanto, tal eficiência não é sinônimo de “progresso” linear e nem reserva um futuro em relação ao qual os homens possam ter otimismo. Esta consideração torna Weber um anti-positivista, por não acreditar na ciência como resolução última de todos os problemas.

e) O conhecimento do processo histórico e sociológico da racionalização do direito, entendida a sua especificidade e ao mesmo tempo a sua relação com o econômico, o político, o religioso, enfim, com os interesses e idéias em cena, possibilita uma compreensão da realidade jurídica que contribui para uma intervenção teórica e prática dos operadores do direito comprometidos com a defesa da causa democrática e com o agir ético-responsável. Nesse sentido, o arsenal teórico weberiano não pode contribuir para delinear os limites do que “deve” ser feito no plano político para redefinição da racionalidade jurídica moderna. Esta questão não pode ser solucionada no plano acadêmico e, portanto, fica em aberto...

Considerações Finais

A cultura ocidental moderna é um produto do desenvolvimento histórico de um processo de racionalização que sancionou a existência de uma época “*sem Deus e sem profetas*”, para a qual a ciência trouxe o desencantamento, que, entretanto, diante do movimento mais geral daquele fenômeno, retorna apenas como “fragmento”, junto ao direito, à política, à economia, à arte.

O irromper desse racionalismo ocasionou uma mudança radical que deu vida a uma nova concepção do mundo: os antigos deuses são despojados e transformados em potências impessoais pela razão humana, que se torna, assim, juíza do destino do mundo. Nenhuma ciência ou teologia seria capaz de conciliar o antagonismo de valores gerados pela diferenciação das esferas culturais autônomas. O signo de nossa época é o retorno a um “politeísmo” e, sob a rubrica deste, é expressa por Weber sua tese da “perda de sentido” como o desafio diante do qual o indivíduo é convidado a reconstruir o âmbito de sua própria biografia, cuja escolha está fundada na *irracionalidade de seu próprio demônio*. Ao mesmo tempo, essa autonomia interna do indivíduo, afirmada heroicamente, encontra-se ameaçada pela autonomização dos subsistemas do agir com relação a fins, dando margem à “perda de liberdade”.

A condenação à perenidade dos conflitos de valores só pode ser superada por aqueles que conseguirem ter a consciência deste destino para compreender que a ciência empírica não pode fundar valores absolutos, mas apenas fornecer instrumentos para que, tendo o homem escolhido livremente o fim que deseja atingir, possa calcular os meios para alcançá-lo, tendo ciência da distância que há entre seu ato de vontade e a realidade, ao firmar o compromisso com seus objetivos.

Partindo desta percepção das idéias do autor em discussão, indicamos, no decorrer deste trabalho, algumas características que consideramos fundamentais para a hermenêutica que pretendemos fazer em torno de seu pensamento.

A) Weber renuncia a idéia de uma melhora global no destino da humanidade, não compactuando, portanto, com a “*promessa otimista*” do iluminismo. De fato, hoje fica muito difícil afirmar o progresso, porque ele também traz regressões em outros âmbitos ; se é verdade que a ciência possibilita maior domínio do homem sobre a natureza, também é verdade que o tornou o maior predador da mesma, e fez acompanhar o domínio não só da natureza, mas do homem sobre seus semelhantes. Isto faz deste autor um adversário, anti-positivista, da visão cientificista segundo a qual tudo pode ser solucionado pela ciência. Por outro lado, também se contrapõe ao otimismo liberal que vê a possibilidade de realização de todas as promessas no capitalismo. Neste sentido, encontramos um ponto de identidade com Marx - o capitalismo não realiza suas promessas, não é garantia de uma boa-solução aos problemas humanos; mas, enquanto Marx ainda teve o otimismo de fazer previsões acerca da superação do capitalismo, Weber não ousou fazer tamanha profecia. Esta polêmica encontra hoje uma outra ressonância na tentativa de Habermas de construção de uma racionalidade comunicativa, que pode ser sedutora como horizonte utópico (como o próprio Habermas admite), como também pode significar, em contrapartida, uma volta às ilusões liberais do racionalismo do século XIX, as quais Weber e Marx já denunciaram veementemente.¹

B) O rigor da diagnose weberiana da modernidade resulta nas pesquisas sobre a racionalidade que se expande no direito moderno, na economia, na burocracia, na ética profissional puritana em sentido formal, demonstrando as contradições de uma ordem sócio-econômica

¹ Conforme afirma LÖWY, Michael. A Escola de Frankfurt e a Modernidade - Benjamin e Habermas. *Revista Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 32, março de 1992. pp.119-127 .

Ver também a afirmação do próprio Habermas, segundo a qual, sua teoria constitui uma utopia em: SIEBNEICHLER, Flávio Beno. *Jürgen Habermas - Razão Comunicativa e Emancipação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

formalmente racional que privilegia grupos sociais dominantes, a despeito de valores, tais como, igualdade, fraternidade. Embora sua abordagem diagnóstica revele a denúncia do *domínio das coisas sobre os homens* que sugere de tal processo de racionalização, Weber permanece adstrito aos limites próprios à análise científica que não é capaz de arbitrar um confronto entre valores e decidir sobre qual sociedade seria a melhor. Mantendo esta postura, o autor quer evitar a confusão entre os planos da ciência e da política, do ser e do dever-ser, do “possível” e do “desejável”. E, graças a esta preocupação, sofre a rotulação de “positivista” e de conservador. Mas é exatamente contra as visões positivistas, mecanicistas, deterministas que ele se impõe, sem que esteja simplesmente defendendo ou justificando a ordem social moderna, cuja racionalidade formal é uma realidade. O essencial para ele é a idéia da autonomia das esferas de ação, na luta contra a confusão entre conhecimento científico e “visões do mundo” orientadoras da ação prática, a fim de evitar que a ciência prescreva fins à ação política. Neste contexto, estabelece-se o limite mesmo da racionalidade, na medida em que não se pode conceber uma crítica racional que possua validade objetiva e seja capaz de dar direção às ações práticas.

O realismo weberiano no que diz respeito aos limites de alcance da ciência, opõe-se à utilização irracionalista da mesma em nome de algum decisionismo. Esta, pelo que nos parece, é uma grande virtude deste autor que torna possível a crítica a um erro muito comum da esquerda: quando alguém faz o esforço para dizer como as coisas *são* e os resultados desse diagnóstico desagradam, o que foi dito acerca do “ser” é tratado como “dever-ser”, ou seja, como se fosse um juízo de valor e não um juízo de fato. Foi o que fizeram com Weber por ter afirmado que a ciência não é suficiente para apresentar imperativos para o futuro, mas apenas necessária para estabelecer premissas no presente. A pretensão de *neutralidade axiológica* do cientista, neste sentido, indica uma tomada de posição que é compatível com a ciência e não uma indiferença com relação aos valores. Trata-se de um « desejo » de objetividade, o que não corresponde a uma possibilidade de tal evento. Ao estabelecer o limite do conhecimento, Weber reconhece o limite do

próprio homem como um ser que não é bom ou mau por natureza, cuja liberdade se inscreve em seu sentido positivo e negativo : aquilo que é « possível fazer » e aquilo que é « proibido querer fazer », respectivamente.

C) Apesar de crítico às promessas irrealizadas da *Aufklärung*, Weber mantém uma crença iluminista na razão que fez da racionalidade o “lugar” da ação livre, fundando a escolha de cada um sobre a “irracionalidade” dos seus próprios valores. A racionalidade é um instrumento metodológico que o indivíduo deve aceitar para perseguir coerentemente os seus fins, os quais não têm garantia externa à própria ação no curso do real, pois são colocados pela sua liberdade de escolha.

É neste contexto que Weber admite um tema valorativo de fundo na sua análise que diz respeito à indagação sobre como conciliar o inelutável processo de racionalização com a liberdade do indivíduo, e também, como defender a personalidade, sem valores que a sustente, a qual a ciência não pode nem fundar nem identificar. Face a esta indagação Weber também parece estar afirmando que, malgrado o processo de racionalização, a história se faz pela liberdade. A liberdade a que se refere este autor é diferente da liberdade no sentido kantiano. Enquanto para Kant a liberdade é sempre a escolha do melhor, daquilo que se deve fazer, no sentido de uma hierarquia ética, que culminaria com o *Summum Bonum* ². Para Weber, a liberdade não traz em si a garantia, mas o risco do qual pode resultar tanto o bem quanto o mal. Por isto, a *ética da responsabilidade* é apontada como a única que se ajusta à nossa época, caracterizada pelo politeísmo de valores, diante do qual o homem se encontra continuamente no dever de escolher entre alternativas conflitantes. A escolha entre os valores não é racional, é a própria liberdade. Racional é só a coerência, o cálculo entre meios e fins.

² Parece-nos, neste sentido, que pode haver uma proximidade da concepção de uma ética para Weber que não leva ao Bem Supremo, como na psicanálise. Um trabalho acerca da psicanálise e do direito que aponta este tipo de ética é o seguinte: PHILIPPI, Jeanine N. *O Sujeito do Direito: uma abordagem interdisciplinar*. Florianópolis, CPGD/UFSC, dissertação de mestrado, 1991.

Assim, do nosso ponto de vista, a atitude de Weber pode se distinguir em dois níveis, sendo que o primeiro torna o segundo possível:

1. Primeiramente, ele afirma que aquele que age segundo a ética da responsabilidade, assume os riscos da própria escolha, diante do *paradoxo das conseqüências*. Esse risco é a própria liberdade. Desta constatação surge, entretanto, o problema de essa ética 'racional' possibilitar a defesa de qualquer causa, mesmo aquelas que afrontam a dignidade humana. Weber nos coloca diante dessa realidade que não oferece certezas, na qual o direito à liberdade, que é também cidadania, não traz em si a garantia de que os cidadãos optem pela defesa de uma determinada causa. Cabe a cada um dar a esta ética o sentido individualista ou solidário que ela não possui em si mesma. A decisão só pode se dar no plano da disputa política.

2. Weber, todavia, como homem livre, defende determinada luta a nível da política, como vimos (no primeiro capítulo), assumindo, com isso, uma causa supra individual na sociedade, no plano da ação.

Destarte, este autor é plenamente consciente do dilema existente entre o conhecimento, que pode servir aos mais diversos fins e o âmbito da ação, que depende da escolha subjetiva de uma causa e da calculabilidade dos meios para realizá-la. Isto lhe propicia a percepção de que a defesa de uma causa só tem sentido se avaliar o que é "possível", compreender os pressupostos de uma determinada posição e as conseqüências prováveis da mesma. Daí a necessidade de um compromisso com a *neutralidade axiológica*, no sentido da apreensão de uma determinada realidade ou situação para otimizar a realização de uma determinada escolha, que se constitui, assim, como racionalismo prático.

Desta forma, é o homem que, dependendo de sua opção política, pode dar um sentido de solidariedade ou individualismo à ética da responsabilidade. E a utopia que pretende defender só terá sentido se

conseguir avaliar, antes, o que é possível fazer, para não ter que esperar a eternidade.

O conhecimento destes pressupostos de uma (re)leitura possível de Weber propicia uma retomada da discussão em torno da racionalidade do direito. Ele sabia, por exemplo, que a afirmação do poder racional-legal, da democracia formal e da modernidade política que aparecem como invencíveis no mundo das fórmulas - nos documentos constitucionais, nas normas do direito positivo ou nos contratos -, na dinâmica efetiva da vida, entram em conflitos com as suas próprias aplicações, com as formas de legitimação pré-modernas e incongruentes com o processo de racionalização.

Dá ser imprescindível a pesquisa relativa à eficácia dos sistemas normativos de maneira a não restringir aos limites da reconstrução de uma coerência lógica ou simplesmente o significado das linguagens. Enfim, é importante enriquecer a dogmática jurídica e as análises lingüísticas com a sociologia do direito. Weber fala a partir da sociologia do direito sem, no entanto, tudo explicar através dela a qual, no pensamento weberiano, não possui quaisquer privilégios em relação às outras disciplinas e funciona apenas como uma maneira a mais, dentre outras, para conhecer melhor o direito e a atividade dos juristas.

O formalismo do moderno sistema jurídico no Ocidente refere-se à forma de estabelecer e aplicar as normas jurídicas, bem como à natureza destas últimas. As normas jurídicas são formais - em virtude do seu caráter genérico e abstrato, aplicáveis ao caso concreto, aparentando neutralidade - uma vez que não se referem a objetivos éticos e políticos materiais, e conformam um sistema normativo lógico e sem contradições internas, isto é, sem lacunas. Entretanto, o formalismo puro é um caso limite de tipo ideal e não se encontra, desta maneira, na realidade da ordem jurídica moderna. Na maioria das vezes, o próprio direito moderno invoca ao juiz para considerar, na decisão, critérios materiais, tais como, equidade, eticidade.

A excessiva racionalização em sentido formal, como vimos, leva ao desconhecimento, por parte dos leigos, do direito cujo conteúdo se tecnifica cada vez mais, tornando-se compreensível tão somente aos especialistas e provocando, com isso, a contrapartida de reações antiformais que o questionam. A tensão entre racionalidade formal e material, enfatiza Weber, é de um antagonismo insolúvel. A racionalidade formal da moderna ordem jurídica e econômica pode ser considerada irracional se analisada sob o prisma dos valores. Um exemplo deste antagonismo é o da igualdade jurídica formal que prevalece tanto na legislação - através do princípio segundo o qual, as normas são aplicadas a todos da mesma maneira -, quanto nos contratos, na via do pressuposto da liberdade de contratar. É óbvio que a liberdade formal não garante que todos tenham as mesmas condições para estabelecer os termos do acordo contratual, pois a própria distribuição da propriedade (garantida por lei) gera a desigualdade na posição dos contratantes. O mesmo acontece num contrato de trabalho, no qual aquele que tem poder econômico pode impor seus termos ao trabalhador que necessita do emprego para sobreviver.

A racionalidade jurídica formal favorece alguns grupos, em detrimento de outros. Com efeito, os grupos economicamente dominantes desejam manter o *status quo*, maximizando a racionalidade formal, enquanto os grupos desfavorecidos lutam para reduzir a racionalidade formal que prejudica seus interesses. Esta tensão, então, pode ser entendida como conflito entre valores de grupos com interesses divergentes e é palco de muitos dos conflitos políticos de nosso tempo. Mas esta afirmação deve ser relativizada, se colocada em contacto, por exemplo, com particularidades históricas a partir das quais distinguimos uma luta pela formalização de certos direitos, como também pela garantia e previsibilidade do sistema que, devido a uma sobredeterminação da racionalidade material em relação à formal, em dados momentos, provocam inúmeras crises.

A análise de Weber nos leva a constatar, outrossim, que, malgrado a racionalização crescente, no sentido de uma racionalidade formal, as formas irracionais do direito não desapareceram. Existem

inúmeros exemplos difundidos na atualidade a partir dos quais constatamos a convivência do racional com o irracional no direito, como por exemplo, os tribunais do júri constituídos por leigos, a justiça de classe, o julgamento como criação pessoal do juiz (nos E.U.A). O irracional subsiste mesmo no direito mais racional, assim como no direito irracional há, ao menos, rudimentos de racionalidade.

Na via destas considerações e nos limites deste trabalho, construímos nosso objeto de pesquisa sobre Weber de forma imanente. Isso exigiu o estudo principais obras do autor, bem como dos seus epígonos. Tal opção justifica-se metodologicamente. Tratamos de resgatar uma leitura possível de Weber, de maneira mais abstrata e generalizante, procurando enfatizar algumas perspectivas de compreensão para outras exegeses num plano meramente teórico - nossa opção - como também em dois outros níveis: a) nível teórico aplicado às configurações históricas de países periféricos; b) a nível empírico, uma sociologia da instância jurídica - instituições e operadores do direito - em dado País. Campos problemáticos, quase inexplorados, que podem vislumbrar novas pesquisas .

Retomar Weber também é justificável, na medida em que pretendemos oferecer à crítica do direito no Brasil, que tanto nos tem influenciado, uma colaboração a partir do contacto com algumas polêmicas suscitadas pelo seu arsenal teórico “relido”, o qual, do nosso ponto de vista, pode enriquecer outras temáticas, deixando espaço para novas problematizações.

Estudar o direito em Weber também implica em situar a análise em uma moldura mais abrangente das relações de poder econômico, político, social, religioso; em outras palavras, podemos afirmar que sua sociologia jurídica é parte do âmbito mais geral da sua sociologia do poder. Não é possível compreender o direito desvinculado de tais relações de dominação, senão como uma maneira de distorcer a realidade, como fazem determinadas tendências do jusnaturalismo. É o próprio processo histórico que dá lugar à racionalidade formal do Estado moderno o qual identifica-se com a progressiva positivação do direito.

Esse processo de legalização do poder político pressupõe o desaparecimento de cena dos poderes tradicionais, patriarcais ou patrimonial, a favor do poder legal. É necessário ter em mente que se trata de uma análise sociológica, científica de tais fenômenos.

Contudo, na realidade, o direito racional-formal, peculiar à modernidade, aparece mesclado com outros tipos de manifestações normativas. Isto parece-nos ainda mais evidente em países periféricos, com baixo grau de institucionalização cujas particularidades históricas, culturais, políticas e econômicas tornam possível a convivência de estruturas patrimonialistas, do cartorialismo, da predominância de uma racionalidade material nos aparelhos jurídicos ³. Weber já mostrava os dois lados da racionalidade formal, tanto no que diz respeito à sua eficiência técnica para dominar, como também enquanto uma conquista que se afirmou contra os poderes autoritários. É fundamental, pois, destacar que a institucionalização de comportamentos contra a legalidade implode o espaço público, embora em algumas situações históricas específicas a desobediência à ordem estabelecida, a desobediência civil tenha servido (e sirva ainda) para criá-lo. *Malgré tout*, é impossível pensar numa convivência democrática sem a existência de uma racionalidade formal.

Temos que estar preparados para o risco em que implica um discurso crítico ao direito positivo, na atual fase do processo de acumulação, marcado por uma tendência, de determinados setores do capital, no sentido da “flexibilização” das regras do Estado de Direito e das políticas sociais. Trata-se de uma nova fase da retórica neoliberal, antes apegada à ordem jurídica para garantir interesses materiais e que propõe, atualmente, uma desjuridificação para facilitar o exercício de sua “nova barbárie”, como inteligentemente afirmou Tarso Genro. ⁴

³ SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979. Neste trabalho o autor deixa evidenciar esse caráter patrimonialista do judiciário no Brasil. Ver também: SILVA, Rafael Damasceno. *Poder Judiciário e Hegemonia: o caso dos magistrados alternativos do Rio Grande do Sul*. Florianópolis, CPGD/ UFSC, dissertação de mestrado, 1995.

⁴ GENRO, Tarso. Nova crise do Direito e do Estado. *Direito em Debate*, Ijuí, n.4, set. 1994. pp. 29-40.

É fundamental, do ponto de vista da ação política, resgatar a dimensão política do jurídico, a partir da qual se torna possível afirmar um compromisso ético para com a causa da democracia, da cidadania e da dignidade humana ⁵. Weber, por exemplo, não nega o fato de que os oprimidos, aqueles que são deixados à margem da racionalidade formal, reivindicam uma racionalidade material que se contraponha a esta. E este movimento traduz uma luta travada no plano político da relação de forças que expressa a tensão inexaurível entre racionalidade material e formal. Entretanto, este autor alerta para o perigo de querer fundar uma sociedade com base em uma racionalidade material. Quais seriam os critérios, por exemplo, para estabelecer a hierarquia entre os diversos valores em conflito? Qual o pressuposto que poderia conciliar definições de racionalidade material, de interesses e de valores antagônicos? Este é um aspecto fulcral que merece ênfase: não é possível fundar e justificar valores a partir da ciência. Estes devem ser assumidos enquanto escolha e decididos no plano da ação política. Eis o risco e o dilema ao qual deve se sujeitar todo aquele que pretenda ver fundada uma “nova racionalidade jurídica moderna”.⁶

Diante de tais colocações, impõe-se chamar a atenção, igualmente, para o papel dos operadores jurídicos compromissados com a busca de cidadania, um compromisso, portanto, que deve relevar em primeiro plano o conhecimento de tal realidade para avaliar as possibilidades de ressignificação de um “novo” cidadão. A utopia só tem legitimidade se for realista. Assim, ser um operador jurídico que se diferencie daqueles *últimos homens*, daquelas *nulidades* sem espírito que se colocam no “*último estágio da civilização*”, implica em nutrir-

⁵ Ver :CLÈVE, Clémerson Merlin. *O Direito e os Direitos*. São Paulo: Acadêmica, 1988. E também, WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito*. São Paulo: Alfa Omega, 1994. Ambos autores, embora de maneira diferenciada e em contextos distintos, contribuíram para o resgate de tal dimensão política do jurídico, afirmando a emergência de outros direitos além do direito positivo.

⁶ ARRUDA Jr., Edmundo Lima. O Moderno e o Pós-moderno no Direito: Reflexões sobre um Neocolonialismo Juridicista. *Revista Direito em Debate*. Ijuí, 1991.pp.77-85. Este artigo tem interessante reflexão sobre a possibilidade de reapropriação no espaço político, como redefinição do conteúdo e do método democrático, face a “crise de paradigmas” e os perigos de “neo-irracionalismos”.

se da paixão de uma causa e em ter de resignar a própria alma, colocando a distância entre essa causa e a realidade para não pôr em risco seus ideais. Do mesmo modo que todo indivíduo constrói a sua personalidade e decide sobre o seu destino, isto é “o sentido do seu agir e do seu ser”, conformando-o a um valor que ele escolhe em contraste com outros, o “*jurista cidadão*”⁷ deverá construir o sentido de cidadania de sua ação.

Para finalizar, esperamos ter cumprido o objetivo proposto na introdução, ou seja, levar a termo uma reflexão crítica acerca de alguns aspectos do pensamento weberiano, abrindo caminhos para novas indagações inspiradoras de outros campos de pesquisas teóricas e empíricas. Não nos é dado o direito de finalizar este trabalho propondo soluções, indicando saídas, pois acreditamos que nenhuma tarefa acadêmica tem o direito de ser tão otimista e de pregar ilusões. Daí considerarmos a passagem weberiana, transcrita a seguir, como desígnio desta nossa dissertação : envelhecer.

*“Qual é, em verdade, o destino ou, melhor, a significação, em sentido muito especial, de que está revestido todo trabalho científico, tal como, aliás, todos os outros elementos da civilização sujeitos à mesma lei? É o de que toda obra científica ‘acabada’ não tem outro sentido senão o de fazer surgirem novas ‘indagações’: ela pede, portanto, que seja ‘ultrapassada’ e envelheça. Quem pretenda servir à ciência deve resignar-se a tal destino”(WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*, p. 29).*

⁷ AYDOS, Marco Aurélio Dutra. *Utopia e Possibilidade*. Florianópolis, CPGD/UFSC, 1991. Um interessante trabalho acerca da possibilidade de um “jurista cidadão”.

Referências bibliográficas

- ABEL, Theodore. *Os fundamentos da teoria sociológica*. Tradução: Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.(Biblioteca de Ciências Sociais).
- APEL, Karl-Otto. Teoria dos tipos de racionalidade. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 23, março de 1989. p.67-84.
- ANDRINI, Simona. "*La Pratica Della Razionalità*" - Diritto e potere in Max Weber. Milano: Franco Angeli, 1990.
- ARAGÃO, Maria Lúcia de Carvalho. *Razão Comunicativa e Teoria Social Crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. Weber e Habermas: Religião e Razão Moderna. *Revista Síntese Nova Fase*. Belo Horizonte. V.21, n.64(1994):15-41.
- ARNAUD, André-Jean. *Critique de la raison juridique*- où va la Sociologie du droit? Paris: Librairie generale de droit et de jurisprudence, 1981.
- ARON, Raymond. *Estudos Políticos*. Brasília: Ed. UnB, 1985 (2a.Ed.)
- _____. *Le tappe del pensiero sociologico*. 6. ed. Milano: Palazzo Marino, 1981.
- ARRUDA JR., Edmundo Lima de. O Moderno e o Pós-moderno no Direito: Reflexões sobre um neocolonialismo Jurídico. *Revista Direito em Debate*. Ijuí, 1991. pp.77-85.

- ASCHCRAFT, Richard. *A Análise do liberalismo em Weber e Marx*. IN COHN, Gabriel. Sociologia: para os clássicos. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos, 1977, p. 186- 239.
- AYDOS, Marco Aurélio Dutra. *Utopia e Possibilidade*. Florianópolis, CPGD/UFSC, 1991.
- BERIAIN, Josetxo. *Representaciones Coletivas y projecto de modernidad*. Barcelona: Anthropos, 1990. p. 123-170.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BIRNBAUM, Norman. Interpretações conflitantes sobre a gênese do capitalismo: Marx e Weber. IN: GERT, h.H. e MILLS, Wright C. (org. E introdução). *Max Weber : Ensaio de Sociologia*. Tradução: Waltensir Dutra. 5a. Edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 1982. p.99-119.
- BOBBIO, Norberto. *A Teoria do Estado e do Poder em Max Weber*. In: Ensaio Escolhidos. São Paulo: C.M. Cardim Editora, s.d., p.157-184.
- _____. "Kelsen y Max Weber". In:CORREAS, Oscar (org.) *El otro Kelsen*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1989.p.57-77.
- _____. *Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1969.
- BOEIRA, Nelson. "Max Weber e o Ethos do Político". *Revista de Filosofia do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Universidade Estadual de Campinas* - Unicamp: Manuscrito, v.1, n.1, outubro de 1977.
- BRUNO, Antonino. "*Max Weber Razionalità ed Etica*". Milano: Franco Angeli, 1993.

- BRUBAKER, Rogers .**"I Limiti Della Razionalità" - Un saggio sul pensiero sociale e morale di Max Weber**. Trad. para o italiano: Valerio Meattini.(Tít. Original: The limits of rationality). Roma: ArmandoEditore , 1984.
- CALABRÒ, Gaetano. Il rifiuto della "storia universale" e il politeismo dei valori. In: ROSSI, P. (Org.) **Max Weber e L'analisi del Mondo Moderno**. Torino: Einaudi, 1981, p. 109-126.
- CAVALLI, Luciano. Il carisma come potenza rivoluzionaria. In: ROSSI, P. (Org.) **Max Weber e L'analisi del Mondo Moderno**. Torino: Einaudi, 1981. p. 161-188.
- CAVAZZANI. Guido. **Interpretazioni di Weber e teorie della società**. Milano: Franco Angeli, 1993.
- CHACON, Valmireh. **Weber: A crise da Ciência e da Política** . Rio de Janeiro: forense Universitária. 1988.
- _____. A Encruzilhada de Economia e Sociedade. **Revista Humanidades**. (....)P.331-346.
- CHÂTELET, François. **Uma História da Razão**. Trad. Lucy Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1994.
- CLÈVE, Clemerson Merlin. **O Direito e os Direitos**. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- COHN, Gabriel .**"Crítica e Resignação" - Fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo: T.A.Queiroz , Editor , 1979 .
- COHN, Gabriel. **Sociologia: para ler os clássicos** .(organização, introdução). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 1-13.
- COLL, Ferran Requeijo. **"Teoría Crítica y Estado Social" - Neokantismo y socialdemocracia en J. Habermas** . Barcelona : Anthropos Editorial del Hombre , 1991 .

- DESCAMPS, Christian. *As Idéias Filosóficas Contemporâneas na França*. Trad. De Arnaldo Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- DREIFUSS, René Armand." *Política , Poder , Estado e Força" - Uma Leitura de Weber*. Petrópolis: Editora Vozes ,1993.
- DULCE, Maria José Fariñas. *La Sociologia del Derecho de Max Weber*. 1a. ed. Madrid: Editorial Civitas S.A., 1991.
- FERNANDES, Florestan. "O mestre elogia e adverte o presidente". In: (entrevista) *Folha de São Paulo* de 22 de janeiro de 1995 (caderno 1-18).
- FLEISCHMANN, Eugène. *Weber e Nietzsche* . IN: COHN, Gabriel. Sociologia : para ler os clássicos. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p.136-185.
- FREITAG, Barbara. *A Teoria Crítica : Ontem e Hoje*. -São Paulo: Brasiliense. 1986.
- FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber* . 2a. ed. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- _____. La rationalisation du droit selon Max Weber . Paris: *Archives de Philosophie du Droit*, Paris: SIREY, 1978: p. 69-92. (23).
- GENRO, Tarso. Nova crise do Direito e do Estado.*Direito em Debate*, Ijuí, n.4, set. 1994. pp. 29-40.
- HABERMAS, Jürgen (org.). *Teoria de la Acción comunicativa* . Madrid: Taurus, vol.2, 1987.
- HENRICH, Dieter, OFFE, Claus e SCHLUCHTER, Wolfgang. "Debate: Max Weber e o projeto da modernidade". *Revista Lua Nova*. São Paulo. N.22, dezembro de 1990: p.207-228.

- HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: *Textos Escolhidos*. Trad. Zeljko Loparié ...(et al.). São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores; 16)
- HUGHES, Stuart. *Coscienza e Società*. 5a. Ed. Torino: Einaudi, 1967.
- INGRAM, David . tradução: Sérgio Bath . "*Habermas e a dialética da razão*". Brasília : Editora Universidade de Brasília , 1987.
- JASPERS, Karl. Método e visão do mundo em Weber . IN: COHN, Gabriel. *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1977, p. 121-135.
- KANT, Emmanuel. *A Paz Perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- KELSEN, Hans. "El concepto de Estado de la sociologia comprensiva". In: CORREAS, Oscar (org). *El otro Kelsen*. México: Universidad Autónoma de México, 1989. p.267-281.
- LAZARTE, Rolando. Max Weber e o caleidoscópio. *Revista Humanidades*. (...) p.318-329.
- LINHARES, José Manuel Aroso . "*Habermas e a Universalidade do Direito*"- *A Reconstrução de um modelo Estrutural* . Coimbra , 1989.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl marx contra o Barão de Münchhausen*. Tradução: Juarez Guimarães e Suzanna Felicie Léwy. São Paulo: Busca Vida. (p. 33-47).
- _____. A escola de Frankfurt e a Modernidade . *Novos Estudos. Cebrap*, n. 32, março 1992, p. 119-127.
- _____. *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin*. Trad. De Myrian Veras Baptista e de Magdalena Pizante Baptista. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. (Coleção debates; v.234)

- _____. Figuras del Marxismo Weberiano. *Revista Doxa*. Buenos Aires, 1993. pp.9-14. (ano IV, n. 8).
- LÖWITH, Karl. Max Weber e Karl Marx. In: GERTZ, René E. (Org.). *Marx Weber e Karl Marx*. São Paulo: HUCITEC, 1994. p.17-31. (Ciências Sociais, n.34).
- LUKÁCS, Giörgy. *El asalto a la razón*. Trad. para o espanhol: Wescslao Roces. 2. ed. Barcelona: Edições Grijalbo, 1976 [Instrumentos 8].
- KUPER, Zabudovsky Gina. *Patrimonialismo y modernización: poder y dominación en la sociología del Oriente de Max Weber*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MAFFESOLI, Michel. *Lógica da dominação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. Trad. de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Moraes, 1987.
- MARX, Karl. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Trad. de Maria Helena Barreiro Alves. Lisboa: Estampa, 1977. (Coleção Teoria, n.8).
- MERQUIOR, José Guilherme. Trad. de Margarida Salomão. *Rousseau e Weber - Dois Estudos Sobre a Teoria da Legitimidade*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1980.
- MITCHELL, G. Duncan. *Historia de la sociologia*. Madrid: Edicions Guadarrama, 1973, p. 137-160.
- MISSE, Michel. Marx e Weber: sobre o conceito de classes sociais. *Revista Encontro com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, n.5, 1978, p. 139-167.
- MOMMSEN, Wolfgang. "Capitalismo e Socialismo. O confronto com Karl Marx". In: GERTZ, René E. (org.) *Max Weber e Karl Marx*. São Paulo: HUCITEC, 1994, p.146-178. (Ciências Sociais, n. 34)

NISBET, Robert. *La tradition sociologique* . Paris. PUF, 1984.

_____. *Os filósofos sociais* . Tradução: Yvete Vieira Pinto de Almeida. Brasília: Editora Universidade de Brasília., 1982, p. 424-434.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Max Weber: A Burocracia e as Armadilhas da Razão*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977. P.135-152. (Coleção temas de ciências humanas, v.1)

ORDÓÑEZ, Ulises Schmill. “El concepto del derecho en las teorías de Weber y de Kelsen”.In: CORREAS, Oscar (org.) *El otro Kelsen*. México: Universidad Autónoma de Mexico, 1989. p.163-193.

PERES, Jorge Henrique Romero. *La sociologia del Derecho en Max Weber*. Costa Rica,1975.

PHILIPPI, Jeanine N.O *sujeito de Direito: uma abordagem interdisciplinar*. Florianópolis, CPGD/UFSC, – dissertação – de mestrado, 1991.

PONSETTO, Antonio. *Max Weber - Ascesa , crisi e trasformazione del capitalismo*. Milano: Franco Angeli, 1986.

PORTINARO, Pier Paolo. *Max Weber - La democrazia come problema e la burocrazia come destino*. Milano: Franco Angeli, 1987.

POULANTZAS, Nicos. “ A propos de la théorie marxiste du droit”. *Archives de Philosophie du Droit*, Paris: Sirey, (23)1967 : p. 145-162.

REBUFFA, Giorgio. *Nel crepuscolo della Democrazia- Max Weber tra sociologia del diritto e sociologia dello Stato*. Bologna: Il Mulino, 1991.

RHEINSTEIN, Max. “Rational and Irrational Administration of Justice”. In: *Sociology of Law*. England: Penguin Books, 1969, p.153-160.

ROCHER, Guy. *Sociologia Geral*. Tradução: Ana Ravara. 2. edição. Lisboa: Editorial Presença. 1977. vol 5.

ROSSI, Pietro et alii. L'analisi sociologica delle "religioni universali". In: ROSSI, Pietro (org.) *Max Weber e l'analisi del mondo moderno*. Torino: Einaudi, 1981, p. 127-160.

_____. *Oltre lo Storicismo*. Milano: Il Saggiatore, 1988.

RUSCONI, Gian Enrico. Razionalità, razionalizzazione e burocratizzazione. In: ROSSI, P.(org.) *Max Weber e L'analisi del Mondo Moderno*. Torino: Einaudi, 1981, p.189-214.

SAINT-PIERRE, Héctor L. *Entre a Paixão e a Razão*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.

SCWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SCHLÜCHTER, Wolfgang. *Il paradosso della razionalizzazione - Studi su Max Weber*. Trad. para o italiano: Cecilia Scrocca (tít. Original: *Rationalismus der Weltbeherrschung*) Napoli : Liguori Editore, 1987.

_____. El Origen del Modo de Vida Burgues. *Revista de Estudios 222Políticos (Nueva Epoca)*, Madri: Centro de Estudios Constitucionales, n. 71, janeiro-março 1991. p.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. "*Jürgen Habermas*" - *Razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SILVA, Rafael Damasceno. *Poder Judiciário e Hegemonia: o caso dos magistrados 222alternativos do Rio Grande do Sul*. Florianópolis, CPGD/UFSC, dissertação de mestrado, 1995.

SOUZA, Jessé José Freire de. *O Desenvolvimento e o Diagnóstico da Modernidade Ocidental - um diálogo entre Jürgen Habermas e Max Weber*. Heidelberg : tese de doutorado, 1991.

- _____. Homem, Cidadão: Ética e Modernidade em Weber. 22 *Revista Lua Nova*. São Paulo: Tec Art, (33) 1994: 135-144.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. 2a. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- VINCENT, J.M. Remarques sur Marx et Weber, comme théoriciens du droit et de l'etat. *Archives de philosophie du droit*. Paris: SIREY, (12) 1978: 229-241.
- WEBER, Max. *Metodologia das ciências Sociais*. 2 vols. Tradução: Augustin Wermet; Introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg. 22 São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- _____. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica. 2. ed. 1977.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução: M. Iren²²²e de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J.M. K. Szmrecsányi. 6. ed. São Paulo: Zahar, 1989 (a). (Biblioteca de ciências sociais).
- _____. *Sobre a Universidade*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1989 (b).
- _____. *Sobre a teoria das ciência sociais*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- _____. *Ciência e Política: Duas vocações*. Tradução: Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 2. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1972. 22
- _____. Conferênci^{22a} sobre o socialismo. In: FRIDMAN, Luiz Carlos. *Émile Durkheim, Max Weber: socialismo*. Tradução Antonia Bandeira. Relume-Dumará, 1993, p.85-128.

_____. Gerard Georges Delaunay e Rubens Eduardo Ferreira
Frias *.Conceitos Básicos d22e Sociologia* .São Paulo: Editora
Moraes, 1987.

_____. Jacques Grosclaude. *Sociologie du droit*. Paris:
Presses Universitaires de France (PUF).

WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo Jurídico*. São Paulo: Alfa-
Ômega, 1994.22